

**MARIA GILCA PINTO XAVIER**

**O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM ECONOMIA  
RETARDATÁRIA: A AGLOMERAÇÃO PRODUTIVA DE SANTA CRUZ DO  
CAPIBARIBE (1960 – 2000).**



Recife, janeiro de 2006

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO**

**MARIA GILCA PINTO XAVIER**

**O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM ECONOMIA  
RETARDATÁRIA: A AGLOMERAÇÃO PRODUTIVA DE SANTA CRUZ DO  
CAPIBARIBE (1960 – 2000).**

Tese apresentada à Coordenação da Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano do Centro de Artes e Comunicação como parte dos requisitos para obtenção do título de doutor em Desenvolvimento Urbano.

Orientador: Prof. Dr. Luís de la Mora

Coorientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Ana Cristina de Almeida Fernandes

**Recife – PE**

**2006**



Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano  
Universidade Federal de Pernambuco

Ata de Defesa de Tese de Doutorado em Desenvolvimento Urbano da Doutoranda MARIA GILCA PINTO XAVIER.

Às 9:00 horas do dia 24 do mês de janeiro de 2006, reuniu-se na sala do Conselho, do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco a Comissão Examinadora de Tese, aprovada pelo Colegiado do Curso em 20 de dezembro de 2005, composta pelos seguintes professores: Luís de la Mora (orientador), Norma Lacerda Gonçalves (examinadora interna), Tânia Bacelar de Araújo (examinadora externa), Edvânia Torres Aguiar Gomes (examinadora externa) e Manoel Correia de Oliveira Andrade (examinador externo) para julgar, em exame final, o trabalho intitulado "O processo de produção do espaço urbano em economia retardatária: a aglomeração produtiva de Santa Cruz do Capibaribe", requisito final para a obtenção do Grau de Doutora em Desenvolvimento Urbano. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof<sup>o</sup> Luís de la Mora, após dar conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a comissão se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Pelas indicações, a candidata foi considerada APROVADA. O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar eu Ana Catarina Mascaro Grosso, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Recife, 24 de janeiro de 2006.

Prof<sup>o</sup> Luís de la Mora  
(Orientador)

Prof<sup>a</sup> Norma Lacerda Gonçalves  
(Examinadora Interna)

Prof<sup>a</sup> Tânia Bacelar de Araújo  
(Examinadora Externa)

Prof<sup>a</sup> Edvânia Torres Aguiar Gomes  
(Examinadora Externa)

Prof<sup>o</sup> Manoel Correia de Oliveira Andrade  
(Examinador Externo)

Ana Catarina Mascaro Grosso  
Secretaria do Programa

Maria Gilca Pinto Xavier  
(Candidata)

*Para André, Mariana, Bruno e Marina.*

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado das reflexões realizadas ao longo do meu percurso como professora do DLCH (Departamento de Letras e Ciências Humanas) da UFRPE (Universidade Federal Rural de Pernambuco) e durante o curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, na UFPE, sob a orientação competente e amigável do Prof. Luís de la Mora, a quem devo primeiro agradecer à dedicação. Preciso agradecer o apoio da UFRPE na liberação de transporte para a pesquisa em Santa Cruz do Capibaribe e cidades vizinhas, através da concessão feita pelo Exmo. Vice-Reitor Prof. Dr. Reginaldo Barros e o companheirismo de meus colegas professores do DLCH que, com sobrecarga de trabalho, mantiveram atitude de solidariedade e confiança nos resultados da pesquisa.

A minha Coorientadora Prof<sup>ª</sup>. Dra Ana Cristina Fernandes, pela dedicação e lucidez com que orientou o trabalho de pesquisa sobre aglomerações produtivas e inovação, de difícil acesso devido à peculiaridade de estar exposta desde as teorias clássicas até as institucionalistas nos dias atuais. À Prof<sup>ª</sup> Dra. Tânia Bacelar de Araújo, pela gentileza, sobriedade e lucidez de opiniões durante as disciplinas que assisti no curso de Pós-graduação de Geografia e na ocasião em que realizei o exame de qualificação da pesquisa. A Neison Freire e demais colegas pela solidariedade no convívio do curso de Doutorado.

Agradeço o apoio institucional da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM), Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA), Instituto de Desenvolvimento Tecnológico (ITEP), Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Serviço Brasileiro de Pequenas e Médias Empresas (SEBRAE) e Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Capibaribe. Esta pesquisa contou com o empenho do fornecimento de informações dos técnicos Pedro da Silva, Patrícia Souto e Josenildo Freitas, da Secretaria de Obras da Prefeitura, que tornaram possível a elaboração dos diversos mapas da cidade. No IBGE, além de outros técnicos contei com os préstimos e competência de Jainiton Pereira da Costa (SPDI/IBGE).

Agradeço aos professores da Banca Examinadora pelas sugestões. Aos funcionários do MDU, Rebeca, Catarina, José e os demais que, de uma forma ou de outra, auxiliaram nos trabalhos pedagógicos do Doutorado. Agradeço, *in memoriam*, a Stélio João da Silva, cartógrafo e técnico do Condepe, que elaborou os mapas desta tese. Não poderia esquecer o

trabalho de revisão de Estelita Medeiros Mões e Silva, cuja eficiência tornou mais fácil a leitura do texto. Sou grata à Prof<sup>ª</sup>. Dra. Norma Lacerda e à Prof<sup>ª</sup>. Dra Ana Rita Carneiro, pela colaboração nos esclarecimentos das idéias deste trabalho quando ainda era um projeto de tese.

À Mariana, pela arte da editoração nas tabelas e gráficos, cujo trabalho tornou mais ilustrativa a tese. A André, Bruno e Júnior, pelo companheirismo. À Marina, que tornou meus dias mais alegres.

*“A divisão do trabalho, condição de existência da produção de mercadorias, se processava de forma intensa através da troca, da complementaridade dos diversos modos de produzir e da separação entre cidade e campo”. (Marx, 1975: 403, Livro 1, vol 1)*



**Uma das primeiras máquinas da atividade de costura de Santa Cruz do Capibaribe  
(Foto da autora)**

## RESUMO

Nesta tese discutem-se as transformações da atividade produtiva e o processo de urbanização de uma região de capitalismo tardio, no período compreendido entre 1960 até os dias atuais. Neste contexto, expõem-se as especificidades da urbanização de uma região deprimida, salientando-se a integração e diferenciação do campo versus cidade. Examina-se a configuração social e urbana da cidade, modificada com a introdução de novas atividades de produção, e a forma rudimentar de instalação da infra-estrutura social e econômica no meio urbano. Argumenta-se que, de início, a diversificação da produção no município foi possível porque existia um crescimento da produtividade do trabalho social da comunidade, que impulsionou como uma alavanca à acumulação. São mostradas as trajetórias históricas de Santa Cruz do Capibaribe no contexto da região do Agreste de Pernambuco. Salienta-se a característica da localidade na construção das competências de costurar introduzida pelo *habitus* na educação da mulher. Constata-se que as desigualdades regionais são capazes de elucidar as especificidades da aglomeração produtiva em Santa Cruz do Capibaribe. Na seqüência histórica, compreendeu-se que, a partir da década de 80, a economia urbana tornou-se preponderante na produção da riqueza em Santa Cruz do Capibaribe. A argumentação sobre essa expansão está relacionada às transformações no cenário nacional, através da diminuição das migrações para o Centro-Sul do Brasil e na capacidade da sociedade local em impulsionar a sobrevivência através de uma atividade urbana. São descritos a forma de organização desta atividade e o processo de acumulação. A atividade de confecção, que surge como opções de sobrevivência às condições adversas da localidade agrestina, atende ao mercado de baixa renda. A produção a partir de Santa Cruz do Capibaribe promove concentração espacial com especialização no setor de atividade de confecção, gerando intensa divisão do trabalho num processo que se espalha por municípios vizinhos. A localização da produção no espaço aglutina vantagens de externalidades marshallianas, que promovem condições de competitividade e expansão da produção na aglomeração produtiva de Santa Cruz do Capibaribe.

**PALAVRAS-CHAVE:** Urbanização, Empreendedorismo e Aglomeração Produtiva.

## ABSTRACT

In this thesis there will be discussed the changes in the productive activity and the urbanization process of a region where only recently capitalism has arrived, the period between 1960 and the present. In this context, specific details about the urbanization of a depressed region will be discussed, emphasizing the integration and differences between urban and rural areas. The social and urban configuration of the city, which has been through changes by the introduction of new productive activities, will be examined, as well as the elementary form of installation of the social and economic infra-structure in the urban sector. It is pointed out that, from the beginning, the diversification of the city's production became possible because there was a growth in the productivity of the community's social work, which motivated, as a lever, this accumulation. The historic trajectories of Santa Cruz do Capibaribe are shown in the context of Semi-Arid Region of Pernambuco. The characteristic of the locality in making it possible for the sewing skills to develop is emphasized by use of that skill in the women's education. The regional differences, thus, can explain the specific qualities of the production agglomeration in Santa Cruz do Capibaribe. In the historic sequence, it is understood that, from the decade of the 80's, the urban economy became preponderant in the wealth growth in Santa Cruz do Capibaribe. This expansion can be explained by transformation in the national scenery, because of the decrease in the migrations to the Center-South of Brazil and in the capacity of the local society to motivate survival through urban activity. The organization of this activity and the accumulation process will be described. The clothing industry, which becomes an option for survival under adverse conditions of the Semi-Arid locality, will supply the low income market. The production, based in Santa Cruz do Capibaribe, promotes spatial concentration, specialized in the clothing industry, generating an intensive work division in a process in a that spreads to neighbor cities. The localization of the production in that area brings advantages in Marshall's external factors, which promote competitive conditions and production expansion in the productive agglomeration of Santa Cruz do Capibaribe.

**KEYWORDS:** Urbanization, Entrepreneurship, Clusters.

## LISTA DE FOTOS

Foto 1: Comércio de Algodão na cidade de Santa Cruz do Capibaribe ( foto anos 40 ,arquivo de Guaraci Baldi )	81
Foto 2: Feira de venda de animais e de produtos agrícolas de subsistência (foto de 1938) .....	82
Foto 3: Armazém de Empório na década de 40 em Santa Cruz do Capibaribe (arquivo de Guaraci Baldi).....	83
Foto 4 :Feira da Sulanca na década de 60 (arquivo Guaraci Baldi).....	88
Foto 5: Feira da Sulanca em Santa Cruz do Capibaribe na década de 70 (foto de domínio público).....	89
Foto 6: Cidade de Santa Cruz do Capibaribe na década de 60.....	92
Foto 7: Uma das primeiras costureiras (arquivo de Guaraci Baldi).....	94
Foto 8: Transporte de retalhos de tecidos na década de 50 (arquivo de Guaraci Baldi)	95
Foto 9: Feira da Sulanca em Santa Cruz do Capibaribe na década de 90 (arquivo Guaraci Baldi).....	101
Foto 10: Feira da Sulanca em Santa Cruz do Capibaribe na década de 50 (arquivo da prefeitura da cidade).....	102
Foto 11: Santa Cruz Moda Center - Parque das Feiras em 2005 (arquivo de Guaraci Baldi).....	123
Foto 12: Opção de transporte de mercadorias - Santa Cruz do Capibaribe, 2005 (foto da autora).....	141
Foto 13: Processo de fabricação de buchas em rua de Santa Cruz do Capibaribe. (foto da autora).....	142
Foto 14: Atividades diversas na Feira da Sulanca de Santa Cruz do Capibaribe, em 2005 (arquivo de Guaraci Baldi).....	143
Foto 15: Processo de produção da fábrica Rota do Mar em 2005 (arquivo de Guaraci Baldi).....	147
Foto 16: Processo de acabamento de artefatos em lingerie (foto da autora, 2005).....	149

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Comparativo da Renda Nominal Média dos Responsáveis pelo Domicílio no Brasil, em alguns Municípios e no Estado de Pernambuco.....	129
Tabela 2: Diversas Alternativas de Vendas no Mercado da Aglomeração Produtiva.....	140
Tabela 3: Classificação dos Municípios e Centros Regionais.....	168
Tabela 4: Produção Agrícola do Agreste de Pernambuco.....	226
Tabela 5: Crescimento das Populações Rural e Urbana em Localidades de Produção de Confeção em Pernambuco (1960-1970).....	226
Tabela 6: Crescimento das Populações Rural e Urbana em Localidades de Produção de Confeção em Pernambuco (1970-1980).....	226
Tabela 7: Crescimento das Populações Rural e Urbana em Localidades de Produção de Confeção em Pernambuco (1980-1991).....	227
Tabela 8: Crescimento das Populações Rural e Urbana em Localidades de Produção de Confeção em Pernambuco (1991- 2000).....	227
Tabela 9: População Economicamente Ativa (PEA) dos Municípios da Rota da Confeção(1960).....	227
Tabela 10: População Economicamente Ativa (PEA) dos Municípios da Rota da Confeção(1970).....	228
Tabela 11: População Economicamente Ativa (PEA) dos Municípios da Rota da Confeção(1980).....	228
Tabela 12: População Ocupada (PO) dos Municípios da Rota da Confeção do Agreste de Pernambuco (1991).....	228
Tabela 13: População Ocupada (PO) dos Municípios da Rota da Confeção do Agreste de Pernambuco (2000).....	229
Tabela 14: Renda da População Ocupada e Residente em Domicílios Próprios nos Municípios da Aglomeração Produtiva de Santa Cruz do Capibaribe (2000) (Intervalo: Sem Rendimentos e até 3 Salários Mínimos).....	229
Tabela 15: Renda da População Ocupada e Residente em Domicílios Próprios nos Municípios da Aglomeração Produtiva de Santa Cruz do Capibaribe (2000) (Intervalo: entre 3 e 5, 5 e 10 e até mais e 20 Salários Mínimos).....	229
Tabela 16: Crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) nos Municípios	230

da Rota da Confecção (1960 a 1970)	
Tabela 17: Crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) nos Municípios da Rota da Confecção (1970 a 1980).....	230
Tabela 18: Crescimento da População Ocupada (PO) nos Municípios da Rota da Confecção (1991 a 2000).....	230
Tabela 19: Índice de População Alfabetizada nos Municípios da /Rota da Confecção no ano de 2000.....	231
Tabela 20: População Rural e Urbana dos Municípios da Rota da Confecção no ano de 2000.....	231
Tabela 21: Crescimento ( a a) da População Rural e urbana dos Municípios da Rota da Confecção (1991 e 2000).....	231

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Categorias Analíticas para Definição das Aglomerações Produtivas.....	64
Quadro 2: Externalidades em Santa Cruz do Capibaribe.....	163
Quadro 3: Inovação em Santa Cruz do Capibaribe.....	164
Quadro 4: Legislação Urbanística de Santa Cruz do Capibaribe.....	232
Quadro 5: Comparação Analítica entre os momentos diferenciados da Gestão Municipal (até 1980 e depois de 1980).....	233
Quadro 6: Instituições de Apoio à Aglomeração Produtiva de Santa Cruz do Capibaribe	235
Quadro 7: Resumo das Inovações Tecnológicas da produção de confecção de um Parque avançado em tecnologia.....	236
Quadro 8: Resumo das Inovações Tecnológicas da produção de confecção em Santa Cruz do Capibaribe.....	237

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Taxa de crescimento da População Rural nas Localidades de Produção de Confeção do Agreste de Pernambuco.....	105
Gráfico 2: Taxa de Crescimento da População Urbana nas Localidades de Produção de Confeção no Agreste de Pernambuco.....	108
Gráfico 3: Valor do Rendimento Nominal Médio das Pessoas Responsáveis pelo Domicílio Permanente nos Municípios da Rota da Confeção no Agreste Pernambucano.....	128
Gráfico 4: Crescimento da População urbana dos Municípios Pequenos da Rota da Confeção (1991-2000).	176
Gráfico 5: Índice de Desenvolvimento Humano.....	179
Gráfico 6 : Crescimento da População dos Municípios da Rota da Confeção do Agreste de Pernambuco.....	238
Gráfico 7 : Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios da Rota da Confeção do Agreste de Pernambuco ( entre os anos ,70-75 e 75-80).....	238
Gráfico 8: Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios da Rota da Confeção do Agreste de Pernambuco ( entre os anos, 80-85 e 85-90) .....	239
Gráfico 9 : Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios da Rota da Confeção do Agreste de Pernambuco (anos 85-90 e 90-96.....	239
Gráfico 10. Discriminação das Receitas do Município de Santa Cruz do Capibaribe.....	240
Gráfico 11. Discriminação de Despesas do Município de Santa Cruz do Capibaribe.....	240
Gráfico 12. Índice de Anos de Estudo da População dos Municípios da Rota da Confeção (Pessoas sem Instrução ou com Menos de 1 ano de Instrução).....	241
Gráfico 13. Índice de Anos de Estudo da População dos Municípios da Rota da Confeção (Pessoas com 1 a 3 anos de Instrução).....	241
Gráfico 14. Índice de Anos de Estudo da População dos Municípios da Rota da Confeção (Pessoas com 8 a 10 anos de Instrução).....	242
Gráfico 15. Índice de Anos de Estudo da População dos Municípios da Rota da Confeção (Pessoas mais de 15 anos de instrução).....	242
Gráfico 16. Dívida de origem tributária de IPTU de Santa Cruz do Capibaribe.....	243

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>18</b>
<b>CAPÍTULO 1: O ESPAÇO RURAL E O URBANO NO CONTEXTO REGIONAL...28</b>	<b>28</b>
<b>CAPÍTULO 2: A ECONOMIA URBANA E A AGLOMERAÇÃO PRODUTIVA NA PERSPECTIVA DE REGIÕES RETARDATÁRIAS.....46</b>	<b>46</b>
2.1 A CONCENTRAÇÃO SETORIAL E ESPACIAL DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL: AS AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS EM MARSHALL.....	50
2.2 OS DIVERSOS ENFOQUES TEÓRICOS DE AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS	56
2.3 A INOVAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS.....	65
<b>CAPÍTULO 3: O PROCESSO HISTÓRICO DE PRODUÇÃO DA ECONOMIA E DO ESPAÇO URBANO: A SOCIEDADE EM TRANSIÇÃO PARA A URBANIZAÇÃO.73</b>	<b>73</b>
3.1 A TRANSIÇÃO PARA UMA ECONOMIA URBANA NO AGRESTE DE PERNAMBUCO: O SURGIMENTO DA ECONOMIA URBANA DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE.....	77
3.2 O HISTÓRICO DO SURGIMENTO DA CIDADE DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE.....	78
3.3 A TRANSFORMAÇÃO DE UMA ECONOMIA AGROPECUÁRIA PARA A PRODUÇÃO DE CONFECÇÃO NA DÉCADA DE 60.....	85
3.4 A URBANIZAÇÃO NO INÍCIO DA PRODUÇÃO DE ROUPAS NA DÉCADA DE 60.....	91
3.5 FATORES DETERMINANTES DO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO E EXPANSÃO ECONÔMICA DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE .....	99
<b>CAPÍTULO 4: CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICIDADES DA AGLOMERAÇÃO PRODUTIVA DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE.....111</b>	<b>111</b>
4.1 AS CARACTERÍSTICAS DA GESTÃO MUNICIPAL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA DESCENTRALIZAÇÃO E DA REFORMA ADMINISTRATIVA .....	113

4.2 A EXPANSÃO DA CONFECÇÃO NA AGLOMERAÇÃO PRODUTIVA DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE .....	124
4.3 A CADEIA DE VALOR DA CONFECÇÃO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE .....	133
4.4 O PROCESSO DE TRABALHO NA AGLOMERAÇÃO PRODUTIVA DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE.....	145
4.5 A INOVAÇÃO EM SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE .....	153
<b>CAPÍTULO 5: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A DINÂMICA DE URBANIZAÇÃO NA AGLOMERAÇÃO PRODUTIVA DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE.....</b>	<b>165</b>
5.1 CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DOS MUNICÍPIOS DA AGLOMERAÇÃO PRODUTIVA DE CONFECÇÃO.....	166
5.2 AS MODIFICAÇÕES NA BASE PRODUTIVA E A EXPANSÃO URBANA NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS DA AGLOMERAÇÃO.....	174
5.3 A EXPANSÃO URBANA EM SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE E A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO PARA A MERCADORIA .....	180
<b>CAPÍTULO 6: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>189</b>
<b>APÊNDICE A : TABELAS, GRÁFICOS E QUADROS .....</b>	<b>226</b>
<b>APÊNDICE B: LÂMINAS COM MAPAS .....</b>	<b>244</b>
<b>ANEXO:.....</b>	<b>249</b>

## INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é caracterizar as mudanças socioeconômicas e espaciais decorrentes do desenvolvimento da atividade de confecção em Santa Cruz do Capibaribe em Pernambuco. A questão central da tese é a articulação entre a organização das atividades produtivas e do espaço, levando-se em consideração a peculiaridade da organização sócio-econômica da sociedade local e das diversas escalas de poder que influenciam na promoção das estratégias de desenvolvimento e na configuração do espaço urbano. Do ponto de vista teórico, tal articulação vai evidenciar a relação entre o urbano e o rural, conduzindo a estrutura da pesquisa. O tema geral da tese enquadra-se na preocupação com o desenvolvimento econômico e urbano de uma localidade de capitalismo tardio, discutido por autores que sublinham as diferenças regionais no país (Mello, 1975; Cano 1998; Araújo, 1997). Trata-se de analisar as transformações espaciais e da economia agropecuária para a produção de confecção e sua correspondente urbanização, nas décadas entre 1960 e 2000.

A atividade de produção industrial e o processo de urbanização estão intrinsecamente inter-relacionados (Santos, 2001; Cano, 1988; Sposito, 2000). Mas, nem sempre a cidade surge com essa finalidade. A comercialização das atividades rurais fez-se presente em muitas cidades do Brasil, na época colonial (Oliveira, 1982), e na realidade de muitas regiões do país ainda hoje.

Santa Cruz do Capibaribe começou a desenvolver, sob forma de povoação, com suas incipientes atividades de comércio e de serviços ainda no século XVIII, quando servia de pouso para as boiadas e boiadeiros que atravessavam o Sertão de Pernambuco. Posteriormente, nas primeiras décadas do século passado, tornou-se a sede de atividades produtivas através da comercialização do algodão. Em 1953, deixou de ser distrito de Taquaritinga do Norte e passou a ser um município independente. Na década de 60, com a decadência do algodão e com a atividade pecuária exercida de forma precária devido às condições climáticas (Melo, 1940; 1980), restou como opção produzir confecções (Campello, 1983). Desde então, a sociedade sobrevive desta atividade tipicamente urbana, que passou a se constituir em nicho de oportunidades.

A partir da década de 80, iniciou-se a expansão desta atividade urbana em Santa Cruz do Capibaribe. Ao mesmo tempo, no plano nacional constatou-se a diminuição das migrações internas para o Centro-sul do país e, no regional, o aumento das migrações internas no Agreste de Pernambuco. Naquele momento, evidenciou-se o intenso crescimento demográfico

em Santa Cruz do Capibaribe, em grande parte advindo das migrações inter-regionais tendo em vista a possibilidade de sobrevivência criada com a indústria familiar da confecção.

Nos anos 80 do século XX, nos países desenvolvidos ocorreram intensas transformações do capitalismo que, diante da crise do Pós-guerra, imprimiu mudanças no regime de produção, passando a introduzir novas máquinas com uso intensivo da microeletrônica e informática. Também ocorreu a diminuição de estoques de mercadoria com uso intenso de novas tecnologias na comunicação, acarretando um aumento crescente na taxa de desemprego.

Nesta conjuntura, os governos locais e a iniciativa privada destes países passaram a buscar estratégias de desenvolvimento para enfrentar as dificuldades da reestruturação produtiva e do desemprego, estimulando-se atividades de empresariamento nas cidades e a parceria entre o público e o privado (Harvey, 1998). Convém lembrar que o termo empresariamento usado por Harvey tem um sentido muito próximo da concepção schumpeteriana do empreendedorismo que visa a valorização da competição. No cenário político-econômico da cidade, passaram a desenvolver estratégias para torná-la competitiva. A ênfase dada à promoção da imagem da cidade está associada às mudanças na sua função, agora designada para assumir um novo papel empresarial na gestão local, sob a política do empreendedorismo urbano.

Em princípio, pensou-se analisar um empreendedorismo que, transposto de uma realidade de capitalismo avançado, seria constatado numa região de capitalismo tardio, onde a fundamentação teórica teria por base os estudos de Harvey. No entanto, verificou-se que o conteúdo teórico das pesquisas sobre o assunto precisaria ser examinado com cautela, pois a realidade dos agentes públicos e privados são diferentes numa economia retardatária.

No seu estudo sobre empreendedorismo, Harvey (1996) explicita a nova visão sobre a gestão da cidade, que induz os agentes públicos a assumir a racionalidade do capitalismo, especialmente nos países desenvolvidos. Naquele momento crucial de reestruturação do capitalismo tornou-se muito em voga, entre “os neoplanejadores urbanos”, a idéia de que a cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo em que outras cidades também estão à venda, como pensam Castells e Borja (1996), Borja e Form (1996), embora outros façam a crítica deste pensamento (Vainer, 2001; Fernandes, 2001). Desde então, os gestores locais procuraram alternativas para atrair investimentos e empreendimentos novos, visando elevar a arrecadação tributária, oferecer emprego e viabilizar a infra-estrutura urbana, aspectos necessários ao crescimento das cidades (Fernandes, 2001).

Na presença do crescente desemprego, as idéias neoliberais dos anos 90 se disseminaram entre países desenvolvidos<sup>1</sup> e não-desenvolvidos, levando a proposta de diretrizes para solução do problema do emprego. Os países desenvolvidos, que passavam por reestruturações produtivas pela expansão da tecnologia de última geração e os países em desenvolvimento sem as mesmas especificações de modernidade, deveriam adotar políticas favoráveis à liberdade econômica. Naquele momento, instituir uma política para favorecer a independência do indivíduo econômico parecia a única solução para o desemprego e o desenvolvimento do país. Em consequência da falta de emprego, ocasionada pela real diminuição da produção no parque industrial, passou-se a incentivar as concepções de desenvolvimento local e as idéias de indivíduo empreendedor. Na década de 90, as estratégias para alcançar o modelo de um indivíduo empreendedor partiram de várias frentes governamentais e empresariais<sup>2</sup>.

Nesta conjuntura, desde meados da década de 90, os empregos formais no Brasil diminuíram, o desemprego aumentou e o trabalhador autônomo (o homem da viração) disputa um lugar em toda esquina. A solução imaginada pelo pensamento político do governo federal foi enfatizar tanto a escala local como o indivíduo empreendedor. É sugestivo que, diante de uma crise intensa de emprego, as opções para a criação de uma política empreendedora parta do incentivo ao trabalho por conta própria.

Procuramos então compreender o conceito de empreendedorismo do ponto de vista da teoria neoclássica. O conceito clássico de empreendedorismo consolidou as idéias econômicas e neoliberais<sup>3</sup> de competitividade e liberdade do indivíduo (Silva et al., 2002). Naquele

---

<sup>1</sup> Harvey (1996) mostra em seus estudos sobre “empresariamento”, (termo adotado pelo autor para designar a idéia de empreendedorismo) é uma nova forma de organização de empregos e empreendimentos, através da ação direta dos governos locais.

<sup>2</sup> Desde a década de 90, era comum encontrar comunicações sobre empreendedorismo em espaços sobre a ação do SEBRAE, como as que falam de reengenharia, reestruturações e desemprego e incentivavam a capacidade do indivíduo empreendedor, num misto de idéias liberais e de adesão aos pressupostos psicológicos das relações humanas, muito usados nas empresas que visam aumentar a produtividade. As regras e instruções estavam inscritas em metodologias de estratégias de desenvolvimento usadas internacionalmente, como está escrito abaixo: “Em tempos de reengenharia, de reestruturações empresariais, de desemprego estrutural e globalização, uma luz que se apresenta é a possibilidade de abrir um negócio, adquirir uma franquia ou trabalhar por conta própria, até mesmo dentro de casa (home-based business). Para ser bem-sucedido, no entanto, é necessário saber fazer (ser competente) e querer fazer (estar motivado). Para motivar-se não adianta apenas treinamento. É preciso mudar atitudes, mas antes de tudo conscientizar-se de suas fraquezas e só então desenvolver o seu potencial empreendedor”. Uma das metodologias disponíveis no Brasil para conseguir esse intento está no Sebrae/Empretec e consultores em desenvolvimento empreendedor. Trata-se do estudo do Perfil Empreendedor, da Metodologia de Desenvolvimento de Empreendedorismo, da Management Systems International e MacBeer (MSI), criadas especialmente para a Organização das Nações Unidas (ONU). (<http://www.geocities.com/eureka/2471/potempre/htm>).

<sup>3</sup> Os economistas Cantillon (1680-1734) e Jean Baptiste Say (1767-1832) analisaram o surgimento de novas empresas, as dificuldades do mercado e o papel do empresário - centro do processo econômico (Braga, 2003).

momento, falava-se em liberdade do indivíduo e em competitividade no mercado formal da economia.

Atualmente, os pressupostos do empreendedorismo têm estado em evidência nos vários campos da sociedade, através do prestígio e da política de emprego por conta própria e do incentivo à racionalidade econômica da administração pública. A teorização sobre o empreendedorismo, e mesmo os exemplos práticos, vinha em princípio das discussões internacionais<sup>4</sup> sobre globalização, do papel das cidades e da nova forma de produzir e criar, geradas pela reestruturação da produção. Percebe-se que as soluções buscadas por este novo empreendedorismo visam à adaptação aos novos termos do desenvolvimento capitalista, onde a flexibilidade do trabalho ultrapassa os limites de sua regulamentação e incentiva um novo modo de produzir. Através da produção familiar em domicílio, está sendo reeditada a forma antiga de produção capitalista, adequada às regiões de capitalismo tardio, como em Santa Cruz do Capibaribe.

No âmbito desta pesquisa, o caminho foi não perder de vista o fato de que o processo de desenvolvimento urbano em Santa Cruz do Capibaribe e seu entorno tem limites que extrapolam a escala local. Entende-se, pois, que os fatores exógenos, como taxa de câmbio, juros, tributos e regulação do mercado de trabalho não dependem de governos locais (Brandão, 2003).

Embora não se discuta a eficiência das soluções implementadas pela ação da sociedade e do poder público, em certos espaços locais de crescimento retardatário, não se pode negar as dificuldades em relação à criação de condições de infra-estrutura técnica e social, que representam possibilidades para a obtenção de vantagens comparativas. Pode-se dizer que a urbanização e o crescimento industrial em Santa Cruz do Capibaribe e a atual expansão urbana dos municípios vizinhos, são resultado da evolução de uma atividade econômica truncada<sup>5</sup> e específica da localidade. A urbanização que se processa daquela industrialização é precária e tem as mesmas condições atrasadas do meio rural.

A dificuldade de analisar a organização de uma atividade produtiva e do espaço urbano, cuja origem parte de uma pluriatividade do meio rural, vem de suas especificidades. Sendo assim, não se seguiu à risca um modelo de interpretação do final do século XX, próprio de países desenvolvidos, onde estão destacadas as novas formas de acumulação flexível do

---

<sup>4</sup> David Harvey e os espanhóis Castells e Borja são reconhecidamente referências sobre o assunto, diferindo apenas do ponto de vista da percepção das vantagens das políticas públicas sociais ou do estímulo à função social da sociedade civil (Castells e Borja, 1996; Harvey, 1996).

capital e as reformas administrativas do Estado capitalista. Embora levando em conta a constituição teórica destas interpretações e evidenciando o seu alcance para a análise numa região deprimida. Ao lado do arcabouço teórico do novo regime de produção, não se deixou de considerar as antigas teorias herdadas de Marshall (1919), revisitadas por diferentes tendências na atualidade para o estudo das aglomerações produtivas, além das sistematizações teóricas que dão suporte à caracterização da região no contexto de capitalismo tardio. As diferentes análises, que põem em evidência a caracterização do espaço urbano versus rural, foram expostas visando deixar claro a especificidade da urbanização periférica.

Neste caso, examinando a questão espaço e atividade econômica de Santa Cruz do Capibaribe, percebe-se a constituição do fenômeno que na atualidade é considerado uma aglomeração produtiva. O estudo das aglomerações produtivas, também chamadas de distritos industriais, *clusters* e APL (Arranjos Produtivos Locais), tem recebido destaque na atual fase do capitalismo, dada à situação de crise do trabalho.

Neste contexto de crise, revigoram-se as idéias do indivíduo ativo, arrojado e empreendedor. Retomam-se as idéias de Schumpeter para definir o papel do empresário como agente de mudanças, inovador de produtos, indutor de novos processos e conquistador de novos mercados. O virtuoso empresário schumpeteriano passou a ser chamado de empreendedor<sup>6</sup>. Nas novas condições, a pequena empresa, o trabalhador autônomo e o empreendedor são elementos que viabilizam o desenvolvimento nos tempos de neoliberalismo ou, porque não dizer, a sobrevivência dentro das novas possibilidades da reestruturação produtiva.

Por sua vez, a informalidade se tornou a grande opção para o trabalho autônomo por ser facilmente readaptada às novas regras da especialização flexível<sup>7</sup>, que induzem à terceirização da produção e dos serviços. No caso de Santa Cruz do Capibaribe e localidades no entorno, a informalidade se constitui num ponto forte para a caracterização do espaço produtivo. E as definições teóricas sobre informalidade se encaixam na realidade daquela região, quando se diz que a informalidade inclui “proprietários e trabalhadores que participam

---

<sup>5</sup> O termo usado por Oliveira (Ornitorrinco, 2002), quando mostra que a evolução urbana é fruto das dificuldades de desempenho da atividade econômica.

<sup>6</sup> Joseph Schumpeter (1883-1950) foi o primeiro a valorizar o empreendedor (e a empresa) como o caminho para a prosperidade e para o progresso.

<sup>7</sup> Na descrição da crise do modelo do pós-guerra, (Piore e Sabel, 1984) sublinham os limites do sistema regulatório Keynesiano multinacional (regulação macroeconômica que equilibra crescimento de suprimento com demanda) e frisam o papel importante das ações de regulação institucional do mercado. A especialização flexível está marcada pelo confronto com a rigidez do fordismo e da produção em massa, que dá lugar a uma nova forma

da produção em unidades produtivas micro ou pequenas”. Além disso, as relações de trabalho “não se encontram bem estabelecidas, seja no âmbito da organização do trabalho como no cumprimento das regras legais” (Tokman e Souza, 1976; 1978 in Cacciamali), sendo o trabalho, geralmente, de baixos níveis de qualificação e tecnologia (Cacciamali, [www.eco.unicamp](http://www.eco.unicamp)). Como toda realidade é composta dialeticamente de contradições, ali também se encontra um pequeno número de empresas formalizadas e de tecnologia adequada às grandes produções.

Por outro lado, em Santa Cruz do Capibaribe observam-se irregularidades na forma de ocupação do solo e, algumas vezes, falta a legalização de propriedade dos imóveis,<sup>8</sup> tendo em vista o intenso crescimento da construção civil e a dificuldade de disciplinar o espaço de acordo com as leis de Uso do Solo.

Argumenta-se, aqui, que as modificações na atividade econômica local provocaram significativas transformações na organização produtiva e no espaço físico de Santa Cruz do Capibaribe e municípios vizinhos. Em Santa Cruz do Capibaribe, são intensas as transformações no uso do solo por conta da atividade urbana de confecção tanto no espaço urbano como no espaço rural. Está em curso uma expansão intracidades em consequência da ocupação de antigos terrenos vazios, agora destinados ao crescimento da atividade produtiva. Embora a dinâmica econômica e do espaço se espraíem pelos diversos municípios<sup>9</sup>, o estudo de caso sobre a expansão da mancha urbana se restringe à cidade de Santa Cruz do Capibaribe.

Neste estudo, o argumento utilizado foi que a cidade organizou-se para a produção de confecção como uma estratégia de sobrevivência. Com o objetivo de determinar os procedimentos da pesquisa, partimos da análise crítica sobre os estudos, visualizando as diferenças entre o espaço urbano e rural, e optamos pelas definições que mostram uma integração entre os espaços. Eles podem ser mais acessíveis para refletir sobre a especificidade da urbanização, caracterizada por uma situação de infra-estrutura social, muitas vezes inóvia, em que se encontram os centros urbanos de economias de regiões retardatárias.

---

de organização do trabalho baseada na especialização e terceirização. A especialização flexível promove o surgimento de fornecedores de suprimento e de serviços.

<sup>8</sup> No Brasil, a ilegalidade diz respeito à conformidade legal da propriedade, à “irregularidade”, à forma espontânea de ocupação do solo, não conforme com a legislação urbanística. No nível nacional, desde 2001 existe o Estatuto da Cidade, estabelecendo princípios e diretrizes nacionais que devem ser aplicados nos municípios, com parâmetros definidos localmente e oficializados no Plano Diretor Municipal, quando existe, já que a maioria dos municípios não tem. Voltaremos ao assunto no capítulo 5.

A argumentação dialética ajudou a compreender a complementaridade e contradições de uma região retardatária. A percepção da realidade vivenciada na produção e comercialização na aglomeração sempre esteve ao lado do uso de categorias de análises. O objeto de estudo desta pesquisa é a formação e estruturação de uma aglomeração e seus efeitos territoriais em termos regionais e intra-urbanos. Através das análises vivenciadas na realidade empírica, notamos que a função dos agentes privados tem uma significação mais expressiva na condução da atividade empreendedora de sobrevivência e este é o foco assumido na pesquisa. A discussão sobre os diversos atores, públicos ou privados, que compõem o processo de produção da aglomeração produtiva, apenas se verificaria como complementação da análise, numa forma de não se fugir ao foco principal da pesquisa. A questão da urbanização do conjunto dos municípios é tratada no transcorrer da pesquisa e a organização espacial de Santa Cruz do Capibaribe é analisada de forma breve mostrando-se, principalmente, as especificidades locais.

Com o desenrolar do trabalho, optou-se para que a análise da tese partisse de um corte temporal/espacial, que determinasse o campo de estudo e sua dimensão. A decisão significou a escolha da orientação da estrutura metodológica que favorecesse maior compreensão do problema e dos objetivos a atingir. O referido corte analítico definiu o território a ser mapeado e as diversas épocas históricas da pesquisa. As conclusões da pesquisa devem proporcionar uma leitura de fenômenos semelhantes em localidades diversas, porém com a mesma estrutura socioeconômica e espacial desse estudo de caso.

O método adotado para a pesquisa empírica partiu da análise dos dados estatísticos elaborados por instituições, como FIBGE/IBGE, Sudene, Condepe, Sebrae, Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Capibaribe e outros órgãos. Por isso, não ocorreu a escolha de uma amostra para indicar a representatividade da realidade. Além disso, procura-se complementar as informações para a compreensão das transformações econômicas e sociais ocorridas na cidade, por meio de Entrevistas com representantes de cada um dos segmentos que formam a aglomeração produtiva.

Na pesquisa empírica, foi realizado um recorte temporal para evidenciar as mudanças na relação entre a atividade econômica em transformação e o espaço urbano. A seqüência utilizada foi o momento histórico entre 1960 e 2000. As perguntas respondidas levaram à sistematização da exposição e permitiram a coerência da argumentação. Como ocorreu a

---

<sup>9</sup> Os municípios que formam a aglomeração produtiva de confecção são: Santa Cruz do Capibaribe, Toritama, Taquaritinga do Norte, Frei Miguelinho, Surubim, Santa Maria do Cambucá, Vertentes, Vertente do Lério,

transformação da atividade econômica e do espaço para a produção de confecção? Qual a especificidade da aglomeração produtiva em Santa Cruz do Capibaribe? Como se deu a transformação do espaço urbano daquela localidade?

A pesquisa empírica teve como objetivo descrever o processo de transformação no uso e ocupação do solo urbano de Santa Cruz do Capibaribe, cujas características são descritas no texto da tese (nos anexos apresentamos mapas, tabelas e gráficos que fundamentam a descrição). Para a realização da pesquisa enfrentou-se o grave problema da inexistência de muitos dados essenciais, devido à falta de material cartográfico atual nos municípios. Foi preciso atualizar os mapas, o que se efetivou sem a participação de recursos institucionais adequados.

A tese está organizada da seguinte maneira: no Capítulo 1, a partir da revisão da literatura, analisou-se as diferenças e semelhanças entre o rural e o urbano. No estudo empírico, foram encontradas dificuldades em separar interesses econômicos e políticos do campo e da cidade e em caracterizar, em última instância, o espaço urbano e o rural. Essa discussão levou à visão integradora dos dois pólos e a admissão da expansão das atividades econômicas, a partir do meio rural. Todavia, as diferenças e integrações entre o rural e o urbano são também significativas para explicar as formas de valorização do capital. Consideramos que a especificidade das transformações urbanas está inscrita no próprio processo de desenvolvimento político, econômico e social da região, pondo-se em destaque a situação de pobreza, as condições de precariedade da infra-estrutura econômica e social e a posição dessa localidade em relação ao poder constituído do Estado.

No Capítulo 2, aprofundou-se a análise teórica sobre aglomerações produtivas e inovações, considerando as especificidades nas regiões retardatárias. As principais fontes teóricas vieram do mundo desenvolvido. Na análise, as dessemelhanças com uma região deprimida foram evidenciadas e, desse momento crítico, a informalidade foi eleita como uma categoria de análise básica. Os ensinamentos de Marshall mostraram-se importantes para a compreensão da relação entre espaço e atividade econômica. De igual forma, as análises sobre inovação e sobre o empresário empreendedor, nesta época de valorização do homem econômico, têm sido redescobertas com base nas concepções de Schumpeter.

A revisão da literatura sobre o assunto analisado neste capítulo destaca algumas variáveis e categorias de análise, dispostas em quadros que orientaram o discurso teórico sobre aglomeração e inovação, servindo de lastro para a pesquisa empírica. A partir do estudo,

e com base na realidade daquele espaço geográfico, a nova concepção de aglomeração e inovação deverá caracterizar a manifestação deste fenômeno em Santa Cruz do Capibaribe e seu entorno.

No Capítulo 3, demonstrou-se como ocorreu a transformação da atividade econômica e do espaço para a produção de confecção. Discutiu-se a origem da atividade econômica em Santa Cruz do Capibaribe e a sua expansão, quando se agregaram os demais municípios que impulsionam o desenvolvimento local. Para apontar a integração espacial dos municípios buscamos o recurso cartográfico exposto nos mapas, em anexo.

Discutiu-se também a configuração social e urbana da cidade, modificada com a introdução de novas atividades de produção, e examinou-se a forma rudimentar de instalação da infra-estrutura social e econômica no meio urbano. Foram expostas as trajetórias históricas de Santa Cruz do Capibaribe, salientando características da localidade que tornaram possível o dom da costura induzido pelo *habitus*<sup>10</sup> na educação da mulher. Elaborou-se a argumentação estrutural da tese ao constatarmos explicações sobre as diferenças regionais, a partir das diversas estruturas econômicas e sociais, consolidadas por alianças políticas de interesses diferenciados no país, e que também são capazes de explicar as diferenças e as especificidades da localidade.

Na primeira parte do Capítulo 4, focalizou-se as características do empreendedorismo na aglomeração produtiva de confecção em Santa Cruz do Capibaribe e seu entorno, destacando o papel da iniciativa privada na implantação dos empreendimentos e as características da aglomeração produtiva local, e examinando dois aspectos importantes: o setor de atividade e o mercado. Considera-se que a produção de Santa Cruz do Capibaribe tem características específicas: por ser destinada ao mercado de baixa renda, a produção da aglomeração possui um baixo valor do produto, repercutindo em outras condições de produção, como na tecnologia empregada, na forma de inovação, no uso de recursos materiais e na remuneração da mão-de-obra. Concluiu-se, então, que a forma de produção do valor repercute na geração da renda e na organização da economia, que em seus vários segmentos, encontra-se na informalidade.

Neste capítulo, usou-se como método a classificação por meio das categorias de análise e especificidades da aglomeração produtiva de Santa Cruz do Capibaribe. Como

---

<sup>10</sup>Segundo Bourdieu e Passeron, a “inculcação” de certo *habitus* transmitido na família ou na vida social de uma comunidade é “eficaz na forma de transmissão da maneira de ser e nas habilidades”, constituindo-se num trabalho pedagógico antes da escola. Bourdieu e Passeron (1975) A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino.

resultado, descrevemos a forma de organização da atividade baseada em intensa divisão do trabalho, na cooperação, nas externalidades e nas inovações. Outra característica explorada no estudo desta aglomeração produtiva foi a especificidade da cooperação, competição e inovação. A análise procurou guardar o registro tanto de sua ocorrência como das suas singularidades.

No Capítulo 5, abordou-se os fatores determinantes do processo de transformação econômica e da urbanização de Santa Cruz do Capibaribe. A questão era responder como se deu a transformação no espaço urbano daquela localidade. Em princípio, ficou entendido que a expansão da produção de mercadorias promoveu um adensamento do espaço urbano, quando se observou um acentuado processo de parcelamento do solo na cidade. A estruturação deste capítulo levou em conta a análise das alterações mais recentes na configuração do espaço e na questão do uso e ocupação do solo.

Observou-se a expansão da mancha urbana no espaço de Santa Cruz do Capibaribe, através do registro cartográfico. Além de informações de mapas antigos e recentes, foram consideradas observações sobre a expansão do perímetro urbano contidas em lei do município para a atualização do registro cartográfico. Ao fazer-se um paralelo com os dados demográficos, apurou-se que entre 1960 e 2000, o incremento populacional foi responsável pela expansão urbana, constatando-se, através de observação in loco e utilizando informações da população que depois do ano 2000 a expansão urbana ocupou praticamente todo o espaço do território do município de Santa Cruz do Capibaribe e adentrou os limites vizinhos.

No capítulo 6, estão explanadas as considerações finais com observações sobre o empreendedorismo e o modismo das políticas que incorporaram doutrinas e pressupostos dos países centrais, demonstrando a dimensão do empreendedorismo no contexto de uma aglomeração produtiva, integrante de uma economia retardatária, caracterizada pela informalidade e pela escassa inovação tecnológica. Outras argumentações discutidas ao longo do trabalho foram retomadas. Entre elas, a questão que diz respeito à imensa integração entre o espaço urbano e o rural. Sublinhamos também o novo processo de expansão urbana naquela localidade, através do crescimento da atividade de confecção nos municípios vizinhos e às mudanças no uso do solo e na morfologia do espaço.

## CAPÍTULO 1: O ESPAÇO RURAL E O URBANO NO CONTEXTO REGIONAL

Nas discussões sobre desenvolvimento regional, tanto no debate acadêmico como na sociedade, têm-se prestigiado o estudo que reúne a contextualização do espaço e da produção. Considerando-se a especificidade da urbanização, defendemos aqui que a evolução econômica experimentada, ao invés de exercer uma prática de confronto entre os espaços, muito mais propicia a integração entre o urbano e o rural naquela região. Com o intuito de promover a construção da base conceitual para a compreensão do fenômeno desta urbanização, em suas múltiplas perspectivas, elaborou-se um estudo do referencial teórico.

Neste capítulo, apresenta-se a revisão bibliográfica e a análise das diferentes abordagens sobre os espaços rural e urbano, destacando os autores que discutem o assunto do ponto de vista espacial e regional, como Oliveira (1982), Clementino (1995), Bezzi (1996) e Cano (1988). Evidenciando-se também os autores que tratam da “dicotomia versus continuum”, como Kageyama (1998), Carneiro (1998), Graziano da Silva (1997 e 1999), Abramovay (1999 e 2000) e José Eli da Veiga (1999 e 2000), clássicos como Marx (1975), e os que discutem a questão urbana como Lefebvre (1970,1973) e Lipietz (1985:7) e as especificidades do espaço urbano no capitalismo.

As análises dos clássicos mostraram uma oposição entre cidade e campo, que mais representava o rompimento com o modo de produção, dada a influência nas suas interpretações da passagem para o capitalismo (Braudel, 1997:439). Na interpretação do jovem Marx, “a oposição entre cidade e o campo começa com a passagem da barbárie à civilização, do regime das tribos ao Estado, da localidade à nação e encontra-se em toda a história da civilização até os nossos dias” (Marx, em *Ideologia Alemã*<sup>11</sup>). Marx considerou “a contradição entre campo e cidade um motor do desenvolvimento histórico e deduz que o fundamento de toda divisão do trabalho, desenvolvida e processada através da troca de mercadoria, é a separação entre cidade e campo” (Marx apud Oliven 1983).

No Brasil, desde o período colonial até os tempos atuais de desenvolvimento do capitalismo, não parece ter sido promovida a ruptura entre o rural e o urbano. Mesmo assim, as diferenças entre ambos existem, embora convivam de forma complementar visando os interesses do capital.

---

<sup>11</sup> *Ideologia Alemã* (1846), In Karl Marx, *Pre-Capitalist Economic Formations*, p.p Eric Hobsbawm, 1964, p 127. Na versão brasileira do livro publicada pela PAZ E TERRA em 1975, a citação está na página 118.

Os primeiros debates e reflexões sobre a referida questão surgem sistematizados por uma leitura que assume o rural como uma realidade específica e oposta ao urbano, embasada pelos estudos das diferenças entre comunidade e sociedade, de Ferdinand Tönnies (1931). Este antagonismo dualístico para o rural era o tema da corrente denominada dicotômica. Os estudos avançaram para questionamentos sobre os limites rígidos entre as oposições. A polaridade tão bem demarcada passou a ser questionada pela corrente da teoria do continuum rural-urbano proposta por Sorokin e <sup>12</sup>Zimmerman (1920-1930), que mais tarde também foi debatida por Redfield (1947).

Em outra perspectiva, enfatiza-se o enfoque analítico do continuum rural-urbano, que é uma variação da análise da visão dicotômica do espaço. Autores como Sorokin & Zimmerman (1920-1930) e Galpin (1929)<sup>13</sup> consolidaram o conceito. A polarização antagonica passou a ser substituída por uma variação espacial que vai de uma situação típica (o rural), entremeada por modificações, para chegar ao espaço urbano (Martins 1986).

Nessas correntes de pensamento, o rural<sup>14</sup> foi tema de intensos debates, nos quais uma concordância em termos de classificações não era consenso, pois as explicações dadas para distinguir as suas características e interações sempre encontravam dificuldades.

Com o desenvolvimento das análises, a realidade parecia contar com certa aproximação das condições rurais e urbanas e mostrar certa interação dos pólos vistos como equidistantes. É preciso notar, entretanto, que a produção social e espacial estava vivenciando a perspectiva do capitalismo concorrencial naquele momento, expressando a tendência, não ao rompimento em si e sim ao avanço para a urbanização, à integração para a expansão da cidade industrial, o que significava também o crescimento do capitalismo.

Diante dos embates teóricos, das crescentes indefinições e da expansão urbana frente ao desenvolvimento do capitalismo, o rural deixou de ser posto em xeque como objeto de pesquisa. Passou a ser aceito que a urbanização atingiria o campo e seguiria rapidamente,

---

<sup>12</sup> Em 1931 escreveu sua principal obra: *Princípio de Sociologia*.

<sup>13</sup> Cuja obra principal é: *Principles of Rural-urban Sociology* (1929).

<sup>14</sup> Existem definições devido às diversas correntes de pensamento sobre o pólo rural: a primeira, considerada clássica, iniciou-se por volta de 1900 e estendeu-se até meados de 1950. Nela o rural, como problema empírico, é analisado pelos estudos voltados para a comunidade, através dos enfoques dicotômicos. Estes proporcionaram a origem da teoria do continuum rural-urbano, que levaram o rural a ser condicionado como um resíduo; o segundo período compreende de 1950 até meados de 1970, marcado pelo predomínio do enfoque difusionista e gerador da crise da "rural sociology". Neste, o rural torna-se sinônimo de agrícola; o terceiro período, que se inicia em meados de 1970, estende-se até os dias atuais, é marcado pela sociologia da agricultura com enfoque político-econômico de análise pluralista. Esta perspectiva, até recentemente, relevava a importância do rural pelas críticas relacionadas ao seu caráter empírico, como objeto de pesquisa. Atualmente, as interpretações estendem-se ao rural, mas não se restringe às práticas agrícolas. Roni Blume (2004) [www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br).

suplantando as determinações do mundo rural. Continuava, entretanto, a existir o confronto entre os dois pólos antagônicos.

Atualmente, dado o desenvolvimento do capitalismo, tem sido sublinhada a complementaridade entre os dois espaços. Entende-se que o campo potencializa o desenvolvimento das cidades que, ao mesmo tempo, são estimuladas pelo campo numa relação dialética. Braudel (1997:446) disse que entre eles “há simultaneamente separação e aproximação, divisão e agrupamento” dos espaços.

Frente à realidade de países em desenvolvimento, onde o processo de produção de mercadorias parte do campo desde a época colonial, a ruptura entre rural e urbano não fica clara. A noção de complementaridade e alianças cabe mais dentro das determinações políticas e espaciais, embora não fique longe a contextualização de conflitos de interesses, que são muito mais acentuados pelas disparidades regionais de uma região periférica (Cano, 1988).

Existiria, então, condição de se falar numa ruptura rural e urbana em última instância? Nos dias atuais, se discutem novas formas de organização espacial presentes em localidades rurais, semi-urbanas e outra espacialidade. A questão da definição do espaço torna-se crucial, quando se está diante da tentativa de compará-lo com as condições socioeconômicas da localidade, e nem sempre o assunto leva a essa via de interpretação.

A maioria das definições considera o espaço como característica eminente dos corpos físicos. Existem, porém, opções de uni-lo no contexto das teorias sociais (Galvão, 2003). Neste caso, ocorrem proposições associando o espaço ao papel de reprodução do sistema socioeconômico (*Ibidem*, 2003).

Harvey (1999) foge da visão generalizada e define o objeto do espaço como atributo social (Galvão, 2003: 30)<sup>15</sup>: “o espaço define-se no âmbito das determinações mais gerais da reprodução capitalista como uma dimensão associada desta”. O lugar ou a localidade refere-se a uma dimensão geográfica e social e diz respeito ao “território e seus elementos sociais” (*Ibidem*, 2003). A “interligação espacial” entre os diversos processos de produção de mercadorias é proveniente da troca que comanda “a unidade” dos “processos de trabalho social” e de “produção, que determinam a realidade concreta da integração entre os lugares” (Galvão 2003:30).

Subsistem, portanto, formas de organização do espaço que, mesmo não suprimindo as antigas, denotam características próprias na condução de arranjos espaciais de atividades

---

<sup>15</sup> Lembra o autor que Krugman e seus adeptos definem a “localização da produção do espaço” como objeto da moderna geografia (Krugman, 1997, citado por Galvão, 2003:30).

produtivas articuladas a um território. Neste caso, numa localidade periférica de incipiente produção industrial, a urbanização está definida pelo processo socioeconômico característico da região e, portanto, com limitações devido à situação social de pobreza local e as suas dificuldades geográficas. A geografia e as disparidades regionais fazem parte do todo e não devem ser suprimidas na conceituação. Muitas vezes, as definições passam longe das especificidades políticas e socioeconômicas.

São inúmeras as definições das diferenciações e caracterização dos espaços. Entre tantas, define-se o espaço urbano através da forma como é usada a terra numa localidade determinada pelas diversas atividades de comércio, serviços, gestão, áreas industriais, residenciais, públicas, privadas, de lazer (Corrêa, 2002). Esse conjunto “de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano” (*Ibidem*, 2002). Entretanto, muitas vezes apenas isto não o caracteriza, e várias soluções são arroladas na tentativa de definir precisamente, do ponto de vista empírico, físico e social, o espaço rural e o urbano. Com o intuito de proceder tal definição, iniciou-se consideráveis discussões para definir as suas qualidades e, por sua vez, estabelecer a ordenação legal desta classificação espacial.

O campo normativo pode ser entendido como o debate promovido sobre as definições do urbano e rural por instituições do governo e de pesquisas. Na concepção normativa, o espaço é compreendido empiricamente como fonte de dados e indicadores estatísticos, onde, sob a insígnia desses critérios, são demarcadas as fronteiras entre o rural e o urbano e se estabelece a contagem populacional.

A ordenação do espaço na sociedade é feita através de legislação que diz respeito ao uso do solo, normas de zoneamento, código de obras e constitui obrigação do Estado. A sua ação é realizada num contexto de conflito de interesses e dentro de um jogo de alianças que tende a privilegiar, a cada época, “segmentos da classe dominante que estão no poder a cada momento”, segundo uma argumentação crítica (Corrêa, 2002:27). Ao que tudo indica, nem sempre existe, por parte do governo, uma atitude direcionada em alcançar os objetivos da racionalidade capitalista por meio da normalização do espaço da sociedade. Muitas vezes, a inércia na elaboração das normas distorce a realidade da práxis social, ou seja, a realidade social não é apreendida pela ação da burocracia.

Com a reestruturação produtiva do capitalismo, as transformações da vida econômica e social têm levado, até certo ponto, a uma maior interiorização da produção, gerando um instigante confronto sob a forma de normalização dos espaços das instituições. As atribuições expressas pelos indicadores mostram a sua importância e, ao mesmo tempo, é motivo de

questionamento quanto à qualidade para apreender a realidade das metodologias que os técnicos desses institutos utilizam. Os questionamentos de pesquisadores como José Eli da Veiga (2002) e Ricardo Abramovay (1999), entre outros, confrontam a viabilidade das conceituações.

No debate sobre a caracterização do espaço, contesta-se o conceito utilizado pelo Censo Demográfico, baseado em estatística, na organização territorial e sua implicação na política municipal. Segundo José Eli e outros (Veiga, 2002; Abramovay, 1999), a formulação dos conceitos não parece ser representativa da realidade de muitas localidades. Observa-se que as dinâmicas demográficas atrelam à mensuração outras iniciativas que dependem desses números como, por exemplo, a alocação de serviços públicos (saúde, educação, transporte, comunicação), disponibilidade de infra-estrutura, repasses governamentais.

Para o Censo Demográfico, é considerado urbano quem mora no perímetro urbano de uma cidade, mesmo que, na localidade, não existam atividades que expressem a configuração de uma vida urbana. O trabalho de sobrevivência daqueles arrolados pelo censo e a forma de vida, segundo os autores, é rural. De fato, eles têm razão quando enfatizam a falta de classificação das populações segundo uma precisão do significado conceitual das normas.

As definições teóricas nem sempre conseguem ser conduzidas com plenitude para a prática das normas institucionais. É uma questão importante, pois a conversão dessas normas vigentes na apreensão da realidade às vezes provoca distorções, demonstrando falta de precisão, tanto nas próprias estatísticas oficiais e, portanto, nos estudos que delas se utilizam, quanto no tratamento das diferentes formas de ocupação do solo e em outras questões de políticas urbanas.

Do ponto de vista formal, além do Decreto-Lei nº. 311 de 1938, ainda em vigor, que dispõe sobre a divisão territorial do país, existem no Brasil diferentes normas estabelecidas através de legislação municipal que definem a localização do perímetro urbano. Após a Constituição Federal de 1988, a Lei do Plano Diretor está encarregada de reunir diretrizes gerais de uso e ocupação do solo no território do município. No entanto, sabe-se que na prática ainda existem muitos municípios que não possuem Lei de Perímetro Urbano e, além disso, as definições contidas nos planos diretores quanto à legislação de uso e ocupação do solo reportam-se mais à zona urbana. A área rural, em princípio, é considerada na legislação como aquela porção de terra do município própria para atividades da agropecuária e do reflorestamento.

Na maioria das vezes, existem determinações normativas no país e as dificuldades estão em suas explicações e aplicações. Nestas condições, o IBGE (Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística), no Censo de 80, antecipou-se à Constituição e fixou determinações conceituais do espaço rural e urbano que deveriam estar expressas nas leis municipais ao considerar pertencente “à situação urbana as pessoas e domicílios recenseados nas cidades, vilas e áreas urbanas isoladas. A rural dizia respeito à população e domicílios recenseados fora dos limites daquela área, inclusive nos aglomerados rurais (povoados e arraiais, etc)” (Censo Demográfico de 1980: XI). A definição do que seja um aglomerado urbano ou rural não está explícita nas normas.

Por sua vez, as modificações nas nomenclaturas e no significado das normas são intensas. O IBGE chegou a conceituar unidades territoriais como sendo “ocupação nas franjas da mancha urbana”, “áreas especiais de conservação e preservação ambiental, comunidades rurais” (IBGE, Censo Demográfico, 1994:15 e Silva, 1999:67 e 68).

Segundo o documento do Censo Demográfico de 1991, o IBGE faz a seguinte diferenciação: “na situação urbana, consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A rural abrange toda a área situada fora desses limites, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos” (Censo Demográfico 1991, FIBGE, in Kageyama, 1998). Após 1991, o IBGE adotou as diversas categorias tentando dar conta das transformações no aguçado processo de urbanização, denominadas: “áreas urbanizadas”; “áreas não-urbanizadas”; “áreas urbanas isoladas” (separadas de sede municipal ou distrital por área rural ou outro limite legal); “aglomerados rurais do tipo extensão urbana” (assentamentos situados em áreas fora do perímetro urbano legal, mas desenvolvidos a partir da extensão de uma cidade ou vila, ou por ela englobados em sua expansão). Entendendo-se que “povoado” é um aglomerado rural isolado, sem caráter privado ou empresarial, que dispõe de um mínimo de serviços ou equipamentos e cujos moradores exercem atividades econômicas nos setores primário, terciário, ou mesmo, secundário; “núcleo” é um aglomerado rural isolado, vinculado a um único proprietário do solo; e, “outros aglomerados”, aqueles que não cumprem os requisitos que definem os três tipos de áreas rurais anteriores. “As categorias denominadas de urbana, não-urbanizada e rural extensão do urbano procuram justamente dar conta, de fato, do problema da extensão das áreas urbanas sobre as rurais sem a conseqüente atualização do perímetro urbano legal dos municípios na data do censo”, diz Silva (1999:67, 68). Segundo o autor, a intenção era “diminuir distorções especialmente na área indígenas e nos aglomerados subnormais (favelas e similares)” (*ibidem*).

Muitos autores advertem sobre as dificuldades de aplicação dessa classificação, mesmo objetivando apreender a diversidade da realidade dos diversos espaços nos municípios. Entretanto, consideram que “a manutenção da anacrônica separação inframunicipal e administrativa dos espaços rurais e urbanos oficiais força que os estudos sobre o Brasil rural se restrinjam aos 32 milhões de habitantes que residem fora dos perímetros que as câmaras municipais consideram urbanos” (Veiga, ANPEC, 2001). Veiga atenta para o fato de que essa classificação acaba reforçando a concepção de que são urbanas todas as sedes municipais (cidades), sedes distritais (vilas) e áreas isoladas assim definidas pelas câmaras municipais, independentemente de qualquer outro critério geográfico, de caráter estrutural ou funcional, (*Ibidem*).

Em geral, a classificação do IBGE arrola, não apenas a visão geográfica e territorial, mas também as variáveis demográficas e a superposição de alguns critérios da geografia, como o de ambiente natural dos ecossistemas, além da divisão político-administrativa do município.

Apesar das dificuldades na definição dos espaços, a questão puramente demográfica não tem sido reforçada nas determinações dos institutos estatísticos no Brasil. Os Estados Unidos, por exemplo, identificam como "centro urbano" qualquer localidade onde vivam mais de 2.500 pessoas. O processo de urbanização, no entanto, não se limita apenas à concentração demográfica ou à construção de elementos visíveis sobre o solo, ou outros perfis geográficos, mas inclui também o surgimento de novas relações econômicas e de uma identidade urbana peculiar que se traduz em estilos de vida próprios.

Apontando também as dificuldades das normas censitárias, Graziano da Silva (1999:66) mostra as limitações para o tipo de procedimento que impõe à análise dos dados nos períodos intercensitários, agravadas pelo fato de atualizações serem feitas muitas vezes em época posterior aos recenseamentos pela legislação municipal. Este é o caso de cidades como Santa Cruz do Capibaribe. O recenseamento de 1991 constatou o aumento substancial da população rural do município, engano somente consertado em 1997, através da Lei Municipal 686/77, que formalizou as mudanças na delimitação do perímetro urbano da cidade. O espraiamento da população sobre o espaço do campo ocorreu antes que as leis de urbanização da cidade se manifestassem. Essa informação, por ter sido extra-oficial, não foi repassada ao IBGE, que acabou realizando a Contagem Populacional de 1996 com dados distorcidos da realidade vivida pelo processo de urbanização.

O município de Toritama<sup>16</sup> apresentou problema semelhante na época do Censo de 2000, quando mostrou um crescimento da população rural em torno de 44,7% em relação a 1991, após ter experimentado decréscimos na sua população rural no período entre 1970 e 1980, de -5,45% e entre 1980 e 1991, de -26,74%. É bom lembrar que o município tem uma área relativamente pequena e a produção rural está baseada em culturas de subsistência (milho e feijão), não possuindo um espaço de desenvolvimento agrícola ou pecuário, nem observando registro de modificação produtiva no campo no período considerado.

A explicação para o significativo crescimento da população entre 1991 e 2000, segundo observação empírica, parte da expansão da atividade da confecção no espaço rural. Entrementes, por inexistência de lei e de definições corretas do perímetro urbano nos levantamentos estatísticos, a burocracia fazia a leitura de forma errada, ao invés de exporem a realidade simplesmente com a comprovação física do adentramento do espaço econômico e social nas localidades anteriormente consideradas rurais.

As questões sobre o momento de transição entre rural e urbano têm sido postas em discussão em outros países, com organização territorial melhor estabelecida. E tanto em relação às estatísticas, como no que diz respeito às políticas territoriais, observa-se maior sistematicidade das instituições daquelas localidades. Têm sido criadas denominações através de categorias intermediárias como: periurbano, semi-rural, novo rural, urbanização no campo. O INSEE (Institut National de la Statistique et des Études Économiques), na França, criou a categoria “periurbano” para designar comunidades rurais localizadas em volta de cidades. O rural é restrito a comunidades com menos de 2.000 habitantes em áreas contíguas e sem qualquer indústria relevante. Nessa perspectiva, as periurbanas podem crescer não apenas pelo deslocamento dos rurais, mas também pelo deslocamento dos urbanos que preferem morar longe do centro. E as áreas rurais, pela própria definição, só podem ir perdendo população e emprego, porque para serem classificadas como tal não apresentam indústria. O ISTAT (Istituto Nazionale di Statistica), na Itália, estabeleceu quatro categorias: rural, semi-rural, semi-urbano e urbano. Mas nunca foram de fato usadas em pesquisas relevantes (Miranda, 2002). A ONU (Organização das Nações Unidas) recomenda que os países considerem urbanos os lugares em que se concentrem mais de vinte mil habitantes. As nações, porém, organizam suas estatísticas com base em muitos e diferentes padrões.

---

<sup>16</sup> Toritama faz parte do conjunto de cidades do Agreste de Pernambuco que desenvolve como atividade econômica principal a confecção de roupas, especialmente a partir da década de 80.

A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), em seu Programa de Desenvolvimento Rural (1996), adotou os seguintes critérios demográficos: “predominantemente rurais” (mais de 50% da população vivendo em comunidades rurais); significativamente rurais (entre 15% e 50%) e predominantemente urbanizadas (abaixo de 15%), de acordo com Miranda (2002).

As denominações em si não parecem determinar com precisão o contexto espacial, constituem-se numa entre muitas análises de momentos específicos da expansão demográfica de localidades, com suas próprias políticas, cujos conceitos, na maioria das vezes, não são compatíveis com experiências de países sem o mesmo contexto de organização. Abramovay (1999) diz que os indicadores estatísticos não são capazes de exprimir todos os aspectos da dinâmica desses espaços e o critério, atualmente adotado em muitos países desenvolvidos, é o de medir a densidade demográfica<sup>17</sup>. Uma de suas características, segundo este autor, é a neutralidade imputada a essas técnicas de pesquisa da realidade vivida, não remetendo a uma “visão predeterminada do que são os problemas e as possibilidades do meio rural; ela às vezes induz à assimilação automática entre ruralidade e pobreza ou despovoamento, por exemplo”, como condições características do meio rural brasileiro. Kageyama (1998) ressalta o caráter de confronto com que é apresentado o contexto rural nas estatísticas. Em geral, aparece como sendo a “oposição, complemento ou resíduo de sua contraparte do urbano”, e cujos indicadores expressam “menor desenvolvimento”.

O caráter de atraso está associado à área rural há muito tempo, diz Silva (1999:3) e aponta para o fato de que, na Europa do século XVII, quando o “progresso das forças capitalistas minava a velha ordem feudal”, o corte urbano/rural estava vinculado às “classes sociais que contribuía e que se opunham ao surgimento e constituição das forças capitalistas progressistas” da época. Não se tratava, portanto, de um “corte geográfico”. É a partir de então que, conforme Silva (1999:3 apud Miranda, 2002), “o urbano passou a ser identificado como o novo, como o progresso capitalista das fábricas; e o rural ou a classe dos proprietários rurais, como o velho, a velha ordem social vigente, o atraso, no sentido de que procuravam impedir o progresso das forças sociais”.

Na verdade, o salto social tem sido atribuído ao aumento do grau de urbanização do interior dos estados e à correlação com o crescimento de nível de vida das populações, vindo a beneficiar as localidades rurais vizinhas (Kageyama & Redler, 1993 apud Miranda 2002).

---

<sup>17</sup> Critério da OCDE determina que a densidade demográfica seja considerada para determinar a condição de urbanidade. O espaço urbano seria aquele que apresentasse uma densidade demográfica de 150 hab/Km<sup>2</sup>.

Esse assunto faz parte de outro debate que vem da discussão do espaço rural agrícola e do espaço urbano no meio rural. “Existe um novo rural”, que corresponde à existência de trabalhos tipicamente urbanos nele localizados. Segundo essa perspectiva, o capitalismo contemporâneo exige o desenvolvimento de novas atividades para a produção ou a incrementação de riqueza, que estão gerando novas ocupações no campo. É uma cultura urbana que está instalando-se no meio rural (Graziano Silva, 1999; Carneiro 1998; Kageyama, 1998). A necessidade da produção agrícola, expandida do ponto de vista capitalista, leva à necessidade de atividades de cunho urbano no campo. A defesa desta tese está baseada na matriz ocupacional diferenciada no meio rural. Kageyama (1998), entre outros, explicita a teoria da ruralidade expandida por meio dos estudos da “pluriatividade e ruralidade”. A primeira pode se configurar de duas formas básicas: “através de um mercado de trabalho relativamente indiferenciado, que combina desde a prestação de serviços manuais até o emprego temporário nas indústrias tradicionais (agroindústrias, têxtil, vidro, bebidas, etc); pela combinação de atividades tipicamente urbanas do setor terciário com o management das atividades agropecuárias”, diz Silva (1999).

O rural, que para Silva pode ser explicado e apreendido pela perspectiva do continuum, é o rural concebido como “rurbano”. Neste, se desmancha a polaridade dicotômica que se encontra diluída pelo avanço da urbanização, sendo assim uma questão de tempo para que o rural seja superado pelo “(...) transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural” (Silva, 1999:1). E, diante da pungente urbanização, o tradicional cede lugar ao “novo”, um reflexo do mundo urbano. Em oposição a essa postura teórica, destacam-se as posições defendidas pela abordagem de Carneiro (1998). Nos seus estudos, ressalta como uma modificação importante para o rural as novas dinâmicas que passaram a se estabelecer no espaço. No entanto, entre os autores há uma nítida discordância para com o resultado das análises. Para Carneiro, as transformações que vêm ocorrendo não necessariamente conduzem à urbanização do campo, como defende Silva. Segundo a autora, “ainda que os efeitos da expansão da racionalidade urbana sobre o campo, provocada pela generalização da lógica do processo de trabalho e da produção capitalista intensificados pelos mecanismos da globalização, não possam de forma alguma, ser tratados com negligência, é precipitado concluir que tal processo resultaria na dissolução do agrário e na tendência à transformação uniformizadora das condições da vida no campo” (1998:54, apud Blume, 2004).

Na opinião da autora, não há como negar que atualmente existe uma maior aproximação entre os dois ambientes culturais. No entanto, essa integração não leva

necessariamente a uma mudança generalizada da identidade local dos habitantes rurais. Um maior contato, como o que ocorre atualmente, pode até proporcionar um efeito contrário. Assim, ao invés de uma homogeneização que descaracterizaria as identidades sócio-culturais dos indivíduos, a aproximação realçaria as especificidades do rural, no sentido de uma reestruturação das identidades e um fortalecimento da ruralidade. Por este motivo é que Carneiro pede cautela ao se trabalhar com os aparentes resultados, que apontam para uma reestruturação das identidades rurais, de modo a serem atribuídos a estes valores e padrões concebidos como urbanos.

A literatura sobre “o novo rural brasileiro”, segundo Silva (1999) e Carneiro (1998), promove “a expansão do mundo rural que não deve ser compreendida no contexto apenas da questão rural-urbano, na concepção dicotomia versus continuum”, (Carneiro, 1998), num confronto das idéias de Lefebvre (1972). Idéias estas, que não teriam validade para explicar o fenômeno atual da pluriatividade, desta expansão no mundo rural. A tecnologia, as novas condições de trabalho e a comunicação são fatores que demonstram mudanças no mundo rural (Silva, 1999). A sociedade evoluiu e o desenvolvimento de novas atividades, movidas pela necessidade de produção de riqueza, está gerando novas ocupações em lugares onde somente existiam atividades rurais. É um ponto de vista que tem privilegiado a compreensão da permanência da organização social no contexto cultural próprio do mundo rural, mesmo com as modificações introduzidas por atividades urbanas.

Lefebvre (1972:10) defende que a expansão dessas novas atividades no campo representa o alargamento do tecido urbano. Esse alargamento não significa simplesmente o aumento da parte física da cidade (*Ibidem*). Diz respeito à ocorrência de novas manifestações, entre elas, outras modalidades de trabalho que determinam a penetração de atividades urbanas no campo. É, portanto, um processo de urbanização que se encontra em curso. Essa interpretação, muito usada para explicar a expansão urbana no período da industrialização fordista, parece não dar conta do fenômeno atual, segundo os autores mencionados acima. A partir do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, da introdução das indústrias no interior e da modernização das sociedades urbana e rural, a teoria da urbanização é formulada com ênfase na integração destes dois espaços, através das trocas crescentes entre ambos. A visão dualista, que opunha o rural ao urbano como realidades distintas e de negação uma da outra, associando o rural ao agrícola e ao atrasado e o urbano ao industrial e ao moderno, foi superada, enfatiza Carneiro (1997:154-155), para quem “a dicotomia entre rural e o urbano seria diluída em um continuum”.

Em “O lugar dos rurais: o meio rural no Brasil moderno”, Wanderley<sup>18</sup> (1998:6) discute a “teoria do continuum rural-urbano” nas relações campo-cidade. Essa teoria apresenta-se em duas vertentes, para a autora. A primeira relaciona o continuum entre o meio rural e o urbano, incidindo sobre a nitidez de cada um desses espaços e cujo avanço do domínio do urbano tende a eliminar o conceito de “rural”. Este é um processo de dominação, cujo pólo urbano serve de parâmetro para a uniformização da sociedade. A segunda considera o continuum rural-urbano como uma relação integradora dos dois pólos (apud Santos, 2001).

Importantes autores, entre eles Pahl (1966 apud Blume, 2004), elaboraram críticas às dicotomias rural-urbano baseadas no pressuposto de que “qualquer tentativa de ligar padrões particulares de relações sociais a um meio geográfico específico é um exercício particularmente infrutífero”. Castells (1983) também formulou sua crítica a essa dicotomia, enfatizando que o essencial é “romper com o esquema ideológico de uma sociedade dualista rural/urbana, agrícola e tradicional/moderna (...); pois, se esse esquema responde a uma certa realidade social nas formas e nas suas expressões culturais, tal realidade é o simples reflexo de uma estrutura única, na qual os efeitos num dos pólos são produzidos pelo tipo particular de sua articulação com o outro pólo”. Segundo Pahl, as sistematizações sobre rural e urbano têm sido mais eficientes “pela sua habilidade de confundir do que pelo seu poder de esclarecer”.

A atual conceituação da geografia alia-se às relações econômicas, sociais e políticas nas suas definições e especificações sobre o espaço. Santos (2000), a propósito, chega a perguntar se há vários espaços ou se a distinção se faz, principalmente, através do recorte teórico que se quer privilegiar para operacionalizar o seu objeto de estudo (*Ibidem*). A visão do autor para explicar o espaço é ampla e nela inclui as várias acepções, que vão do contexto físico ao social, passando pelo político em todas as determinações do conhecimento dialético (*Ibidem*). A influência do meio físico e social parece recíproca. Pode-se dizer que o meio físico é passível de modificação<sup>19</sup> e modifica também, numa relação dialética, através da tecnologia, por exemplo. Assim não é somente o espaço geográfico e territorial que se modifica, o espaço demográfico, político e social também se transforma.

---

<sup>18</sup> WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O “lugar” dos rurais: estudo sobre a ruralidade no Brasil – Projeto de Pesquisa, 1998.

<sup>19</sup> O meio físico pode ser modificado através da tecnologia, como, por exemplo, é o caso da história do cerrado brasileiro, considerado até os anos 30 inóspito. A correção do solo provocou transformação no espaço ou nos vários espaços.

Na atualidade, compreende-se que as diferenças entre rural e urbano vão-se apagando cada vez mais. Como diz Silva (1999:121): “a idéia de dois mundos que se opõem<sup>20</sup>” vai cedendo lugar à idéia de um continuum espacial, seja do ponto de vista de sua dimensão geográfica e territorial, seja na sua dimensão econômica e social”. No que não deixa de ter razão quem pensa na integração entre os espaços, tendo em vista que o capitalismo possui a tendência de homogeneizar as diferenças entre os mesmos e também entre as formas diferenciadas de reprodução do capital (Oliveira, 1977:27). Não que a natureza e os ecossistemas não produzam as diferenciações mas, cada vez mais, através dos instrumentos de intervenção, o capital amálgama os espaços, até os concretos.

Mesmo assim, como diz Oliveira (1977:27), esta tendência à homogeneização quase nunca chega a se completar, porque a “reprodução do capital é, por definição desigual e combinada”, embora em alguns espaços econômicos e sociais ocorra a completa indiferença na forma de produzir no espaço urbano ou rural (Oliveira, 1977: 27). Como se vem afirmando, as diferenças urbanas e rurais em espaços econômicos e sociais são cada vez mais uma forma de complementação para a produção capitalista.

De que espaço se está falando aqui? A primeira idéia é dizer que não se trata de um estudo sobre o espaço físico, e sim de um espaço físico que está se modificando num conjunto de relações sociais, transformando suas atividades de trabalho, seus espaços urbanos e, sobretudo, as esferas políticas, econômicas, sociais e culturais. A noção de espaço é esclarecida em diversos autores, como Gottdiener (S\D), Lefebvre (1970, 1973) e outros. Para Lefebvre (apud Gottdiener, s/d), “o espaço tinha uma natureza multifacetada”. O autor entende que:

"o espaço não pode ser reduzido apenas a uma localização ou às relações sociais da posse de propriedade. Ele representa uma multiplicidade de preocupações sócio materiais. É uma localização física, uma peça de bem imóvel e, ao mesmo tempo, uma liberdade existencial e uma expressão mental. O espaço é o local geográfico da ação e a possibilidade social de engajar-se na ação. Não só representa o local onde ocorrem os eventos (a função de receptáculo), mas também significa a permissão social de engajar-se nesses eventos (função social)" [...] “É ao mesmo tempo meio de produção, como a terra e parte das forças sociais de produção como espaço” (*Ibidem*: 127).

---

<sup>20</sup> O corte rural/urbano é uma variável utilizada para tratar as diferenças apenas quantitativas no que se refere aos níveis de renda, acesso a bens e serviços, não explicitando as diferenças qualitativas entre ambos (Silva, 1999:121).

É também um “objeto de consumo e um instrumento político”. Como propriedade, as relações sociais de produção também se constituem na base econômica da sociedade. (*Ibidem*). Lefebvre (1970, 1973), em sua perspectiva de luta política, deixou importante pista para a compreensão do espaço geográfico: o espaço urbano seria o local ideal para “a luta política do direito à cidade” e da “ação libertadora” (apud Brandão, 2003:34).

Nessa perspectiva, Lipietz (1985:7) é mais preciso para esclarecer sobre o conceito de espaço relacionado ao modo de produção. O autor relaciona a reorganização do espaço às contradições do capital, mostrando que há uma revolução permanente nos modos de produção, de consumo e, conseqüentemente, da organização do espaço. A estruturação do espaço tem a ver com a análise da dinâmica da reprodução das relações de produção (*Ibidem*). Na compreensão do autor, esse fato leva a apreensão do caráter “heterogêneo” e desigual do “espaço concreto”. Na realidade, a sua interpretação também leva à compreensão da diversidade política característica de um espaço que se tenha constituído de forma diferenciada em aspectos diversos e, por isso mesmo, confronta-se na singularidade com distinção dos padrões de classificação estatística.

De fato, as relações de produção no campo, durante longo período até os dias atuais, guardavam estreita vinculação com a forma de reprodução do capital e as relações de produção pré-capitalistas. Ao contrário da Revolução Burguesa clássica, no Brasil não houve uma ruptura total do sistema.<sup>21</sup> “Aqui as classes proprietárias rurais são parcialmente hegemônicas no sentido de manter o controle das relações externas da economia” (Oliveira, 1976:31). Esse modo específico de fazer aliança “preservará modos de acumulação distintos entre os diversos setores da economia, mas de nenhum modo antagônico” (Oliveira, 1976:32).

A percepção sobre o espaço que se pretende construir não é diferente daquela que enxerga as disparidades advindas da divisão social do trabalho, inspirada em Oliveira (1977), que não nega a diversidade dos espaços concretos geográficos e valoriza a forma de reprodução do capital e das relações de produção para caracterizar os espaços distintos das diversas regiões do próprio Nordeste.

---

11 De fato, no Brasil não parece ter havido superação do campo sobre a cidade na época colonial (Oliveira, 1982). O Capital envolvido na produção das mercadorias era mercantil, apesar de ter havido uma produção baseada na mão-de-obra escrava. Segundo Richard Morse as cidades administrativas se instalaram nos espaços coloniais e desenvolveram as atividades urbanas próprias dos aglomerados populacionais da “chamada América Ibérica e seriam, sobretudo, burocráticas, ao contrário das cidades européias que surgiram do confronto na revolução burguesa” (Morse apud in Oliveira, 1982). A cidade aqui cuidava da transação comercial e financeira da mercadoria que dava alento à existência da empresa colonial. As cidades e vilas no período colonial podem ser entendidas como lugares não produtivos ligados à articulação dos diferentes sistemas regionais, através de sua administração ou era também um lugar de transação comercial (Oliveira, 1982).

Considerando-se que o espaço é também um recorte de uma região, onde a divisão social do trabalho e as disparidades existem desde que se consolidou o modo de produzir, o desenvolvimento e a urbanização diferenciaram-se nas mesmas condições. Se há diferenças regionais, há também diferenças entre a forma de se organizar o espaço urbano e o rural, fato este reconhecido por aqueles que trabalham com a questão regional.<sup>22</sup>

A análise da história da urbanização constatou que o resultado do desenvolvimento econômico instalado no país se reverteria em um “conjunto de sistemas regionais agro-exportadores”, que apresentava um “baixo nível de primazia urbana” e, de modo característico, “a rede urbana estava concentrada num pequeno número de cidades grandes” ao longo do litoral (Fernandes e Negreiros, 2001). Outros ressaltaram que, no Nordeste, ela permaneceu mais densa no eixo litorâneo e não sofreu significativas mudanças durante o “período de desconcentração da economia”, nas últimas décadas do século XX, mesmo com a ocorrência do fenômeno da interiorização da urbanização (NESUR/UNICAMP, 2003).<sup>23</sup>

A ausência ou, até mesmo, a escassez de núcleos urbanos intermediários ou de pequenos núcleos dinâmicos faz parte do processo histórico, que consolidou a economia agroexportadora hegemônica no Nordeste e sua forma de reprodução do capital, e fez da metrópole a característica marcante do desenvolvimento industrial e urbano. Por outro lado, no século XIX, no Agreste pernambucano, a economia agroexportadora do algodão, associada à pecuária formava, ao longo de sua história,<sup>24</sup> pequenos núcleos dispersos de pouco movimento de negócios ou estagnados (Andrade, 1974).

Significa dizer que a especificidade da urbanização está inscrita no próprio processo de desenvolvimento político, econômico e social da região. Esse espaço econômico vem constituindo um processo de urbanização próprio às condições de acumulação da localidade. O enfoque desta pesquisa privilegia os conceitos esclarecedores que determinam a integração entre o espaço rural e urbano e as questões que venham a definir suas diferenças baseadas, em princípio, numa divisão social do trabalho. Concordamos com Cano (1988) quando mostra uma visão integrativa da economia rural e urbana e, ao mesmo tempo, salienta, que a

---

<sup>22</sup> O processo de desenvolvimento e urbanização acontecia de forma diferenciada entre suas diversas regiões. As relações de produção mantinham-se intocáveis nas regiões agroexportadoras. O semicampesinato oferecia uma forma de remuneração que dificultava a articulação para o desenvolvimento do mercado interno e o crescimento das cidades (Cano, 1975 e Furtado 1972 apud Oliveira, 1977).

<sup>23</sup> NESUR (Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional) da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas).

<sup>24</sup> Segundo Manuel Correia, “o Agreste montanhoso servindo de refúgio aos indígenas, sobretudo os Cariris, e aos negros que fugiam à escravidão, permaneceu ilhado até fins do século XVIII, quando vencidos os índios na famosa guerra dos Bárbaros e destruídos o famoso “quilombo” de Palmares” (Andrade, 1974:31 e 32).

complementaridade é sua principal característica, ela própria determinando a especificidade do processo de urbanização.

A compreensão sobre o limite entre o rural e o urbano tem-se modificado nos últimos tempos, principalmente a partir do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, da introdução das indústrias no interior e da modernização das sociedades urbana e rural. A teoria da urbanização tem sido formulada com ênfase na integração destes dois espaços através das trocas crescentes entre ambos, reconhece Carneiro (1997:154-155).

Por sua vez, as análises empíricas têm atribuído melhorias nas condições de vida da população rural, que estão muito mais associadas ao que Silva (1997:26) chamou de maior “grau de urbanização do interior”, ou seja, o processo de urbanização estendeu-se pelo interior, beneficiando as próprias localidades e as áreas rurais vizinhas.

O crescimento da rede de transporte, em razão da necessidade de expansão do mercado do centro-sul para outras regiões, permitiu a um maior número de pessoas se beneficiar de melhores condições de vida e garantiu o crescimento de atividades econômicas nas cidades do interior, expandindo a urbanização<sup>25</sup>. Não se pode negar, entretanto, “que existe diferenciação tanto na configuração espacial como no ritmo de desenvolvimento, entre os diversos sistemas que compõem a rede urbana nacional” (NESUR/UNICAMP, 2003).

As regiões não consolidaram as mesmas condições de desenvolvimento, nem de urbanização. As cidades pequenas das regiões periféricas seguem suas características próprias, inclusive pela experiência cultural, condições físicas diferenciadas, uso do meio ambiente e organização política, que são específicas do processo de formação e desenvolvimento socioeconômico.

As vantagens advindas dos benefícios da urbanização não estão distribuídas uniformemente no país. Inúmeros levantamentos mostram as disparidades das condições de vida e de acesso aos serviços públicos por parte das populações nas diversas regiões. As informações sobre a urbanização no interior do Estado de Pernambuco,<sup>26</sup> no final da década de 80, quando estava ocorrendo a diversificação da produção, mostraram a realidade precária própria dos desequilíbrios regionais. As cidades mais dinâmicas eram as do Agreste, entre as

---

<sup>25</sup> Tavares diz que, apesar dos desequilíbrios regionais no período desenvolvimentista, “a urbanização e a rede urbana se expandiram vigorosamente” em decorrência não somente do processo de industrialização, mas também da ampliação de um mercado doméstico ampliado e integrado para áreas urbanas.(Tavares 1999 apud Fernandes, 2004).

<sup>26</sup> Trabalho que teve a participação de Maria Suely Leal. Mostra bem a realidade perversa das cidades do interior de Pernambuco, in Formulações de uma política urbana, Microrregião do Agreste, CONDEPE, 1987. Esse assunto será mais bem discutido posteriormente.

da zona canavieira e as do Sertão. O crescimento destas cidades, naquela época, devia-se à intensificação das atividades rurais, permitindo a diversificação das atividades para o comércio e serviço (CONDEPE, 1987). A área geográfica do Agreste perdia a função de abastecedora de gêneros alimentícios e ganhava a de produtora pecuarista, fato que promovia a intensa expulsão de população de seus espaços (*Ibidem*). Era, justamente naquela microrregião, que se desenvolviam diversas atividades produtivas diferenciadas da base econômica regional de cunho agropecuário: confecção, bordado, renda renascença, artesanato de barro. A produção das atividades urbanas que se iniciavam era responsável por poucos recursos, contribuindo para a geração da renda de população de baixo poder aquisitivo (*Ibidem*). A urbanização sempre é condizente com as condições da atividade produtiva, apresentando naquela localidade deficiência em equipamentos e infra-estrutura, de modo geral. Observa-se o surgimento de favelas na periferia dos centros urbanos mais desenvolvidos do Agreste, o que vem mostrar o agravamento das condições de vida (*Ibidem*).

Portanto, a simples definição do espaço através da classificação de urbano versus rural, não pode deixar de lado o contexto das desigualdades da região<sup>27</sup>. O debate sobre a perspectiva regional (Souza, 1992 apud Bezzi, 2003:42), acreditam alguns, dispersou-se quando as dimensões sociais e as caracterizações de sociedade “urbana, nacional, explorada”, assumiram a predominância nas análises acadêmicas<sup>28</sup> deixando de lado a questão do espaço.

As condições e diferenciações entre os espaços urbano e rural serão compreendidas com mais propriedade com o entendimento da forma de integração dos objetivos na reprodução do capital na região. As cidades do interior, aqui analisadas, estão dentro de um processo de urbanização do capitalismo de uma região periférica. Com o auxílio da

---

<sup>27</sup> O conceito de região, inicialmente ligado à geografia e ao senso comum, reportava-se à localização e à extensão (Corrêa, 1995 apud Bezzi, 2003). Na época atual, o conceito foi “aperfeiçoado” e “adotado” por inúmeras áreas do conhecimento como a sociologia, a economia, a arquitetura, a história que tratam de fenômenos referentes à distribuição do espaço (Bezzi, 2003). E nesse caminho tem-se recorrido cada vez mais à **multidisciplinaridade** como instrumento de interpretação da realidade. Para definir uma região, deve-se partir de uma regionalização. Para realizar uma regionalização, tem que se basear na definição de critérios que precisam atender a determinados objetivos e podem estar baseados na natureza, nos setores de saúde, em determinações político-administrativas e em tantos outros elementos que representam o recorte de uma realidade de uma formação social. Em consequência, num mesmo território podem ser definidas diversas regiões que dependem da minha realidade concreta.

<sup>28</sup> Pensa Souza (1992) que as questões sociais assumiram a dianteira das análises em detrimento da percepção da geografia e dos espaços concretos. De fato, houve modificação nas análises do espaço geográfico, que passou a privilegiar também as determinações sociais e políticas. Mais recentemente, a questão do espaço geográfico tem sido colocada em evidência, muito embora a questão regional tenha sido absorvida nos estudos sobre desenvolvimento local. Conforme atesta Brandão (2003), está havendo a volta dos estudos que privilegiam a questão regional. Mas a escala regional passou a ser menor e se reporta com destaque ao local. O recorte das análises regionais por meio do local quase sempre tem um tratamento histórico sem determinantes geográficos, sociais e políticos (*Ibidem*).

interpretação de Oliveira (Ornitorrinco, <sup>29</sup> 2002), pode-se caracterizar esse processo de urbanização que se exprime de forma toda especial por uma evolução “truncada”, definida “como sugere a literatura neo-schumpeteriana”, por certa dificuldade de apreensão em larga escala de inovação do progresso técnico (*Ibidem*). A agricultura de subsistência teve aqui a função de formar o fundo de acumulação e, portanto, a urbanização estava baseada numa economia atrasada. Os obstáculos à urbanização vinham não da resistência da produção do campo ao novo modo de produzir, mas, da escassez de capital do campo empobrecido para potencializar uma produção urbana.

Mesmo nessas condições, observa-se a complementaridade entre a economia rural e a urbana. A urbanização implantada é o resultado das estruturas constituídas por uma produção baseada numa acumulação de poucos recursos, oriundos de uma agricultura atrasada, de atividades comerciais e de serviços plantados na informalidade, consolidando uma atividade industrial sem grandes resultados. A informalidade tem como característica um número cada vez maior de atividades em diversos campos econômicos e sociais, que atuam à margem das regras institucionais instauradas e supervisionadas pelos governos de um Estado (Montessoro, 2005). A informalidade cresce no bojo da reestruturação produtiva do capitalismo e ela mesma redefine as relações na rede urbana e fora dela, integrando os espaços às novas condições de produção.

E foi este cenário que emergiu no país a partir do final dos anos 80. Houve o desmonte do Estado e das políticas públicas, com a intensa retração das atividades produtivas, crescimento do desemprego, ampliação da economia informal e precarização das condições de trabalho (Mattoso, 1997)

Em última instância, a urbanização é resultado da informalidade instituída, que tem por consequência a falta de recursos para políticas de expansão física da cidade, no sentido da exigüidade da arrecadação fiscal, embora em outro aspecto, a informalidade promova alento ao sistema econômico. Num ciclo vicioso de consequências, as dificuldades de implementação de infra-estrutura urbana provocam o retardamento da expansão da economia de mercado.

---

<sup>29</sup> Segundo Francisco de Oliveira, essa seria a característica de subdesenvolvimento baseado no ornitorrinco, um bicho que vem a se constituir da mistura de vários outros e apresenta uma evolução truncada.

## **CAPÍTULO 2: A ECONOMIA URBANA E A AGLOMERAÇÃO PRODUTIVA NA PERSPECTIVA DE REGIÕES RETARDATÁRIAS.**

A revisão da literatura sobre o assunto analisado neste capítulo destacará alguns pontos e especificidades mais condizentes com as condições econômicas, políticas e sociais que envolvem uma formação social em região retardatária. Com base na análise da realidade empírica daquele espaço e na compreensão do conceito de aglomeração produtiva aqui ressaltada, será caracterizada no capítulo 4, a manifestação desse fenômeno em Santa Cruz do Capibaribe e em seu entorno. Acompanhando o procedimento seguido no desenrolar desta pesquisa, este capítulo pretende destacar a relação entre espaço e a forma de produzir e de se organizar, do ponto de vista teórico. Pretende-se sublinhar algumas categorias de análise e suas variáveis, tomando-se como ponto de partida a realidade da região. Algumas características das aglomerações produtivas, como competição, cooperação e inovação, serão frisadas no desenrolar da exposição.

A partir da década de 80, as transformações no processo produtivo levaram a se discutir novos sistemas industriais que combinassem flexibilidade e industrialização, ocorridas no contexto do capitalismo desenvolvido. Piore e Sabel (1984), logo no início das discussões, fizeram uma abordagem panorâmica, sob o ponto de vista do observador situado numa economia industrial desenvolvida, da crise do sistema fordista de produção em massa iniciada nos anos 1960 até a resposta corporativa por meio da especialização flexível da produção industrial. Eles definiram essa crise como uma limitação do sistema: basicamente a saturação do mercado industrial, em especial em países industriais. Surgiu, assim, a multinacionalização que extrapola os mercados nacionais, produzindo bens que poderiam ser vendidos em vários mercados ao mesmo tempo. Observaram, ainda, o surgimento dos conglomerados industriais, as inovações tecnológicas e suas conseqüências na flexibilização industrial. Além disso, analisaram os novos paradigmas de sucesso em determinadas regiões ou espaços territoriais com habilidades específicas e com forte influência do seu desenvolvimento histórico. Finalizaram o conjunto de análises, sugerindo algumas possibilidades para a prosperidade mundial, designando um papel importante às ações de regulamentação do mercado (FMI e GATT), sob a ótica da iniciativa privada (1984).

As afirmações mais contundentes sobre transformações da crise da produção em massa foram apresentadas no início do debate por Piore e Sabel (1984). A resposta à crise<sup>30</sup> não seria a produção em massa, sendo por isso que o mundo passou a adotar o modelo de uma acumulação flexível. A rigidez da produção fordista não correspondia mais às necessidades do capitalismo em seu processo de acumulação, que passou a depender em grande medida de um sistema financeiro e especulativo globalizado. A saturação do mercado, especialmente em países desenvolvidos, levou à necessidade de se expandir a economia para outros mercados no mundo, cujo carro chefe passou a ser o sistema financeiro (*Ibidem*). A competição para promover a expansão da economia mundial reivindicou quebra de limites do sistema regulamentar do pós-guerra, investimentos para aumento da capacidade produtiva e a expansão do sistema financeiro (*Ibidem*).

No princípio se defendeu a livre circulação de capitais no mundo globalizado, que teve um rebatimento político favorável à descentralização de poder ao buscar no local um mundo sem restrições. As propostas de mudanças nas diretrizes do capitalismo<sup>31</sup> em favor da desregulação coincidiram com os interesses de um localismo direcionado para valorização extremada do poder local. Os governos nacionais, que determinam as regulações dos Estados, poderiam vir a ser empecilhos para a implantação do novo processo de acumulação flexível em nível mundial. A idéia do localismo para minimizar a importância do Estado nacional tende a ser uma proposta que coincide com as novas exigências para a liberação das estruturas institucionais de regulação de capital. O fortalecimento do espaço local de governo é uma decisão, no mínimo, funcional ao capitalismo globalizado e à expansão da acumulação<sup>32</sup> flexível.

A resposta à crise não seria a erradicação da empresa fordista de produção em massa e, sim, à alternativa de especialização flexível (Piore e Sabel, 1984). Estes autores tiveram o

---

<sup>30</sup> A crise é, principalmente, o resultado de cinco episódios importantes, em especial para o mundo desenvolvido, segundo os autores: 1) descontentamento social, no final dos anos de 1960 e início dos anos 70; 2) abandono em 1971 pelos EUA, do câmbio fixo do dólar atrelado ao ouro, resultando num sistema monetário internacional com taxas flutuantes; 3) e 4) aumento do preço do petróleo em duas fases: 1973 a 1979 (reação árabe às guerras de Israel) e a revolução iraniana (1979 a 1983); 5) prolongadas altas das taxas de juros americanos. (Piore e Sabel, 1984).

<sup>31</sup> Muitos autores consideram que o complexo de inovações sociais, políticas, tecnológicas e culturais que atingem o capitalismo mundial a partir dos anos 70, levam a modificações radicais em processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas do Estado. Inaugura-se um novo período histórico, denominado "pós-fordista" ou "neofordista", segundo as diversas percepções da Escola da Regulação, "especialização flexível" (Piore e Sabel, 1984), da "acumulação flexível" (Harvey, 1992), "mundialização do capital" (Chesnais, 1994).

<sup>32</sup> A acumulação flexível é definida como sendo um novo patamar da denominada ofensiva do capital, que atinge o mundo da economia, do trabalho, da cultura e da política e, portanto, os próprios fundamentos da sociabilidade humana e da vida cotidiana, de onde nascem os processos societários modernos (Harvey, 1992).

grande mérito de reconhecer que a experiência não era a mesma em todas as nações e cada uma delas se reestruturou de acordo com a sua história (*Ibidem*). Entenderam que, nessas transformações, a parte mais dinâmica da economia teve uma participação crescente de pequenas e médias empresas, atuando de uma forma complementar à grande empresa (*Ibidem*) e que esta seria uma das alternativas viáveis à produção em massa.

Piore e Sabel (1984) perceberam que a especialização flexível estava intimamente ligada à questão da modificação tecnológica, inclusive na comunicação. A tecnologia e a inovação imprimiram uma influência diferenciada de acordo com o setor de atividade, e o processo produtivo tornou-se o centro da inovação. Os distritos industriais estavam contemplados na análise teórica do debate sobre especialização flexível, através da observação destas características básicas: flexibilidade de produção e inovação. Assim, a busca pela eficiência indica a estratégia mais competitiva (*Ibidem*). O modelo anterior era baseado na produção em massa e na grande empresa e as modificações tecnológicas acarretavam alto investimento concentrado numa unidade produtiva. As várias pequenas empresas serviam melhor à flexibilização da produção, continuando com a coordenação pela grande empresa e aumentando a eficiência em seus diversos segmentos de produção (*Ibidem*).

As interpretações dos autores atêm-se à estratégia de desenvolvimento e aproximam-se muito da discussão de distrito e das análises que privilegiam o conjunto de empresas de determinada localidade. A crítica a eles já foi feita e o próprio desenrolar do processo de desenvolvimento das nações tem mostrado que, de fato, as grandes empresas passaram por períodos de grandes reajustes à crise e cada uma desenvolveu suas próprias trajetórias de sucesso. Muitas corporações encontram-se em expansão no mundo e não foram substituídas pelas empresas pequenas. A conjuntura daquele momento não promoveu modificações estruturais na base do capitalismo que viesse desvirtuar o modelo de centralização do capital, como admitiam os autores.

As dificuldades à abertura dos mercados, através da globalização da produção e o aumento do desemprego, induziram a sociedade a investir numa busca de soluções para essa conjuntura, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento. É preciso considerar que a situação nos países de desenvolvimento tardio torna-se ainda mais excludente para a classe trabalhadora, dado o aviltante contexto social em que proliferou o capitalismo.

Nas regiões periféricas, com o novo regime de flexibilização do trabalho, chega-se a reproduzir a subcontratação de trabalhadores e suas famílias para uma produção em domicílio nos moldes do início do capitalismo. A terceirização de mão-de-obra de empresa grande para

empresa pequena, em alguns lugares, é feita em escala cada vez mais ampla, num encadeamento que leva à exploração do trabalhador autônomo e do trabalho precarizado (Teixeira, 1993).

Por sua vez, as experiências bem sucedidas são ressaltadas e a busca de estratégias mais eficientes para uma saída da crise não deixa de lado a pequena empresa nem a sua organização em espaços geográficos definidos, a exemplo das aglomerações produtivas.

O interesse nas relações entre economia e espaço é enfatizado. Antigas teorias da economia clássica são revisitadas no intuito de se buscar solução para o momento atual de crise do capitalismo e, entre tantas, emerge a discussão sobre a importância territorial e econômica dos distritos industriais, onde Marshall (1982) é a referência: a sua percepção em sublinhar o papel do espaço e da economia num contexto de desenvolvimento capitalista tornou-se uma primeira aproximação para a compreensão do fenômeno atual das aglomerações produtivas.

Os modos como os elementos funcionam na contextualização dos diversos casos pelo mundo têm sido analisados por diferentes correntes de pensamentos, mas, não para mostrar a homogeneização da definição de distritos industriais e *clusters*. Na verdade, a intenção das análises é muito mais apresentar uma saída prática para a crise e mostrar os vários casos, suas particularidades, os elementos que propiciam melhores condições de crescimento e os elementos que bloqueiam o desenvolvimento dos distritos industriais ou *clusters*. Em geral, os textos partem da interpretação do trabalho de Marshall sobre a concentração industrial em determinadas localidades, ou seja, os distritos industriais. Algumas linhas de pesquisa são representativas para a análise das aglomerações produtivas, como a Nova Geografia Econômica de Krugman (1998) e a Economia Empresarial, na figura de M. Porter (1993); a preocupação em focalizar a Economia Regional, entre outros, está representada por Scott (1998); a economia da inovação, entre inúmeros, por Audrescht (1998); e as discussões que tratam de Pequenas Empresas/Distritos Industriais, por H. Schmitz (1997 e 1999). Este último se enquadra também na classificação de estudioso neo-institucionalista, onde se encontram Becattini e Storper. Os neo-institucionalistas exploram a concepção de instituições para explicar o comportamento dos fenômenos diversos da sociedade. Vários cientistas começam a revalorizar a ênfase no papel da cultura na organização das sociedades e nos processos de desenvolvimento (Putnam, 1996).

À luz do trabalho de Marshall (1982) analisa-se, no item seguinte, as diversas discussões das correntes de pensamento, no intuito de levar à compreensão das aglomerações produtivas, sublinhando as bases conceituais específicas para caracterizar o objeto de estudo:

a identificação das características da Aglomeração Produtiva em Santa Cruz do Capibaribe e suas especificidades.

## **2.1 A CONCENTRAÇÃO SETORIAL E ESPACIAL DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL: AS AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS EM MARSHALL**

As idéias pioneiras de Marshall (1890, In Princípios de Economia) destacam os aspectos espaciais ou locacionais no âmbito da teoria econômica. O teórico divide as economias derivadas de um aumento de escala de produção em duas categorias: as que dependem do crescimento das indústrias aglomeradas, chamadas de economias externas, e as que dependem da eficiência das firmas individuais (Marshall, 1982).

A época em que o autor elaborou a sua proposta coincide com o momento de liberalismo econômico do capitalismo. Nessa conjuntura, são enfatizadas a atuação da livre iniciativa e as idéias de Smith<sup>33</sup> sobre a sociedade e a divisão do trabalho.

Nos distritos industriais, a importância organizativa conduz à especialização por meio da divisão do trabalho. É uma forma de organização que eleva a eficiência da produção da riqueza na localidade.<sup>34</sup> A divisão do trabalho é uma tendência da sociedade mais evoluída.

A estruturação das empresas pela localização parte da concepção de organização e da divisão do trabalho. Marshall (1982:232) inicia seu texto sobre o assunto demonstrando como a localização de forma concentrada da indústria na história tornou-se importante para “os modernos avanços na divisão do trabalho”. Segundo o autor (1983:236), a história dos

---

<sup>33</sup> “Todo indivíduo necessariamente trabalha no sentido de fazer com que o rendimento anual da sociedade seja o maior possível. Na verdade, ele geralmente não tem intenção de promover o interesse público, nem sabe o quanto o promove. Ao preferir dar sustento mais à atividade doméstica que à exterior, ele tem em vista apenas sua própria segurança. E, ao dirigir essa atividade de maneira que sua produção seja de maior valor possível, ele tem em vista apenas seu próprio lucro. Neste caso, como em muitos outros, ele é guiado por uma mão invisível a promover um fim que não fazia parte de sua intenção. E o fato de este fim não fazer parte de sua intenção nem sempre é o pior para a sociedade. Ao buscar seu próprio interesse, freqüentemente ele promove o da sociedade de maneira mais eficiente do que quando realmente tem a intenção de promovê-lo” (Adam Smith, A Riqueza das Nações, 1776, Livro IV, cap. 2).

<sup>34</sup> Muito antes, vários autores - Smith, Charles Babbage e o próprio Marx - reconheciam a força impulsionadora da divisão do trabalho através do parcelamento das tarefas que tinha como efeito o aumento da produtividade do trabalho. Smith (1776) estabeleceu o princípio do parcelamento dos ofícios, Charles Babbage (1832) observava que a causa mais influente da divisão do trabalho era o aumento de sua produtividade que ficou despercebida durante muito tempo. Marx (1859) mostrava, numa visão escalar do assunto, que a divisão social do trabalho divide a sociedade (campo e cidade) em ocupações. Em princípio, essa “(.) já encontra seus elementos prontos e dispersos nas cidades onde aparece tendo apenas que juntá-los” (Marx, 1975:417). Braverman (1977:70) completa dizendo que “o mais antigo princípio inovador do modo capitalista de produção foi a divisão

costumes e habilidades de uma determinada localidade serve de base para o estabelecimento da indústria. Por exemplo, as empresas, induzidas pela disponibilidade de certo número de trabalhadores especializados, podem localizar-se no meio rural ou no interior do país, dado o barateamento dos custos de produção.

Para Marshall (1982), a localização industrial é determinada, em princípio, por condições físicas: disponibilidade de recursos naturais, proximidade de matérias-primas, insumos de produção e acessibilidade de meios de comunicação e de transportes. O autor também valorizou uma ação institucional para o estabelecimento de condições de implantação da indústria. A localização não se constituía numa “geração espontânea”: além das condições físicas e de infra-estrutura, o autor viu na ação indutora ou “o patrocínio de uma corte” ou o envolvimento de ações de governo, como sendo essencial (*Ibidem*, 232 e 233).

Marshall também apontou as causas de natureza subjetiva, expressas pelas “idéias de vida”, comportamento ou mesmo hábito da sociedade, de influências “religiosas, políticas e econômicas, que impulsionam à produção” (*Ibidem*, 233). A análise das causas subjetivas demonstra, de certa forma, a semelhança com as interpretações evolucionistas atuais, nas quais a cultura e o *habitus* da população são considerados determinantes no comportamento da evolução social.

A “organização da população em determinadas localidades visando uma produção tende a usufruir os recursos existentes ou da virtuosidade da eficiência da organização das empresas em seu conjunto” (Marshall, 1982). A proximidade de várias empresas especializadas em partes de um mesmo processo produtivo leva a uma maior eficiência no conjunto. Por conseguinte, ela permite às pequenas empresas adotarem métodos que requerem mudança na composição do capital com o uso mais intensivo de tecnologia, somente possível na indústria de grande porte.

Marshall (1982) apontou três vantagens para a aglomeração industrial, ou seja, para a concentração das empresas num dado território. A primeira diz respeito à interação entre os agentes e à circulação de informação<sup>35</sup>. Isto ocorre num determinado espaço onde agentes econômicos, clientes, trabalhadores e fornecedores interagem e desenvolvem idéias novas, desde que essas informações sejam de livre circulação.

---

manufatureira do trabalho”, mesmo antes do uso da máquina. Marx trabalhava com o conceito de ineficiência e crise do capitalismo. A especialização, para Marshall e os economistas clássicos, gerava eficiência.

<sup>35</sup> Trata-se dos “segredos da profissão que deixam de ser segredos, e assim, pode-se dizer, ficam soltos no ar, de modo que as crianças absorvem inconscientemente grande número deles” (*Ibidem*, 234).

Nas análises atuais sobre Marshall, chega-se a advertir que “as aglomerações puras de empresas não relacionadas não dão origem à eficiência” dos agentes em interação (Suzigan, 2004). O relacionamento entre os agentes aglomerados aproxima-se das idéias de “associações de interesses” e “desempenho institucionais” muito caras aos novos institucionalistas<sup>36</sup>.

A interação dos agentes leva à comunicação de novos inventos e formas de gestão. As idéias novas adotadas na produção, tais como formas de organização do comércio e meios de economizar materiais, potencializam a economia dos distritos (Marshall, 1982:232/233). Esta é uma passagem do trabalho de Marshall muito em foco nas interpretações que adotam a perspectiva de inovação. E, de fato, o próprio autor apontou a vantagem do aglomerado na aquisição de inovações, ao dizer:

“Aprecia-se devidamente um trabalho bem feito, discutem-se imediatamente os méritos de inventos e melhorias nas máquinas, nos métodos e na organização geral da empresa” [...] “Se um lança uma nova idéia, ela é imediatamente adotada por outros, que a combinam com sugestões próprias e, assim, essa idéia se torna uma fonte de outras idéias novas” (*ibidem*: 343).

A análise da “experiência”, das “soluções desenvolvidas” no âmbito da localidade e das “capacitações acumuladas” e espalhadas nas empresas dos distritos industriais, encontradas em Marshall, são marcas de valorização do conhecimento expandido do autor que vão além da teoria sobre a firma (Kerstenetzky, 2003).

O segundo elemento que Marshall (1982) sublinha para demonstrar as vantagens da localização é o uso comum de maquinário mais especializado (equipamentos) e todos os outros meios materiais necessários e específicos para esse tipo de indústria. Significa que existe a possibilidade de empresas, em conjunto, utilizarem maquinarias especializadas que dificilmente seriam utilizadas por uma empresa de médio ou pequeno porte de forma individual (*Ibidem*, 234).

Por sua vez, as empresas mesmo de pequeno porte localizadas em determinado espaço, participam de um sistema que produz diferentes partes do processo de produção e, juntas, produzem mercadorias em larga escala para um mercado mais amplo que o de sua localidade. Nelas, as vantagens da especialização ficam associadas às vantagens da escala de produção. São estas as economias externas puras marshallianas que são incidentais enquanto a

---

<sup>36</sup> Veja-se, por exemplo, o trabalho de Putnam, Comunidade e Democracia, a experiência da Itália, cap 4 e 5.

cooperação e o apoio público são obviamente deliberados. Assim, fabricantes especializados de produtos diferenciados, cooperando entre si e com fornecedores, agentes comerciais, empresas de transporte e outros agentes, todos também especializados, beneficiando de retornos crescentes, de escalas similares àqueles derivados das economias externas marshallianas puras (Suzigan et al. Internet, 2004).

O terceiro item, sublinhado por Marshall como vantagem para a aglomeração das firmas, é a existência de uma mão-de-obra qualificada reunida num determinado lugar. Vantagem<sup>37</sup> que Krugman (1991) destaca como sendo a de primeira em importância para o mercado em seu trabalho sobre *Geography and trade*.

Esta vantagem tende a se elevar, uma vez que a produção aglomerada exige, cada vez mais, trabalhadores exímios ou com maior grau de qualificação. As empresas localizadas carreariam para si a virtuosidade de ter continuamente um trabalhador especializado (Marshall, 1982). Por sua vez, a especialização num ramo de atividades reunidas num só espaço, facilita a busca de mão-de-obra e de emprego para o trabalhador (*Ibidem* 234).

Os aglomerados produtivos fazem da localidade um grande pátio de divisão do trabalho e de especialização de ofícios. Vale dizer que a evolução das forças produtivas leva à perspectiva de acentuação da divisão do trabalho, tanto na pequena como na grande empresa. O singular em Marshall foi ressaltar uma certa virtuosidade que essa tendência de especialização levaria, em direção à pequena e à média empresa, tendo em vista viabilizar o alcance de ampliação de escala de produção. Mesmo assim, não desconhecia a força da grande empresa e a tendência a oligopolização do mercado (Marshall, 1982).

Marshall reconhecia a presença de inúmeras vantagens externas e internas às firmas que estão presentes nas localidades. As vantagens externas possibilitavam o aproveitamento por todos, de benefícios, embora não fossem produzidas por uma empresa em particular. Significam condições que estão presentes nas localidades, tais como a própria existência de várias empresas do mesmo ramo de produção, a mão-de-obra mais especializada numa mesma localidade e a possibilidade de se agregar novas empresas subsidiárias como, por exemplo, as que vão tratar dos serviços necessários à produção, as que vão trabalhar no comércio de

---

<sup>37</sup> Krugman (1991), analisando os estudos de Marshall, menciona três vantagens para a concentração de uma atividade em um determinado local: 1) cria um mercado conjunto para os trabalhadores qualificados, que beneficia tanto os trabalhadores como as empresas; 2) permite a provisão, em maior variedade e a menor custo, de fatores estruturadores (empresas subsidiárias, para Marshall) necessários ao setor, que não são objeto do comércio; 3) informações que fluem com facilidades em um âmbito restrito que, num centro industrial, gera (technological spillovers) crescimento tecnológico.

produtos, (Marshall, 1982). Mesmo não fazendo parte do ramo principal de produção, elas elevariam a eficiência do distrito industrial (*Ibidem*).

Uma releitura de Marshall tem mostrado a importância da relação das economias externas e dos retornos crescentes, possibilitadas pela aglomeração que favorece a pequena e a média empresa. Também são sublinhadas as vantagens internas dos aglomerados. A compreensão de rendimentos crescentes, de acordo com o autor e, como de resto, para a tradição clássica, corresponde à expansão da empresa industrial individual.

Em princípio, segundo Marshall, existe possibilidade para anular a tendência de retorno decrescente,<sup>38</sup> melhorando a eficiência através das economias externas e da ampliação de escalas. Por meio das economias de escala, as firmas se beneficiavam devido às vantagens de compra de insumos, acesso vantajoso de comercialização, uso de maquinaria, custos de riscos de pesquisa e outras formas de ampliação da capacidade das empresas.

Segundo Krugman (1991 e 1995), “é necessário reconhecer as contribuições importantes das antigas teorias de desenvolvimento”, especialmente por evidenciarem as “complementaridades estratégicas e as economias externas”, mas devem ser criticadas por seu formalismo. A ilustração das teorias tradicionais, ressalta o autor, mostra que elas estão desprovidas de “mecanismos dinâmicos do auto-esforço endógeno (self-organization). Krugman mostra as aglomerações industriais, baseadas nas externalidades presentes no ambiente, sem que as empresas tenham controle direto dessa situação (Krugman 1991 e 1995 apud Brandão, 2003:8).

Parece que Marshall entendia de forma diferente: “o crescimento das economias externas beneficiava também a base da economia interna. Assim é que, em relação às economias internas, refere-se à diminuição de custos propiciada pelo aumento da dimensão da própria firma individualmente” (Marshall, apud Kerstenetzky, 2003:8), fato que levaria ao crescimento da empresa e a um processo de oligopolização. Apesar deste entendimento, Marshall não percebeu que a monopolização causaria efeitos negativos em relação a preços e

---

<sup>38</sup> O autor sugere a existência de uma lei dos rendimentos crescentes: “A lei do rendimento crescente pode ser expressa assim:- um aumento do trabalho e capital leva geralmente a uma organização melhor, que aumenta a produtividade da ação do trabalho e do capital” (Marshall, 1982:268). Mas se tem que considerar que a ação desempenhada pela natureza corresponde a rendimentos decrescentes, a ação do homem é que exerce uma tendência crescente. “Se as ações das leis do rendimento crescente e dos rendimentos decrescentes se equilibram, temos a lei do rendimento constante, e uma produção maior é obtida por um aumento exatamente proporcional de trabalho e sacrifício”. (Marshall, 1982: 268)

quantidade. Na sua compreensão, as tendências de monopolização sujeitar-se-iam a normas específicas, visando salvaguardar os interesses da sociedade<sup>39</sup> (apud Kerstenetzky, 2003:9).

Atualmente, muitos têm valorizado o papel da pequena empresa e realçado a eficiência para o desenvolvimento no capitalismo atual. Poder-se-ia dizer que muitos dos que estudam as aglomerações produtivas são entusiasmados com a viabilidade da pequena e da média empresa tornarem-se uma estratégia eficiente de desenvolvimento<sup>40</sup>. Morgan chega a apresentar as vantagens das pequenas firmas na propagação da relação de conhecimento entre as pessoas, dada a noção de confiança da comunidade. Ao mesmo tempo sublinha o papel dos espaços produtivos que abrem novas perspectivas em aprendizado e inovação, como processos reflexivos e interativos no espaço geográfico (Morgan, 2004). O caráter reflexivo, muito peculiar aos que tratam do espaço geográfico, vai além da simples constituição da existência da firma no local. Nessa acepção, pressupõe-se a referência a um organismo ou a um conjunto territorial que interfere na forma como organizações e indivíduos formam as pequenas empresas na localidade e vice-versa.

Pelo que se depreende, a pequena empresa tem encontrado espaço em alguns momentos,<sup>41</sup> apesar do aumento das massas de capitais e a tendência à sua concentração, como estava previsto,<sup>42</sup> as pequenas empresas têm se adequado aos objetivos e as determinações da grande empresa com a acumulação flexível. Por outro lado, a metropolização da economia mundial não deixa de ser reconhecida. Além disso, a organização territorial policêntrica também é vista como uma tendência (Veltz, 1996 apud 1 Compans, 1999).

Muitas das idéias de Marshall foram aproveitadas para definir desenvolvimento, o que gerou uma série de questionamentos. Reclama-se das análises que atribuem à escala local o poder extremo nos estudos de *clusters* e sistemas de inovação, fazendo-se a prosopopéia do localismo (Brandão, 2003:8).

---

<sup>39</sup> Marshall observa que à tendência a monopolização na economia americana “é acompanhada de monitoramento e regulamentação por parte do poder público” (apud Kerstenetzky, 2003:9).

<sup>40</sup> Becattini (1994), Judith Tandler (2003) e tantos outros que analisam as aglomerações produtivas, são entusiasmados com a viabilidade a partir da pequena e média empresa. Tandler (2003:1), estudiosa de *clusters*, especialmente de países em desenvolvimento, sugere: “Todo o mundo ama a pequena empresa, sejam instituições grandes ou pequenas, bilaterais ou multilaterais, autores de esquerda ou direita, instituições governamentais, pessoas de negócios ou acadêmicos, eu mesma incluída. As pequenas empresas têm ganhado um lugar de destaque no âmbito das políticas sociais, onde o microcrédito em conjunto com outros programas voltados para o fomento de pequenas empresas formariam uma rede de proteção que incluiria os mais pobres.”

<sup>41</sup> Segundo percebe Veltz (1994), entre outros, em alguns momentos o desenvolvimento local é possível, dependendo da conjuntura.

Outras análises, no entanto, dimensionam de forma mais adequada as conclusões de Marshall, entendendo que os distritos industriais, *clusters* ou aglomerações produtivas fazem parte de uma estratégia de desenvolvimento local. E tal estratégia deve ser compreendida numa situação conjuntural do capitalismo naquele espaço.

## 2.2 OS DIVERSOS ENFOQUES TEÓRICOS DE AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS

Nos dias atuais, está muito em voga o estudo dos aglomerados produtivos não apenas no Brasil, como também em outras partes do mundo. As denominações são diversas e a mais conhecida no país, pela sua repercussão nos órgãos de política de incremento às micro e pequenas empresas, é a usada pelo SEBRAE, com a rubrica Arranjos Produtivos Locais (APL). Em países de língua inglesa, estão difundidos como *clusters* e, nos Estados Unidos, carregam o nome de distritos industriais. Aqui se adotará a denominação usada originalmente por cada autor, embora se guarde o termo aglomeração produtiva, como denominaram alguns urbanistas, para marcar as especificidades do fenômeno que reúne as vantagens do espaço e atividade econômica na localidade em estudo.

A literatura baseia-se nos trabalhos de Marshall sobre distritos industriais para caracterizar e analisar esses espaços territoriais e econômicos. Os questionamentos para discutir as distinções entre os *clusters* e distrito industrial têm sido constantes. Altenburg & Meyer-Stamer (1999) colaboram para essa discussão ao dizer que "em sentido amplo, o termo '*cluster*' apenas retrata concentrações locais de certas atividades econômicas [...] Aglomerações puras de empresas não relacionadas não dão origem à eficiência coletiva". Por isso, é essencial focalizar não só os efeitos de economias externas, mas também as interações entre as empresas. Entretanto, continuam os autores, "dada à complexidade de padrões de interação, (...) é impossível formular uma definição precisa ou estabelecer uma separação clara entre aglomerações puras e *clusters* complexos, com fortes externalidades" (Altenburg & Meyer-Stamer, 1999:1694).

Apesar dessa dificuldade, Altenburg & Meyer-Stamer estabelecem o que chamam de definição operacional baseada em variável mensurável: "Um *cluster* é uma aglomeração de tamanho considerável de firmas numa área espacialmente delimitada com claro perfil de

---

<sup>42</sup> Como diz o próprio Marx (1975: 727-728), a "expropriação de capitalistas por capitalistas" reuniria os capitais individuais de pequenas e médias empresas, observando a tendência de centralização e viabilizando grandes

especialização, na qual o comércio e a especialização interfirmas é substancial". Para os autores, a considerável atividade comercial, portanto, sem muita precisão quantitativa, acaba sendo a grande variável diferenciadora. A distinção parece mais clara entre *clusters* e distritos industriais.

“Redes locais de negócios onde um denso tecido social, baseado em normas e valores culturais compartilhados, e uma elaborada rede de instituições facilitam a disseminação de conhecimento e inovação, constituem um tipo específico de *cluster* e podem ser denominados 'distritos industriais'” (Altenburg & Meyer-Stamer, 1999:1694 apud Suzigan, wsuzigan@eco.unicamp.br).

Os autores sublinham no texto, em linhas gerais, os principais determinantes para a caracterização das aglomerações produtivas, com base nos ensinamentos de Marshall, como sendo a existência de externalidades, especialização, cooperação e promoção de inovação, entre outros. A percepção de Marshall (1982) nas análises é a primeira aproximação de uma concepção sobre distritos industriais e *clusters*. Mesmo assim, a conceituação de aglomerações produtivas não pode restringir-se a definições generalizadas para a compreensão de um fenômeno com significativas variações particulares.

A despeito de várias nomenclaturas para expressar o fenômeno, que relaciona a singularidade do espaço com a economia da localidade, pode-se dizer que as conceituações dependem de cada realidade concreta em particular e que nenhuma definição está acabada. Uma complementação da definição lembraria que a aglomeração produtiva parece condizer mais pela sua expressão populacional. Nessas condições, a expressão populacional reporta-se a uma concepção baseada na perspectiva territorial (Tavares, 1999 apud Galvão, 2003).

Existem definições que privilegiam a concepção de território na sua compreensão. Os Arranjos Produtivos Locais (APL) seriam definidos como um conjunto de empresas aglomeradas espacialmente, distribuídas a partir de um território, “podendo ser nucleadas por grandes empresas, associações, instituições de suporte, serviços, ensino e pesquisa, fomento e financeiras” (Lemos, 1997 apud Cassiolato & Szapiro, 2003). Significa que o conceito de APL está sendo compreendido como unidade de produção e seu entorno baseia-se no conjunto de atividades institucionais fomentadoras da produção. Tais instituições podem ser governamentais e não-governamentais e dão substrato ao fortalecimento desses espaços

---

empresas industriais, quando concentraria os capitais.

econômicos, especialmente em países desenvolvidos, que têm participação definida nas agendas políticas.

Por sua vez, os urbanistas sublinham o papel de fatores técnicos e sociais na viabilidade do espaço territorial e econômico<sup>43</sup> e, às vezes, os denominam de especializações territoriais, no sentido de que a atividade econômica imprime característica peculiar ao lugar.

A aglomeração produtiva, definida assim, denota uma especificidade ao abranger as experiências culturais daquela organização espacial. Becattini (1994:40) tem visão semelhante, quando diz que “o distrito industrial é uma entidade socioterritorial caracterizada pela presença ativa de uma comunidade de pessoas e de uma população de empresas num espaço geográfico e histórico dado”.

Para Becattini (1994), a cultura do distrito industrial diz respeito ao espaço local, com particularidades e valores específicos. Estes valores são construídos socialmente ao longo do processo histórico de uma localidade. Baseado no trabalho de Marshall<sup>44</sup> e com a visão para os distritos industriais da Terceira Itália, o autor destaca no debate a importância de relacionar os sistemas de valores e sua interação com os movimentos econômicos que estão ocorrendo em uma dada época. Becattini (1994:40) considera como uma característica marcante a relativa “homogeneidade de um sistema de valores e de pensamento” que se expressam numa determinada “ética do trabalho”, condicionadora “dos principais aspectos” da atividade social (*Ibidem*). O sistema de valores, que estão expressos naquela organização territorial, “constitui uma das primeiras condições de seu desenvolvimento e de sua reprodução” (*Ibidem*).

Entre essas regras, também se destacam as advindas das instituições e dos costumes e cultura<sup>45</sup> do povo da localidade (Becattini, 1994:50). O estudo empírico desses *clusters* em várias partes do mundo tem atestado a existência de uma coordenação, muitas vezes não informalizada, funcionando segundo as regras institucionalizadas da comunidade e sendo de

---

<sup>43</sup> “O relativo barateamento dos transportes, que viabiliza o deslocamento de insumos e produtos acabados, a existência de maquinário, a informação especializada e convergente, a presença de força de trabalho treinada, a força de interesse e reivindicações surgidas (...) constituem, entre outras, as condições técnicas e sociais - e não mais naturais - que determinam as especializações territoriais”. São “localizações para a produção do período contemporâneo”. (Santos e Silveira, 2002:136).

<sup>44</sup> “A influência (...) numa organização social, porquanto esta é, necessariamente, o produto de muitas gerações, e deve se basear nos costumes e aptidões da grande massa de população, incapaz de transformações súbitas” (Marshall, 1982:214).

<sup>45</sup> Por sua vez, algumas interpretações sobre aglomerações produtivas em países não desenvolvidos têm dado ênfase à constituição dos valores culturais desfavoráveis ao embasamento econômico da atividade na localidade, deixando-se de apreciar com mais propriedade o âmago da situação socioeconômica do fenômeno. Knorrina (1996), diz Schmitz e Nadvi (1999:1506), “tem mostrado claramente como a desconfiança entre os produtores e comerciantes, devido a existentes barreiras socioculturais, pode impedir o processo de aprendizagem local e retardar o desenvolvimento tecnológico do *cluster*”. A interpretação acima focaliza a possibilidade de uma via de acesso desse espaço econômico com o mercado internacional, e a cultura parece ser um empecilho.

reconhecida importância, pois se encontra subjacente ao processo de crescimento da produção da aglomeração produtiva (Schmitz & Nadvi, 1999). Scott (1994) chega a dizer que essas regras que compõem “as estruturas institucionais da atividade e da vida da cidade dão alento ao desenvolvimento local”. No mesmo contexto, entende que os acordos e normas internas levam a certa estabilidade nos preços locais dos bens e serviços em relação ao mercado externo (Becattini, 1994:50). Nos acordos, ficam estabelecidas as cooperações entre os membros das aglomerações produtivas.

A condição de representar um espaço aglomerado e produtivo requer, como característica básica, a cooperação. A noção de cooperação faz-se presente não somente na produção de mercadorias, mas também nos sistemas de inovação e de difusão de conhecimento, nas instituições financeiras e de microcrédito. Esta também norteia o princípio básico da organização das aglomerações produtivas – a divisibilidade técnica, ou seja, as empresas em conjunto promovem uma alta divisão do trabalho e funcionam em regime de cooperação (Becattini, 1984).

É preciso entender que alguns setores apresentam maior divisibilidade técnica do que outros, por isso algumas empresas, embora estejam concentradas, não formam aglomerações produtivas. São exemplos de firmas que não se prestam a dividir sua produção entre outras, as que são formadas por grandes oligopólios, pois estes não são propensos à divisão.

Esse fato implica na capacidade da empresa em responder aos diversos sistemas de mercado. As empresas que produzem com intensivo uso de tecnologia e pouca mão-de-obra não apresentam extensiva capacidade de divisão do trabalho. Ao contrário, as indústrias de bens de consumo não duráveis se prestam à intensa divisão do trabalho, como é o caso da produção de roupas, tecidos, alimentos.

A divisão do trabalho é um elemento fundamental da cooperação. Segundo Schmitz (1997), a cooperação de firmas, geralmente, concentra-se na produção, por exemplo, a divisão do trabalho entre grandes e pequenas empresas fornecedoras. Essa questão tem a ver com a terceirização da produção no capitalismo em reestruturação. Encontram-se ainda formas de cooperação e externalidades em constituição de consórcios de P&D, de compras, marketing, meios para a exportação para o mercado interno e externo e outras formas de organização coletiva (Schmitz, 1997:23).

Em relação ao mercado externo, entretanto, o objetivo do distrito industrial é tornar-se mais competitivo, mesmo praticando “uma solidariedade forçosa” no contexto do seu território (Becattini, 1994). Outra característica apontada diz respeito à confiança e à solidariedade, vistas como vantagem, que são impulsionadas pela proximidade das empresas

(*Ibidem*). Assim é que o distrito industrial tem suas próprias regras de competição em relação à unidade de produção externa e de solidariedade interna. Segundo Becattini, entre as regras conhecidas, sejam elas escritas ou não no ambiente do distrito, algumas fixam as tarifas de bens e serviços demandados, especialmente os de bens intermediários à produção. Mas, o interesse individual de um empresário pode gerar conflitos no contexto dos *clusters* (Schmitz & Nadvi, 1999). Desse modo, dependendo do grau de confiabilidade entre os empresários, os diversos agentes relacionam-se de forma diferenciada, pois as relações de interesses são na maioria das vezes assimétricas (*Ibidem*).

Schmitz (1997) usou o conceito de eficiência coletiva para sublinhar a importância da cooperação e competitividade. Ele partiu da definição de economias externas puras (Marshall, 1982), mas constatou que eram insuficientes para explicar o crescimento e a competitividade nos *clusters*. O conceito de eficiência coletiva reúne a concepção de economias externas locais e espontâneas e outras ações conjuntas planejadas pelas empresas ou pelo setor público que viriam somar com vantagens competitivas das aglomerações produtivas (Schmitz, 1997 e Schmitz & Nadvi 1999). A eficiência coletiva trabalha com a perspectiva de agregar, cada vez mais, espaços no mercado do produto que pode levar ao contexto da cooperação.

O conceito de cooperação tornou-se mais largo depois de Marshall. As aglomerações podem cooperar entre as empresas, num esquema para viabilizar por menor custo às condições de produção, mas, também, se organizam para promover o diferencial de produtividade através de estudos de consultoria, por exemplo. Então, no conceito de aglomerações produtivas, a noção das instituições no entorno do seu espaço, que ajudam aos componentes se fixar ou se renovar, estabelece uma aprendizagem contínua. A aprendizagem tem sido apontada como condição importante para que uma aglomeração produtiva alcance êxito. Desta forma as aglomerações produtivas recorrem a construção de um ambiente favorável à consolidação das empresas e passam a se constituir nos sistemas locais de inovação, que são mais amplos que as Aglomerações Produtivas Locais (APL) (Lastres et al, 2004).

Os diversos autores empenharam-se em contribuir para esclarecer as análises de desenvolvimento sustentadas na perspectiva do espaço e da economia, tendo como pano de fundo a cooperação das instituições da sociedade da localidade aglomerada. Outras opiniões privilegiaram a visão da participação do mercado na contextualização das análises. Krugman e Porter (1993) depositaram confiança na força do mercado e exaltaram o papel da competição internacional e a possibilidade das políticas públicas aproveitarem as

externalidades (Marshall, 1982), através do apoio institucional ao espaço econômico geograficamente restrito, incentivando a obtenção de vantagens competitivas.

Entende Krugman que “o sucesso das empresas é, em grande parte, uma construção social”, e a sua permanência ou desaparecimento não depende de esforços próprios e sim de efeitos potencializadores do sucesso de todos, portanto, das economias externas. Segundo o autor, para avaliar por que um *cluster* tem existência profícua, é necessário estudar as suas várias ligações com o mercado<sup>46</sup>, a natureza tecnológica das externalidades que está dando substrato ao aglomerado geográfico (Krugman, 1991:176-177).

Tendler (2003) tem uma definição de *cluster* que congrega as características explicitadas por Marshall, ao mesmo tempo em que analisa as possibilidades de evolução, dadas as condições de organização institucional da localidade. Desta feita, frisa o incentivo ao *cluster* de pequenas empresas e à informalidade em países em desenvolvimento. Fala até em “um pacto com o diabo” para definir a instabilidade do *cluster* que tem como estratégia de crescimento a possibilidade de burlar o fisco. A dificuldade de evolução do *cluster* aparece numa outra situação de indisciplina social, através da depredação do meio ambiente e, portanto, do patrimônio natural da localidade, em nome de proporcionar as condições capitalistas da produção, acarretando, por exemplo, a poluição de rios, vales e outros tipos de deterioração. Por sua vez, a autora também salienta o envolvimento dinâmico de certo tipo de associativismo destinado ao aumento da produção. Ele se dá através do crescimento, da eficiência e da produtividade do *cluster*.

Cada uma das definições de *clusters* e distrito industrial, discutidas neste espaço e expostas no quadro 1, encontra correspondência na realidade de uma região de capitalismo tardio. A concepção expressa por Judith Tendler (2003), além de ressaltar a forma de organização de produção, induz a procura das ligações econômicas do *cluster* com a cadeia produtiva, frisando também a importância do associativismo para o crescimento da produção.

A aglomeração de Santa Cruz do Capibaribe é formada por um conjunto de micros e pequenas empresas de produção familiar, fabricando roupas. A cadeia de valor da produção nesta aglomeração se restringe à lavagem industrial do tecido e à confecção. Existem pequenas firmas fabricando embalagens como, sacos plásticos e caixas. Os acessórios e aviamentos são vendidos no mercado da aglomeração quando se observa intensa integração entre fornecedores e produtores. A matéria-prima está centralizada na produção das regiões

---

<sup>46</sup> Entende ainda que a relação do *cluster* com o mercado é o que determina, em última instância, se este é “suficientemente importante para merecer apoio do governo” (Krugman, 1991:176-177).

mais desenvolvidas do país, sendo raras as tecelagens na localidade. O associativismo é um componente atuante da aglomeração, quando se registra a associação comercial, a associação dos confeccionistas e o sindicato da confecção que fazem um trabalho de integração, entre os empresários. O associativismo oferece apoio ao trabalho das instituições e leva a que as vantagens territoriais em benefício do *cluster* se processem com maior facilidade. A singularidade do território representa uma vantagem de localização da produção (Becattini, 1994), onde se desenvolve a capacitação para o trabalho de costura e de sua comercialização nas feiras da localidade.

Yoguel & Lopez (1998) estudaram sobre *clusters* nas regiões em desenvolvimento. De um lado, basearam-se em Marshall e, de outro, evidenciaram as transformações econômicas da globalização, ressaltando que as diferentes capacidades endógenas dos agentes e o desenvolvimento do ambiente (econômico, social e institucional) ganham impulso com a proximidade física e de acordo com as condições da localidade. Significa dizer que o conceito de *cluster* é dinâmico e algumas características aparecem com maior determinação em localidades específicas.

Observa-se que é comum nas regiões periféricas, acontecerem reuniões em ponto de venda de feiras, o que se constitui numa forma de integrar os pequenos negociantes do *cluster*. Essa maneira de interagir favorece o conhecimento sobre novos modelos e produtos que estão à venda e os problemas da vida da localidade. É uma forma de manter os microempresários integrados e informados sobre a competição, muito próxima dos ensinamentos contidos na obra de Marshall (1982).

Os autores também falam que a competição exige a introdução de regulação e desregulação para facilitar a interação das empresas no mercado. Segundo Yoguel & Lopez (1998) ainda, o capitalismo contemporâneo exige mudanças no regime de produção levando a transformações nas normas do contrato social na própria localidade.

A regulamentação não dispensa a ação da escala nacional. O que ocorre nessas localidades é muito mais a presença de uma ação informal de desregulamentação das condições de produção. Neste ajuste à crise do capitalismo, a informalidade e a pequena empresa estão no mesmo contexto, nos países em desenvolvimento.

Nestes países, a situação de informalidade cresceu ainda mais a partir do final da década de 80. Este fenômeno é decorrente da reestruturação produtiva levando a implementação de uma produção de baixa renda, com restrito uso de novas tecnologias (microeletrônica, especialmente), favorecendo a terceirização da mão-de-obra e a flexibilidade das normas de trabalho (Mattoso, 1997).

Nas regiões de capitalismo tardio, a informalidade e a flexibilidade fazem parte de um mesmo contexto e podem estar representadas em pequenas unidades produtivas. O vínculo empregatício baseado nas leis trabalhistas está cedendo espaço, cada vez mais, ao novo conceito de novas condições de empregabilidade ou possibilidades em condições flexíveis de ocupação de mão-de-obra. A transformação que se processa incentiva os trabalhadores, a se fixarem por conta própria ou administrarem seu próprio empreendimento. A discussão recente sobre empreendedorismo e estratégia de desenvolvimento pôs em evidência a questão da geração do emprego e desenvolvimento econômico (Carpintéro e Bacic, jnewton@eco.unicamp.br). As análises sobre as estratégias empreendedoras indicam que não se tem conseguido resolver a questão do emprego, uma vez que o sistema econômico tende a gerar menor quantidade de empregos no contexto da crise do capitalismo. A ação empreendedora se torna, então, uma questão de sobrevivência no mundo do trabalho por conta própria. (*Ibidem*). A proposta estratégica do empreendedorismo de regiões de capitalismo tardio tem sido muito mais a competição pelo preço. Recentemente, têm-se destacado questões de eficiência para compor as determinações das estratégias de desenvolvimento nas regiões deprimidas.

Segundo afirmam Yoguel e Lopez 1998, nos países em desenvolvimento, em “conseqüência da segmentação da demanda e da volatilidade do mercado, houve também mudança na concepção de eficiência e a possibilidade de combinar escala e variedade começa a ser crescentemente importante como fator de competição”. De acordo com esta argumentação é regra geral das aglomerações produtivas submeterem-se a várias condições de produção, entre elas ao regime de produção por demanda específica.<sup>47</sup>

Schmitz e Nadvi (1999) enfatizam a necessidade de competição e a importância da eficiência coletiva, no sentido de representar elementos em favor da evolução do *cluster*. Os mercados mais competitivos e de maior dimensão vão exigir um novo tipo de comportamento da produção. A competição envolve inovação, implicando maior qualidade do produto,

---

47 Storper sugere do ponto de vista heurístico quatro mundos ou domínios de interação das condições de produção: o mundo marshalliano, o mundo do mercado, o mundo industrial e o mundo inovativo. A avaliação da qualidade, o tipo de competição, a flutuação da demanda e o emprego de flexibilidade ou não no processo produtivo apresentam-se com especificidade em cada mundo de produção. No mundo marshalliano, os produtos não são feitos para atender a demandas específicas e elaboradas em pequenos lotes. No mundo industrial, o produto é feito em economia de escala e está sob condição de previsibilidade da demanda. No modelo inovativo, os produtos são especializados e as economias de variedade e a competição não são realizadas pela escala, nem pelo preço, e sim pelo conhecimento. Em cada um desses mundos, existe uma configuração específica do trabalho (Storper, 1997: Cap. 5).

estratégia de comunicação e de comercialização do mundo globalizado, entre outras exigências.

À medida que o *cluster* vai sendo construído, processa-se uma organização coletiva para atingir a eficiência e conseqüente ampliação do mercado, objetivo primordial da aglomeração produtiva (*Ibidem*). Nestas condições, a competição e a inovação estão incorporadas como estratégias fundamentais para o crescimento do *cluster*.

Nos países em desenvolvimento, muitas vezes, a inovação não é um elemento incorporado a produção e nem é determinante na concorrência do mercado. Tem-se realizado esforço, principalmente, por parte de instituições profissionalizantes para agregar as duas variáveis, mas, as regras de competição pelo preço ainda são preponderantes, especialmente em determinadas regiões de capitalismo tardio.

**Quadro 1: Categorias Analíticas para Definição das Aglomerações Produtivas**

CATEGORIAS	AUTORES	CONCEITO FUNDAMENTAL	VIRTUOSIDADE E IDÉIA FORÇA
Distritos Industriais	Marshall	Conjunto de médias e pequenas empresas do mesmo setor de atividade.	-localização e aglomeração; -economias externas; -intensa divisão do trabalho; -especialização -inovação -cooperação -competição
Distritos Industriais	Becattini	O distrito industrial é definido como: "Uma entidade sócia territorial caracterizada pela presença ativa de um conjunto Marshalliano, representado por uma comunidade local e empresas".	Além das características apontadas por Marshall, salienta: a cooperação, a confiança e a reciprocidade.
<i>Clusters</i> Industriais de Incipiente Industrialização	Schmitz e Nadvi (1999)	Pequenas empresas	Especialidade e cooperação. Eficiência coletiva
<i>Clusters</i> Empresariais	M. Porter	<i>Clusters</i> é o epicentro de seu modelo de confronto entre a noção de competitividade do mercado e a intervenção do Estado. O Estado, ao contrário do mercado, tem muito mais cooperação do que competição, mais diálogo do que concorrência.	Concorrência e competitividade
<i>Clusters</i> Empresariais	Krugman	- Expressa a força que determina aos empresários se agruparem para usufruir das externalidades.	O modelo de rendimentos crescentes e de concorrência imperfeita fundamenta os modelos de crescimento endógeno.
Distrito industrial (fragilidade da conceituação em países em desenvolvimento)	Gabriel Yoguel e Mariel Lopez	Capacidade inovadora endógena dos agentes e o grau de desenvolvimento do ambiente (econômico, social institucional), com proximidade física	Cooperação formal e informal. Capacidade inovadora
<i>Clusters</i>	Judith Tendler	Um conjunto de pequenas empresas (produzindo o mesmo produto, na mesma cadeia de valor), geograficamente próximas com significativas relações entre firmas, com dinâmico envolvimento associativo, crescimento em eficiência e produtividade.	incentivo a <i>clusters</i> de Pequenas Empresas em países em desenvolvimento
Arranjos Produtivos Locais	Cassiolato e outros	APL compreende o conjunto de unidades de produção definidas na territorialidade. Na definição, pressupõe, em seu entorno com um conjunto de atividades institucionais fomentadoras da produção.	Baseados em Marshall, virtuosidade da Pequena Empresa. Economias externas e experiências do cotidiano.

<i>Clusters</i> (Organização territorial e Tecnológica)	Escola da Califórnia  Storper  A. Scott	Dinâmica de novas regiões produtivas a partir de diferentes formas de produção da Inovação  Formas bem sucedidas de organização da produção que dependem da territorialidade e das diferenças regionais (os modelos são os distritos industriais de Marshall).	Sistema Nacional de Inovação. Sistema Regional de Inovação. Sistema Local de Inovação.  Inovação como ação coletiva. Ativos econômicos coletivos. Fluxos internos. Refletividade no território. Especificidades institucionais e tecnológicas.  A divisão do trabalho generaliza com força as economias externas. As estruturas institucionais dão alento ao desenvolvimento da localidade (associações comerciais, escolas, etc).
Tecnologia e Inovação	Neoclássicos	Tecnologia e Inovação exógena ao processo de produção	Concorrência pelo preço Concorrência perfeita Retornos constantes
Inovação tecnológica e imaterial	Schumpeter  Freeman	Inovação intrínseca ao caráter dinâmico do Capitalismo.	Inovação - "elemento motor da concorrência capitalista". O empreendedor (empresário virtuoso), o inovador. Concorrência pela inovação incremental (altera a posição do mercado)
Inovações	Harvey	Intrínseca ao caráter dinâmico do capitalismo; mudança de condição de valorização de capital.	O espaço e o tempo são importantes para a dinâmica de mudança de métodos de cooperação e uso da máquina. (mudança tecnológica e organizacional)

### 2.3 A INOVAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS

A inovação e as transformações tecnológicas destinadas ao aumento da produtividade não se constituem numa novidade na sociedade capitalista. Desde muito tempo, os economistas apontam para as mudanças que começam num determinado setor e se alastram por meio das grandes revoluções tecnológicas. A tecnologia propriamente dita é o resultado do processo de realização da produção, objetivada na transformação da maquinaria de um setor fabril. A inovação representa a introdução de um processo de transformação de um sistema de produção, através da melhoria, criação ou modificações na tecnologia de produto. (Galvão, 2003).

A peculiaridade parece ser a compreensão generalizada de que a inovação é elaborada no interior da produção. A teoria clássica pressupunha a tecnologia e, por extensão, a inovação como elementos exógenos ao sistema econômico. Já os marxistas apresentaram sempre uma perspectiva "orgânica da dimensão tecnológica" (Galvão, 2003:20). A tecnologia

é uma peça fundamental na “reprodução avançada do capital”, uma vez que a expansão da “base” da mais-valia relativa constitui-se no alicerce para o avanço do modo de produção capitalista (Galvão, 2003:21). Os capitalistas buscam incessantemente transformação tecnológica nas condições do processo histórico e na forma de organização do trabalho, baseada na grande indústria, quando está em curso um estágio avançado de reprodução e centralização de capital (*Ibidem*).

Schumpeter (1982) marca sua discussão a partir da introdução das idéias de Kondratieff (in Freeman, 2003) para compreender o papel da inovação. As transformações dos ciclos econômicos de Kondratieff (in Freeman, 2003) são explicadas pela mudança na matriz tecnológica, que pressupõe retornos constantes<sup>48</sup> (Freeman, 2003). O reverso da medalha dessa teoria neoclássica leva à compreensão de que a concorrência é determinada pelo preço. Sua inovação é um elemento exógeno à dinâmica da economia. A tecnologia não é tida como um fator de produção e ocorre pela capacidade inovativa de indivíduos na sociedade, sem que haja, necessariamente, uma conotação com o mundo da produção.

Schumpeter (1982) rompe com essa idéia da teoria neoclássica e admite, “dentro de certos limites” como Marx (1977)<sup>49</sup>, que “o elemento motor da concorrência capitalista ou o fenômeno fundamental da vida deste tipo de sociedade é a inovação<sup>50</sup>” (Galvão, 2003:24). Para Schumpeter, o desenvolvimento é o resultado dos “processos inovativos engendrados incessantemente” (*Ibidem*). Neste contexto, o autor rompe com a concorrência perfeita dos neoclássicos, porque entende que um dos elementos centrais da concorrência é a capacidade de inovar e, portanto, faz parte de uma necessidade do capitalista. Os lucros decorrem não de uma remuneração normal do capital “enquanto fator de produção” e sim de um fundo de poder de compra, segundo Possas (1987:177 apud Galvão, 2003).

O capitalista, para Schumpeter, retira parte do seu lucro para promover a inovação. O seu empenho não é apenas de um capitalista, ele “transgride a atividade econômica rotineira” e promove a inovação (Schumpeter 1982 apud Galvão, 2003:24). O empreendedor, na visão de Schumpeter, é ao mesmo tempo inovador e empresário. Dentro deste contexto, o autor tem uma definição apropriada para o empresário arrojado, responsável pela inovação como

---

<sup>48</sup> Atualmente essa suposição é criticada, e a situação de equilíbrio é posta em confronto até entre os neoclássicos que entende que ocorre a possibilidade de retornos crescentes no modelo econômico.

<sup>49</sup> O próprio Schumpeter (1982) reconhece a sua dívida com Marx e Schmoller, com a expressão “Destruição Criativa”, que mostrava o poder de regeneração do capitalismo usada em princípio de Sombart (Freeman, 2004).

<sup>50</sup> Fala-se da formulação de Marx e Engels (in Manifesto do Partido Comunista de 1848), quando dizem que “a burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção e com isso todas as relações sociais”.

elemento endógeno da empresa, vindo a ser chamado de empresário schumpeteriano. Seu principal papel é induzir às potencialidades contidas na história da produção do distrito. Para o autor, esses “empresários fazem coisas novas ou as mesmas coisas de maneira diferentes” (Schumpeter, 1952 apud Galvão, 2003).

De acordo com Becattini (1994), os distritos industriais exigem esse “capitalista puro”, entendido como aquele que está atento aos acontecimentos do mercado mundial e tenta, constantemente, aperfeiçoar seu próprio produto. O objetivo primordial deste empresário é a obtenção do lucro. A forma de consecução é diferente dependendo das condições de como está constituído o regime capitalista. Desse modo, tanto as condições de produção como as instituições que dão suporte à produção mudam a feição deste capitalista e vice-versa.

A inovação técnica também não significa apenas a troca de máquina (Storper, 1997). Mesmo assim, tende a se corporificar no equipamento, no layout. De acordo com Storper, a economia evolucionista pressupõe que as tecnologias se desenvolvem ao longo de trajetórias e passem por redefinições, assim as mudanças tecnológicas não representam mais uma “caixa preta” (Storper, 1997). A tecnologia deve ser capaz de mudar ou se adaptar às novas exigências do mercado com maior flexibilidade e de promover variedade de opções<sup>51</sup>. O aumento da variedade dos produtos depende da habilidade das empresas e da exigência do mercado.

Inovar tem um significado diferente para cada mercado. Inovação de menor impacto, uma simples modificação no produto, será considerada de menor poder de complexidade. Entretanto, para aquela atividade, a inovação altera sua posição de concorrência no mercado, sendo chamada de incremental (Freeman, 2003). No momento atual do capitalismo, com a crise e a reestruturação produtiva, ela passa a ocupar um lugar de destaque em qualquer setor de atividade produtiva, embora apresente diferentes formatos, dependendo do setor e das condições específicas da região.

A inovação advém também da introdução de elementos imateriais importantes para o aumento da produtividade e da mais-valia. Nestas condições, estão incluídos novos sistemas de organização da empresa, governança<sup>52</sup> da localidade e inovações institucionais em termos

---

<sup>51</sup> A tecnologia é reconhecida como um dos principais motores para a evolução de padrões territoriais de desenvolvimento econômico, distinguindo-se a tecnologia standard daquelas não standard, flexíveis e variável (Storper, 1997).

<sup>52</sup> O termo diz respeito a novos conceitos filosóficos da gestão, baseada em eficiência e eficácia como sinônimos da gestão compartilhada com o empresariado, ou coordenação dos interesses da sociedade pela valorização da atividade de mercado. É um conceito muito usado com a mudança da utilização do paradigma clássico da administração pública baseado em Taylor e Weber. No Brasil, a nomenclatura passou a ser mais utilizada principalmente depois da Constituição de 88 e do novo sentido dada à descentralização administrativa lastrada

de suporte jurídico, de design e outros serviços (Storper, 1997). De uma forma ou de outra, os autores vêm sublinhando a importância das instituições, muitas vezes culturalmente integradas à realidade local, para facilitar a implementação de novas idéias, novas condições que favoreçam ou torne realidade o negócio pensado.

O contexto das inovações e o papel do empreendedor Schumpeteriano são bem diferentes nos países em desenvolvimento e nos desenvolvidos. O empreendedor que quase sempre é um inovador, em países desenvolvidos tem o agente financeiro dando suporte ao seu invento. Incentiva-se, também, uma relação local, tanto por conhecer a região onde está sendo implantado o negócio como por proporcionar maior proximidade com os empresários e usufruir informações mais substanciadas sobre suas idéias e planos. Os agentes financeiros e outras instituições fazem a diferença, através do relacionamento com a sociedade (Storper, 1997; Morgan, 2004). Em geral, o financiador quer saber da disponibilidade do empreendedor honrar suas dívidas e não está interessado nas condições de produção e nas necessidades, sendo este um ponto muito ressaltado pelos institucionalistas que estudam os *clusters*.

Nas regiões deprimidas, o financiamento é feito, muitas vezes, com o apurado do dia anterior, como em Santa Cruz do Capibaribe. Recorrer ao sistema financeiro é uma ação impeditiva devido às formalidades exigidas pela ação contratual capitalista que está longe da vivência desses produtores (FADE/SEBRAE, 2003). Resta ao pequeno produtor lançar mão da relação de amizade e adquirir empréstimos pessoais de pequena monta.

O valor da interação face a face foi sublinhado por Storper, para consolidar as vantagens dos *clusters* (1997). Morgan chegou a enfatizar a importância da confiança e a redução de incertezas na propagação do conhecimento e da inovação. Neste ponto, acreditava que o sistema de inovação valoriza o meio nacional, que constitui o meio operacional mais significativo, e se “torna uma resposta contra o tecnoglobalismo e o mundo sem fronteiras” (Morgan, 2004). Essa resposta vem do fato de que o sistema local de inovação envolve outros setores e não somente o sistema produtivo. Entre outros, cita-se a educação, as organizações não formalizadas, em grande parte pertencente às instituições sociais públicas e às Organizações não Governamentais (ONG).

A compreensão sobre inovação provocou um intenso debate no mundo acadêmico, sendo grifados diversos aspectos do ponto de vista técnico e das externalidades propiciadas pela proximidade dos agrupamentos ou aglomerações. Nessa contextualização, foram

---

por pressupostos de “aumento da capacidade do governo através dos princípios da administração gerencial” (Pacheco, 1999:225).

ênfatisadas a aprendizagem (*Learnig*) e a interação (*interaction*). Segundo Storper (1997), tratava-se de uma conceituação aceita amplamente como elemento básico no processo de inovação tecnológica. A aprendizagem permite aos agentes criarem vantagens dinâmicas de forma que a força da imitação seja ultrapassada pelo peso da inovação. Também privilegia a interação, caracterizada pelos sistemas complexos com base numa ação coletiva interna às firmas, à unidade de produção ou entre elas e o ambiente que articula os fenômenos econômicos da espacialização. Além das transações formais, são as interdependências não comerciais, como instituições, regras, costumes e valores locais, que fundamentam as redes produtivas (*Ibidem*).

Assim, os modelos de gestão inovadora podem estar baseados na perspectiva ideológica que permeia as organizações de produção visando promover o aumento de produtividade, através de valores impressos no ambiente. A inovação pela aprendizagem e a retomada do incentivo ao trabalhador, através de uma gestão baseada nas relações humanas na fábrica, estão sendo re-valorizadas como forma de aumentar a produtividade e a competição, e são praticadas em aglomerações de regiões de capitalismo tardio. Não quer dizer com isso, que tenham o mesmo êxito e seja uma prática uniformemente disseminada.

Harvey apontou uma concepção mais ampla para o conceito de inovação no trabalho de Schumpeter (1911), quando esse último se apropria da ótica mais microeconômica de criação de novos mercados e conquista de novas fontes de matérias-primas. As duas abordagens consideram explicitamente, os conceitos de “deslocamento de mercadorias ou realocação (mudança de local), e de estrutura de produção e de vendas”, segundo interpretação de Galvão (2003:37).

A percepção macroeconômica de Schumpeter foi discutida por neoschumpeterianos como Freeman que identificou inovação como o meio de criação de “lucros excepcionais” (Galvão, 2003:38). A inovação, neste caso, extrapola o ato de inovar por meio da interferência técnica científica. O conceito de inovação se refere a processos que induzem às mudanças de valorização dos capitais. Podemos interpretar que o relevante para os capitalistas é que a geração de mais valia, seja ela absoluta ou relativa, leva a valorizar o capital (Galvão, 2003). De acordo com Harvey:

“Os capitalistas podem individualmente desejar adquirir mais valia relativa por eles mesmos – lucros excepcionais – adotando tecnologias superiores ou buscando localizações superiores. Existe um trade off direto, assim, entre mudanças na tecnologia ou na localização na busca competitiva por lucros excepcionais.

Produtores em localizações desvantajosas, por exemplo, poderiam procurar compensar essa desvantagem com a adoção de uma tecnologia superior ou vice-versa”. (Harvey, 1982:390).

A localização lucrativa não induz primordialmente ao aumento de mais-valia relativa, “no sentido de aumentar a relação entre trabalho morto e vivo na fração de capital individual. Mas, a busca de lucro excepcional por meios localizacionais não é isolada da procura por tecnologia”. (Harvey, 1982:390).

Entende-se que, enquanto as vantagens locacionais não forem “esgotadas” e a inovação tecnológica não for distribuída, as melhorias adquiridas por essa fração de capital individual promovem “cópia” e “adoção” das vantagens locacionais e tecnológicas (Galvão, 2003). Dessa forma, a inovação gera um ciclo onde outras frações do capital individual procuram recriar as mesmas condições tecnológicas ou de localização, reduzindo os benefícios anteriores. Por sua vez, novas condições são recriadas e, assim, cada processo se transforma num movimento repetitivo de busca por novas vantagens (*Ibidem*).

Marshall (1982) já havia introduzido um conceito de inovação na abordagem de vantagem da localização da aglomeração. A proximidade geográfica permitiria a institucionalização de uma idéia nova repassada de forma externa às firmas, induzindo ao aumento da concorrência do distrito industrial em relação ao mercado de competição. Por sua vez, “a sabedoria popular, a experiência do cotidiano, a gestão carregada para a produção de mercadoria passa a ser considerada inovação e influi, portanto, no aspecto da competitividade e no preço da mercadoria” (Lastres et al., 2000:7).

A perspectiva dos autores reporta-se, em princípio, ao âmbito da microeconomia e envolve, além da inovação, as vantagens das externalidades. Seria o caso de entendê-las porque, mesmo visando à valorização do capital, ultrapassam a lógica de processos de implementação de “ferramentas de tecnologia” e seguem, em relação a outras vantagens, como menor custo do uso de mão-de-obra, “matéria-prima” e outras condições de externalidades (Galvão, 2003:25). Estes mecanismos possuem efeitos menores ou insignificantes quando se consideram “os agregados socioeconômicos fundamentais”, mesmo que sejam importantes para “os capitais individuais” (Galvão, 2003:26). Esses “efeitos tendem a anular-se em termos de sua expressão para o capital em geral, posto que a vantagem de uns é expressão, muitas vezes, de desvantagens de outros”. (*Ibidem*).

Significa dizer que os aspectos propriamente tecnológicos da inovação, que dizem respeito às modificações técnicas, são mais “sólidos” em termos de transformação da

dinâmica do desenvolvimento econômico e social (Galvão, 2003; Harvey, 1990). E, mais, que os elementos imateriais da produção são importantes para o processo de reprodução do capital, mas o capital fixo constitui-se, na maioria das vezes, a forma mais eficiente de controle e de obtenção de retornos para o capitalista<sup>53</sup>. Para alguns, tendo em vista “a natureza contraditória do capitalismo” a opção entre trabalho e o uso de tecnologia depende do “impacto no incremento da acumulação”. O uso de instrumentos tecnológicos é mais incisivo em sua definição do que de outros elementos como, por exemplo, a “busca de um novo mercado ou a descoberta de matéria-prima, que tem menor repercussão para o capital” (Galvão, 2003 26).

A inovação nas empresas brasileiras tem comportamento ainda incipiente.<sup>54</sup> As condições estabelecidas através de estoque de conhecimentos gerados pelas universidades e centros de estudos, somente agora começaram a promover resultados com a formação de doutores e mestres, em proporção razoável à pesquisa e criação de novos produtos e outras modalidades tecnológicas. No interior do país, a situação é agravada em consequência das dificuldades do sistema educacional e do reduzido número de universidades e centros de pesquisa.

A grande parte das empresas localizadas no território brasileiro é multinacional<sup>55</sup> e concentra seus departamentos de pesquisas nas suas matrizes. As empresas brasileiras estão concentradas em setores que mesmo utilizando tecnologia avançada, importam o conhecimento, dificultando ações em favor da inovação. Outra parte das empresas brasileira, ainda tem no preço a sua principal arma de concorrência, tendo em vista a disponibilidade da mão-de-obra e baixo preço no mercado de trabalho, no país.

---

<sup>53</sup> “Qualquer mudança tecnológica e organizacional ocasiona custos diretos e indiretos. Entre os primeiros, estão os desembolsados em projetos e equipamentos novos, o custo envolve a força de trabalho e outros custos diretos para por tudo em funcionamento. Entre os segundos, estão (...) as novas técnicas, (...) as resistências dos trabalhadores (...) as horas perdidas em aprendizagem mais uma ampla variedade de efeitos externos imprevistos que entram nos cálculos iniciais. Qualquer firma tem de pesar os custos e benefícios da mudança em relação à situação existente (...)” conforme Harvey (1990:129).

<sup>54</sup> Os estrangeiros pedem 60% mais patentes no Brasil que empresas e pesquisadores nacionais. De 1994 a 2002, dos 185 mil pedidos de registro de invenção, inovação ou design, 113 mil eram de estrangeiros. (O Estado de São Paulo - Economia - 23/5/2004).

<sup>55</sup> Os dados demonstram que a partir de 1995, o número de empresas transnacionais no País cresceu significativamente. “Isso foi um fator de desnacionalização da economia e gerou participação maior (dessas empresas) nas exportações, produção local e também na geração de patentes”, confirma o presidente da Sociedade Brasileira de Estudos das Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (SOBEET), Antonio Corrêa de Lacerda. A quantidade de empresas majoritariamente controladas por estrangeiros (mais de 50% do capital) praticamente duplicou entre 1995 e 2000. Cresceu 98%, passando de 4.895 para 9.712, conforme dados compilados pela SOBEET. Levando em conta as firmas nas quais os estrangeiros tinham acima de 10% do negócio, o total chega a 11.404, conforme o Censo do Capital Estrangeiro de 2000. (O Estado de São Paulo - Economia - 23/5/2004).

Aos poucos, estão ocorrendo mudanças que abrangem a leitura sobre a concepção das várias formas de gerar inovação e que ressaltam a importância da mesma na evolução do agrupamento produtivo. A inovação tem sofrido modificações e abertura para a inclusão de componentes imateriais à sua definição, como a valorização dos aspectos gerenciais das firmas. Na nova ordem mundial é observada ainda a incorporação ao processo de produção de “importantes readaptações e reestruturações” nas indústrias, visando à produtividade (Lastres et al., 2004:3).

A nova conjuntura direciona para um tipo de competição, que não se baseia exclusivamente no preço. A produtividade e a competitividade dos agentes econômicos dependem não somente dos “meios técnicos disponibilizados e da capacidade de usá-los”, “mas principalmente da capacidade de aprender e de inovar” (*Ibidem*).

Nestes termos, a educação e a qualificação têm sido valorizadas como elementos de inovação, através da ação das instituições que, no Brasil, vêm dando apoio à política de consolidação das Aglomerações Produtivas Locais (APL), como SEBRAE, SENAI e SENAC. Essa nova abertura para a análise das inovações prestam significativa contribuição para o estudo de *cluster* de regiões não desenvolvidas, onde a tecnologia não é a de última geração, mas a possibilidade de qualificação e divulgação de experiências torna-se importante para o aumento da produtividade e para a possibilidade de concorrência.

Tendo-se como base uma menor agregação tecnológica à inovação, em Santa Cruz do Capibaribe é possível encontrar no cotidiano da produção inúmeros exemplos, considerando mais a criatividade e menos a tecnologia empregada. Seria o caso de realização de uma inovação incremental, de menor impacto na concorrência, da qual fala Freeman (2003). Mesmo sendo uma inovação de menor impacto para o aumento da produtividade e a valorização do capital, ela influi na possibilidade do microempresário se manter no mercado.

A compreensão das aglomerações produtivas não pode partir apenas da análise das empresas localizadas num território e de sua capacidade de inovar segundo os pressupostos tecnológicos. As relações internas e externas das empresas no ambiente que forma a aglomeração produtiva, junto com as várias instituições que lhes dão apoio seriam mais adequadas para explicar o crescimento e êxito dos *clusters*<sup>56</sup> ao longo da sua história.

---

<sup>56</sup> Aproveitando a interpretação de Fernandes (2004:4) e tomando como referência a definição de aglomeração produtiva sugerida por Suzigan et al. (2003:40-41), se entenderá melhor “*Clusters* (aglomerações produtivas), como sistemas locais de produção, quando são considerados os “aglomerados de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, que apresentam vínculos consistentes de articulação, interação, cooperação e aprendizagem. Incluem não apenas empresas produtoras de bens e serviços finais, fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de serviços, comercializadoras, clientes, etc e suas variadas formas de

### **CAPÍTULO 3: O PROCESSO HISTÓRICO DE PRODUÇÃO DA ECONOMIA E DO ESPAÇO URBANO: A SOCIEDADE EM TRANSIÇÃO PARA A URBANIZAÇÃO**

A produção de riqueza no Brasil sempre esteve baseada na produção de mercadoria<sup>57</sup>, cuja realização do valor ocorria no além mar, na Europa (Novais, 1975). Durante todo o período colonial, a riqueza, mesmo produzida no campo, era comercializada pelos aglomerados urbanos e já se estabelecia a divisão social do trabalho. Outros agentes sociais, além do senhor e do escravo, participavam dessa produção: operadores do traslado das mercadorias, funcionários do governo, militares, religiosos. Eles não somente compunham os primeiros aglomerados urbanos como também ampliavam aos poucos a economia de mercado (Novais, 1975). Entretanto, é preciso dizer que tanto a economia quanto a urbanização não se processavam de forma semelhante nas diversas regiões do país. Diferentes processos históricos propiciaram diversas formas de urbanização. De acordo com Cardoso de Melo (1975, apud Clementino, 1999), o processo de urbanização “evolui nas quatro fases correspondentes às transformações no processo de acumulação no Brasil”, guardando, mesmo assim, as especificidades das regiões (Clementino, 1995:29).

O primeiro momento corresponde à economia colonial, onde os países periféricos – é o caso do Brasil – tornaram-se produtores mercantis, proporcionando a acumulação primitiva do capitalismo da metrópole no antigo sistema colonial (*Ibidem*: 29). O Nordeste era responsável pela produção de cana-de-açúcar, cujo produto era comercializado na Europa, intermediado por Portugal. A cidade desempenhava o papel de praça de comércio e de interesse político-militar. Segundo Clementino (1995:30), nessa fase já havia a “divisão” entre cidade e campo ou, mais especificamente, já se via “a polarização de cidades (dependentes da monocultura) e a pobreza urbana”.

---

representação e associação, mas também outras instituições públicas e privadas, voltadas à formação e ao treinamento de recursos humanos, pesquisa, desenvolvimento, engenharia, promoção e financiamento”.

<sup>57</sup>A colonização significava a extensão da economia de mercado, ora as economias coloniais eram encaradas colônias periféricas em suas relações com a economia europeia, como apêndice dela, a expansão colonial apresentava-se como expansão da economia de mercado; quer dizer, montavam-se núcleos que produziam para o mercado europeu. A colonização foi de facto um desdobramento da expansão comercial. *Examinadas internamente*, entretanto, na sua estrutura, as economias coloniais configuravam um modo de produção escravista-mercantil, o que limita a constituição de seu mercado interno; há toda uma camada da população, os produtores diretos cujo consumo em grande parte se desenrolavam a margem das transações mercantis” (Novais, 1975, ortografia e grifos no original).

A economia do açúcar, tanto pelas dificuldades de sua crise entre os séculos XVII e XIX como pela condição de sua realização no período colonial, baseada no trabalho escravo, não propiciava expansão à sua reprodução fora das atividades subsidiárias.

Na etapa posterior, a economia agroexportadora continuava “com exíguo mercado interno”, não incentivando a passagem para o capital industrial e mantendo uma urbanização lenta e atomizada nas cidades litorâneas, onde predominava a administração do transporte das mercadorias da cana-de-açúcar (Cano, 1975: 75, 76, 77).

A segunda fase (1886-1930) representou a inserção dos países periféricos, produtores de alimento e de matérias-primas a baixos preços e “favorecendo a valorização do capital dos centros hegemônicos” (Clementino, 1999:29). Nesse período, o capital mercantil nacional encontrava-se subordinado ao capital agroexportador. A cidade passou a controlar o “capital comercial, baseado no controle da produção agrícola voltada para a exportação” (*Ibidem*:30). De modo diferente, agora a economia agroexportadora tinha possibilidade “de reter maior parte do excedente internamente” (*Ibidem*). Dizendo de outra forma, “a economia cafeeira capitalista cria condições básicas” para o surgimento do capital industrial e da grande indústria (Cardoso de Melo, 1975:102). Diante da transferência dessa renda para o setor produtivo industrial, gerou-se a necessidade de uma infra-estrutura básica que potencializasse o processo de urbanização. Ao mesmo tempo, o Estado promoveu as condições institucionais para o desenvolvimento industrial e a urbanização. Com este propósito, criou “condições favoráveis de financiamento não somente através de crédito farto, em especial os instrumentos destinados a mobilizar e concentrar capitais, como também a faculdade concedida aos bancos de se transformar em empreendimentos industriais, (cria) a lei de Sociedade Anônima e (promove) o impulso dado às Bolsas de Valores” (*Ibidem*: 104). Além disso, houve ações empreendidas pelo Estado, como a possibilidade de migração de trabalhadores livres que, mesmo sendo convocados para o trabalho agrícola em São Paulo, favoreceu às atividades urbanas e à dinâmica do mercado interno.

No Nordeste houve poucas modificações no contexto da inércia urbana, deixada pela crise do preço do açúcar. Crise esta que se alastrou por séculos (Furtado, 1972:57). O capital industrial não correspondia ao “setor hegemônico da economia” (Clementino, 1999:30) e o Estado, por sua vez, estava preso a determinações das oligarquias agroexportadoras, não havendo impulso suficiente para a consolidação de um centro industrial semelhante ao criado em São Paulo.

O terceiro momento, de 1930 a 1955, diz respeito às mudanças políticas e econômicas no pós-30, quando, na compreensão de Cardoso de Melo, o capital industrial (nacional)

passou a subordinar o capital mercantil. O capital industrial tomou a direção do processo de reprodução do capital, embora de forma restringida. Observou-se o crescimento da economia para o mercado interno. “Com a industrialização (restringida) (...) a cidade passa a ser a sede do aparelho produtivo, sede da indústria, que exige uma nova urbanização, que antes se resumiam em sustentar as funções de circulação e distribuição dos produtos para a exportação” (Felipe 1986, apud Clementino 1999:31).

A partir da década de 30, o desenvolvimento industrial do “Centro-Sul” começou a se definir perante as demais regiões e, ao mesmo tempo, “forjar” uma nova divisão regional do trabalho em nível nacional (Oliveira, 1977). O Nordeste algodoeiro também começou a “perder terreno” em relação à produção de algodão herbáceo do “Centro-Sul” (*Ibidem*: 66). Segundo Cano (1975:169, 170), ainda na década de 20 o Nordeste e o resto do país perdiam posição de competitividade para a indústria têxtil de São Paulo, apresentando fraco desempenho tanto na produção industrial como na atividade agrícola. A eliminação de entraves (1924 –1926), devido à valorização cambial, permitiu o aumento do nível de importação. Observou-se aumento de inversão em São Paulo em relação ao resto do país, condição que proporcionava maior grau de modernização e aumentava as possibilidades de concorrência com as indústrias das outras regiões. O Nordeste algodoeiro pernambucano viu sua capacidade competitiva sofrer abalo, dada a forma como estava estruturado, ou seja, com base na produção extensiva, na mão-de-obra e na terra.

Nos anos 50, a industrialização do país submeteu-se a um novo padrão de acumulação sob o comando do capital oligopolista nacional e internacional, supondo um processo de centralização e concentração de capital cada vez mais intenso (Oliveira, 1975). O Nordeste começou “a exercer a função secundária na indústria e na agricultura de exportação, que são as atividades mais dinâmicas do Brasil” (Araújo, 1979, apud Campello, 1983:26). Enquanto isso, “assume o papel de produtor de insumos industriais e funciona como região-mercado para os bens alimentares, de consumo duráveis e de capital produzidos por outras regiões, além de constituir-se como região-reserva de força de trabalho para a região industrial e também para outras áreas de expansão de fronteiras agrícolas” (*Ibidem*).

Em síntese, verifica-se a diminuição da produção, que denota “ritmos de acumulação diferenciais” e implica no “predomínio das mercadorias do Centro-Sul sobre a região”, e observa-se as contradições entre os interesses da burguesia industrial e das oligarquias

agrárias (Oliveira, 1977:72), tanto na forma de competição entre regiões por benefícios<sup>58</sup> como no modo da socialização adotada na produção de mercadoria.

A constituição do espaço econômico nacional, estruturado para o mercado inter-regiões, não denotava homogeneidade de crescimento e de formas de reprodução do capital nos espaços e demonstrava a prática de acirrada “competição” intercapitalista (Brandão, 2003:88). O país vivia, naquele momento, uma divisão do trabalho entre o centro e a periferia, onde os diferentes capitais estavam sob o domínio do capital mercantil, ocasionando margens de lucros menores, dificuldades de implementação de novas formas de tecnologia e baixo poder de competitividade (*Ibidem*). A acumulação de capital não tinha “fôlego suficiente dentro da própria região ou se dirige para fora em busca de especulação ou de aplicações imobiliárias” (Cano, 1981:186 apud Brandão, 2003:88).

As transformações foram intensas na nova forma de produzir o espaço urbano-industrial. Tratava-se de um novo modo de processar a acumulação, cuja realização a nível nacional passou a ser parcialmente interna e crescente, haja vista a substituição de importação no país (Oliveira, 1976:20). A ruptura entre a produção do campo e a cidade não se processava, pura e simplesmente, mesmo porque a agricultura do Nordeste tinha “funções de promover fundos para a acumulação de capital e a expansão dos mercados, a partir de São Paulo” (Oliveira, 2001; Furtado 1972). A manutenção das alianças entre as oligarquias agrárias do Nordeste e a burguesia industrial, dividia os poderes (Oliveira, 1977). Pode-se dizer também que, embora a economia agroexportadora estivesse subordinada à forma de reprodução da indústria, mantinha no campo relações de produção pré-capitalistas, o que dificultava a expansão do mercado interno.

O interior do Nordeste encontrava-se “dessintonizado” da expansão econômica do resto do país, quando ocorreu o avanço da modernização para a produção industrial na época Vargas (Brandão, 2003:90): a economia algodoeira continuava submetida à de oscilação da agricultura externa e a ciclos de dificuldades climáticas da região, por exemplo. A expansão interiorana no Nordeste ocorreu principalmente através “de articulação comercial inter-regional” (*Ibidem*) e intra-regional como atividade subsidiária da economia principal. Esta

---

<sup>58</sup> Em trabalho recente sobre a competitividade na crise do fordismo, John Logan & Molotch (urban fortunes, University of Califórnia Press, 1987, *apud* Fernandes, 2000:35) “descrevem a acirrada competição” entre localidades, praticada largamente na América desde a passagem do século XIX, especialmente quando as estradas de ferro começam a produzir espacialidades, oportunidade de negócios e relação de poder em direção ao oeste. Significa dizer que a competição é própria ao modo de produção de mercadorias, apenas muda a intensidade como é praticada. Na região Nordeste, nesse momento, a competição e conflitos foram mediados pelas alianças.

condição, em última instância, dizia respeito às possibilidades de interiorização da atividade pecuária por meio da agregação de novas terras para o aumento da produção, opção consolidada em vasto espaço do Agreste pernambucano.

### **3.1 A TRANSIÇÃO PARA UMA ECONOMIA URBANA NO AGRESTE DE PERNAMBUCO: O SURGIMENTO DA ECONOMIA URBANA DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE**

O capital mercantil nordestino no Semi-Árido sempre manteve a associação entre a plantação de algodão, a criação de gado e a cultura de subsistência. Considera-se que, a associação com a cultura de subsistência atribuiu um significado próprio as relações de produção daquela localidade, estando baseadas em parcerias entre produtores e donos de terra, onde a realização de excedente apropriado pelo capital agromercantil contribuiu para rebaixar o custo da força de trabalho e promover a permanência de trabalhadores miseráveis na terra, mantendo uma estrutura de poder entre latifúndio-minifúndio (Oliveira, 1977; Clementino, 1991). A aliança no espaço da divisão regional do trabalho não significava que os conflitos no próprio espaço da atividade agropecuária e de subsistência do Nordeste estivessem afastados: no Agreste pernambucano estava acontecendo o êxodo rural pela concentração de terras para a produção leiteira em expansão.

Portanto, a organização territorial da população para a produção urbana em Santa Cruz do Capibaribe foi possível devido à pressão sobre a terra e à ocorrência de migrações internas no Agreste. Consta também que as transformações socioeconômicas e de urbanização da cidade estavam intimamente relacionadas ao processo histórico de crescimento da economia do algodão e da pecuária do Agreste de Pernambuco. Por isso, as diferentes formas de inserção da região na economia internacional e nacional, com suas crises e descontinuidades da produção, propiciaram a existência de diferentes ritmos de crescimento, apresentando ora um caráter atomizado, ora mais integração à economia da região (Oliveira, 1997). As redes urbanas, como reflexo desta forma de organização econômica, apresentaram sempre carência de equipamentos sociais. O uso dos serviços urbanos necessários às atividades emergentes era possibilitado pela integração entre as cidades circunvizinhas e hierarquicamente mais desenvolvidas, no Agreste de Pernambuco. Observa-se, neste processo de desenvolvimento, a utilização intensa de uma infra-estrutura deficitária espalhada por pequenas e médias cidades.

### 3.2 O HISTÓRICO DO SURGIMENTO DA CIDADE DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE

O Agreste, localizado quase inteiramente sobre a serra da Borborema, embora próximo às zonas açucareiras e reunindo condições climáticas favoráveis à prática da agropecuária, “foi tardiamente povoado”, supõe-se, devido à dificuldade de acesso (Andrade, 1973:144). Somente após a guerra Holandesa (1634/36), esta região foi “integrada economicamente ao Nordeste, (Andrade, 1973:144)”. Em meados de 1690, já era possível encontrar fazendas de gado desde Bezerros (108 km do Recife) até o Sertão da Carinhanha (hoje Estado da Bahia). Nesse período, surgiram no Agreste pernambucano as fazendas dos Bezerras (Bezerros), do Caruru (Caruaru), o Sítio do Garcia (Garanhuns) e, ao longo do século XVIII, Boa Vista (Alagoinha), Bom Jardim, Taquaritinga (Taquaritinga do Norte), definindo uma rede de fazendas que até o final dos setecentos, estabeleceram uma rede de povoações que, transformadas em cidades, se mantêm atuais.

No Agreste de Pernambuco, a partir de século XVII, a rede urbana se constituía no sentido dos caminhos que formavam a trilha da produção e comercialização da pecuária e da venda de couro. Furtado (1972) e Andrade (1973) entendiam que a economia pecuária nordestina surgiu para atender às necessidades da economia açucareira. A renda gerada pela “economia criatória” era pequena, não excedendo a 5% do valor das exportações do açúcar. (Furtado, 1972:57).

No século seguinte, naquele espaço se constituíam vilas e pequenas cidades que serviam de entrepostos comerciais e, às vezes, de lugar para pousadas, mercado ou, mais precisamente, feiras de gado<sup>59</sup> onde era vendida a produção agrícola (Andrade, 1974:150). As feiras eram o espaço urbano onde a população se reunia em torno da sua necessidade de organização social, política e econômica.

A organização da produção do Agreste na segunda metade do século XVIII estava ligada ao binômio gado/plantação de algodão (Andrade 1973 e Melo 1980). A produção do algodão no Nordeste iniciou com a revolução industrial na Inglaterra. Até então, o Agreste era resultado da produção pecuária, da civilização do couro e das feiras de gado (Melo, 1980).

A história do Agreste seguiu as indicações conhecidas pelos urbanistas, em que os aglomerados formavam as cidades, estabelecendo a divisão do trabalho entre o campo e as

---

<sup>59</sup> “O gado destinado ao abastecimento do mercado interno, não dava grandes despesas, nem também grandes lucros”. Esse é o comentário de Andrade (1973:150) sobre a extensão desse mercado.

atividades urbanas (Braudel, 1997). Podemos reconhecer a influência do campo sobre a cidade com mais propriedade no período colonial e muitas vezes durante todo o desenvolver da urbanização, especialmente em regiões de economia rural. Carneiro Leão, em citação de Koster (*Viagens no Brasil*), disse que as “povoações, vilas ou pequenas cidades que se fundavam nas proximidades das fazendas no Nordeste do Brasil eram antes parasitárias da população dos senhores rurais, ficando, não raro, subordinadas ao seu prestígio, a seu alveário” (apud Melo, 1940:126). O poder exercido pelos coronéis nas cidades do Agreste não tirava delas o papel de mercado e de aglomerado de pessoas livres<sup>60</sup>. A cidade parecia surgir, às vezes”, “por simples luta contra o isolamento, por necessidade de vida social.” (Melo, 1940:124).

Essas cidades “apresentavam uma baixa diferenciação social e diversificação produtiva, resultado de restrita divisão social do trabalho” (Brandão, 2003:65), e perduraram como símbolo do poder político do campo, durante todo o século XX. Nesse período, o capital mercantil estabeleceu-se promovendo a articulação crescente inter-regiões através de uma rede de comunicação e de transporte para a comercialização dos produtos, especialmente o algodão, no caso do Semi-Árido pernambucano. Organizava-se, assim, uma rudimentar estrutura de trabalho entre trabalhadores, pequenos proprietários, arrendatários, assalariados, que perdurou do final do século XIX até as três primeiras décadas do século XX.<sup>61</sup> Este é o caso típico de localidades que, no começo do século passado no Agreste de Pernambuco, promoviam feiras, produziam embalagens e funcionavam como entrepostos de comercialização do algodão, o que representava naquele momento apenas uma expressão rudimentar de vida urbana.

Em princípio, as cidades do Agreste surgiam da atividade agropecuária. Os historiadores e geógrafos concordam que o surgimento dessas cidades ocorreu com a transformação das sedes de fazendas de gado e das missões em povoados, ao longo do século XVIII até a segunda metade do século XIX (Neves, 2002).

A falta de registros oficiais privilegiou a história oral dos habitantes do Agreste, registrada em monografias sobre o município de Santa Cruz do Capibaribe.<sup>62</sup> Nos registros consta que, por volta dos anos de 1870, o português Antônio Burgos, morador do Recife, saiu à procura de clima seco e salubre para curar uma enfermidade, com a ajuda de alguns

---

<sup>60</sup> Braudel, analisando o surgimento de cidades do século XV ao XVIII, menciona que “se o poder existe fora da cidade, adquire nela, uma dimensão suplementar, um campo de ação de outra natureza” (Braudel, 1997:441).

<sup>61</sup> Ver interessante trabalho de Clementino (1999), com análise referente ao RGN.

<sup>62</sup> Vejam especialmente os trabalhos de Campello (1983), Souza e outros, (1995) e Silva (1997).

escravos, seguindo a rota das boiadas através do Rio Capibaribe e acampou no espaço onde hoje é o município. Ele estabeleceu-se na localidade erguendo uma capela com um crucifixo de madeira, ainda hoje guardado na igreja matriz da cidade (Campello, 1983). Segundo fontes do IBGE, entretanto, o lugar já era uma povoação em meados do século XVIII (Souza e outros 1995). É provável que o povoado, antes do episódio, tenha servido de paragem no caminho das boiadas que ligava os sertões até Recife, Olinda e Salvador. Tal caminho, que acompanhava os Rios São Francisco, Capibaribe e Ipojuca até as sedes das fazendas, tornou-se aos poucos uma rede de distribuição de gado e também de pouso para tangedores e descanso do gado, levando ao surgimento dos povoados nessa rota (Neves, 2001:10).

O município de Santa Cruz do Capibaribe encontra-se localizado no Meso-Agreste pernambucano ou mais precisamente no extremo oeste da microrregião do Alto do Capibaribe. Nessa microrregião, estão incluídos também Taquaritinga do Norte, Santa Maria do Cambucá, Toritama e Surubim, municípios que, de uma forma ou de outra, participam das atividades de confecção de roupas (Mapa 1). Trata-se de uma localidade de clima semi-árido acentuado e designado como sendo “Zona de extensão do Cariri Paraibano no Agreste de Pernambuco<sup>63</sup>” (Melo, 1980).

O processo de crescimento econômico e urbano foi marcado pelas condições de um capitalismo instalado tardiamente no Agreste pernambucano. Cabe lembrar que, somente a partir do século XIX e princípios do século XX, o algodão constituiu-se numa importante atividade do Agreste e do Sertão do Nordeste. Como observou Furtado, o processo de integração da região Nordeste à economia mercantil iniciou-se através da especificidade da região ser exportadora de um produto primário, no caso em destaque o algodão, (Furtado, 1972) e em Santa Cruz do Capibaribe não foi diferente. Neste local, no começo do século, instalaram-se alguns estabelecimentos comerciais, com o objetivo de comprar algodão, bolandeiras, que tratavam de descarregar o produto e fabricantes de fardos e embalagem.

---

<sup>63</sup> A cidade de Santa Cruz do Capibaribe está localizada na divisa dos estados da Paraíba e de Pernambuco. Limita-se com os municípios paraibanos de Cabaceiras, Barra de São Miguel e São João do Cariri, e os municípios pernambucanos de Taquaritinga do Norte, Brejo da Madre de Deus e Jataíba (MAPA 1).



**Foto 1: Comércio de Algodão na Cidade de Santa Cruz do Capibaribe (Foto anos 40 - arquivo de Guaraci Baldi)**

Não se pode deixar de lembrar que a produção do algodão era instável por depender de condições climáticas adversas. A atividade pecuária, com pouco retorno em monetarização, em princípio, destinava-se ao consumo próprio das famílias locais. As inversões em outras atividades fora a criação eram mínimas, porque a “densidade econômica” desta atividade era baixa. (Furtado, 1972:37) O comércio de feiras de animais, de carvão e de produtos de subsistência, mostra a reduzida diversificação das atividades urbanas de Santa Cruz do Capibaribe na metade do século XX, registrada na foto na página seguinte.



**Foto 2: Feira de venda de animais e de produtos agrícolas de subsistência (Foto de 1938)**

As primeiras manifestações de atividade urbana no Agreste vinham por meio da venda e comercialização do gado, do algodão, dos produtos de subsistência, do trabalho dos artífices e de pequenos serviços públicos de comunicação instalados. As pessoas estabeleciam-se na rua, como eram chamadas as vilas e povoados e, em geral, estavam a serviço da produção do campo (Andrade, 1973:127). A presença do empório mostra uma dinâmica comercial no espaço urbano de Santa Cruz do Capibaribe desde o final da década de 40 do século passado, como se pode constatar através do registro fotográfico, abaixo



**Foto 3: Armazém de Empório na década de 40 em Santa Cruz do Capibaribe ( arquivo Guaraci Baldi)**

Mesmo assim, a dinâmica desta economia estabelecida através da exigüidade da renda e da poupança interna, de produção baseada em técnica rudimentar e com ausência de elementos propulsores para as atividades industriais (Mello, 1975), imprime o caráter desigual<sup>64</sup> da região em relação a outros espaços nacionais e internacionais. A explicação é que a economia algodoeira é uma economia de realização externa e “estava subordinada aos padrões impostos pelos grandes trustes internacionais<sup>65</sup> que determinavam a sua especialização” (Oliveira, 1977:55).

---

<sup>64</sup> A CEPAL é um marco de referência na questão sobre desenvolvimento desigual do capitalismo na América Latina, considerando as diferenças de crescimento entre centro e periferia, através de vários estudos. O pensamento da CEPAL (in *Economic Survey of Latin América-1949*, N.York) a respeito desse assunto, foi exposto, entre outros, por Otávio Rodrigues (in *Studio sobre el Pensamiento de la CEPAL, 1948/1949*, *apud* Mello, 1975). Mostra a desigualdade entre as técnicas produtivas do mundo desenvolvido e a capacidade de poupança devido à exigüidade da renda, dizendo que “ao contrário dos países (desenvolvidos), na maior parte dos países latino-americanos a poupança é escassa, dado o baixo nível de renda (...) e da técnica produtiva (...) O progresso técnico só atinge exíguos setores de sua ingente população, pois geralmente não penetra senão onde faz necessária para produzir alimento e matéria-prima a baixo custo, com destino aos grandes centros industriais...” (*Economic Survey*, pp 62-63 e p 3).

<sup>65</sup> SANBRA, CLAYTON E MACHINE COTTON (Oliveira 1977:55). Oliveira relata o caso conhecido do empresário nordestino Delmiro Gouveia: “tentando concorrer com a MACHINE COTTON, que controlava boa parte da comercialização do algodão de fibra longa para abastecer suas fábricas de linhas de algodão na

De um lado, a estrutura de produção constituiu-se de relações pré-capitalistas por intermédio do semicampesinato, garantindo assim, um mecanismo de reprodução da subsistência do morador, do meeiro, do posseiro. A reprodução da força de trabalho era mantida a baixos custos e a dominação oligárquica ficava garantida através da estrutura fundiária, baseada no binômio latifúndio-minifúndio (*Ibidem*). Por sua vez, a estrutura de produção do semicampesinato não é favorável à expansão do mercado local. Pode-se dizer que a estrutura pré-capitalista das relações de produção no campo limitou ou tornou-se um obstáculo a formação dinâmica de um mercado interno.

Por outro lado, a mesma estrutura econômica da região foi capaz de operar também com o trabalho livre e induziu a atividade industrial de beneficiamento do algodão, daí o seu impulso para as atividades urbanas<sup>66</sup>, mesmo considerando as restrições estruturais da economia (Cano, 1975). Mas, é preciso lembrar que a urbanização no Semi-Árido nordestino representava a condição precária de sobrevivência nos arrabaldes das localidades produtoras do algodão. A atividade produtiva do algodão no campo constituía-se como o cerne do capital mercantil, estabelecida através da transação entre países periféricos e desenvolvidos. A produção manufatureira realizava-se em localidades diferentes da região de plantação.

O encadeamento de atividades industriais a partir da produção do algodão surgiu da relação entre o seu baixo preço no mercado e o alto custo do transporte, gerando a necessidade de diminuir o volume desta mercadoria. Um tipo de embalagem (tela de enfiamento) que garantiu a diminuição dos custos da produção do algodão provocou a instalação das primeiras fábricas de telas de algodão para produção de sacos e de tecidos grossos (Cano, 1975:76).

A partir da década de 60, em conseqüência da decadência das atividades agro-exportadoras no Agreste pernambucano pela diminuição do plantio do algodão, observou-se a expansão das atividades agropecuárias naquele espaço, que integrava a microrregião do Alto do Capibaribe (Melo, 1980:214). A cultura do algodão realizava-se, segundo o conceito de Mário Lacerda, em terras “de criar gado pelo trabalho de produtores sem terra” (*Ibidem*). Nas terras, também se plantavam culturas tradicionais (milho, feijão, mandioca) em regime de consórcio, mas, desde o momento em que o grande proprietário deixou de ter interesse no

---

Inglaterra, aquele pioneiro montou a primeira hidrelétrica, aproveitando as quedas d'água do rio São Francisco, em Paulo Afonso”. Empreendeu longa luta contra os gringos que culminou com o seu assassinato, a compra dos equipamentos (instalado na Fábrica da Pedra em Alagoas) pela referida empresa estrangeira e a destruição dos mesmos, que foram jogados na cachoeira (Oliveira, 1977; 55).

<sup>66</sup> Tem sido reconhecido que “parece ter sido o algodão, (...) uma atividade mais dinâmica em termos de urbanização” (Cano, 1975:76).

sistema de arrendamento ou parceria com o lavrador, ocorreu a anexação das glebas à produção pecuária (*Ibidem*).

Desde cedo, a dificuldade de sobrevivência imposta pela estrutura produtiva, fez do Agreste um lugar de intenso movimento de população interna e de migração para outros lugares. A economia da região passou por situações distintas: de um lado, as atividades econômicas agropecuárias cresciam impulsionadas pela política de crédito do governo para o campo. Esta política gerou “vantagens que faziam da pecuária agrestina uma área de atração de poupanças ou capitais urbanos” (Melo, 1980:219); de outro lado, observava-se uma situação de decadência da atividade agrícola ocasionada pela expansão da pecuária, pela pressão sobre a terra e pela expulsão do pequeno produtor (Melo, 1980:220). No ambiente formado por estas contradições, ocorriam transformações da atividade econômica da agropecuária para a atividade de confecção, em Santa Cruz do Capibaribe.

### **3.3 A TRANSFORMAÇÃO DE UMA ECONOMIA AGROPECUÁRIA PARA A PRODUÇÃO DE CONFECÇÃO NA DÉCADA DE 60**

Na transformação da atividade produtiva de Santa Cruz do Capibaribe, ocorreu, ao mesmo tempo, um processo de centralização do capital e de acumulação primitiva, oriunda de uma nova atividade produtiva da confecção de roupas. Devemos ter como referência, entretanto, que as condições de produção na localidade correspondiam às formas precárias de sobrevivência daquela sociedade.

Alguns autores observaram que, no Agreste pernambucano, ocorreram deslocamentos de população no sentido rural/urbano para o próprio espaço intra-regional, pela perda de condições de sobrevivência do pequeno agricultor e, como conseqüência, aconteceram migrações internas, entre 1960 e 1970 (Nilo, 1979; Melo, 1980; Campello, 1983). O desfecho da depressão econômica dos pequenos produtores do Agreste pernambucano e a intensificação das migrações internas no sentido rural para o urbano, já haviam sido evidenciados em estudo realizado por Lacerda (Nilo, 1979). O deslocamento de população do Agreste de Pernambuco, a partir da década de 60, foi conseqüência do fenômeno conhecido como pecuarização (Melo, 1980): trata-se da expulsão do pequeno agricultor da terra para dar lugar à atividade agropecuária. As pequenas propriedades se agregaram às grandes e passaram a ser utilizada para produzir mercadorias ligadas à bovinocultura. A produção comercial da pecuária em extensão exige menor quantidade de trabalho e maior quantidade de terra, dado

que tem a ver com ganhos de produtividade por extensão dos pastos. Nestas condições, houve um processo de centralização de capitais entre os grandes proprietários rurais.

A evasão rural, não foi somente a consequência da forma de produção agropecuária poupadora de mão-de-obra. A ausência de condição de sobrevivência do pequeno agricultor constituiu-se num elemento estimulante para a busca de novas opções fora do campo. No Agreste pernambucano, a pressão sobre a terra era exercida pela própria condição de sua repartição, segundo as estatísticas demonstram: as propriedades de mais de 100 hectares compreendiam 48,9% do espaço agrário, que correspondiam 3,5% do total das propriedades no ano de 1976.

No caso de Santa Cruz do Capibaribe, os dados do Cadastro de Terras de 1976 indicam que 57,9% do seu espaço constituía-se de propriedades de mais de 100 hectares que equivaliam a aproximadamente 11,6% do total de propriedades. Portanto, o número de grandes proprietários era pequeno. Também se tem indicação de que 39,5% dos imóveis do município de Santa Cruz do Capibaribe era considerado minifúndio<sup>67</sup>, ocupando 4,2% da área total do município (Cadastro Estatístico do INCRA, de 1976). Esses dados expressam um fenômeno característico da ocupação agropecuária extensiva, onde fica que registrada a ocorrência de grandes espaços no campo com ocupação humana e econômica rarefeita (Melo, 1980: 223). Por outro lado, significativa quantidade de propriedades aglomerava-se em pequenas áreas de terra.

A repartição da terra em si não significa que o município tenha consolidado a atividade pecuária como opção de produção racional capitalista. Muitas vezes, a terra se constituía num bem imóvel sem usufruto econômico imediato e exercia o mesmo poder de pressão sobre os pequenos produtores nos minifúndios, o que significa dizer que a maior parte da população rural do Agreste estava concentrada em minifúndios, como pequenos produtores, ou em latifúndios, na qualidade de moradores.

Por sua vez, a pressão sobre a terra traduzia-se na diminuição da produção de subsistência (Tabela 4, apêndice A). Esta atividade era primordial para o pequeno produtor e exercia o papel de um fundo de subsistência do trabalhador. Os dados apontam que, no Agreste pernambucano, a cultura de alimentos tradicionais (milho, feijão, mandioca, fava, batata-doce), também conhecidas como produção de subsistência, que vinham mantendo

---

<sup>67</sup> Para se ter idéia da pressão sobre a terra exercida no espaço em que viria a se desenvolver a atividade de confecção, veja-se o caso de Toritama. O espaço agrário de Toritama era composto de grande quantidade de minifúndios, ou seja, 39,5% do seu espaço agrário estava constituído de propriedades de até 10 hectares que equivalia a aproximadamente 82,6 % do número de propriedades (Cadastro do INCRA de 1976).

variações positivas com taxas de 20,4% entre 1949 e 1959, sofreram decréscimo no período subsequente, entre 1959 e 1980, de aproximadamente 24,9% (Silva, 1994:85).

Não se pode perder de vista os retornos do empreendimento agropecuário em relação à expansão econômica e social. Não era uma economia propulsora para o encadeamento de atividades urbanas. Do mesmo modo que qualquer atividade semicamponesa, diminuía os custos com a remuneração da força de trabalho, através da produção de subsistência, dificultava a monetarização e impedia o surgimento de outras atividades de produção e comercialização para o mercado interno e externo. Por isso, esta “economia extensiva não podia dar lugar senão a uma estrutura social pobre e pouco diferenciada” (Oliveira, 1977:42).

Portanto, dada a relativa auto-suficiência da pecuária, a agricultura de subsistência distribuída entre pequenas dimensões de propriedades e as relações de produção atrasadas para o modo de produção capitalista promoviam exígua urbanização e pouca dinamização para a acumulação de capital e para o mercado local. Mesmo assim, pode-se dizer que a atividade de cultura de subsistência, considerada de “grande importância para a expansão dos reservatórios de mão-de-obra” (Cano, 1975:77), estava-se constituindo em elemento indutor do deslocamento de populações e promotor de uma atividade urbana de produção.

A expropriação do pequeno agricultor, agora separado dos meios de produção (terra e instrumentos de trabalho), deu origem à acumulação primitiva<sup>68</sup> dessa economia urbana. A acumulação de capital para uma atividade produtiva urbana reuniu os poucos recursos de feirantes, pequenos produtores rurais e pequenos comerciantes.

Enfrentando condições semelhantes, muitos municípios do Agreste de Pernambuco experimentaram esse movimento de população em busca da sobrevivência, e a cidade de Santa Cruz do Capibaribe tornou-se receptora. O movimento de população rural para o espaço urbano no Agreste, durante os anos entre 1960 e 2000, pode ser visto através da análise da dinâmica da população para a reorganização da produção no período (Tabela 21, apêndice A), quando Santa Cruz do Capibaribe apresentou um crescimento anual médio de 6,2 % no espaço urbano.

---

<sup>68</sup> Baseada em Marx, que diz: “a acumulação primitiva é apenas o processo que dissocia o trabalhador dos meios de produção. (...) esse mesmo processo que retira do trabalhador a propriedade dos meios de trabalho, transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte os produtores diretos em assalariados” (Marx, 1975:830).

A produção de confecção incentivou a atividade comercial, principalmente, através das feiras, criando uma dinâmica, que fomentava a produção e a venda de confecção. As páginas abaixo são ilustradas por fotos da Feira da Sulanca da década de 60 e 70.



**Foto 4: Feira da Sulanca na década de 60 (arquivo de Guaraci Baldi)**



**Foto 5: Feira da Sulanca em Santa Cruz do Capibaribe , na década de 70 (foto de domínio público).**

As condições econômicas e sociais de Santa Cruz do Capibaribe possibilitaram a alocação dessa mão-de-obra na atividade de confecção. Existia na localidade uma experiência acumulada e adquirida pela capacitação para a confecção de roupas. Isto ocorreu por meio do habitus transmitido, ao longo do tempo, pela educação do trabalho doméstico da mulher praticado na comunidade, que logo se tornava a única opção de trabalho. Esta capacitação da comunidade pode ser considerada como uma “eficiência coletiva” para uma atividade urbana. Condição esta que veio a propiciar, com o passar do tempo, a criação de um espaço produtivo que os urbanistas denominam de especialização territorial produtiva<sup>69</sup> ou, simplesmente, de aglomeração produtiva. No local, a aglomeração produtiva espalhou-se pelos diversos municípios da circunvizinhança que passaram a se agregar no trabalho de confecção.<sup>70</sup>

---

<sup>69</sup> Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001:135), entendem que existe uma especialização do espaço que leva à divisão territorial do trabalho, por exemplo, é o caso do Vale dos Sinos no Rio Grande do Sul e, como eles não falaram no texto, diga-se que também é o caso da produção de Confecção dessa localidade do agreste pernambucano.

<sup>70</sup> Os municípios circunvizinhos de Santa Cruz de Capibaribe, mais envolvidos com a produção de confecção são: Toritama, Taquaritinga do Norte, Jataúba, Caruaru e Brejo da Madre de Deus, através do Distrito de São Domingos.

Outras condições deram sustentação à produção de confecção em Santa Cruz do Capibaribe, como o crescimento da atividade terciária, com a expansão do mercado no interior do país, e a expansão das atividades agropecuárias leiteiras no Agreste de Pernambuco, aumentando o mercado interno da região. Deve-se ressaltar o impulso advindo das ações do Governo para a implementação da produção leiteira do Agreste de Pernambuco (Melo, 1980) com benefícios em infra-estrutura na região, especialmente, no que concerne ao sistema viário de transporte. Lembrando que a cidade dista 50 km da principal rodovia do Estado de Pernambuco, BR-232, que foi expandida na década de 1960.

É preciso notar que, no contexto das disparidades internas<sup>71</sup> do país, ocorreram dificuldades para estímulos da interiorização da produção industrial. Por um lado, conforme observou Cano para as condições históricas do final dos anos 50, houve dificuldades na implantação de indústrias e no encadeamento do esforço de integração do mercado nacional, promovendo-se “o surgimento de complementaridades inter-regionais e fazia desenvolver-se especializações”, como é o caso de experiências na Zona Franca de Manaus (Cano, 1985, apud Araújo, 1997). Diversas análises demonstraram que essas especializações dificultavam a integração das economias e “formavam ilhas de prosperidade em contextos de estagnação” (Pacheco, 1996).

Por outro lado, podemos dizer que, nas décadas de 60, 70 e mesmo 80, foram priorizados esforços para a construção do mercado nacional e de infra-estrutura urbana no país. Como consequência, observou-se o crescimento da classe média, de um mercado consumidor (Fernandes e Negreiros 2004). Além disso, devemos reconhecer a existência de uma política urbana posterior, na década de 70, que promovia a integração dos mercados e impulsionava a expansão da rede de transporte e comunicação nacional, vindo a estimular o crescimento dos “centros médios” no interior do país (*Ibidem*). Isso, de fato, permitiu o avanço desse processo de urbanização do interior.

Apesar das restrições impostas pelo desenvolvimento desigual das regiões, a cidade conseguiu ao longo dos anos consolidar a atividade de confecção de roupas em grande parte no setor informal da economia. Atividade esta que, desde o início, absorvia a grande maioria da população trabalhadora<sup>72</sup> do município e de localidades circunvizinhas. De modo

---

<sup>71</sup> Tomando-se Harvey (1982) como referência, pode-se dizer que as diferenças regionais e locais são um “imperativo espacial da acumulação”, reporta-se à diversa condição de produção ao nível tecnológico, da renda, matéria-prima, educação, transportes e capacidade de competir, entre outras determinações.

<sup>72</sup> A especificidade dessa confecção é definida por Mario Lacerda, nos anos de 70: “Essa confecção à base de retalhos (SULANCA) sustenta importante parcela da população em Santa Cruz do Capibaribe” (Melo,

generalizado, a população urbana do Agreste pernambucano, na década de 60 e 70, “era representada por um conjunto de lugares não apenas de concentração de ofertas de serviços, mas também de contingentes humanos marginalizados das atividades rurais” (Melo, 1980:239).

É preciso não perder de vista, entretanto, a precariedade da urbanização instalada naquele momento. Santa Cruz do Capibaribe, uma cidade pobre que passou a se organizar em torno de uma atividade urbana, aproveitando o processo migratório da oferta de mão-de-obra trabalhadora e da pequena renda dos retirantes, quando deixou de ter como única opção a agricultura e a criação de gado, possuía, e ainda possui, uma infra-estrutura urbana e social precária, muito semelhante a qualquer outra cidade da região.

### **3.4 A URBANIZAÇÃO NO INÍCIO DA PRODUÇÃO DE ROUPAS NA DÉCADA DE 60.**

A história oral da cidade registra que a atividade de confecção aos poucos foi introduzida através do trabalho das mulheres, antes mesmo da década de 50, em de Santa Cruz do Capibaribe,<sup>73</sup> quando o município ainda era distrito de Taquaritinga do Norte (Souza et al., 1995). A costura constituiu-se numa opção de atividade urbana, a partir do momento em que era produzida pelas mulheres e vendida na feira do município ou numa feira itinerante, onde os mascates levavam mercadoria a diversos municípios da Mata e Agreste pernambucanos, em fins da década de 50 (*Ibidem*). De certa forma, a confecção de roupas veio substituir uma antiga produção de sapatos em decadência naquela localidade, em razão da penetração do plástico (*Ibidem*) na produção de artigos populares e à falta de recursos da comunidade para competição nesse ramo de produção.

A organização do espaço da cidade seguiu a estrutura de um assentamento espontâneo, mas, com o crescimento da confecção, passou a ter a determinação de servir de palco para transações comerciais. Originou-se no centro onde estava estabelecido o conjunto sacro (igreja, casa paroquial etc.). Em torno ficava a praça em cujas calçadas, durante a década de 50 e 60, eram expostas as mercadorias de confecção na feira. Alguns serviços públicos foram

---

1980:242). O nome SULANCA rotula popularmente o tipo de confecção. Também diz respeito à malha da marca HELANCA que, trazida do sudeste do país em retalhos, constituía a matéria-prima da confecção.

<sup>73</sup> Santa Cruz do Capibaribe foi elevada à categoria de município pela Lei estadual de 29 de dezembro de 1953.

instalados ao redor desse conjunto, onde se encontravam as residências (conforme fotografias da época).



**Foto 6: Cidade de Santa Cruz do Capibaribe na década de 60.**

A existência de atividades de trabalho urbano, por menor que fosse, dado o caráter periférico da localidade, foi um dos motivos que fizeram Santa Cruz do Capibaribe exercer um efeito catalisador sobre as populações migrantes da região. Inicialmente, o aglomerado se dedicava a atividades para o beneficiamento do algodão, comum às diversas partes do

Agreste<sup>74</sup>: a história contada pelos mais velhos descreve a figura dos comerciantes e suas “bolandeiras”, posteriormente trocadas pelas “descaroçadeiras”, mas os testemunhos reconhecem que a atividade agropecuária era mais constante.

A atividade agroexportadora sempre foi considerada como promotora de processos de industrialização e de urbanização (Tavares, 1973:31). Mesmo tendo impulsionado o processo de urbanização de Santa Cruz do Capibaribe, a agroexportação do algodão estava em declínio na década de 60, quando surgiu a atividade de confecção. E, neste momento, a urbanização foi resultante do impulso com a expansão da confecção de roupas.

No final da década de 60, Santa Cruz do Capibaribe contava com um pequeno centro urbano já com atividades diferenciadas do meio rural ou uma divisão do trabalho em andamento, através da produção de confecção, do comércio nas feiras e de serviços. Este pequeno comércio se expandia através da ação dos mascates que faziam a rota comercial da Mata, e de outras cidades do Agreste até os limites da Paraíba. A mercadoria era produzida em pequenas oficinas de confecção de roupas, utilizando máquinas de costura de pedal. O uso disseminado da máquina de pedal representou uma inovação tecnológica (Souza et al., 1996) que propiciou o aumento da produção e estimulou a aprendizagem do ofício. Isto porque, a maioria da produção de confecção era elaborada em antigas máquinas manuais. Portanto, a novidade, ou seja, a introdução da máquina de pedal, foi considerada um progresso na cidade (História Oral da Cidade). Na página seguinte foto de uma das primeiras máquinas e de uma costureira da época.

---

<sup>74</sup> Manuel Correia de Andrade (1973:151) também é outro autor que mostra o papel indutor da urbanização da cultura do algodão e diz que: “O algodão era por natureza uma atividade mais democrática que a cana-de-açúcar. (...) A industrialização mais barata e menos urgente que a cana colocou o beneficiamento do algodão nas mãos de comerciantes que, com suas bolandeiras, a princípio, e seus descaroçadores depois, estabeleciam-se nas vilas e povoados, passando a comprar a matéria-prima ao agricultor para vendê-la, após o beneficiamento ao agricultor”.



**Foto 7: Uma das primeiras costureiras (arquivo de Guaraci Baldi).**

A produção já contava com transporte motorizado desde o início dos anos 50 para o escoamento das mercadorias. Entretanto, devido às más condições das estradas, à precariedade das condições da urbanização e à pobreza da população, muitas vezes eram usados os carros-de-boi, as carroças de burros e outros tipos de transportes, baseados na tração animal, para complementar o transporte nas estradas vicinais e no espaço citadino.



**Foto 8: Transporte de retalhos de tecidos na década de 50 ( arquivo de Guaraci Baldi).**

A oferta de serviços urbanos de incumbência do Estado era pequena e não estava disponível para todos, principalmente para os de baixa renda. Seguramente, pode-se dizer que “quanto menor a renda da população, tanto mais escassos são os referidos serviços <sup>75</sup>” (Singer et al., 1979:35). E esta era uma cidade de pequenas posses. Antes do primeiro sistema de abastecimento da localidade, na década de 70, a população recebia água advinda de barreiros, caldeirões das rochas cristalinas e do Rio Capibaribe (Silva, 1997:86). A água que chegava no lombo dos animais custava 0,10 centavos de cruzeiros por lata de 20 litros (*Ibidem*). As casas mais abastadas para o padrão local possuíam cisternas, mas em número reduzido que não chegava a 30% do total de residências.

A falta de infra-estrutura em saneamento e abastecimento de água continuava praticamente igual a quando se iniciou o impulso para as atividades de produção da confecção, com problemas de captação e distribuição. Esta era uma situação igual a de muitas

idades do Agreste. Lacerda chegou a reclamar da ação da Sudene em relação ao desenvolvimento das cidades do Agreste, especialmente Caruaru, dizendo que esse município teve “a sua expansão industrial obstada pelas deficiências de sua infra-estrutura e abastecimento de água” (Melo, 1980:242). Vale observar que essa era, e ainda é, a mesma dificuldade de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e outros municípios, que se organizaram em torno de atividades distintas do meio rural.

A situação de todo o Estado de Pernambuco apresentava-se deficitária no que se referia à infra-estrutura sanitária e energética, segundo os dados de 1970.<sup>76</sup> Na ocasião, a região Agreste, no espaço rural e urbano, exibia os mais baixos índices de instalações em infra-estrutura, com apenas 0,27% de prédios com água encanada, do total de 392.656 (trezentos e noventa e dois mil seiscentos e cinquenta e seis). Desse total, 24%, possuíam instalação sanitária e 18,78%, instalação elétrica (Censo Demográfico e Predial, FIBGE/1970).

Este foi o contexto que Milton Santos designou como sendo circuito inferior da urbanização, próprio dos países subdesenvolvidos, que se caracteriza pela submissão a formas atrasadas de produção de capital não intensivo, baseada na produção em pequena escala e vendas no varejo. Tomando por base a análise de Santos (1982:131), pode-se dizer que a atividade urbana de Santa Cruz do Capibaribe funcionava simplesmente como uma “máquina de sobrevivência” (1982:131).

A implementação de uma atividade produtiva diferenciada da organizada no campo é conhecida como pluriatividade.<sup>77</sup> Em Santa Cruz do Capibaribe, tal processo seguiu uma lógica de urbanização precária e de uma diminuição progressiva das atividades agrícolas, não somente neste município, mas, também na maioria da região do Agreste. Os dados indicam que, entre 1949 e 1959, ocorreu uma variação positiva da produção em, aproximadamente, 20% da agricultura de alimentos tradicionais, como feijão, milho, mandioca, fava, batata-doce - as chamadas economias de subsistência.

No período seguinte, entre 1959 e 1970, houve uma redução de 10,5% e, entre 1970 e 1980, o decréscimo foi de 16,53%. Mesmo as culturas de forrageira ligadas à produção

---

<sup>75</sup> As atividades de serviços públicos da cidade, de início, se restringiam à infra-estrutura básica: Agência dos Correios (1889, quando Santa Cruz do Capibaribe ainda era vila de Taquaritinga do Norte) e luz elétrica.

<sup>76</sup> Os dados são do Censo Demográfico e Predial de 1970 (FIBGE, 1970).

<sup>77</sup> Carneiro (1998:4) chama a atenção para “(...) a possibilidade de novas formas de produção virem a se desenvolver no campo, num movimento de reorientação da capacidade produtiva da população residente no campo, que se expressa em um conjunto de novas atividades que se configurem como alternativas (...) aos movimentos de êxodo rural”.

agropecuária, como a palma e o capim, diminuíram entre 1970 e 1980 para 9,32% e 31,33%, respectivamente (Tabela 4, apêndice A). As condições de trabalho desfavoráveis, as dificuldades de ordem climática, a falta de incentivos do governo para o pequeno produtor rural, e a melhoria de renda dos municípios, onde se desenvolvia o trabalho de confecção foram fatores que justificaram a adesão às atividades urbanas naquela localidade.

Na região, houve crescimento do Produto Interno Bruto (PIB)<sup>78</sup>, nos anos entre 1970 e 1975. Os dados apontam um crescimento, para o município de Santa Cruz do Capibaribe em torno de 53%, no período, de 117% para o município de Toritama e em torno de 59%, para Caruaru (Gráfico 7, apêndice A). Neste momento, começou a se processar a transformação da estrutura produtiva daquela localidade. Entre os anos de 1975 e 1980, ambas as cidades continuam a demonstrar crescimento do PIB, embora tenha ocorrido diminuição no PIB de alguns municípios da região: o crescimento de Santa Cruz do Capibaribe é em torno de 157% e de Toritama, de 58% (Gráfico 7, apêndice A). Nos municípios, onde a confecção de roupas não se constituía ainda uma opção de atividade produtiva, como em Vertentes, o crescimento girava em torno de -27% para o primeiro período e -11% para o segundo. Em Santa Maria do Cambucá, entre 1970 e 1975 o PIB foi também negativo para os dois períodos, considerados de aproximadamente -28% e -0,1% (Gráfico 7, apêndice A).

O “caráter anódino” dessa economia urbana, longe de significar simplesmente um predomínio do campo sobre a cidade, dizia muito da experiência vivida em épocas diferentes em localidades diversas do país, onde a produção rural, quase sempre baseada na monocultura, produziu relações sociais pré-capitalistas, na figura do trabalhador semicamponês. Esta atividade rural, muitas vezes, estava submetida a técnicas de produção rudimentares que se mostravam obstáculos à industrialização e à urbanização.<sup>79</sup>

A produção do camponês não tinha força econômica para promover atividades urbanas, a não ser sob condições precárias. Os fundos de investimentos públicos, que financiavam as atividades produtivas da agropecuária e o processo de industrialização no país, não chegavam ao Semi-Árido como tal. As medidas de planejamento regional, visando à

---

<sup>78</sup> Tomou-se como base para o PIB Municipal, os dados existentes que são referentes a 1998. A base de cálculo é do valor do dólar (U\$) de 1998.

<sup>79</sup> Para Francisco de Oliveira (1976:62), “O caráter medíocre da urbanização no Brasil, não refletia o predomínio do campo sobre a cidade, mas o travejamento estrutural da produção, quase sempre monocultora e fundada no trabalho compulsório, escravo, destituindo a cidade como mercado tanto das mercadorias como da força-de-trabalho”.

industrialização, não se destinavam ao interior<sup>80</sup> e o Estado não mostrou-se capaz de “reiterar os termos da economia industrial” (Oliveira, 1977). Por sua vez, o Banco do Nordeste do Brasil atuou com um programa de financiamento de capital de giro no polígono das secas, na década de 60, mas a maior parte de seu empenho destinava-se a financiar a produção agropecuária. E somente de forma indireta agia sobre o processo de industrialização, ao incrementar a renda interna da região. Mesmo assim, Santa Cruz do Capibaribe não apresentava condições adequadas para atividade de grande produção leiteira por pertencer a um lugar inóspito, de clima adverso à produção agrícola (Lacerda, 1980).

Não foi sem propósito que o crescimento das atividades urbanas, a partir da década 70, carregou consigo as contradições, conflitos, alianças e demandas dos diversos segmentos da sociedade. Assim, pode-se dizer que surgiu a cidade, o emergente proletariado urbano (explorado nas regiões periféricas, especialmente no setor informal da economia), as oligarquias agrárias, o Estado, a Igreja, os representantes do campo, tudo isto constituindo o espaço político da administração do Município<sup>81</sup> e dos seus atores sociais. As alianças eram mantidas através de políticas clientelistas. Junto com a cidade, estabelecia-se também uma política de fortalecimento do mandonismo<sup>82</sup> local ou do favorecimento ao municipalismo, que destacava a figura do prefeito.

No final da década de 70 e na de 80, foram incentivadas as atividades que formavam nichos de mercado para a mão-de-obra desempregada, em programas de emprego e renda. Houve incentivo de ações de planejamento por parte do governo do Estado de Pernambuco e organização de atividades de promoção de feiras (elaboração de estudos de potencialidades e workshop).

No nível local, foi apoiado o desenvolvimento de infra-estrutura técnica,<sup>83</sup> através da isenção de impostos e doação de terrenos para a construção de moradia-oficina (a junção entre

---

<sup>80</sup> Segundo Oliveira (1977), “o poder oligárquico em suas práticas de dominação frente às instituições públicas, levou igualmente que a SUDENE, durante todo o transcorrer de sua existência, não tivesse *políticas* de industrialização em pequenas e médias cidades do interior do Nordeste”.

<sup>81</sup> Francisco de Oliveira (1976:63) menciona que “o Estado não era mais do que a projeção das oligarquias e havendo se subsumido nela, desfigurou a cidade”. “O Municipalismo brasileiro tem sua origem nesse período de constituição quando se iniciam as atividades urbanas das cidades e surge a figura da burguesia industrial”. “A burguesia emergente não consegue imprimir sua marca à cidade”.

<sup>82</sup> O fenômeno do mandonismo e clientelismo são mostrados por Rui Tavares Maluf, numa análise que ao mesmo tempo relaciona elementos de continuidade do conceito ligado ao momento político de fragilidade democrática, de pouca participação popular e de controle dos prefeitos representantes do poder dos coronéis.

<sup>83</sup> Segundo Aragão, o termo infra-estrutura é considerado ainda de definição incerta. Na maioria das vezes ela é definida por um conjunto de bens e serviços provisionados pelo Estado para atender às necessidades da sociedade. O Banco Mundial (1994) classifica infra-estrutura social (conjunto das demandas sociais para o bem-estar da sociedade) e infra-estrutura técnica, objeto da ação de engenheiros e economistas financeiros, etc.

habitação e unidade familiar) por parte da prefeitura municipal<sup>84</sup>. No contexto do Estado desenvolvimentista os municípios eram assessorados pelos governos estaduais, preservando, porém, o caráter centralizador da administração (Quadro 5, apêndice A).

### **3.5 FATORES DETERMINANTES DO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO E EXPANSÃO ECONÔMICA DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE**

A diversificação da produção em Santa Cruz do Capibaribe somente foi possível graças ao crescimento da produtividade do trabalho social da comunidade, que impulsionou como uma alavanca à acumulação,<sup>85</sup> embora em condições de escassez de recursos, dado o caráter desigual dessa economia periférica. Existia uma reserva de recursos poupados pela comunidade que, revertida em máquinas e instrumentos de trabalho, fomentava o capital básico do empreendimento produtivo. De início, a acumulação de capital estava baseada nos poucos recursos dos pequenos agricultores, funcionários públicos de baixa renda, feirantes, mascates, além de irrisória poupança doméstica das mulheres que trabalhavam com confecção de roupas para aumentar a renda familiar (História contada na Cidade, 2000).

No início dos anos 70, em Santa Cruz do Capibaribe foram registradas algumas ações de incentivo à produção de confecção, através do financiamento de máquinas e outros instrumentos de trabalho, através do desempenho dos empresários locais e do interesse de um agente do banco oficial do Estado, particularmente favorável à produção da confecção.<sup>86</sup> Além disso, registre-se a abertura de estradas, principalmente, depois da década de 1970, para a integração do mercado nacional.

Podemos dizer que, entre outros, os fatores econômicos que permitiram a expansão das atividades de confecção em de Santa Cruz do Capibaribe foram a existência de quantidade de mão-de-obra capacitada e de um pólo comercial e de serviços em seu entorno, a exemplo

---

(engloba obras públicas e outros sistemas de infra-estrutura física da cidade) (Aragão, 2002 *in* Rede de Estudos de Engenharia e Socioeconômicos de Transporte-RESET).

<sup>84</sup> Conforme registro oral de líder da comunidade em Santa Cruz do Capibaribe, em Entrevista em 2001.

<sup>85</sup> Marx (1975:674) lembra que “a transformação de mais-valia em capital ou a conversão é o que se chama de acumulação de capital”. E diz mais: “Dados os fundamentos gerais do sistema capitalista, chega-se sempre, no curso da acumulação, a um ponto em que o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se torna a mais potente alavanca da acumulação” (*Ibidem*: 722).

<sup>86</sup> Nos idos de 1970, época em que foi inaugurada uma agência do Banco do Brasil na cidade, era possível obter-se crédito para pequenos empresários locais, adquiridos com média de carência maior do que a do mercado. E as exigências para garantias estavam baseadas apenas no conhecimento da conduta moral do tomador do empréstimo (Souza e outros 1995).

do estabelecido em Caruaru e até mesmo em Surubim, e que deram suporte àquela atividade. Contou-se também, com as instalações de comunicação, disponíveis mesmo antes dessa época para a produção do algodão, como agências de correio e telefones.

O movimento da população rural no Agreste era forte, o que disponibilizou a mão-de-obra para a expansão de uma atividade produtiva. Consta que, dos migrantes que saíram das áreas rurais de Pernambuco entre as décadas de 1960 e 1970, no total de 478 mil, 57% eram da região do Agreste (Nilo, 1979).

As migrações do Agreste foram discutidas por vários autores (Andrade, 1973; Melo, 1980; e outros), quando demonstraram que, com a decadência do algodão e expansão da agropecuária, aumentou o índice de desemprego na região e intensificou-se fortemente a evasão de suas áreas rurais para a Região Metropolitana do Recife, para o Sudeste, para outros estados e, em menor proporção, para outras áreas rurais da localidade (Melo, 1976). Nilo, entretanto, constatou a ocorrência da superioridade da evasão rural da população do Agreste de Pernambuco no contexto estadual, e da intensa absorção populacional nas zonas urbanas das diversas microrregiões, promovendo-se migrações internas no Estado desde as décadas entre 60 e 70 (Nilo, 1979:43)

Nos anos 70, a economia no Brasil estava em fase de expansão e os fluxos migratórios para o Centro-Sul do país ainda eram intensos. Neste movimento da população, a migração interna se constituía num primeiro passo para a migração regional. O trabalhador, na busca de se recolocar numa atividade, se deslocava para Santa Cruz do Capibaribe que já havia iniciado a atividade da confecção e se tornava, aos poucos, a cidade receptora da população migrante.

Nos anos seguintes, continuaram as migrações internas da mesma forma que prosseguia a busca pela sobrevivência e se consolidava a estrutura econômica e a expansão da atividade urbana da produção da confecção. Entre 1970 e 1980 ocorreu um crescimento de migrantes para Santa Cruz do Capibaribe da ordem de 40%. Em 1970, 33,85% de sua população era constituída por migrantes e em 1980, aproximadamente, 30%. Do total dos migrantes de 1970, aproximadamente, 84% vinham de municípios de Pernambuco e 15%, de outros Estados. Em 1980, a migração interestadual para a referida cidade aumentou para 20,32% e, entre os municípios do Estado, passou para 79,42 (Silva, 1997). Entre 1980-1991, o crescimento médio anual da população de Santa Cruz do Capibaribe era de 7,38%, tratando-se de um aumento de população próprio de lugares que apresentam saldo migratório favorável. A maior taxa de crescimento da população ocorria no espaço urbano, perfazendo um acréscimo anual de 5,5 % (Tabela 5, apêndice A). O vigor da cidade para receber populações para a fabricação e venda de roupas sempre teve como atividade urbana complementar a

comercialização na feira da sulanca durante as últimas décadas. (Foto de Feira da Sulanca em Santa Cruz do Capibaribe, arquivo Guaraci Baldi).



**Foto 9: Feira da Sulanca em Santa Cruz do Capibaribe na década de 90 (arquivo de Guaraci Baldi).**

Diversos municípios do Agreste demonstraram comportamento semelhante em relação à evasão da população rural e ao aumento da população urbana durante as últimas décadas em que se consolidava a urbanização naquela localidade (Tabela 5, apêndice A). Entre 1960 e 1970, a população rural de Santa Cruz do Capibaribe ainda cresceu em torno de 1,6% ao ano. Nesta ocasião, a maioria dos municípios já apresentava taxas negativas de crescimento no período (Tabela 5, apêndice A). Tudo leva a crer, que a economia de Santa Cruz do Capibaribe conseguiu reter durante mais tempo sua população no campo, ao contrário de outros municípios. Nessa mesma época, quando o setor primário era preponderante, observa-se o aumento da PEA total em Santa Cruz do Capibaribe em (30,58%), e em Surubim (23,95%), onde ocorria um desenvolvimento agropecuário (Tabela 16, apêndice A).

Podemos dizer que as oportunidades de trabalho apresentavam-se mais favoráveis em Santa Cruz do Capibaribe. A cidade proporcionou condições para um retardamento do êxodo rural, através de complementação de renda para alguns trabalhadores no campo em atividades

de confecção. As mulheres também fabricavam roupas em pequenos sítios<sup>87</sup> e vendiam na feira, em conjunto às que produziam na cidade, segundo o registro da história oral da cidade (abaixo, fotografia das mulheres na feira).



**Foto 10: Feira da Sulanca em Santa Cruz do Capibaribe na década de 50 (arquivo da prefeitura da cidade)**

Por sua vez, é possível também explicar-se o retardamento da saída do trabalhador do campo, até certo ponto, pela estrutura fundiária, baseada na existência de grandes quantidades de minifúndios e de pequenas quantidades de grandes proprietários<sup>88</sup>, onde se registrava um baixo valor econômico na produção<sup>89</sup>.

Delineou-se, em Santa Cruz do Capibaribe, uma expansão urbana capaz de absorver o excedente de população rural, através da alocação de mão-de-obra na confecção de roupas. Essa condição deixou a cidade em situação privilegiada em relação aos outros municípios, onde ocorria a expulsão da população rural. Desde o período entre 1960 e 1970, observou-se um aumento da PEA urbana, quando a PEA secundária obteve taxa de crescimento de 134% e a PEA terciária cresceu em 35,28% (Tabela 16, apêndice A). Na ocasião, alguns municípios

---

<sup>87</sup> Entrevista com alguns antigos moradores da cidade em 2001.

<sup>88</sup> As dificuldades das atividades agropecuárias comerciais na localidade haviam sido frisadas por Melo (1980).

<sup>89</sup> Para se ter idéia, em 1965, o número de minifúndio do município de Santa Cruz do Capibaribe, representava (71,7%) dos imóveis cadastrados, ocupando apenas 20,7% daquela área. Os latifúndios eram considerados

apresentavam decréscimo da PEA, como em Vertentes (60,5%), Brejo da Madre de Deus (40,19%) e Toritama (8,32%). O crescimento da PEA de Santa Cruz do Capibaribe foi semelhante ao de Caruaru, cuja taxa ficava em torno de 31,37%.

Mesmo assim, a evasão de população rural de Santa Cruz do Capibaribe começou a dar sinais. O grupo de propriedades entre 10 e menos de 100 hectares reduziu-se a partir de 1975, quando o número desses estabelecimentos passou de 40% para 32%. Por outro lado, desde 1975, o grupo de propriedades entre 100 e 1000 hectares, o que tem maior concentração de terra, vem aumentando progressivamente, tanto em área ocupada, na maioria das vezes superior a 50%, como em número de estabelecimentos (Campello, 1983:54). O número de propriedades nessa faixa de concentração de terra era reduzido, pois não havia grande pressão sobre a terra, mesmo a partir da expansão da pecuária leiteira na localidade, até porque o clima não favorecia, não era terra de grandes proprietários (Melo, 1980).

A pecuária de corte, mais adaptada às condições climáticas da localidade, requeria menor investimento em capital e mão-de-obra e se tornava ao mesmo tempo à opção produtiva do pequeno produtor e do grande proprietário. Embora o rebanho bovino tenha-se constituído no principal efetivo do município, caprinos e ovinos expandiram-se a partir da década de 70.<sup>90</sup> Em 1980, os caprinos chegam a superar os demais rebanhos, pois se adaptavam melhor às condições de semi-aridez da localidade (Campello, 1983).

A produção do campo não era suficiente nem mesmo para suprir a necessidade de consumo da população da cidade, cujo abastecimento agrícola vinha de cidades vizinhas, como Taquaritinga do Norte, Brejo da Madre de Deus, Caruaru e do Sudeste do país. Nestas circunstâncias, pode-se deduzir que foi a falta de condição de sobrevivência no campo, agravada pelo crescimento da pecuária comercial, o que provocou uma diminuição das atividades agrícolas da região. Com mais propriedade é possível afirma-se que, nas últimas quatro décadas, nesta região, vem ocorrendo transformação na produção econômica intensificando-se o aumento de atividades produtivas urbanas e, conseqüentemente, o aumento de população urbana.

Esse fenômeno ocorreu nas diversas regiões do país (Guimarães Neto, 1995:26). Apesar do aumento da produção no Nordeste nas décadas de 70 e 80, “a expansão econômica

---

numericamente inexpressivos, embora apresentasse também latifúndios que ocupavam apenas 26,8% do número de imóveis e abrangia 77,7% da área cadastrada (Campello, 1983:52).

<sup>90</sup> Em 1977 eram computados no município: 7.322 cabeças de bovinos, 6.906 de caprinos e 3.198 de ovinos. Em 1980 esse número se altera para 6.235 cabeças de bovinos, 7.400 de caprinos e 4.800 de ovinos (Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário – 1980. FIBGE Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística *in* Campello, 1983).

não foi suficiente para superar a fragilidade de sua economia rural e interromper o processo de expulsão do campo para outras regiões e para os centros urbanos regionais”(ibidem).

A redução da população no campo, em Santa Cruz do Capibaribe, tornou-se expressiva no momento em que a população economicamente ativa (PEA) passou a alocar sua mão-de-obra em maior proporção no espaço econômico urbano. Em 1970, a PEA no setor terciário representava 46% do total, no setor secundário, 15% e no setor primário, 39% (Tabela 10, apêndice A). Ao mesmo tempo, os números indicam que, entre 1970 e 1980, iniciou-se o declínio da sua população no campo, quando apresentou decréscimo em torno de 0,69% ao ano (Tabela 6, apêndice A). A perda de população no campo é observada nos municípios da região (Tabela 6, apêndice A), inclusive, naqueles onde estava se processando a expansão da agropecuária. Este fenômeno se justifica, por ser a pecuária uma atividade pouco absorvedora de mão-de-obra.

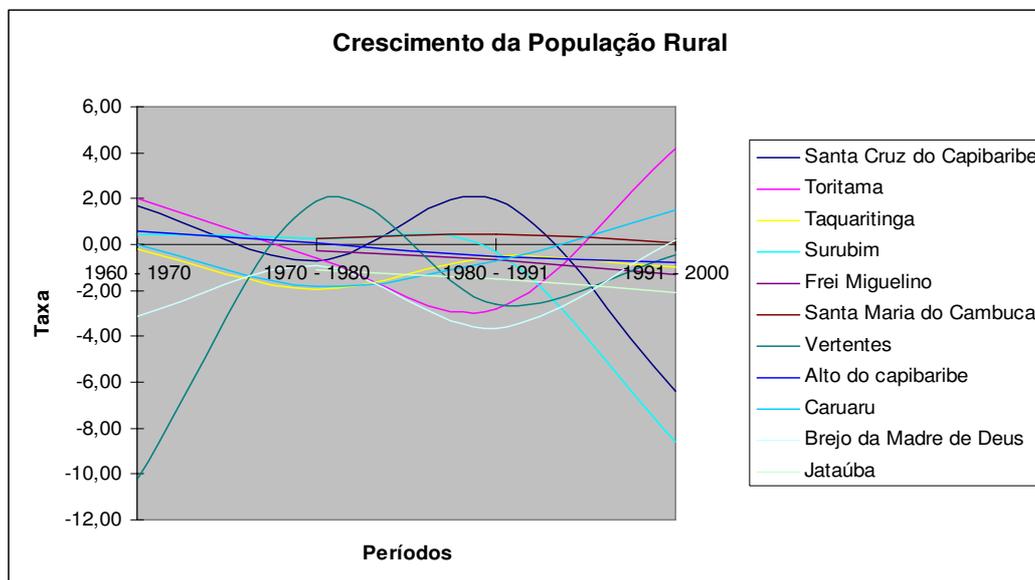
No gráfico abaixo, podemos notar o intenso movimento da população do campo para a cidade, nos municípios onde existia atividade de confecção. Toritama, na mesma época, apresentou um decréscimo de 0,56 % ao ano, em sua população rural entre 1970 e 1980 (Tabela 6, apêndice A), em Brejo da Madre de Deus o decréscimo foi de 0,89%, em Jataúba 1,12%. E em Taquaritinga do Norte, que na ocasião apresentava expansão na pecuária bovina<sup>91</sup> e evasão de população do campo, apresentou uma taxa de decréscimo da população rural em torno de 1,96%. Entre os anos de 1970 e 1980, ocorreu um significativo aumento do efetivo bovino de 16,9% e da atividade leiteira de 101% no município (Melo, 1980), o que fazia a localidade interessante para o capital comercial.

O movimento provocado pelo desenvolvimento da atividade agropecuária na localidade foi o mesmo de outras regiões, levando a diminuição do número de trabalhadores exigidos na atividade e, como se trata de uma produção extensiva, agregando terra, ocasionando o aumento em a sua concentração e a evasão rural dos pequenos minifúndios. A expansão da agropecuária nestes municípios promoveu o aumento da urbanização, quando foram instalados serviços tais como: bancos, correios, cooperativas agropecuárias, dentre outros.

---

<sup>91</sup> Mário Lacerda aponta que, no ano de 1975, em torno de 87,6% do efetivo pecuário em Taquaritinga do Norte era bovino, cuja especialidade de criatório era considerada em destaque para fins comerciais (Melo, 1980).

**Gráfico 1: Taxa de Crescimento da População Rural nas Localidades de Produção de Confeção no Agreste de Pernambuco**



**FONTE:** dados dos Censos Demográficos, IBGE.

O município de Surubim apresentou oscilação entre crescimento e decréscimo da população rural, em virtude da expansão da agropecuária nos anos 60, e experimentou um crescimento urbano no mesmo período. A população do município no meio rural, entre 1960 e 1970, cresceu em torno de 0,49% (Tabela 5, apêndice A). A economia, baseada na agropecuária extensiva, organizou-se através da agregação de novas terras e menor utilização da força de trabalho, fazendo com que a população rural procurasse outras formas de sobrevivência, na cidade.<sup>92</sup> Entre 1970-1980 a população rural do município apresentou crescimento ainda menor, em torno de 0,25% (Tabela 6, apêndice A) e entre 1980-1991 sofreu decréscimo de 0,30%, como mostra o gráfico 1 (Tabela 7, apêndice A).

Se considerarmos as mesmas condições de produção da agropecuária extensiva, com poucos recursos tecnológicos, os constantes decréscimos de população rural, iremos crer que esta atividade começava a declinar. Por sua vez, as constantes migrações rurais desse município agregavam populações para a atividade de confeção na localidade.

<sup>92</sup> Para se ter uma idéia, entre 1970 e 1975, o valor do efetivo bovino no município de Surubim cresceu em torno de 117% e a produção leiteira em 148% (Melo, 1980). Por sua vez, a PEA do setor primário decrescia em 22,08% (Censo Demográfico, 1970 e 1980, consultar TABELAS 17 em anexo). Significa dizer que a atividade agropecuária aumentava embora a atividade do setor primário como um todo diminuísse.

Entre 1991-2000, observa-se novamente a ocorrência de taxa de decréscimo da população rural do município de Surubim, em torno de 8,58% ao ano (Tabela 8, apêndice A). E vários outros municípios têm comportamento semelhante (Tabela 8, apêndice A e Gráfico 1), o que confirma nova modificação na estrutura produtiva e no espaço da região, agora, em prejuízo da atividade agropecuária.<sup>93</sup> A oscilação no crescimento da população rural dos municípios da região, da atual rota da confecção, pode ser visualizada no gráfico 1.

Em relação à população urbana, registrou-se crescimento na maioria dos municípios considerados. Em Santa Cruz do Capibaribe, entre 1960 e 1970, a população urbana obteve crescimento anual expressivo, como mostra o gráfico 2. Posteriormente, entre 1970 e 1980, o crescimento ocorreu nas cidades onde estava se desenvolvendo a atividade de confecção: Santa Cruz do Capibaribe apresentava cerca de 7,65% de crescimento anual, Toritama, 4,08%, ocorrendo crescimento também naqueles municípios onde se processavam migrações mais intensas, como em Brejo da Madre de Deus<sup>94</sup> 2,15% e Taquaritinga do Norte 5,23%, conforme os dados (Tabela 6, apêndice A). Essa expansão foi ocasionada pelo constante êxodo rural, quando a população migrante se estabeleceu nas sedes daquelas cidades.

Praticamente todos os municípios selecionados no gráfico 2 registraram taxa de crescimento positiva de suas populações urbanas, entre 1960 e 2000, com exceção de Brejo da Madre de Deus e Vertente que entre os anos de 1960 e 1970, apresentaram um decréscimo de população urbana de 1,93%, provavelmente, devido as intensas migrações que ocorriam na região, tendo em vista as dificuldades de sobrevivência em períodos de seca. Em Santa Cruz do Capibaribe, ocorreu um aumento da população urbana e da atividade produtiva. Pode-se inferir que os municípios da vizinhança de Santa Cruz do Capibaribe, onde ocorriam evasões em seu espaço rural, fomentavam as migrações internas para aquela cidade, assim como para outros municípios da região e do país, em localidades que estivessem promovendo expansão das atividades urbanas ou agrícolas. O fomento da atividade urbana em Santa Cruz do Capibaribe não levou, evidentemente, a uma suspensão das migrações. Apenas aquele espaço passou a ser uma opção para a sobrevivência da população na localidade.

O comportamento demográfico de Brejo da Madre de Deus e Jataúba é significativo: tendo em vista a proximidade dos territórios dos municípios, notamos que a população urbana deles passou a crescer ou decrescer em função do aumento das atividades urbanas de Santa

---

<sup>93</sup> O assunto será tratado mais adiante no contexto da tese. Sobre o assunto veja-se João Policarpo R Silva (2002).

<sup>94</sup> Desde o início da confecção em Santa Cruz do Capibaribe, Brejo da Madre de Deus participa das atividades através do distrito de São Domingos. (Entrevista com moradores antigos da cidade em 2001)

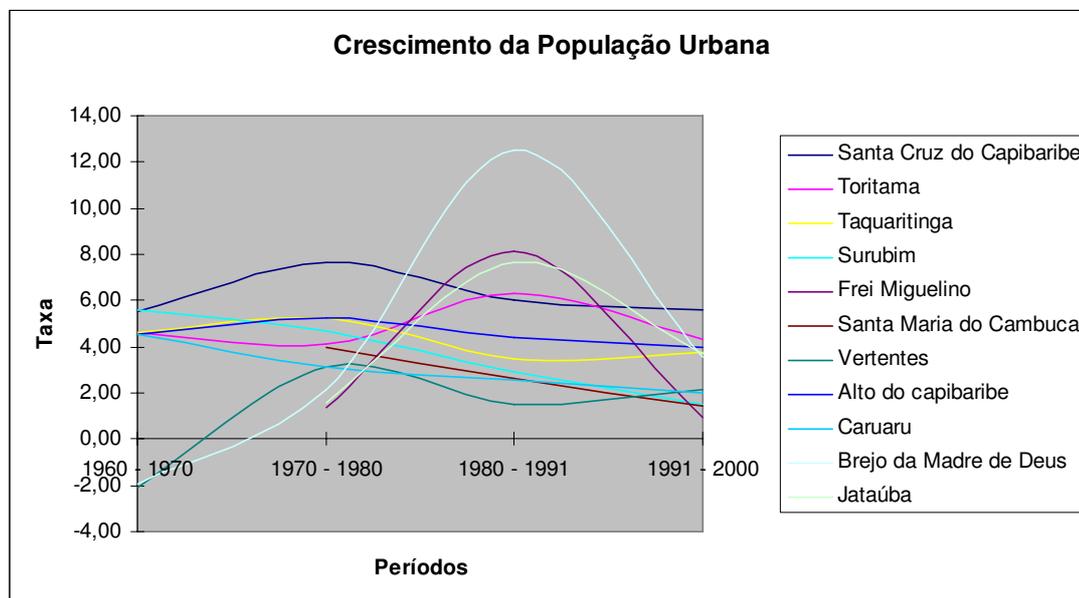
Cruz do Capibaribe e Toritama. Observa-se que entre 1980 e 1991, a população urbana de Toritama cresceu à taxa anual de 6,28%, superando a taxa de crescimento anual de Santa Cruz do Capibaribe, que ficou em torno de 5,99%, a de Brejo da Madre de Deus, com crescimento anual de 12,55% e a de Jataúba, com 7,63% ao ano (Tabela 7, apêndice 1 e Gráfico 2). A explicação encontra-se na forma de organização da atividade econômica das duas últimas cidades que estão intimamente ligadas ao processo de trabalho de Santa Cruz do Capibaribe, através de terceirização da produção e de fabricos de costura para venda na feira da sulanca. O distrito de São Domingos ilustra o fato: pertencendo ao município de Brejo da Madre de Deus, encontra-se separado geograficamente por uma ponte sobre o Rio Capibaribe e trabalha para a produção de Santa Cruz do Capibaribe. O mesmo acontecendo com Jataúba. A interligação entre os territórios dos municípios facilita a organização do trabalho.

Durante todo o período considerado, entre 1960 e 2000, Surubim apresentou expressivo crescimento médio do espaço urbano em torno de 3,68% ao ano, conforme o gráfico abaixo e tabela 21 (apêndice A). Para explicar a taxa de crescimento dessa população urbana deve-se levar em conta, por um lado, as intensas migrações, por tratar-se de uma localidade baseada na agropecuária com grande propensão a expulsar mão-de-obra do campo. Em 1970, o setor primário da economia detinha 77,5% da PEA (Tabela 10) e, em 1980, 60,4% (Tabela 11). Somente em 1991 é que a população de Surubim passou também a ter significativa ocupação (PO)<sup>95</sup> no espaço urbano, quando 41% encontrava-se alocada no setor terciário e 40,2%, no primário (Tabela 12, apêndice A).

---

<sup>95</sup> Nos dados do IBGE para o ano de 1991, não se inclui o cálculo da PEA. Adota o uso de PO (população ocupada).

**Gráfico 2: Taxa de Crescimento da População Urbana nas Localidades de Produção de Confeção no Agreste de Pernambuco**



**FONTE:** dados dos Censos Demográficos da IBGE.

Por outro lado, Surubim era um centro urbano formado para atender às necessidades do capital comercial da agropecuária. Nessa localidade, foram desenvolvidas atividades de comércio, serviços<sup>96</sup> financeiros, administrativos e de infra-estrutura técnica, representada por órgãos públicos e por cooperativas de serviços para a agropecuária. Surubim constituía-se também em mercado para as confecções de Santa Cruz do Capibaribe. Os artigos baratos, destinados a vestir os trabalhadores sempre foram vendidos na feira da localidade.

As cidades destinadas à comercialização da economia mercantil agropecuária dispunham de maior número de órgãos da administração do Estado para implementação de infra-estrutura de saneamento e energia elétrica. Na leitura de Cano, a própria dinâmica da economia no campo levava à expansão de atividades em bancos, escritórios, oficinas e no próprio aparelho do Estado (Cano, 1988).

Surubim, sendo um centro urbano mais bem estruturado, permitia a economia de Santa Cruz do Capibaribe beneficiar-se de todas as condições favoráveis provenientes da

<sup>96</sup>Em 1994, os órgãos e empresas públicas sediadas no município eram: CELPE (escritório regional e subestação) EMATER, COMPESA, CSU (Centros Sociais Urbanos), órgão da Secretaria de Trabalho e Assistência Social do Estado, Prefeitura com desmembramentos na Secretaria de Administração e Secretaria de Assistência Social. Existiam cinco agências bancárias e hotel (FIAM, 1994: 969/970).

urbanização. Os diversos municípios da região se beneficiavam da integração territorial, tanto pelo incremento de populações no espaço urbano das cidades, que acabavam por se constituir em mercado para a produção de confecção, como pela força de trabalho disponível e pelo suporte financeiro e comercial das cidades. Santa Cruz do Capibaribe favorecia-se de uma divisão do trabalho, na qual a realização do valor estava no campo, como era o caso dos municípios de Surubim e Taquaritinga do Norte.

O município de Caruaru, na qualidade de segunda cidade mais importante do Estado, embasava o processo de urbanização de Santa Cruz do Capibaribe como núcleo financeiro e comercial. Desde os anos 60, consolidavam-se em Caruaru as atividades financeiras e administrativas, ao mesmo tempo em que crescia o aparelho burocrático governamental, estabelecido na época em que o município se constituía num centro comercial de um produto agroexportador. Antes mesmo da década de 60, Caruaru tinha um importante papel na implementação da economia urbana de Santa Cruz do Capibaribe e de outras cidades da região, através da comercialização de produtos agropecuários e de roupas nas suas feiras.<sup>97</sup>

Mesmo na condição de importante núcleo comercial do Agreste e tendo uma população urbana em torno de 7,5 vezes maior do que a de Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru alcançou menor taxa de crescimento da população urbana. Para o ano de 1980, a taxa de urbanização de Santa Cruz do Capibaribe foi 87% e de Caruaru, de 80%. Em 2000, a relação continuou favorável a Santa Cruz do Capibaribe, que apresentou uma taxa de 96,9% de urbanização, enquanto o outro município apresentava uma taxa de 85% (cálculos efetuados com dados dos Censos Demográficos IBGE/FIBGE). Pode-se perceber que a urbanização na rota de confecção do Agreste pernambucano no período entre 1960 e 2000, foi intensa e que Santa Cruz do Capibaribe conduziu esse crescimento junto aos municípios com os quais mantém uma integração no espaço geográfico (Mapa 1, apêndice B).

A partir da década de 80, diminuiu o fluxo migratório, especialmente para São Paulo, continuando as migrações internas na região. Da mesma forma, que a busca pela sobrevivência<sup>98</sup> prosseguiu, consolidando a estrutura econômica e a expansão da atividade

---

<sup>97</sup> História Oral da Cidade de Santa Cruz do Capibaribe: Entrevistas do ano de 2000.

<sup>98</sup> Martine (1987,1994 *apud* Baeninger, 2000) aponta que, a partir da década de 80/90, reduziram-se os fluxos migratórios no âmbito nacional e houve “uma recuperação migratória intra-regional, especialmente no Nordeste, quando houve também “surgimento e consolidação de pólos de absorção migratória no âmbito inter-regional e intra-regional”. As cidades brasileiras, em geral, serviram como amortizadoras dos movimentos migratórios, embora São Paulo, Rio de Janeiro e o Distrito Federal tenham continuado a ser os grandes absorvedores de movimento de população a longa distância e canalizadores dos fluxos do Nordeste. Não significa que Santa Cruz do Capibaribe tivesse a capacidade de absorção de tamanho fluxo, mas, na região do Semi-Árido pernambucano, era responsável pela absorção de parte da população migrante.

urbana da produção de confecção em Santa Cruz de Capibaribe. Somente a partir da década de 80 é que a PEA de Santa Cruz do Capibaribe passou a alocar-se significativamente em atividades urbanas, apresentando taxa de 47% da PEA no setor terciário, 35,2% no setor secundário e 17,3% no setor primário (Tabela 11, apêndice A). Caruaru, nesta época, consolidou a sua tendência para a produção de serviços, mantendo 55,1% da sua PEA no setor terciário, 21,5%, no secundário e 20,8% no primário (Tabela 11, apêndice A).

Isto quer dizer que Santa Cruz do Capibaribe, embora não tivesse a capacidade de assimilar o grande fluxo de migração para o Centro-Sul, na região do Agreste pernambucano, era responsável pela absorção de grande parte da população migrante. Pode-se dizer ainda que, em consequência do esgotamento dos grandes centros econômicos, foco de atração migratória até meados de 1980, a população passou a procurar alternativas de sobrevivência no contexto da localidade. Nesta busca, observamos o movimento de população para pontos estratégicos de sobrevivência no espaço urbano, uma vez que o campo não oferecia condições.

#### **CAPÍTULO 4: CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICIDADES DA AGLOMERAÇÃO PRODUTIVA DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE**

A questão central deste capítulo é responder quais as características da aglomeração produtiva de Santa Cruz do Capibaribe. Desde a década de 60, a produção de roupas do município sustenta a população nos momentos de crise da agropecuária. Em decorrência, ao longo das quatro últimas décadas ocorreram modificações na estrutura produtiva da região que resultaram na ampliação da atividade de confecção.

No decorrer dos anos 80, foram vários os motivos que influenciaram a consolidação da confecção, entre eles, a diminuição das migrações internas para o Centro-Sul do país, especialmente, para São Paulo. O país estava diante da crise do Estado Desenvolvimentista e seu impacto negativo atingiu as regiões metropolitanas, notadamente, a de São Paulo, onde o crescimento do emprego industrial começou a diminuir como também decresceu a procura dos migrantes das regiões menos desenvolvidas por opções de sobrevivência naquele lugar (Fernandes, 2001)

No contexto regional, a diminuição das migrações devido à crise do país forçava uma busca por soluções para a sobrevivência e, neste caso, a confecção de Santa Cruz do Capibaribe sempre apareceu como uma opção, como visto no capítulo 3. Por sua vez, desde a década de 80, a renda do trabalho assalariado vinha diminuindo no país e especialistas mostraram que houve perda de participação do emprego assalariado no total das ocupações, especialmente, nos postos de trabalho formal (Tavares, 96; Pochmann, 97; Singer, 2005). Nos anos posteriores, a crise agravou-se ainda mais, quando ocorreu uma maior deterioração da renda e aumentou o desemprego no país.<sup>99</sup> Com rendimentos menores, os trabalhadores passaram a procurar opções mais favoráveis às suas novas condições. Surgiu, assim, a possibilidade para a expansão de produtos de vestuário de qualidade inferior. Santa Cruz do Capibaribe, que já produzia confecção, expandiu a sua produção, aproveitando um nicho de mercado destinado à população de baixa renda. A produção que se instalou estava baseada em

---

<sup>99</sup> Os dados indicam que na década de 90 a situação foi mais desfavorável, no país, a renda do trabalhador caiu, as vendas desabaram e as indústrias diminuíram pela metade a produção. Segundo a FIESPE, a indústria paulista eliminou 570 mil postos de trabalho em 7anos (Folha de São Paulo, 16 de janeiro de 2002, Rodrigo Zavala).

ocupações consideradas precárias,<sup>100</sup> isto é, de baixos níveis de remuneração, qualificação e, em grande parte, localizada no setor informal<sup>101</sup>.

Na localidade,<sup>102</sup> existiam vantagens para a expansão da confecção, tais como: mercado para os produtos de inferior qualidade na região, disponibilidade de mão-de-obra especializada, proximidade de estradas para escoamento da produção e meios de comunicação acessíveis. Estas circunstâncias levaram a implementação da aglomeração produtiva. Assim, a produção de um só produto num mesmo espaço físico possibilitou o aumento da escala de produção. A partir daí, a confecção passou a se constituir num processo de produção baseado em intensa divisão do trabalho que vai além do espaço geográfico do município. A organização da produção naquele espaço territorial se beneficiou de externalidade.

A análise deste capítulo pressupõe o suporte teórico discutido no início desta tese, embasado no estudo sobre economia e espaço, em Marshall (1982), que continua sendo a grande fonte de conhecimento sobre o assunto, ao lado de Schumpeter (1982).

Entende-se que a caracterização da aglomeração produtiva passa, também, pela compreensão do papel dos municípios no contexto da política do Estado. Os municípios, principalmente os médios e pequenos, sofreram o impacto da transformação do poder com a descentralização a partir da Constituição de 1988. A partir dos anos 90, as transformações subseqüentes se refletiriam na forma como se processava o apoio institucional à expansão da aglomeração produtiva. O papel de destaque na integração desses municípios para a expansão da atividade de confecção valeu a designação, aqui adotada, de aglomeração produtiva de Santa Cruz do Capibaribe.

---

<sup>100</sup> Em parte, a redução dos empregos assalariados foi compensada pelo aumento das ocupações precárias de baixa remuneração (Pochmann, 1997).

<sup>101</sup> Esse regime de trabalho está se tornando característica dos países em desenvolvimento. No Brasil de cada 100 postos de trabalho criados 77 são informais, em média. In Associação Brasileira dos Contribuintes [www.abrapi.org.br](http://www.abrapi.org.br).

<sup>102</sup> As empresas localizadas em determinado espaço para produzir, tende a usufruir os recursos virtuosos existentes naquele território (Marshall, 1982).

#### **4.1 AS CARACTERÍSTICAS DA GESTÃO MUNICIPAL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA DESCENTRALIZAÇÃO E DA REFORMA ADMINISTRATIVA.**

Neste item, pretende-se mostrar as modificações ocorridas na administração municipal com a descentralização do poder e as condições de implementação de estratégias de desenvolvimento pelos gestores de uma região deprimida.

Desde os anos 80, diante da crise, o mundo do capitalismo avançado procurou soluções para solucionar as dificuldades a serem enfrentadas no âmbito da administração governamental, tendo em vista “a erosão da base econômica e fiscal de muitas grandes cidades” (Harvey, 1996:49). Naquele momento, entendia-se que “os governos urbanos teriam que ser muito mais inovadores e empreendedores”, pois necessitavam de “meios” para minorar “as condições miseráveis e, assim, assegurar um futuro melhor para suas populações” (*ibidem*).

No Brasil, a crise do capitalismo, que se intensificou nos anos 90 marcou, duas passagens na conjuntura política e econômica: no plano externo, sua subordinação explícita à nova ordem econômica mundial; no plano interno, a demolição do modelo desenvolvimentista. O país demorou em assumir as políticas e reformas ortodoxas e liberalizantes, iniciando com vigor mudanças apenas no exercício do governo de 1995. No contexto das reformas, a descentralização da administração e do poder se constituiu num condicionante fundamental da reorientação do Estado<sup>103</sup> e das políticas públicas.

Ao que tudo indica, para alguns a descentralização e reforma administrativa levariam a uma maior participação social visto que, no local, as relações de proximidade propiciaram maior condição para o controle das políticas públicas (interpretação de Miranda, 2002:137). No entanto, outros entenderam que existiu influência de convencimento exercida pelas oligarquias locais frente à ação do Governo Federal. Além do mais, “a distribuição da receita pública nacional é fortemente destinada ao financiamento das esferas maiores do Governo” (Araújo, 1998, Miranda, 2002). Nestas condições, a escala local continuava a ter poder de convencimento limitado, na forma de alianças.

---

<sup>103</sup> Resumidamente, segundo a interpretação de Vidal, “pode-se afirmar que esse modelo de Estado (Mínimo) trata de estabelecer normas somente aplicáveis às situações gerais, deixando aos indivíduos as decisões acerca de tudo que depende das circunstâncias de tempo e lugar, pois acredita-se que somente aqueles poderão ter conhecimento pleno de tais circunstâncias envolvidas em cada caso, desenvolvendo assim uma ação correspondente (HAYEK, 1987, p. 88 In Vidal, 2002:171).

A singularidade da economia de Santa Cruz do Capibaribe é ter atores fracos em termos de poder político de expressão nacional, como é o caso de muitos municípios do Nordeste. As desigualdades regionais vêm de longe e promovem, na atualidade, impactos diferenciados nas formas de articulação e integração, mesmo levando-se em consideração a expansão econômica e o esforço em favor da integração de um mercado nacional nas últimas décadas. Espaços diferentes em termos políticos, econômicos, sociais e culturais, continuam a existir (Guimarães Neto, 95). Por sua vez, “a economia extensiva” que é o substrato daquela atividade urbana, “não podia dar lugar senão a uma estrutura social pobre, pouco diferenciada, cuja posição na (composição) de poder regional não chegava a ser notada” (Oliveira, 1977:40).

A gestão de Santa Cruz do Capibaribe dispõe de poucos recursos para a implementação de infra-estrutura produtiva como demonstra a análise dos dados, apontando que, aproximadamente, 90% da despesa da prefeitura é de custeio e apenas 3,0% destina-se a investimentos (Gráficos 11, apêndice A). A literatura acadêmica tem demonstrado as dificuldades executivas em razão da falta de capacidade técnica da administração nas cidades do interior do Nordeste (Gusmão, 1996).

Mesmo nestas condições, em épocas de ajustes na crise do capitalismo e de globalização, de uma forma ou de outra, as lideranças governamentais locais e internacionais são incentivadas a compreender a cidade como relevante para os negócios do mercado. A doutrina do capitalismo serve para proceder a uma certa homogeneização das idéias e atitudes (representaria a cultura segundo Bourdieu). No entender de alguns, as cidades tinham que se fixar dentro de uma rede global e quanto mais estivessem inseridas no espírito dessas idéias, mais auspiciosas seriam.<sup>104</sup>

Uma ampla literatura internacional e nacional interpreta as mudanças e sugere as modificações para as estratégias de desenvolvimento, a partir da ação do governo e com uma visão das ocorrências globais. Geralmente, as áreas mais dinâmicas são as que produzem para o mercado externo e de maior proximidade com os centros produtores de conhecimento e de tecnologia e maior eficiência em infra-estrutura econômica e concentração de investimento. Enfim, as que apresentam maiores condições de competitividade (Araújo, 1999).

As condições para a implementação de uma estratégia de desenvolvimento e seu correspondente processo de urbanização dependem desde sempre das possibilidades da

---

<sup>104</sup> Haja vista o papel dos consultores espanhóis na elaboração de planos de cidades favoráveis à competição (Castells e Borja, 1996).

região. Por sua vez, mesmo que a escala local seja valorizada no ajuste da crise, para as possibilidades de desenvolvimento de alguns municípios e a sua inserção na economia global, isto não se constitui numa condição única a ocorrer, como apregoavam planejadores internacionais para os gestores das prefeituras. A aglomeração produtiva de Santa Cruz do Capibaribe não alcança este patamar e a sua sobrevivência se deve justamente ao fato de produzir para as classes de menor renda de regiões pobres do país, embora sua dinâmica<sup>105</sup> tenha levado à procura por novos mercados de semelhante formato.

No âmbito da gestão municipal, a importância das atividades urbanas e do desempenho político dos empreendedores são significativos. Basta dizer que, em 2000, 98% do PIB (Produto Interno Bruto) municipal era produzido em atividades próprias do espaço urbano (indústria e serviços) e 2% correspondiam a atividades do setor agropecuário (Condepe/IPEA). O empenho do empresário organizado em suas associações tem sido o grande responsável pela expansão dos negócios. Entretanto, estes pequenos empresários, sentem dificuldades financeiras de arcar com o investimento de capital para bancar uma ampliação da produção de grande envergadura<sup>106</sup>.

Neste sentido, os governos dos municípios do interior do Nordeste não oferecem condições suficientes para gerar estratégias de desenvolvimento, dentro de uma lógica empreendedora de promoção das cidades, para o crescimento dos grandes negócios globalizados. Convém lembrar, que o empenho no agenciamento de cidades e a promoção dos empregos formais fazem parte da parceria entre governo e empresários de um capitalismo avançado.<sup>107</sup> No Brasil, o incentivo ao empreendedorismo foi através da busca pela alocação dos desempregados nos programas de emprego e renda.

Desde os primeiros tempos, entretanto, a opção de produzir na localidade de Santa Cruz do Capibaribe partiu da sociedade, pois, não era proposta do governo incentivar a indústria nas áreas interioranas do país, embora as condições de melhoria de infra-estrutura para a expansão do mercado nacional tenham sido responsável por esse crescimento no interior do país.

---

<sup>105</sup> Alguns consideram que se trata de uma compreensão reducionista limitar a viabilidade dos “arranjos produtivos locais” (APL), a uma inevitável integração à globalização (Cassiolato e Szapiro, 2003.)

<sup>106</sup> Assim pensa o pequeno empresário a respeito: “Seriam necessárias a aquisição de novas máquinas, melhorar a infra-estruturada da cidade e isso não é possível no momento”. (Entrevista com o Presidente da ASCAP, em 15 de agosto de 2005).

<sup>107</sup> Sobre empreendedorismo existe intensa bibliografia favorável às idéias de adaptação no País das novas estratégias de desenvolvimento, no SEBRAE; uma bibliografia crítica foi feita entre outros por: Moura (1999), Leal (1999), Vidal (2002) e de certa forma também está nas páginas de Brandão (2003), são feitas ressalvas sobre essa nova forma local de determinar o desenvolvimento.

A racionalidade exigida no anúncio das reformas administrativas para alcançar as novas estratégias de desenvolvimento para a cidade empreendedora, na prática, não teve o devido respaldo. Segundo reconhece Souza, no que diz respeito “à reforma da administração pública local, parece que ainda não está muito clara a inserção do município no novo paradigma que tem guiado a revisão do papel do Estado em países em desenvolvimento” (Souza, 1999:202). Os governos locais no Brasil estariam “muito mais próximos das propostas que se pautam pela construção ou reconstrução das capacidades administrativa e institucional” e muito menos da implementação de práticas gerenciais de racionalidade empresarial defendidas por organismos internacionais (Souza, 1999:202).

De qualquer modo, é difícil dizer que tenha havido uma evolução técnica das práticas administrativas de municípios do interior do Nordeste (Gusmão, 1996). A reforma começa com o impulso ao municipalismo, mas como Melo (1996) adverte, “per si” o processo de descentralização não daria isonomia para que as localidades atendessem às exigências impostas aos quadros administrativos.<sup>108</sup>

Na prática, não existia consistência técnica nas administrações municipais para a gestão de um processo de crescimento urbano e não foram observadas mudanças substanciais, sobre este aspecto. No período que antecedeu à descentralização administrativa expressa na Constituição de 1988, os municípios do interior contavam com assessoria técnica promovida pelas instituições de planejamento estaduais. As análises sobre a concepção deste tipo de planejamento passaram a compreendê-lo como de cunho tecnicista, sem a participação social e com pouca intervenção dos funcionários municipais (Quadro 5, apêndice A).

No caso de Pernambuco, a contribuição das secretarias aos municípios se constituía como fundamental na assessoria para a elaboração de planos de expansão urbana, mapas da cidade, minutas de leis de Zoneamento Urbanos e planos de desenvolvimento. O zoneamento da cidade de Santa Cruz do Capibaribe, exposto no Mapa 5, foi resultado de um planejamento governamental realizado com a participação das várias escalas de poder, na década de 80. Atualmente, a integração de trabalhos executivos com a participação das diversas escalas governamentais não é comum na administração pública.

No Estado intervencionista, existia um pressuposto pacto de colaboração entre as classes sob o comando do governo. No contexto atual, o papel do indivíduo nas questões sociais e no planejamento para o desenvolvimento do mercado é marcante. Muitas vezes,

---

<sup>108</sup> A busca de eficiência apregoada nos ensinamentos da nova gestão racional do município nem sempre é encontrada, principalmente nos pequenos e médios municípios. (Melo, 1996)

dispensam o empenho do governo na direção das atividades intermediárias para a realização da produção, papel realizado de forma mais ajustada ao sistema pelos empresários em suas organizações patronais.<sup>109</sup> Este fenômeno não é observado apenas em lugares empreendedores (no caso, micro e pequenos empreendedores) como em Santa Cruz do Capibaribe. Existe, inclusive, dificuldades em relação a falta de pessoal qualificado nos órgãos públicos para o comando destas atividades.

No período posterior, nos anos 90, quando ocorreu o desmonte da administração federal e dos Estados, não foram observadas ações de qualificação ou reciclagem sistemática dos técnicos das prefeituras. A estrutura administrativa cresceu com a criação de secretarias de várias áreas de atividades, como Saúde, Educação, Indústria e Comércio, Obras e Infraestrutura, além de vários departamentos e coordenação de atividades em contabilidade e cadastros, por exemplo, nas diversas prefeituras dos pequenos municípios (Gusmão, 1996). Entretanto, as condições técnicas não se tornaram mais eficientes, embora este tenha sido o pensamento dos reformadores que entendiam que a mudança da administração pública deveria incidir “na qualidade da melhoria dos serviços públicos prestados aos cidadãos” (Pacheco, 1999:232). A administração efetuada com “eficiência e eficácia”, apregoada pelos reformadores da administração pública, diz respeito às regiões mais desenvolvidas ou aos lugares de capitalismo avançado. A realidade municipal não deixa a menor dúvida quanto à necessidade da construção de capacidades funcionais, embora a opção assumida pelas prefeituras seja a de uma reorganização administrativa baseada na figura do consultor.

E não é somente em Santa Cruz do Capibaribe e municípios vizinhos que isso acontece: nos diversos municípios do Nordeste, planos urbanos, questões financeiras e orçamentárias são equacionadas com ajuda da reflexão de empresas especializadas, que tratam tanto das questões contábeis como da construção de um software para a implantação de cadastros de arrecadação ou de sua própria gerência, por exemplo. Portanto, houve uma substituição das pessoas que pensavam a cidade, que faziam o seu planejamento institucional. Ocorre, ainda, uma ausência de formação interna de técnicos que seja condizente com as necessidades do município. Observa-se que o incentivo à contratação de terceiros está no âmago das propostas da reforma administrativa do país, quando prevê que os serviços de apoio devem ser terceirizados e apenas as atividades do núcleo estratégico devem ficar no

---

<sup>109</sup> No Brasil, a organização das alianças entre governo, empresário e trabalhadores, sob o foco de interesse dos empresários, aparece na época do Estado Intervencionista de 30, quando se organizava a legislação para implementar a industrialização. O ensino profissional do SENAI (1942) é bem característico desta forma de

âmbito das Secretarias (Pacheco, 1999:232). Como é difícil estabelecer parâmetros de essencialidades e as prefeituras não possuem quadros técnicos suficientes para arcar com o processo de descentralização administrativa, o resultado é a organização possível dos municípios com o empenho pessoal dos gestores.

Parte das atividades técnicas do município é realizada em lugares distantes de Santa Cruz do Capibaribe, como a elaboração de cadastros imobiliários, tornando-se difícil falar nas virtuosidades de governança ou “princípios de administração gerencial” ou qualquer outra noção que implique em discutir governabilidade e participação, nos moldes dos novos conceitos internacionais transplantados para a realidade do país.

Esta situação faz parte do contexto atual de transformação da gestão pública. A crise de um modelo de desenvolvimento e de transição de uma ordem centrada no Estado para uma outra de base no mercado, levou a novas formas de governo e novas relações institucionais entre o público e o privado (Bosch, 1999). Neste contexto, um rompimento progressivo do “delicado equilíbrio de fronteiras entre Estado, sociedade civil e indivíduo fazem parte da prática dessa liberdade dissociar-se cada vez mais da idéia de compromisso com a sua sociedade e seu meio cultural” (Dupas, 2005:33). Na sociedade contemporânea, de forma geral, o incentivo ao individualismo tem como contrapartida o abandono da vida social aos aparelhos de gestão e a estrutura de mercado (*ibidem*).

Em Santa Cruz do Capibaribe, no entanto, as políticas assistenciais e clientelistas constituem, ainda, uma prática constante no contexto da administração municipal. A gestão municipal com os poucos recursos disponíveis vem tentando agregar o interesse da sociedade como um todo e as demandas das organizações do mercado. A força do novo paradigma não parece ter intensidade suficiente para desmobilizar toda uma tradição, que não diferencia entre o espaço público e o privado.<sup>110</sup> A utilização de bens públicos como moeda de troca é comum na prática de municípios, especialmente em épocas de eleição. Existe, portanto, naquela localidade, uma forma de participação política, onde a aliança entre o governo e a sociedade significa também uma maneira de cooptar das classes menos favorecidas.

As relações entre público e privado se misturam mostrando a fragilidade das instituições, embora em Santa Cruz do Capibaribe se observem algumas ações de uma política social mais virtuosa. Existem programas sociais formulados pelo município que tem por

---

organização, uma entidade privada de direito público; isto é dirigida pela Confederação Nacional da Indústria, supervisionada pelo Estado e paga com isenção de tributos (Xavier, 1986).

objetivo organizar atividades para as crianças e os jovens, em escolas e creches, na periferia, em bairros populosos. Estas e outras formas de atuação social demonstram uma tentativa do governo em assumir uma relação com a população, baseada num atendimento às demandas sociais e não às demandas individuais.

Em todo caso, a responsabilidade social das diversas escalas de governo vai se tornando cada vez menos significativa através das novas práticas políticas, e as ações assistenciais são escassas. O Governo Federal que antes coordenava e financiava a grande maioria das atividades, tem deixado de lado as políticas sociais no interior do Estado<sup>111</sup> (Entrevista com o Prefeito do Município, em 14 de julho de 2005).

Contemporaneamente, e a exemplo de localidades de capitalismo mais desenvolvido, em Santa Cruz do Capibaribe a participação política está baseada, em grande parte, na solidariedade aos interesses de organizações particulares, como as associações dos confeccionistas, cooperativas e sindicato da confecção. Alguns autores têm explicado esse novo fenômeno de participação política que “não se dirige mais a sociedade como um todo, mas a diversas instâncias de decisão especializada”, com “diferenças e autonomia”, mas sem dispensar ao atendimento das “demandas e intervenções tecnoburocráticas” (Dupas, 2005:38). A recorrência a este tipo de participação de políticas públicas na gestão municipal pelos confeccionistas em Santa Cruz do Capibaribe, vem também confirmar o alto grau de individualismo, observado na lógica da política. A preocupação maior, por parte da esfera pública ou da sociedade civil, é com a produção de confecção, a dimensão social<sup>112</sup> advém da capacidade da aglomeração produtiva em criar emprego.<sup>113</sup>

---

<sup>110</sup> A relação entre o público e o privado é difícil de se estabelecer dentro de um ciclo virtuoso, como pretendem os ensinamentos da nova forma de administração do Estado (Boschi, 1999), com base na lógica empresarial capitalista.

<sup>111</sup> Segundo Petersen, 1995; Banting, 2003; Corbett, 2003 (In Arretche, 2004), “Estados federativos são encarados como propensos a produzir níveis comparativamente mais baixos de gastos sociais, bem como de ser menor a abrangência e cobertura dos programas sociais”. São indicados como sendo causadores de “superposição de competência” e de promoverem a competição entre os diversos níveis de governos (Arretche, 2004:17). Neste momento de crise do Estado e diminuição das políticas sociais, existe mesmo é escassez e não superposição de atividades.

<sup>112</sup> “Na lógica de política pública do momento, a articulação entre política econômica e política social implica no reconhecimento de que aquela contém uma forte dimensão social (pelo que pode representar enquanto aumento do poder aquisitivo real dos segmentos sociais de mais baixa renda e de criação de novas oportunidades de geração de renda por meio de políticas específicas)” (Cohn, 2005).

<sup>113</sup> A compreensão sobre desenvolvimento implica que esse não decorre automaticamente de desenvolvimento econômico, mas nele o emprego é o suporte fundamental. Embora “a tendência atual é de o crescimento econômico vir acompanhado de um decréscimo da capacidade de criação de novos empregos, e, no caso particular de nossas economias, do volume de postos de trabalho já existentes associado a uma crescente deterioração da qualidade do emprego” (Cohn, 2005).

A capacidade e o empenho individual de alguns dirigentes municipais têm conseguido juntar forças políticas e recursos públicos e privados em torno de projetos que agregam diversas escalas de poder, quando não os pressupostos de desenvolvimento ficam apenas nas idéias. No desempenho de gestor dos interesses da cidade, na aquisição de determinadas condições de infra-estrutura técnicas ou sociais, necessárias para a produção de mercadorias, o Prefeito de Santa Cruz do Capibaribe reconhece sua limitação dada à escassez de recursos e procura parcerias com os empresários locais e com os governos Estadual e Federal.<sup>114</sup>

Por sua vez, a dependência financeira dos municípios frente ao governo central ainda é grande, mesmo com o processo de descentralização em curso pela reforma administrativa. O sistema de arrecadação dos tributos se concentra na União, inclusive, pelo poder organizativo de captação. Não se pode falar, portanto, de autonomia dos municípios quando se sabe que, em 2002, aproximadamente 70,1% da arrecadação tributária no país foi realizada pela União (Arretche, 2004). A desigualdade na capacidade de arrecadação tem sido corrigida através de repasses ou “transferências fiscais” (*Ibidem*). Na Constituição de 1988, a instituição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) foi uma tentativa de melhorar as contas dos municípios através de maior disponibilidade de recursos per capita com liberdade alocativa, excetuando os que estão na rubrica Saúde e Educação (Prado, 2001:68).

A dependência dos recursos da União no orçamento dos municípios pequenos e médios é um fato concreto. Os dados do Ministério da Fazenda apontam que 77,9% da receita total do Município de Santa Cruz do Capibaribe são de transferências correntes. A maioria constituída pelos repasses do FPM (Fundo de Participação dos Municípios). A receita tributária do município é muito pequena, representa apenas 6,03% da renda total (Gráfico 10, apêndice A). Os recursos despendidos com o custeio da administração da cidade representam 91,12% das receitas, sobrando apenas 3 % para investimento. (Gráficos 11, apêndice A).

A situação não é diferente para a maioria dos municípios da aglomeração produtiva, já que os menores municípios têm uma maior dependência de receitas vindas de fora. A situação se agrava ainda mais nos municípios que vivem apenas da agricultura de subsistência, onde o desemprego é maior. As transferências intergovernamentais da União e do Estado é que mantêm a maioria dos municípios. A receita patrimonial, no caso de Santa Cruz de Capibaribe, representa 5,9% do total de receitas, enquanto, a dívida de origem tributária do

---

<sup>114</sup> Na fala do prefeito de Santa Cruz do Capibaribe, sobre a sua forma parceira de governar: “Meu dinheiro é pouco, eu sei que é pouco, então eu vou atrás do Governo Federal e Estadual e dou a minha contrapartida. No que eu ia gastar 100% vou gastar apenas 10%, que é minha contrapartida” (Entrevista com o atual prefeito de Santa Cruz do Capibaribe, em 14 de agosto de 2005).

município, entre 1996 e 2004, cresceu em 500%, como pode ser constatado no gráfico 16 (apêndice A). Com a inadimplência tributária pouco sobra para o investimento nos municípios e a saída para promover a urbanização depende da cooperação da população<sup>115</sup> (Entrevista com o Prefeito de Santa Cruz do Capibaribe, em 14 de julho de 2005).

A solução encontrada para suprir as necessidades de investimentos em infra-estrutura urbana é antiga, trata-se da chamada “solidariedade forçada”, que segundo definição de Maricato, é um tipo de trabalho organizado através de mutirão (Maricato, 1979:71). Em Santa Cruz do Capibaribe, esta “solidariedade forçada” diz respeito à organização de um processo de trabalho para a construção de calçamentos, por exemplo, e que tem por base a cooperação entre as partes: a prefeitura entra com a parte de engenharia, pedra e areia, e o munícipe com o trabalho e o cimento.

Esta cooperação entre prefeitura e população se assemelha aos apontados modelos de administração pública atrasadas de um capitalismo também travado. De um lado, mostra a dificuldade da prefeitura em fornecer a infra-estrutura física básica para a população e para a implementação do desenvolvimento local.<sup>116</sup> De outro, o não pagamento de salários por um trabalho realizado dá uma idéia de participação em uma “economia natural”, comunitária e sem relação capitalista (Oliveira, 1976:28). Este tipo de organização do trabalho demonstra muito mais ser o “produto (...) de uma base capitalista de acumulação razoavelmente pobre para sustentar a expansão industrial” (*Ibidem*).

---

<sup>115</sup> A inadimplência do IPTU é de certa forma compensada pela organização de mutirão. Segundo o prefeito, através do trabalho no mutirão os munícipes de forma indireta estão pagando parte do IPTU devido à cidade. Outra vantagem é o não pagamento dos encargos sociais, pois a mão-de-obra entra a título de cooperação (Entrevista, em 14 de julho de 2005).

<sup>116</sup> Vidal faz um esforço para rememorar as experiências de poder local, quando menciona: “Não é necessário grande esforço para reconhecer as origens liberais (embora se admita que estas não sejam as únicas) daquilo que se poderia definir, grosso modo, como “localismo”, nele incluído tanto as teorias do desenvolvimento local como as do governo local. Assim é que, no século XIX, Tocqueville deixou-se encantar pelo experimento político das pequenas comunidades locais norte-americanas, mas também previu que a centralização do poder era inevitável, devido ao aprofundamento da divisão do trabalho, vale dizer, do próprio capitalismo, o que, afinal, se consumou. Spencer sentia-se horrorizado com o crescimento dos governos, inclusive os locais, diga-se a bem da verdade, mas sobretudo os nacionais. E já no século XX, como não poderia deixar de ser, a cruzada liberal dirigiu-se, especialmente, contra os Estados nacionais intervencionistas, evidentemente pelos seus poderes relativamente amplos de regulamentação sobre os capitais. E Friedman sempre se declarou como um partidário do reforço ao Governo local, em detrimento do Governo nacional (leia-se reforço dentro dos padrões concernentes ao modelo mínimo liberal). Certo, as diversas teorias que privilegiam o âmbito local não são necessariamente antiestatais, em seu sentido mais rigoroso. Mas não é incorreto conceber que todas elas têm em comum, no mínimo, uma forte desconfiança em relação ao poder central. A principal experiência histórica de descentralização no país, qual seja, a Primeira República, na qual os âmbitos estaduais e municipais — principalmente aqueles marcados por estruturas econômicas e sociais mais anacrônicas, não raro medrando o coronelismo — constituiu-se nos *loci* por excelência dos poderes oligárquicos”. Texto in Vidal, 2002. Brandão (2003) trabalha com aprofundamento do papel das diversas escalas de poder no contexto do desenvolvimento.

Reconhecidamente, estão centralizados tanto os recursos como o poder de implementação de estratégias de desenvolvimento. A tendência cultural do país foi a opção por um estado federativo, onde se distingue a capacidade de liderança do Governo Federal em coordenar políticas sociais e econômicas (Arretche, 2004). No Brasil, o federalismo em sua forma de organização permite visualizar um Estado central forte, entes federados associados com poucos recursos e pouca autonomia para promover o desenvolvimento<sup>117</sup>. Segundo Galvão, a descentralização e o pacto do federalismo “parecem uma decorrência direta da fragilidade dos entes subnacionais...” desde a outorga da República (Galvão).

Por mais que os localistas estejam defendendo a capacidade endógena de um espaço local para a promoção do desenvolvimento socioeconômico, os limites e percalços existem. De um lado, constata-se que na realidade nem todo município tem condições financeiras para promover o desenvolvimento local. Por outro lado, a descentralização administrativa não se reverteu em melhoria da eficácia da gestão. As ações pensadas são diferentes das realizadas. Com a descentralização foram mantidas as desigualdades regionais e as dependências do governo da União.

Para melhorar o desempenho do município em relação à infra-estrutura produtiva, o gestor de Santa Cruz do Capibaribe agiliza constantemente outras esferas de poder e a própria comunidade de pequenos negociantes, numa espécie de parceria público-privado. Nestas ocasiões, promove articulação política junto aos confeccionistas das várias localidades que integram a aglomeração produtiva para a realização de empréstimos no sistema financeiro em parceria e disponibiliza terreno público. Nestas condições, é que foi implementada a obra estrutural de impacto sobre as vendas da mercadoria do município, o Parque das Feiras<sup>118</sup> com 70.000m<sup>2</sup>, contando com 6.208 boxes de alvenaria orçado em 30 milhões de reais aos preços atuais (Fotografia do Parque das Feiras, a seguir).

---

<sup>117</sup> Dizia Celso Furtado que: “No Brasil, a luta pelo federalismo está ligada às aspirações de desenvolvimento das distintas áreas. Não se coloca o problema de choque de nacionalidades, de agressões culturais ligadas às disparidades étnicas ou religiosas. Mas, sim o da dependência econômica de certas regiões com respeito a outras, da dessimetria nas relações, de transferências unilaterais de recursos em políticas de preços administrados” (Furtado, 1999:39 citado por Galvão, S/D).

<sup>118</sup> Parque das Feiras também denominado Santa Cruz Moda Center, além dos boxes de alvenaria conta com 544 lojas maiores, Box para informação, equipe de segurança privada, vigilância sanitária, 144 cabines de telefones, 4 praças de alimentação, alojamentos para motoristas de ônibus, posto médico, posto policial, agência de Correios, agência bancária e guarda-volumes, além de estacionamento para 2 mil carros de passeio e 600 ônibus, etc. O referido parque ainda não foi inaugurado (Entrevista com o prefeito de Santa Cruz do Capibaribe, em 14 de agosto de 2005).



**Foto 11: Santa Cruz Moda Center -Parque das Feiras em 2005 (arquivo de Guaraci Baldi).**

A integração entre os confeccionistas dos diversos municípios e o gestor do município de Santa Cruz do Capibaribe poderia levar a implementação mais efetiva de cooperação entre os municípios. A cooperação institucional entre os diversos municípios seria salutar para o impulso de desenvolvimento da aglomeração produtiva, mas essa possibilidade não se apresenta<sup>119</sup>. Aqui, como em qualquer outra região existem dificuldades institucionais, tendo em vista a tradição do Federalismo no Brasil que estabeleceu princípios rígidos de centralização dos programas sociais, repasses de recursos e programas de desenvolvimento (Faria, 2004). Este fato repercute na dificuldade de articulação e cooperação intergovernamental (Souza, 2001). Embora não se destaque o papel das articulações entre governos na concepção das aglomerações produtivas, têm sido enfatizadas a cooperação e a relação institucional como elementos básicos para o desenvolvimento endógeno.

Considerando-se as condições regionais, a opção para a produção de mercadorias verificou-se por um processo estabelecido “através de uma rede urbana truncada”, com reduzidos pólos urbanos. Neste caso, a implementação precária em infra-estrutura é resultado de uma dinâmica das forças produtivas peculiar ao processo de “desenvolvimento desigual” (Singer, 1983:76). Em Santa Cruz do Capibaribe a atividade da produção urbana conta com poucas realizações de infra-estrutura básica para a expansão da produção por parte do poder governamental. Mesmo sem recursos suficientes para promover o desenvolvimento, o poder público municipal estabeleceu uma parceria entre o público e o privado para implementação de infra-estrutura básica para a industrialização. Na maioria das vezes, entretanto, é o pequeno e micro empresário de Santa Cruz do Capibaribe, quem arca com os investimentos para a expansão da produção.

---

<sup>119</sup> Durante a última década, a literatura econômica tem dado grande atenção ao papel das instituições na organização das atividades produtivas. Edquist e Johnson (p.46,1997) definem as instituições como, “um conjunto de hábitos comuns, rotinas, práticas estabelecidas, regras, normas ou leis que regulam as relações e

## 4.2 A EXPANSÃO DA CONFECÇÃO NA AGLOMERAÇÃO PRODUTIVA DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE

A gênese da produção de confecção de Santa Cruz do Capibaribe foi apresentada no Capítulo 3 deste trabalho, quando se analisou o processo de transformação da estrutura produtiva no campo, decorrente das condições climáticas e da constituição sociopolítica do regime de produção. A partir da década de 80, a confecção se tornou novamente a solução para suprir as dificuldades de subsistência na região e para diminuir o fluxo migratório para o Centro-Sul do país. Na brecha da modificação da demanda da classe trabalhadora, nas duas últimas décadas, a confecção de roupas na localidade se expandiu pela iniciativa dos pequenos empresários, dos microempresários e dos trabalhadores autônomos. A produção cresceu e difundiu-se pelas cidades vizinhas, iniciando um processo de cooperação, através de intensa divisão de trabalho, promovendo vantagens para esta aglomeração da confecção. A cooperação, a competição e as externalidades, características ressaltadas em Marshall para explicar os distritos industriais, estão disseminadas na aglomeração produtiva de Santa Cruz do Capibaribe e sua análise faz parte dos recursos metodológicos utilizados para desenhar o perfil desta produção. Na perspectiva de caracterizar a aglomeração produtiva, será examinado também o apoio institucional recebido nesta atividade produtiva. A relação entre o êxito dos negócios e o apoio institucional tem sido ressaltada para a compreensão das aglomerações (Garofoli, 1994; Becattini, 1994, Cassiolato et al., 2003).

Desde a década de 70 vem ocorrendo um aumento favorável na atividade urbana nos diversos municípios da aglomeração produtiva, especialmente em Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru. No período entre 1980 e 1985, a economia da localidade refletindo a tendência do capitalismo do país, apresentou diminuição no crescimento em relação ao PIB (Produto Interno Bruto) municipal: Santa Cruz do Capibaribe, apresentou um decréscimo de 0,05% (Gráfico 8, apêndice A), Toritama teve um decréscimo (2%) e outros municípios acompanharam a tendência: Caruaru (14%), Surubim (22%) e Vertentes (19%).

Essa diminuição do crescimento refletiu, até certo ponto, o aprofundamento da crise do capitalismo no país e as transformações que se processaram na estrutura econômica da região. Por um lado, naquele período houve uma redução no crescimento do PIB do Brasil e

---

interações entre indivíduos e grupos”. O conjunto dessas regras pode ser encontrado na estrutura institucional das sociedades, onde são definidos os estímulos para o surgimento das diversas organizações.

do PIB do Nordeste.<sup>120</sup> Por outro lado, os dados informados podem trazer embutida a perda do desempenho da agropecuária<sup>121</sup> e a condição de nem sempre refletirem de forma satisfatória a atividade do setor informal<sup>122</sup> que é a base da economia urbana na região. A dinâmica da população do período compreendido entre 1960 e 2000 pode atestar o crescimento da atividade de confecção, nos municípios considerados (Gráfico 6, apêndice A).

No início nas décadas de 70 e 80, o apoio institucional àquela atividade produtiva chegava através de ações em favor da realização de feiras, encontros e estudos sobre a produção e mercado, através do Governo do Estado de Pernambuco. As atividades eram esporádicas e geralmente não havia intervenção estatal que tivesse por finalidade o financiamento daquela produção (CONDEPE, 1993). Os Estados da federação não tinham a função de implementar o desenvolvimento industrial, e as suas ações eram muito mais assistenciais que desenvolvimentistas: a política<sup>123</sup> de desenvolvimento sempre esteve a cargo do Governo Federal, baseada nas perspectivas centralizadoras da ação pública.

Na década 90, surgiram programas de apoio aos autônomos<sup>124</sup> e microempresários, incentivados pelas Secretarias de Trabalho dos Estados e sob a égide do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), numa forma de diminuir as mazelas sociais da desindustrialização e promover a auto-ajuda. Mesmo quando existia uma instituição financeira (BNB/PNUD) dando suporte, estes programas não ultrapassavam os efeitos do assistencialismo. Os programas foram mais desenvolvidos nas metrópoles, mas chegaram em poucas edições nas

---

<sup>120</sup> Entre 1970 e 1980, a taxa média anual de crescimento do PIB do Nordeste era de 8,7% e do PIB do Brasil era de 8,6%. No período entre 1980 e 1990, a taxa média de crescimento anual do PIB no Nordeste era de 3,5% e no Brasil 1,6%.(Lima, 2002)

<sup>121</sup> Lima faz uma análise mostrando a redução da atividade pecuária de 30,99% para 9,1%, no PIB do Nordeste, entre 1960 e 1988. IN Quadro Participação do PIB Setorial no PIB Global do Nordeste (1960-1988), (Lima, 2002)

<sup>122</sup> O PIB é calculado de acordo com a classificação das Contas Nacionais do Brasil, as estimativas do Produto Interno Bruto Municipal (PIBM) são desagregadas para as seguintes classes de atividades: agropecuária (PIBAGR), indústria (PIBIND) e serviços (PIBSER). O PIB industrial, por sua vez, desagrega-se por setores ou ramos de atividade no produto das indústrias de transformação e extrativa mineral (PIBITE), da construção civil (PIBICC) e dos serviços industriais de utilidade pública (PIBSIUP). Analogamente, o PIB de serviços desagrega-se nos ramos PIB do comércio (PIBSCO), transporte e comunicação (PIBSTC), instituições financeiras (PIBSIF), administrações públicas (PIBSAP), aluguéis (PIBSALG) e outros serviços (PIBSOS). PIB dos Municípios Brasileiros Metodologia e Estimativas 1970-1996. Textos para discussão N°. 1064. [www.ipea.gov.br/ipea/data](http://www.ipea.gov.br/ipea/data).

<sup>123</sup> No final da década de 80, o Estado brasileiro entra em profunda crise financeira, reduzindo de forma significativa as políticas públicas (Econômicas, Urbanas, Sociais e de Desenvolvimento Regional) (Belluzzo e Coutinho 1983, Gomes 1993, Pereira, 1992 In Guimarães).

<sup>124</sup> Políticas públicas de qualificação profissional e geração de emprego e renda do BNB/PNUD, respaldada pelo MTE/FAT/CODEFAT, visando profissionalizar o autônomo e propiciar com pequenos recursos o financiamento de autônomos, microempresários e cooperados para enfrentar o desemprego.

idades do Interior e, algumas vezes, exerceram conjuntamente papel civilizatório e assistencial<sup>125</sup>, contudo não obtiveram o impacto expressivo no combate ao desemprego.

A partir do período entre 1991 e 2000, as mudanças na estrutura produtiva começaram a se consolidar, quando os dados apontaram menor crescimento ou declínio da PO (População Ocupada) no setor primário, e crescimento expressivo da PO, nos setores secundário e terciário (Tabela 18, apêndice A). Neste período, nos principais municípios da aglomeração produtiva, como em Santa Cruz do Capibaribe, a PO total cresceu em 84,85%. No setor secundário obteve o expressivo crescimento de 234,74% e no terciário de 12,2%. Para o mesmo período, em Toritama observa-se um crescimento total da PO em 48,4%. O índice de crescimento da PO no setor secundário, entre o período de 1991 e 2000 foi de 126,3% (Tabela 18, apêndice A).

As taxas de população ocupadas no setor secundárias são, em Toritama de 63,2% da PO e em Santa Cruz do Capibaribe de 57,28%, em 2000 (Tabela 13, apêndice A). A explicação encontrada é de que Santa Cruz do Capibaribe tem uma economia mais diversificada, com 36,2% da população ocupada no setor terciário, em serviços de apoio à confecção (hotéis, restaurantes, bares, serviço de copiadora, escolas profissionalizantes e outros). Os dados mais recentes do PIB mostram o dinamismo desta localidade que, entre 1991 e 2000, obteve crescimento de 64,4%, enquanto, Caruaru obtinha 35% e Toritama, 41% (SEBRAE/FADE, 2003).

Em Santa Cruz do Capibaribe, também se encontra o maior número de micro empresários. Toritama produz a maior parte das confecções em tecido jeans, sendo responsável por 17% da produção nacional, apresentando um processo de produção composto em menor proporção de pequenos e médios empresários (SINDVEST).<sup>126</sup> Isto porque a base

---

<sup>125</sup> As políticas sociais e assistenciais posteriores aos anos 90 foram qualificadas como compensatórias, pelo próprio governo da época (Vidal, 2002). São na verdade assistenciais “com uma roupagem mais vistosa” (Vidal, 2002). “Significaram apenas uma ruptura com o antigo conceito de assistencialismo: antes, referenciado na pobreza, vale dizer, na condição do indivíduo pobre; agora, concebido com base no exercício pleno da cidadania, nele incluído o atendimento de necessidades consideradas vitais de sobrevivência através de novas opções de qualificação e trabalho como resposta às demandas dos cidadãos. Estas políticas não parecem ter interferido nos mecanismos de mercado para integrar de forma condigna o cidadão. Não conseguiram gerar táticas de qualificação e re-qualificação de caráter mais sistemático e eficiente para os trabalhadores nem garantir a possibilidade de absorção destes cidadãos ao processo da produção da sobrevivência por meio de seu próprio negócio. Como eram ocasionais tornaram-se pouco virtuosas para permitir outras opções de produção do indivíduo desempregado e ofereceram irrelevante assistência ao cidadão” (*Ibidem*).

<sup>126</sup> Segundo o Sindicato do Vestuário de Pernambuco (SINDIVEST, 2004), encarte com dados sobre produção de jeans.

da produção de roupas de jeans são máquinas pesadas<sup>127</sup> e algumas delas requerem investimentos da ordem de R\$ 35 mil (preço de 2005) (Entrevista com Assessor do SENAI, 06 de outubro de 2005).

Os rendimentos da maioria destes trabalhadores informais são baixos. Algumas costureiras, que trabalham em microempresas informais, ganham em média o salário mínimo, atualmente de R\$ 300,00 (trezentos reais). Muitas delas, entretanto, recebem por semana R\$ 70,00, e neste caso o salário é menor chegando a R\$ 280,00 por mês. Quando a confecção paga por peça, a unidade de algumas delas gira em torno de R\$ 0,10<sup>128</sup> (Entrevistas entre 14 de julho e 16 de agosto de 2005, anexo A).

Os menores salários são os recebidos por trabalhadores terceirizados em facções,<sup>129</sup> localizadas na zona rural ou nas cidades menores. Em geral, as firmas pagam as suas facções pelo serviço terceirizado, com base no cálculo do tempo gasto por peça fabricada. Por exemplo, a operação de pregar bolsos ou fazer a gola deve ser realizada em um (01) minuto e vale 0,12 centavos. O pagamento das peças é calculado e a soma resultante é entregue ao proprietário da facção que torna a calcular as despesas da empresa, entre elas o preço da força de trabalho.

O valor do rendimento médio recebido pelas pessoas responsáveis pelo domicílio<sup>130</sup>, nos municípios que compõem a aglomeração produtiva, não chega a três salários mínimos e meio considerando-se que na época, o piso salarial era de R\$ 151,00 (Gráfico 3). Exceção feita ao município de Caruaru, cujo valor do rendimento médio é de R\$ 548,5. Entretanto, essa é uma cidade-pólo da região que apresenta uma economia diversificada e o valor do rendimento médio nominal<sup>131</sup> das pessoas não se restringe ao rendimento da confecção. Em

---

<sup>127</sup> Entre outras, as máquinas mais caras desta indústria de produção de jeans são: máquina de braço com catraca, máquina de rebater lateral com catraca, máquina de casear de olho eletrônico (Entrevista, em 06 de outubro de 2005).

<sup>128</sup> O custo de uma peça depende da mercadoria a ser produzida. Por exemplo, o preço pago pela confecção de peças de roupas íntimas nem chega a R\$ 0,10, pois comumente se paga R\$ 0,03 para colocar elástico, rebater as costuras, fazer o acabamento e R\$ 0,01 para colocar lacinhos, que são considerados opcionais. O corte é feito pelo dono da empresa.

<sup>129</sup> As facções recebem essa denominação por dividirem seus processos de trabalho com uma firma maior da qual são dependentes.

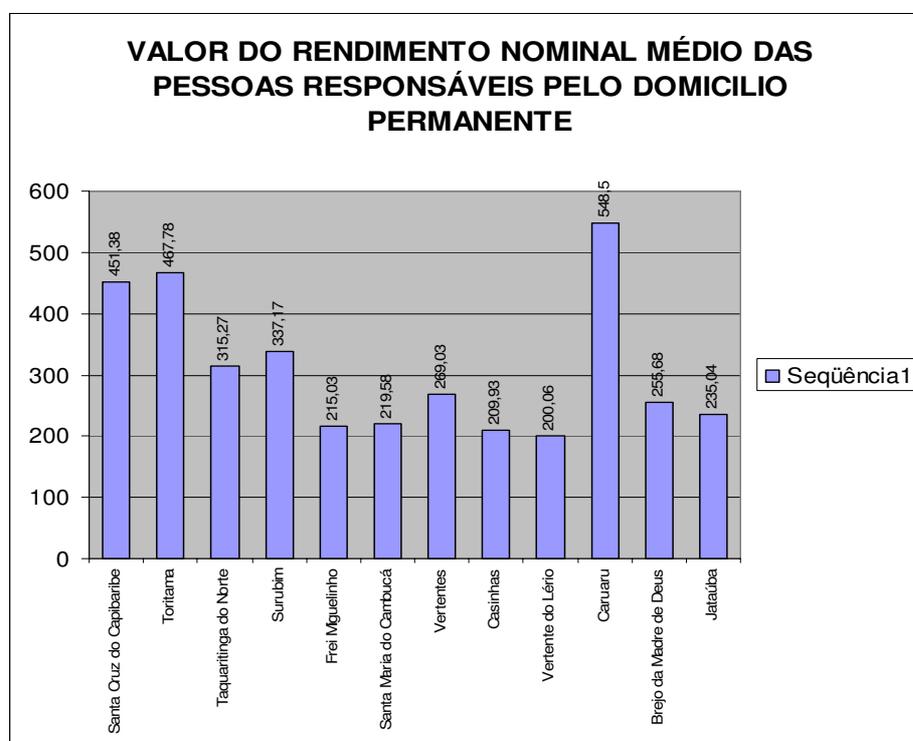
<sup>130</sup> Segundo constatou-se as empresas formalizadas de Santa Cruz do Capibaribe e entorno, pagam o salário da categoria, que é de, aproximadamente, R\$ 310,00 para o costureiro de acabamento e R\$ 373,00 para o costureiro de máquina reta, enquanto o operador de máquina eletrônica recebe R\$506,00 (Entrevista com o presidente da ASCAP, em 16 de agosto de 2005). O valor desse piso salarial é menor que a remuneração média encontrada pelo IBGE, exceção feita ao operador de máquina eletrônica que é um trabalhador de qualificação diferenciada.

<sup>131</sup> De acordo com o Censo Demográfico de 2000, considerou rendimento nominal médio do trabalho como o rendimento do trabalho e de outras fontes de renda. IBGE/FIBGE, 2.000.

Toritama, esse valor é de R\$ 467,78 e, em Santa Cruz do Capibaribe, chega a R\$ 451,38 (Gráfico 3 abaixo).

Os municípios onde a confecção ainda é a segunda opção de atividade produtiva, uma vez que a população se dedica à economia de subsistência, apresentam<sup>132</sup> menor valor dos rendimentos, como Frei Miguelinho (R\$ 215,03), Casinhas (R\$ 209,93) e Vertente do Lério (R\$ 200,06), para os dados de 2000, conforme o gráfico 3, abaixo.

**Gráfico 3: Valor do Rendimento Nominal Médio das Pessoas Responsáveis pelo Domicílio Permanente nos Municípios da Rota da Confeção do Agreste Pernambucano**



Fonte: IBGE, dados do Censo Demográfico de 2000

Em relação aos dados estatísticos do IBGE sobre o valor do rendimento nominal dos responsáveis pelos domicílios dos municípios que formam a aglomeração produtiva, observa-se que estão abaixo do rendimento médio encontrado no país (R\$ 768,83) ou em comparação com o de Pernambuco (R\$ 516,92), como pode ser visualizado através da tabela 1, abaixo. Exceção feita a Caruaru, que é um município com maior diversificação da produção.

**Tabela 1. Comparativo da Renda Nominal Média dos Responsáveis pelo Domicílio no Brasil, em alguns Municípios e no Estado de Pernambuco.**

País Região de Unidade de Federação Município	Valores Monetários 2000
Brasil	768,83
Nordeste	448,45
Pernambuco	516,92
Caruaru	548,5
Toritama	467,78
Santa Cruz do Capibaribe	451,38

O dado mais significativo sobre a remuneração do trabalho na atividade de confecção, em 2000, é que grande parte dos trabalhadores recebe entre um e dois salários mínimos, estando distribuídos da seguinte forma entre as cidades da aglomeração produtiva: em Santa Cruz do Capibaribe 28,11%, em Toritama 27,15% e em Caruaru 19,47% (Tabela 14, apêndice A). Outro dado importante é que nestas cidades, cerca de 1/5 dos trabalhadores recebem até um salário mínimo: em Santa Cruz do Capibaribe estão 24,2%, em Toritama 20,11% e em Caruaru, 20,91% dos que recebem um salário mínimo.

Os municípios que têm menor participação na atividade de confecção apresentam índice maior de trabalhadores com até um salário mínimo, como em Taquaritinga do Norte (34,95%), Brejo da Madre de Deus (34,52%) e Jataúba (45,88%) (Tabela 14, apêndice A). Nestes municípios, ainda se encontra um grande número de pessoas cuja única atividade é a agricultura de subsistência. As pequenas confecções são poucas e muita gente trabalha de forma terceirizada para as fábricas de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama. Além disso, não realizam feiras semanais para a venda de mercadorias aos sacoleiros. Estas circunstâncias diminuem a renda média dos trabalhadores, como é o caso de Frei Miguelinho, que tem 34,95% dos trabalhadores ganhando até um salário mínimo, em Surubim, 34,95% Santa Maria de Cambucá 30,75% e em Vertentes 31,92% que são também municípios onde se trabalha muito mais na atividade agropecuária de subsistência do que em confecção (Tabela 14, apêndice A).

---

<sup>132</sup> Pesquisa realizada com base nos dados da PNADS, alerta que as rendas das atividades não-agrícolas, superam em 50% a das atividades agrícolas, no período entre 1981 –1995 (Clayton e Silva, 2000).

Aqui, o trabalho de confecção é realizado principalmente através de facções<sup>133</sup>, de insurgência recente. Mesmo ocorrendo modificações nas suas estruturas produtivas, dado a opção pela produção de confecção, alguns municípios apresentaram uma redução de sua população ocupada (PO), no período entre 1991 e 2000, como é o caso de Surubim e Frei Miguelinho (Tabela 18, apêndice A). Surubim apresenta uma economia mais estruturada pela diversificação nos setores produtivos, comerciais e de serviços, advindos da expansão agropecuária na década de 60. Os outros municípios, com menor participação nestas atividades, oferecem menores condições para redirecionar uma atividade produtiva urbana, tendo em vista a precariedade do capital social disponível.

Em toda a aglomeração produtiva é baixa a percepção de altos salários pelos trabalhadores. Verificamos que em Santa Cruz do Capibaribe, apenas 0,70% recebe até vinte salários e em Toritama, 0,64%. O nível de salário estabelecido entre 10 e 20 salários mínimos fica restrito a 1,11% em Toritama, e a 3,97% em Santa Cruz do Capibaribe e a 4,5% em Caruaru. Este último município apresenta ligeira alta do número de trabalhadores para a faixa dos maiores salários, pois a economia diversificada possibilita o emprego de profissionais mais bem remunerados. Essa tendência da renda é ainda mais baixa nos municípios menores (Vertentes, Casinhas e Vertente do Lério) e com menor inserção na produção de roupas, (Tabela 15, apêndice A).

O êxito das economias aglomeradas depende, em grande parte, de instituições favoráveis à consolidação das atividades produtiva, segundo afirmam os que trabalham com *cluster* (Garofoli, 1994). Atualmente existe um vácuo institucional para enfrentar os desequilíbrios regionais no país e, por sua vez, a iniciativa privada não conseguiu suprir as deficiências estruturais para implementação de atividades produtivas. A carência de recursos para o financiamento das empresas pode ser constatada em todos os recantos da aglomeração. Uma prova disso, é que os mecanismos financeiros não são utilizados pelos empresários da aglomeração. Deste modo, os estabelecimentos de crédito não aparecem no elenco de instituições que participam da consolidação das atividades produtivas da aglomeração, segundo percepção dos empresários (Quadro 6, apêndice A), assim como os organismos de planejamento, cuja atuação acha-se reduzida na época atual, não se constituem em expressão de apoio ao crescimento econômico e social.

---

<sup>133</sup> O trabalho faccionado constitui-se de um processo de trabalho flexibilizado. O trabalho é dividido, realizado no domicílio, mas com as mesmas condições de um processo de trabalho fabril. O tempo e o preço do trabalho estão interligados. É um trabalho pago por peça e cada peça tem um tempo determinado de produção.

Diante destas condições, os empresários não recorrem ao sistema financeiro para gerir suas empresas. Pesquisa do SEBRAE/FADE apontou que, em 2003, apenas 20% dos empresários fizeram empréstimos nos dois anos anteriores à pesquisa. Destes, 25% correspondiam aos do setor formal da confecção de Caruaru, 9,3% em Santa Cruz do Capibaribe e 14,35 % aos empresários de Toritama (SEBRAE/FADE, 2003).

A capacidade para obter capital de giro está atrelada à realização imediata de valor da mercadoria. Sabemos que o pequeno confeccionista compra aviamento com o apurado da venda dos dias anteriores. O capital inicial para movimentar o negócio, como a compra de máquina e matéria-prima, é realizado através dos recursos advindos de indenização trabalhista pela rescisão de contrato, geralmente de um ano, em oficinas das pequenas e médias empresas (Entrevista com assessor do SENAI, em 16 de agosto de 2005).

A possibilidade de adquirir financiamento bancário esbarra na dificuldade de se constituir um contrato entre as partes, uma vez que, em sua grande maioria, os empresários não estão legalmente formalizados. A leitura sobre a dificuldade à formalização das microempresas e pequenas empresas, em Santa Cruz do Capibaribe, demonstra as implicações e barreiras para o crescimento econômico e social da aglomeração produtiva (Tendler, 2003). Segundo a autora, toda a defesa em favor da isenção de impostos e favorecimento à ilegalidade para as pequenas empresas parte dos pressupostos do seu papel social em favor da criação do emprego (Tendler, 2003).

Na realidade, o trabalho de confecção das empresas da aglomeração de Santa Cruz do Capibaribe, cumpre o papel social de garantir a sobrevivência de muitos trabalhadores desempregados da região.<sup>134</sup> Por sua vez, os custos da formalização são altos, sobretudo considerando-se a renda dos microempresários informais da aglomeração produtiva. O lucro líquido de um microempresário que trabalha em São Domingos (Brejo da Madre de Deus) e vende na feira de Santa Cruz do Capibaribe, por exemplo, gira em torno de R\$ 800,00 (oitocentos reais), mensal, portanto, muito próximo da renda nominal média do trabalhador da confecção (Tabela 1, acima) (Entrevista com pequenos proprietários e com o presidente da ASCAP).

Na consolidação desta aglomeração produtiva, entretanto, agregaram-se instituições (Quadro 6, apêndice A) que passaram a dar suporte de forma sistematizada, com a presença de entidades de ensino profissional e assessoria técnica em organização do trabalho,

organizações patronais, prefeituras e outras. Estas instituições levam à ampliação das externalidades e iniciam ações de aprendizagem que induzem à inovação (Quadro 3).

O apoio das diversas entidades não tem, porém, o caráter de coordenação institucional de um programa. O empresário tem autonomia sobre os negócios e a regência<sup>135</sup> da aglomeração produtiva, embora interaja com as instituições que lhe dão suporte. A maior influência sobre os microempresários vem da relação de proximidade com o vizinho do banco da feira ou do ponto de produção. Naquele espaço mantém-se a relação de confiança e de clientelismo com o poder municipal.

Na aglomeração produtiva são nítidos os vínculos de proximidade estabelecidos através de laços de confiança entre os agentes pelo uso comum do território. Neste caso, a cooperação e a externalidade pecuniária são as características mais divulgadas. As externalidades pecuniárias são usufruídas através da especialização e integração entre os diversos produtores, nas trocas de produtos entre os produtores para a realização de melhor venda na feira e nos empréstimos de acessórios de produção (máquina manual de corte, linhas diferentes e restos de tecidos).

Por sua vez, os pequenos e médios empresários têm nas suas associações o grande referencial. A Associação dos Confeccionistas de Santa Cruz do Capibaribe (ASCAP) consegue reunir opiniões e organizar metas em torno de seus propósitos para alcançar benefícios coletivos. Segundo os analistas, essas entidades profissionais são importantes para o crescimento da aglomeração.<sup>136</sup> Por sua vez, entidades como SENAI e SEBRAE são líderes na organização institucional do parque de produção, visando implantar ações de aprendizagem para atingir a inovação.

A aglomeração possui uma estrutura de organização associativa que pode ser uma forma mais eficiente e sistemática para a consolidação da atuação das instituições. No entanto, as restrições existem tanto do ponto de vista local, onde ainda são extremamente fracas as

---

<sup>134</sup> Dados de levantamentos da prefeitura confirmam que, aproximadamente, 95% da mão-de-obra dos trabalhadores da cidade está trabalhando. Em geral, esses trabalhadores são alocados de forma direta ou indireta, na atividade da confecção.

<sup>135</sup> Para Humphrey e Schmitz (2000) “a questão da governança surge quando algumas empresas da cadeia trabalham segundo parâmetros estabelecidos por outras (...) a governança se refere às relações entre empresas e mecanismos institucionais através dos quais se consegue a coordenação extra-mercado das atividades dentro de uma cadeia”. Para Humphrey e Schmitz (2000), as categorias da governança podem ser públicas ou privadas e locais ou globais. Há, portanto, nestas categorias um contínuo que vai desde a ausência de governança, quando as relações só ocorrem através dos mercados, até uma situação em que tais relações são determinadas por mecanismos emanados do poder de outras empresas ou de instituições públicas, influenciadas também pela localização desta fonte de poder (In Batschauer e Campos, 2005).

interações entre as empresas (especialmente empresas familiares, micros), como do ponto de vista dos agentes estruturadores de assistência técnica e profissional que têm atuação restrita aos maiores empresários do parque (Entrevista com a Diretora da Escola SENAI, em 12 de agosto de 2005).

As empresas necessitam de suporte institucional no contexto das várias escalas de poder para o equacionamento das dificuldades. As políticas de desenvolvimento na escala nacional nem sempre têm o objetivo de respaldar às iniciativas locais dos pequenos produtores que ainda produzem para garantir a sobrevivência. Do ponto de vista da escala macroeconômica, a ênfase dada as normalizações para o recebimento de tributos acabam dificultando o avanço de soluções importantes ao desempenho dos pequenos e microempresários.<sup>137</sup>

A aglomeração mantém relação de integração e cooperação com outros segmentos econômicos da localidade e de outros pontos do país. Utilizam as condições de externalidades, permitida pela localização do espaço produtivo, através da compra e venda de máquinas, matéria-prima e acessórios. A relação entre os fornecedores, produtores e compradores se enquadra no contexto das externalidades oferecidas pelo ambiente da aglomeração produtiva e sua análise demonstra a forma de organização e funcionamento da cadeia de valor.

#### **4.3 A CADEIA DE VALOR DA CONFECÇÃO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE**

Os diversos segmentos da cadeia de valor da indústria de confecção não estão localizados na aglomeração de Santa Cruz do Capibaribe, como a parte de produção dos insumos naturais (algodão) e produção de matéria-prima (tecidos). A concepção de cadeia de

---

<sup>136</sup> Segundo entende (Batschauer e Campos, 2005), “a interação entre indivíduos ou grupos de empresas que por sua vez contribuíram para o desenvolvimento de instituições são responsáveis por coordenar e sustentar essas relações interempresariais locais”.

<sup>137</sup> Suzigan (2004), a propósito, menciona que “há um amplo reconhecimento de que o espaço para a implementação de políticas para o setor produtivo, desde um ponto de vista nacional, vem sendo crescentemente reduzido (...). Internamente, as políticas de juros vinculados às metas inflacionárias, o regime de câmbio flutuante e a política tributária representam parâmetros do ponto de vista de políticas para o setor produtivo. Entretanto estes parâmetros são adaptados a grupos de interesses políticos e importância econômica que exercem pressão sobre o governo. Além do mais, a concessão de subsídios de qualquer natureza (creditícios ou fiscais) não atinge, na maioria das vezes, os interesses de empresas de menor porte” (Suzigan, 2004, [www.desenvolvimento.gov.br](http://www.desenvolvimento.gov.br)).

valor<sup>138</sup>, pensada por Porter, tem a vantagem de inserir a intensa rede de comercialização que interliga os fornecedores aos produtores<sup>139</sup> de uma aglomeração produtiva. Essa rede movimenta, por exemplo, tanto o *cluster* como o comércio de aviamentos, tecidos e máquinas em torno daquele local.

O funcionamento da cadeia de valor e as possibilidades do mercado condizem com o espaço econômico. Aqui, diferentes segmentos gravitam em torno da produção e, na maior parte das vezes, a cadeia se completa através de uma rede local de empresas de comércio de aviamentos e de serviços prestados para a realização da mercadoria. A especificidade é de se tratar de uma região periférica com condições particulares de atividade econômica, expressas tanto pela precariedade do mercado de matérias primas e de aviamentos, como pelo desenvolvimento de serviços com escassa qualificação para a manutenção das máquinas. O mercado tem se expandido além das fronteiras da região, entretanto, sendo uma região atrasada, as estruturas econômicas ainda são débeis, principalmente no que dizem respeito ao apoio institucional e financeiro para embasamento da industrialização, o que faz com que a cadeia de produção da confecção na localidade se apresente simplificada.

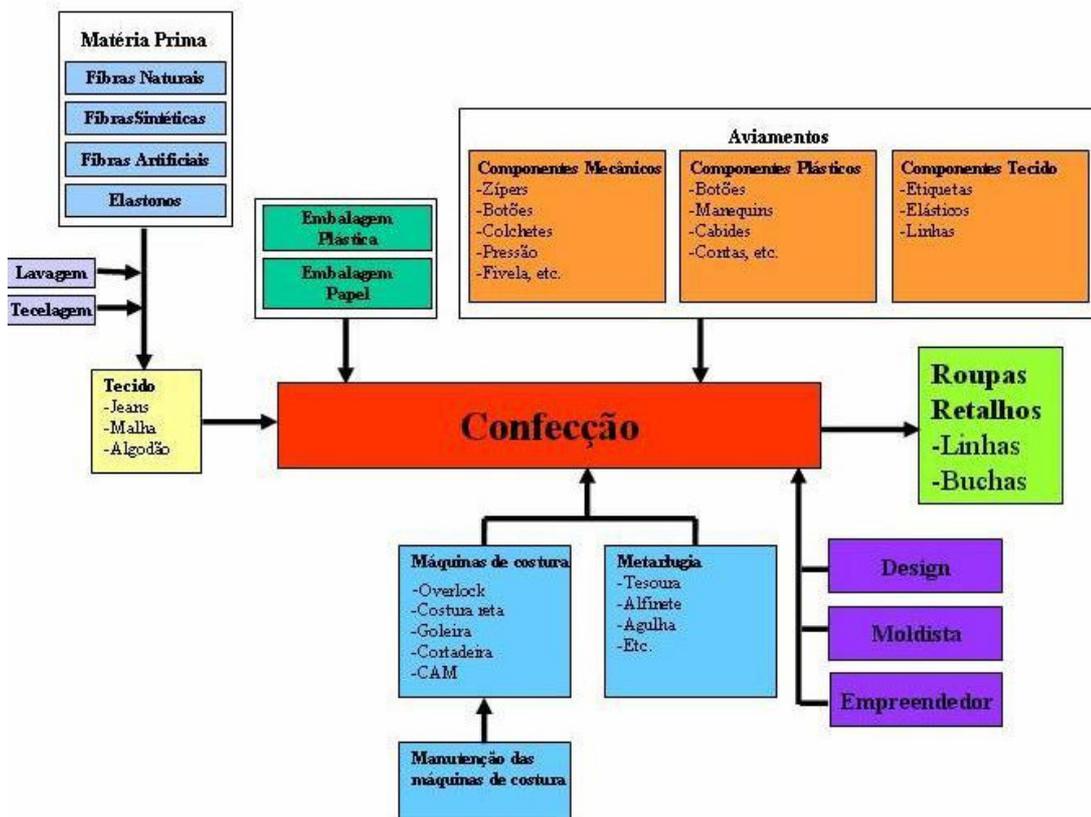
O Fluxograma da cadeia de Produção, exposto abaixo, exemplifica como se verifica o comportamento dos fluxos de serviços, comercialização e produção de uma confecção que, mesmo sendo o reflexo da aglomeração de Santa Cruz do Capibaribe, não é somente encontrado naquela região.

---

<sup>138</sup> De acordo com Porter (1993), uma empresa tem uma série de processos inter-relacionados denominados "Cadeia de Valor". Assim, para se compreender a empresa é necessário entender efetivamente as relações entre os processos que a compõem e também reconhecer que uma empresa deve ser vista dentro do contexto de uma cadeia global de atividades, em que é gerado o valor. A Cadeia de Valor de qualquer empresa, de qualquer setor, é o conjunto de atividades criadoras de valor, desde as fontes de matérias-primas básicas, passando por fornecedores de componentes e até o produto final entregue nas mãos do consumidor. A cadeia de valor está inserida num sistema mais amplo que inclui os fornecedores de insumos, quer sejam matéria-prima, componentes do maquinário ou serviços.

<sup>139</sup> Martins (1998:318) fala de uma cadeia de valor definida desde a origem dos recursos materiais, humanos, financeiros e tecnológicos, que chega ao consumidor final. O objetivo do exame da cadeia de valor é promover condições de competitividade. (1998). Ferraz e Coutinho (1995) ressaltam que tanto a organização da produção

### Fluxograma da cadeia produtiva de confecção



Normalmente, a confecção está interligada ao complexo têxtil (beneficiamento de fibras, tecelagem e lavagem). Este não é o caso de Santa Cruz do Capibaribe, onde a produção da matéria-prima e as tecelagens não se localizam, em grande parte, na região. A cadeia de valor na localidade é pouco diversificada e a confecção se complementa com a comercialização de aviamentos, distribuídos entre: os componentes metálicos (zíper, colchetes, botões), os componentes plásticos, (botões, manequins, etc), os componentes de tecidos (viés, etiquetas, elásticos), a produção de embalagens simples (sacos plásticos e caixas) e mais recentemente a lavagem industrial da matéria-prima do jeans e o acabamento em malhas.

intra-setorial quanto às relações entre fornecedores e produtores nas cadeias produtivas são importantes focos de atenção na análise das tendências da competitividade.

A parte de design é geralmente executada por pessoas que estão distante da aglomeração, e que vêm à cidade somente para elaborar as coleções (Entrevista, 12 de agosto de 2005). A figura do estilista se faz presente na maioria das fábricas através do papel exercido pelos donos ou algum funcionário mais habilitado que desenham os modelos.

Esta é uma cadeia de valor simples baseada num setor de produção tradicional que, geralmente, absorve o uso intensivo do trabalho e agrega menor quantidade de tecnologia. A importância maior da estratégia concorrencial é dada pelo preço. O preço da mão-de-obra de uma região interiorana é sempre vantajoso para o comprador da força-de-trabalho. Por sua vez, o valor do trabalho, agregado ao preço da mercadoria dos pequenos empresários confeccionistas, também é baixo.

Até pouco tempo, em 2003, a produção de confecção de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru era responsável por cerca de 76 mil postos de trabalho (SEBRAE/FADE 2003). Atualmente, dado o crescimento da atividade e a agregação de outros municípios no processo produtivo, a estimativa é de que entre 80 e 100 mil pessoas trabalham naquele espaço produtivo<sup>140</sup> (Entrevista com o prefeito de Santa Cruz do Capibaribe, em 14 de julho de 2005).

Além da existência da atividade da confecção em Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru e Toritama<sup>141</sup>, outros empreendimentos se estendem pelos municípios vizinhos. A aglomeração produtiva tem 90% de suas atividades no setor informal da economia, distribuídas em fábricas, pequenos fabricos, feiras e lojas comerciais. A produção dos principais municípios (Santa Cruz do Capibaribe e Toritama e Caruaru), no ano de 2003, foi de 57 milhões de peças por mês (SEBRAE/FADE).

Em Toritama, pesquisas indicam que cerca de 91,7% da população trabalhadora se encontra na atividade da confecção e, em Santa Cruz do Capibaribe, aproximadamente 70%. O que mostra que este último município apresenta maior diversificação econômica que Toritama.

---

<sup>140</sup> Para se ter idéia, estima-se que, em 2002, o denominado Pólo de Confecção de Fortaleza gerava 50 mil empregos diretos e 200 mil indiretos. Constitui-se de aproximadamente 3.500 empresas, a maioria de pequeno porte (Builders, 2001). Os dados anteriores, de 1991, indicam que este setor era responsável pela arrecadação de 12% de ICMS do Estado do Ceará, portanto com significativa inserção no setor formal da economia, diferente da aglomeração produtiva de Santa Cruz do Capibaribe e da situação nos dias atuais do setor de Fortaleza.

<sup>141</sup> O PIB (Produto Interno Bruto) (em milhões) dos municípios de Caruaru (783), Santa Cruz do Capibaribe (135) e Toritama (38), juntos, é maior do que o de Petrolina (943), cidade que tem despontado pelo seu crescimento agroindustrial (FIBGE/IPEA, 2000). A propósito lembram os autores de relatório sobre a produção da confecção em Pernambuco (SEBRAE/FADE). É interessante, mas é preciso considerar que Caruaru tem uma economia mais diversificada e, portanto, diferente dos demais municípios, elevando o cálculo do PIB.

O número de pontos de produção, entre formais e informais, gira em torno de 12 mil, distribuídos nos três municípios: <sup>142</sup> em Santa Cruz do Capibaribe estão 7.600, Toritama 2.196 e Caruaru 2.380. Dentre os pontos de produção, 46% atuam na confecção de moda feminina e cerca de 36,8%, na masculina (SEBRAE/FADE, 2003). A produção em Santa Cruz do Capibaribe é diversificada em moda íntima (35%), moda jovem (32%) e infanto-juvenil (27%). Em geral, todos os produtores seguem esta especialização, a diferença é que uns trabalham mais com malhas e menos com jeans, que requer um processo de trabalho mais rebuscado no tratamento do tecido. O trabalho com jeans é encontrado em maior proporção em Toritama, uma vez que 82,9% das empresas formais do pátio industrial utilizam jeans como matéria-prima, sendo que geralmente, as informais não trabalham com esse material. Em Santa Cruz do Capibaribe estão apenas 5,5% destas empresas. (Entrevista com o Presidente da ASCAP, em 16 de agosto de 2005).

A relação vantajosa entre as empresas fornecedoras e as firmas aglomeradas não impede a concorrência entre si das primeiras: a concorrência pela distribuição da matéria-prima chega a ser exercida através da isenção do pagamento do frete. O mercado de matéria-prima e aviamento é relativamente significativo. A grande maioria das empresas produtoras obtém a matéria-prima nos armazéns da cidade ou em distribuidoras comerciais da região do Agreste, com maior facilidade em crédito e entrega imediata. Do total das empresas, 89,4% compram na região do entorno, 7,2% direto nas fábricas e 3,4% em distribuidoras de outras regiões do país (SEBRAE/FADE, 2003). As condições de compra das empresas, independente do seu tamanho, representam benefícios de externalidades, previstas em Marshall (1982), decorrente da concentração espacial.

A confecção levou a expansão da comercialização de matérias primas e aviamentos, porém não procedeu de igual forma na diversificação da indústria, pois, mesmo com a expansão do mercado em torno da confecção, para além do espaço local, o crescimento apresentado condiz com as debilidades das estruturas econômicas da região. E não poderia ser diferente, uma vez que, a expansão e diversificação das atividades<sup>143</sup> dependem das condições

---

<sup>142</sup> A feira da SULANCA dispõe de 10.000 bancas em Santa Cruz do Capibaribe, 6.000 em Caruaru e 1.300 em Toritama (SEBRAE, 2003).

<sup>143</sup> Houve época em que existia o reconhecimento de que “uma aglomeração espacial provocaria intensificação das atividades econômica”. Perroux propõe que a política econômica dos países em desenvolvimento deve ser orientada por uma comparação entre suas matrizes de insumo-produto e as dos países desenvolvidos”. Prochnik, contra-argumenta Perroux, dizendo que, a “crítica (de Perroux) esta prescrição, pois, não tem validade porque os elos fortes entre indústrias, revelados pela tabela de insumo-produto dos países mais avançados, não têm conexão necessária com pólos de crescimento” Victor Prochnik (2002). É bem verdadeiro esse fato, revela que se está diante de um enorme crescimento da centralização e concentração de capitais. Prochnik (2002).

de funcionamento institucional da economia de uma região periférica caracterizada por apresentar desequilíbrios regionais em seu desenvolvimento.

Desde a década de 90, com a abertura comercial ao produto estrangeiro e política econômica inadequada ao crescimento industrial, está ocorrendo “desarticulação da cadeia produtiva” (Pochmann, 1997). Tem-se observado uma concentração da produção dos insumos em regiões mais desenvolvidas (*ibidem*). Esta situação de desequilíbrio ainda não foi restaurada na época atual, mesmo para outras regiões. Para se ter uma idéia, pelo menos 70% das empresas de confecção do país compram insumos (aviamentos e acessórios) de firmas de São Paulo a representantes locais, e apenas pequenas quantidades dos insumos adquiridos são produzidas nos locais das confecções, em alguns casos esse número gira em torno de 30% (BNDES/FINEP/FUJB).

O cadastro industrial de Pernambuco registra apenas a existência de três empresas formais nesta categoria, uma de aviamento (botão) e duas de etiquetas, em Caruaru (CADASTRO INDUSTRIAL DE PERNAMBUCO/FIEPE). Na localidade, encontram-se algumas pequenas fábricas de embalagens simples de saco plástico e, somente em época recente, foi instalada uma fábrica de reciclagem de caixa para embalagem e cones de linha, no município de Santa Cruz do Capibaribe, (Entrevista com encarregado de empresa de fornecimento de produtos intermediários para a confecção, em 14 de julho de 2005).

As limitações estruturais da região, relativas às linhas de financiamento, renda, falta de investimentos em infra-estrutura econômica e ausência de planejamento regional, dificultam a expansão de outros elos da cadeia produtiva. Neste caso, pode-se dizer que, embora a proximidade geográfica da aglomeração seja favorável à constituição de atividades-meio, à geração de spillovers<sup>144</sup> e as intensidades de externalidades, dependem de recursos específicos do território<sup>145</sup> (Storper, in Cassiolato e Szapiro 2003).

Na aglomeração produtiva de Santa Cruz do Capibaribe, existem dificuldades de expansão devido aos transtornos advindos da falta de uma política industrial adequada no país<sup>146</sup>, e a permanência de diferenças regionais no tratamento das questões em benefício do desenvolvimento no Brasil. Em decorrência, existe dificuldade para a obtenção de capital de

---

<sup>144</sup> Spillovers, a capacidade de outros negócios surgirem do negócio anterior, que são vantagens da aglomeração, segundo Storper (1997).

<sup>145</sup>... a territorialidade está ligada às interdependências específicas da vida econômica e não pode ser definida meramente como localização da atividade econômica. É muito mais no sentido de que está ligada à dependência da atividade econômica em relação a recursos territorialmente específicos” (Cassiolato e Szapiro, 2003).

<sup>146</sup> Veja-se entre outros os trabalhos de Pochmann, Os efeitos da internacionalização do Capital (2002) e Produtividade do Emprego no Brasil dos Anos 90, artigos publicados in [www.unicamp.eco.br](http://www.unicamp.eco.br)

giro o que se reflete no curto espaço de tempo de reposição dos estoques de matéria-prima: cerca de 34,9% das firmas fazem compras de insumos em períodos semanais, isto é, com o dinheiro do apurado; por sua vez, cerca de 32% repõem o estoque quinzenalmente e, apenas, 25%, mensalmente (SEBRAE/FADE, 2003). Neste contexto, apenas 45% dos empresários utilizam o parcelamento oferecido para a compra de tecidos e aviamentos; os microempresários nem sempre se beneficiam desta vantagem (Entrevista com Pequeno Confeccionista, em 14 de julho de 2005 e com o presidente da ASCAP). Por conseguinte, escassez de capital circulante na aglomeração de Santa Cruz do Capibaribe, leva a que a diversificação da atividade ocorra apenas nos setores de menor impacto na formação de capital<sup>147</sup> para a sua implantação, comércio e serviços.

Nos países desenvolvidos, os distritos industriais apresentam uma integração intersetorial crescente no interior e no exterior do sistema local (Garafoli, 1994:63). Em consequência o mercado se expande fomentado pela produção. A expansão do mercado além do espaço local é uma das características marcantes nas aglomerações produtivas (Becattini, 1994), mas a forma como se processam as diversas articulações e integração das atividades é própria das condições da região.

Na aglomeração, a integração comercial entre os diversos tipos de empresas e os compradores da mercadoria é realizada principalmente nas feiras das cidades ou nas lojas do pátio das feiras. O destino ao consumidor final (população de baixa renda) é feito através da intermediação das sacoleiras. Das mercadorias compradas nas feiras de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, pelas sacoleiras, 5,3% seguem para o Agreste pernambucano, ou seja, se destinam ao mercado interno da própria região. Para outras cidades de Pernambuco vão 31,2% dos produtos vendidos nas feiras, 12,5% são levados para a Bahia, 1% para a região Norte, e outros municípios do Nordeste ficam com 39,5% (Dados SEBRAE/FADE, 2003). É comum encontrar produtos de Santa Cruz do Capibaribe, em lojas elegantes da região, com etiquetas que designam a marca própria do magazine em áreas nobre da cidade. Em última instância, entretanto, o destino do produto de Santa Cruz do Capibaribe é o mercado das classes menos favorecidas.

O comércio da aglomeração produtiva não se realiza apenas nas feiras. Embora tudo indique que, na maioria das vezes, é o próprio dono quem leva à feira sua mercadoria.

---

<sup>147</sup> A forma social moderna definida pelo valor, pela troca, busca na produção os bens (valores de uso) que, convertidos em valores, permitem estabelecer as condições necessárias para a formação do capital (Cotrim, 2006)

Segundo pesquisa, 89% das vendas são feitas pelos próprios proprietários, os revendedores representam 20% das alternativas de vendas e 6,1% são realizadas em cadeia de lojas, conforme tabela 2, abaixo.

**Tabela 2: Diversas Alternativas de Vendas no Mercado da Aglomeração Produtiva**

Alternativa de vendas	Municípios						Total		
	Caruaru		Toritama		Santa Cruz do Capibaribe		Total		
	Formal	Informal	Formal	Informal	Formal	Informal	Formal	Informal	Total
Pelos proprietários	75,0	94,2	74,2	90,4	84,0	95,4	78,9	93,9	89,3
Revendedores	37,0	16,2	38,7	16,8	25,5	14,6	32,1	15,6	20,6
Consignação	26,0	14,3	19,4	12,8	15,1	14,2	20,3	13,9	15,9
Revendedor autônomo	22,0	11,7	32,3	16,8	12,3	9,6	19,0	11,9	14,0
Representantes	16,0	0,6	9,7	1,6	7,5	2,3	11,4	1,7	4,6
Cadeia de lojas	10,0	0,6	19,4	0,8	17,0	4,2	14,3	2,4	6,1
Lojas isoladas	19,5	7,1	25,8	7,2	19,8	8,1	20,3	7,6	11,5
Outro	5,0	0,0	0,0	1,6	0,0	0,3	2,1	0,6	1,0

Fonte: Tabela elaborada pelo SEBRAE/FADE-2003. Obs. Os dados indicam que foi considerada mais de uma opção nas alternativas.

Através da venda das sacoleiras, a mercadoria tem chegado a lugares mais distantes no Brasil e no Exterior, como cidades do Centro-Sul do país e até em Cuba (Técnico do SEBRAE, Entrevista em 11 de novembro de 2004). A busca por mercados novos é uma constante e os contatos com outros estados da Federação sempre estiveram na agenda das lideranças dos empresários (Entrevista com Assessor do SENAI, em 16 de agosto de 2005). Algumas firmas têm mais agilidade na integração aos novos mercados. Este é o caso da maior empresa do pátio de confecção, especialista em moda-praia, que distribui sua mercadoria diretamente para várias partes do país, incluindo-se vários Estados do Nordeste, São Paulo e até alguns Estados da região Norte.

A produção da localidade apresenta uma dinâmica de crescimento que ultrapassa a demanda local. O escoamento da produção é feito de todas as maneiras possíveis e através de vários meios de transporte, que vão desde o uso de avião, Jeep Toyota, jumento, caminhão ou transporte regular de linhas para as cidades das feiras. A foto abaixo mostra o jumento usado largamente como opção de transporte para as empresas familiares.



**Foto 12: Opção de transporte de mercadorias - Santa Cruz do Capibaribe, 2005 (foto da autora).**

O uso de transporte de marcha de força, próprio para as dificuldades de terreno da região, é comum entre as maiores fábricas, que possuem sua própria frota, e para o pequeno empresário. Ambos utilizam o Jeep Toyota,<sup>148</sup> com prolongamento de chassi, que serve para passageiros e transporte de carga de mercadoria, adaptado às estradas vicinais de barro batido. O transporte percorre semanalmente a região com a matéria-prima para a distribuição nos estabelecimentos (principalmente, fabricos e facções) incluídos no espaço da aglomeração e com a mercadoria para ser comercializada nas feiras e em outros pontos de venda.

A cadeia de valor não estaria completa se não fossem ressaltados os tipos de mercadorias elaboradas nesta aglomeração da confecção, que entre outros inclui roupas, retalhos e buchas. As buchas são produzidas através do desmanche dos retalhos e aproveitamento dos fios, em processo manual. Servem para limpeza de peças em oficinas de carro e outros destinos, entre eles o uso na manutenção das máquinas de costura. A atividade é tão intensa que a fabricação de buchas é realizada ao ar livre, nas calçadas onde se encontram também armazenadas (Foto da fabricação de buchas, abaixo).

---

<sup>148</sup> . A Toyota é alongada, segundo a compreensão de um técnico da prefeitura da seguinte forma: Corta-se o chassi da Toyota no meio, prolonga-se o mesmo e esta se torna um meio de transporte para carga e passageiros, com capacidade de quase 2.000 quilos. É resistente para as estradas difíceis. É, também, econômica, pois usa óleo diesel como combustível (Entrevista com Técnico da Prefeitura, em 23 de agosto de 2005). O alongamento do chassi é feito em João Alfredo (município próximo) e em Brejo da Madre de Deus, município da aglomeração produtiva de Santa Cruz do Capibaribe.



**Foto 13: Processo de fabricação de buchas em rua de Santa Cruz do Capibaribe em 2005 (foto da autora)**

Na cidade, as calçadas e as ruas são usadas para atividades conjunta de produzir, vender e lazer. A cidade parece ter ainda aquela função que as cidades pequenas tem e que ao contrário das grandes não estão “cheias de desconhecidos” (Jacobs, 2003). É fácil encontrar nas calçadas a atividade de cortar, de costurar na mão ou à máquina. É na rua que se encontram os especialistas em costura e se aprende a costurar ou discute sobre os novos modelos. Esta facilidade de comunicação no espaço de produção também é uma característica dos *clusters* ou das aglomerações produtivas no capitalismo contemporâneo. Para ilustrar a especificidade da urbanização vivenciada na localidade, a foto abaixo mostra várias atividades processadas na rua da feira, entre elas a elaboração de costura manual e a exposição de brincadeiras infantis com bonecos de perna-de-pau.



**Foto 14: Atividades diversas na Feira da Sulanca de Santa Cruz do Capibaribe, em 2005 (arquivo de Guaraci Baldi).**

A manutenção das máquinas exige intenso trabalho especializado de mecânicos, mas nas unidades familiares é o dono que se encarrega deste trabalho. A necessidade contínua do serviço de mecânico na aglomeração produtiva se deve ao prolongamento do uso das máquinas. Segundo as condições do mercado de tecnologia, as máquinas devem durar uma média de dez anos em funcionamento, embora apareçam sempre novas opções oferecendo maior produtividade. No entanto, na aglomeração existem casos de uso por vinte anos (Entrevista com Assessor do SENAI, em 06 de outubro de 2005).

As máquinas mais avançadas permitem uma produção maior e de melhor qualidade do produto. Porém, antes de mudar para uma máquina mais moderna os empresários optam por tecnologias intermediárias “para esgotar o potencial de produção da máquina convencional primeiro” (Entrevista em com assessor do SENAI, em 06 de outubro de 2005). Assim, as máquinas de costura podem ter vida útil aumentada, através de upgrades de peças isoladas e a venda é realizada no parque industrial da aglomeração. Neste mercado, são encontradas máquinas de todo tipo, novas e usadas. Por exemplo, a tecnologia no ramo de bordados usa intenso sistema computadorizado, mas os cabeçotes com menor tempo de uso são encontrados para a venda nas cidades da aglomeração (Entrevista com Assessor do SENAI, em 06 de outubro de 2005) (Quadro 8, apêndice A).

O número de empresas modernas não é significativo no parque industrial da aglomeração produtiva. Em sua grande maioria, as empresas não possuem capital de giro ou possuem pouco capital, uma vez que o parque é constituído por micro e pequenas unidades de produção, que utilizam grande quantidade de mão-de-obra. Algumas das empresas maiores trabalham com máquinas de última geração, as empresas intermediárias utilizam maior número de máquinas mecânicas para corte e uso de máquina eletrônica para o risco, mas, a grande maioria da aglomeração produtiva utiliza máquina de costura mecânica convencional (Entrevista com Assessor do SENAI, em 6 de outubro de 2005) (Quadro 8, apêndice A).

Em 2003, estima-se que 73,4 mil máquinas (de corte e costura) funcionavam naquela aglomeração produtiva, sendo 59% em Santa Cruz do Capibaribe (SEBRAE/FADE, 2003). O parque de produção de Santa Cruz do Capibaribe é maior e por esse motivo absorve maior número de máquinas. Entretanto, em relação ao número de máquinas por unidade produtiva, Toritama tem maior poder de concentração, congregando 5,82% de máquinas por unidade produtiva informal e 18,4% de máquinas por cada empresa formal.

Nos principais municípios da aglomeração, o faturamento médio mensal da atividade de confecção foi avaliado em R\$ 144 milhões de reais, em 2003, sabendo-se que Santa Cruz do Capibaribe detém cerca de 47,6% deste montante (SEBRAE/FADE, 2003).

Até agora a economia da aglomeração produtiva acompanha as oscilações do capitalismo no país. Vale dizer, entretanto, que ela tem crescido mais no momento em que diminui a renda da sociedade e as possibilidades para consumo de produto mais elaborado decrescem. O capital dos micros, pequenos e médios empresários está nas mãos de pessoas da localidade. O capital internacional e o grande capital do país não demonstraram interesse em entrar na competição daquela aglomeração, provavelmente porque o retorno do investimento não é alto e o processo de acumulação é vagaroso.

Alguns empresários chineses, entretanto, que atuam na faixa de produção de grandes quantidades de mercadoria e retorno rápido de capital, tentaram expandir as suas atividades naquela aglomeração. O empenho deles, porém, não foi bem sucedido porque a produção da moda, por mais popular que seja, requer mudanças no *design*, tornando-a diferente dos que produzem essencialmente por quantidade. A cadeia de valor da confecção determina suas estratégias competitivas segundo a dinâmica do mercado da moda, que exige flexibilidade das empresas devido ao curto ciclo de vida dos produtos (Entrevista com o Presidente da ASCAP, realizada em 16 de agosto de 2005). Por conseguinte, o que distingue a maioria das empresas é a flexibilidade em mudar o *design* da confecção, mesmo atuando com um baixo nível de tecnologia.

#### 4.4 O PROCESSO DE TRABALHO NA AGLOMERAÇÃO PRODUTIVA DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE

O processo de trabalho é realizado em inúmeras unidades produtivas, com baixas condições de tecnologia e qualificação, e em um número pequeno de unidades, com base em tecnologia condizente ao moderno padrão do parque industrial de confecção no país. No conjunto, a produção se estende entre municípios geograficamente muito próximos da microrregião do Alto do Capibaribe e do Vale do Ipojuca<sup>149</sup>, onde ocorre intensa divisão do trabalho entre autônomos, micros<sup>150</sup> e pequenas empresas especializadas, chegando a extrapolar as fronteiras do Estado e atingindo o município de Alcantil<sup>151</sup>, na Paraíba. O pátio de trabalho está constituído de empresas que possuem em média 18 empregados, quando no setor formal e, aproximadamente, 6 empregados, no setor informal (SEBRAE/FADE, 2003). Cada máquina representa um posto de trabalho, por isso as empresas formais, que são maiores, absorvem maiores quantidades de máquinas e número de trabalhadores.

Nas lavanderias industriais de Toritama a relação é diferente: as 50 lavanderias do município abrigam entre 15 e 20 postos por unidade, pois nas atividades de lavagem, tingimento e descoloração, onde se tem uso intensivo de tecnologia, são poucos os trabalhadores alocados. A grande maioria dos empregados encontra-se em de trabalhos manuais, passando ferro nas roupas.

As firmas com uso intensivo de tecnologia são em número reduzido e não representam mais do que 5% do parque fabril. O uso intensivo de máquinas eletrônicas do moderno parque brasileiro não é a realidade encontrada aqui (Quadro 7, apêndice 1) A tecnologia CAM (Compute Aid Manufacture), constituída por uma mesa de corte automático sem auxílio manual, a máquina de Infesto com controle digital, a máquina eletrônica de costura automática e a refiladeira eletrônica,<sup>152</sup> não se encontram no pátio de produção de Santa Cruz do Capibaribe e entorno (Quadro 8, apêndice A) (Entrevista com Assessor do SENAI, em 06 de outubro de 2005).

---

<sup>149</sup> Ultimamente têm sido agregada à aglomeração de Santa Cruz do Capibaribe e entorno os produtores de confecção de Belo Jardim, através da participação conjunta em feiras e visitas às fábricas no Centro-sul do país, por meio de promoção da ASCAP (Associação dos Confeccionistas de Santa Cruz do Capibaribe).

<sup>150</sup> SENAI, SEBRAE e Receita Federal classificam as empresas quanto ao tamanho pelo número de empregados. Microempresas são as que têm até 49 empregadas, pequenas entre 50 e 99 e médias de 100 até 499 empregados (Entrevista com Cristina Barbosa, SENAI/ Escola de Santa Cruz do Capibaribe).

<sup>151</sup> Alcantil fica a 20 km do município de Santa Cruz do Capibaribe.

<sup>152</sup> A guilhotina refiladeira é uma máquina projetada para corte. A partir do momento que termina o corte um jato de ar expulsa os detritos do tecido. Esta máquina é muito usada nas grandes indústrias.

No pátio das fábricas da aglomeração, pode-se encontrar, porém, moderna central de costura automatizada, formada por componentes eletrônicos e pneumáticos, que dispensam o trabalho de três pessoas e de quatro máquinas<sup>153</sup> da geração anterior. Nela incide alto grau de tecnologia e é mais automatizada do que a máquina de costura eletrônica (Quadro 7 e 8, apêndice 1), que integra o moderno pátio brasileiro de acordo com os dados de 2000. Existem apenas quatro destas máquinas no pátio da aglomeração de Santa Cruzes do Capibaribe, representando, aproximadamente, 0,05% do total das máquinas.

Na maior fábrica do parque o processo de trabalho começa com a separação entre trabalho intelectual e manual, já que o design da confecção é criado antes (coleção de época). O trabalho de criação é dividido entre o pessoal que fica em Santa Cruz do Capibaribe e o que está fora, assessorando na concepção. Do Departamento de Criação, o design vai ser transcrito no molde digitalizado em vários tamanhos. O risco é feito por programa de computador CAD (Computer Aid Design), que automaticamente indica os encaixes das várias peças, o aproveitamento do tecido, o consumo de tecido por peça, o peso de tecidos por peça e outras informações, se necessárias. O aproveitamento do tecido fica entre 87% e 90%. Depois entra em ação outra máquina, a enfestadeira<sup>154</sup> mecânica, para em seguida chegar à cortadeira mecânica que finaliza esta etapa, antes da montagem, com o corte de 2 mil peças por dia.

A produção é feita por um número mínimo de trabalhadores, geralmente é necessário apenas um trabalhador que, ao mesmo tempo, ajusta as funções da máquina através do computador, e opera a plotter (impressora do risco). Um outro, ou o mesmo, separa e seleciona as partes dos moldes e é necessário mais um operário para operar a máquina de corte (abaixo máquina de corte manual da maior empresa do parque industrial).

Além da montagem, onde se agrega a maior parte dos trabalhadores da confecção, a fábrica comporta o setor de acabamento com bordado, que mantém um trabalhador para acompanhar o funcionamento automático<sup>155</sup> e computadorizado do sistema. A partir do risco em disquete, o bordado é executado através de 15 cabeçotes de máquina eletrônica, realizando

---

<sup>153</sup> Esta máquina agrega funções de outras 4 máquinas, como: Interlock, máquina automatizada de duas agulhas, máquina de braço, máquina de traveti. Funciona apenas com um trabalhador, dispensando o trabalho do operador da interlock, do encarregado de rebater lateral, do encarregado de fechar as laterais de shorts e calças e outra de pregar bolso.

<sup>154</sup> O nome e a grafia das máquinas foram fornecidos pelas empresas e Escola do Senai de Santa Cruz do Capibaribe, em Entrevistas e visitas. A enfestadeira tem a função de enfiar o tecido.

<sup>155</sup> Tauile, um estudioso em Administração, reconhece que muitas das tarefas dos operadores das novas máquinas, que associam automação e computação, são simplificadas e que algumas qualificações destes são incorporadas às máquinas, ocasionando uma relação homem/máquina qualitativamente diferente. Com isso, "o seu operador usa muito menos habilidades manuais, coordenação motora e experiência, mas necessita de maior

800 a 850 pontos por minuto em trabalho contínuo de três turnos<sup>156</sup>. Esta fábrica tem 120 trabalhadores e a maioria deles no setor de montagem, operando máquina de costura reta. A outra parte da mão-de-obra está empregada no controle de qualidade ou nos departamentos administrativos e intermediários, como o de expedição ou almoxarifado. A produção diária da fábrica é de 3,6 mil peças. O maior número de peças confeccionadas em relação às cortadas diariamente se deve ao fato de que a empresa recebe produção terceirizada através de facções.



**Foto 15: Processo de produção da fábrica Rota do Mar em 2005 (arquivo de Guaraci Baldi).**

A fábrica observa os modernos métodos da divisão de trabalho, sob a denominação de células. Mesmo ocorrendo modificações na organização dos processos de trabalho, onde são aplicadas células de produção, “as tradicionais formas tayloristas/fordistas (estudo de tempos e movimentos, padronização de processos, linhas de montagem, entre outras)” estão incorporadas ao trabalho (Melo e Silva et al., 2005). A mudança dos novos métodos é que o tempo é calculado previamente, estipulando-se a média de produção de cada peça e o uso do cronômetro é geralmente dispensado. A avaliação do grupo ou da célula é feita através de variáveis como eficiência do trabalhador e eficácia da gestão, onde estão embutidas metas e tempos diários que são controlados várias vezes por turno de trabalho. Mesmo existindo

---

capacidade de abstração para, através da percepção sistêmica do processo de produção, poder controlá-lo a distância<sup>155</sup>, (p.801).

<sup>156</sup> Existem outras empresas, às vezes micro e pequenas, cujo processo de produção se restringe apenas à elaboração de bordados, com uso de computador e máquina eletrônica de um cabeçote. O preço desta máquina é em torno de 15 mil reais (Quadro 8, anexo 1).

chefias de seções responsáveis pela produtividade do grupo, a avaliação é conjunta com a participação de todos os trabalhadores. Esta é uma forma de inovação na gestão das firmas mais modernas, mas reconhecidamente é uma nova forma de cooperação.

O processo de trabalho está baseado em novos métodos de flexibilidade que absorvem os ensinamentos de Taylor (1982). A produção é dividida por setores e algumas células, segundo a nova linguagem dos métodos de racionalização do trabalho. Nos setores, a média de produção esperada é cobrada frontalmente, através de um cronômetro e do olhar atento de uma gerente de produção responsável pela produtividade da fábrica. Quando um trabalhador não atinge a meta esperada é investigado, repetindo a falha da falta de cumprimento da meta é dispensado. A rotatividade de mão-de-obra nesta indústria é alta, especialmente no setor de acabamento, onde o trabalhador desqualificado fica encarregado de cortar os fios deixados pelo setor de montagem da peça (Entrevista com chefe de pessoal de empresa de moda íntima, em 07 de julho de 2005).

No ramo de lingerie, por exemplo, são encontrados grandes números de trabalhadores sem qualificação, tendo em vista que o corte e fechamento das peças não exigem máquinas sofisticadas. O acabamento, que é a fase fundamental nesta produção, faz uso intensivo de trabalho manual (BNDES/FINEP/FUJB, 2000). Na aglomeração de Santa Cruz do Capibaribe, as máquinas para acabamento de costura são pouco utilizadas, é comum o serviço ser realizado de forma artesanal com utilização de vela para dissolver os fios excessivos. O trabalhador realiza este serviço com postura extremamente desconfortável (foto de acabamento em lingerie abaixo).

A relação de trabalho na grande maioria das firmas é de base familiar. Nas empresas trabalham pai, mãe, filhos, embora a mão-de-obra de terceiros seja requisitada (Entrevista SENAI /Escola de Santa Cruz do Capibaribe, em 12 de agosto de 2005). Estas empresas confeccionam para comercialização nas feiras, algumas delas terceirizam a produção e, outras, são facções de empresas maiores.



**Foto 16: Processo de acabamento de artefatos em lingerie (foto da autora, 2005)**

As máquinas utilizadas neste processo de trabalho são: costura reta, overlock, caseadeira, traveti, máquina de cortar manual, de enfestar (em cinco panos) e outras, mecânicas (Quadro 8, apêndice 1), embora já existam entre as pequenas também as máquinas de costura eletrônica. Esta máquina impõe direcionamento de corte de linha, tem a capacidade de parar automaticamente ou dar seguimento à costura da peça. Em média, uma microconfecção com cinco costureiras e máquinas, como é o caso da grande maioria das empresas, tem uma produção semanal de 4.100 a 4.200 peças. A disposição das máquinas no processo de trabalho é aleatória, não se enquadrando em nenhuma forma mais elaborada de organização do trabalho. O processo de trabalho começa pelo risco e pelo corte que são elaborados geralmente pelos donos do empreendimento. Qualquer lugar serve de apoio para a máquina manual de corte, para a enfestadeira ou para colocar as máquinas de costura reta de montagem da confecção. O aumento da produção ocorre, geralmente, pela extensão da jornada de trabalho ou pelo uso de mais uma máquina no processo de trabalho.

O processo de produção alcança maior eficiência no conjunto, pois esta é a forma como se pode medir a produtividade média<sup>157</sup> do espaço produtivo aqui pesquisado. Assim, o

---

<sup>157</sup> Segundo Pochmann, a produtividade total (produto/ocupação total) depende do desempenho da economia e do regime de produção. Em certo sentido, o comportamento extremamente distinto da produtividade é influenciado pelo movimento de desestruturação do mercado de trabalho. Isto é, a tendência de forte elevação do desemprego aberto, do desassalariamento (redução do emprego assalariado no total da ocupação) e da geração de

que se aprende na prática da fábrica de médio porte é levado para os fabricos dos pequenos empresários e induz ao aumento de produtividade. Portanto, o ambiente comum ao agrupamento espacial promove externalidades que beneficiam as firmas do mesmo espaço geográfico.

A localização num mesmo espaço geográfico possibilita vínculos consistentes de articulação<sup>158</sup> para a interação entre várias firmas.<sup>159</sup> O uso de maquinário de uma empresa por outra, desde que uma delas esteja ociosa na ocasião, existe e é realizado em termos de cooperação. Por sua vez, a possibilidade de articulação entre as empresas gera a divisão do trabalho, a cooperação e, no caso da confecção, dá origem às facções. Como já foi dito, facções são empresas que trabalham de forma terceirizada, fazendo apenas etapas do processo de trabalho das empresas-mãe. As facções são a continuação fora da empresa, de um processo de produção controlado pela fábrica maior. Estão constituídas por pequenos produtores de confecção, na maioria das vezes pertencentes à unidade familiar, que estão no setor informal em, aproximadamente, 99% dos casos. Mantêm relação de integração com a fábrica maior e os donos são reconhecidos como colaboradores pela matriz. Representam, aproximadamente, 27% do total de empresas do pátio de confecção (Entrevista com o Diretor do Departamento de Produção da Fábrica Rota do Mar, em 23 de agosto de 2005).

Portanto, na aglomeração produtiva de Santa Cruz do Capibaribe encontra-se presente a relação de desigualdade e não apenas em relação ao capital e ao trabalho. Existe desigualdade na relação empresa para empresa. A mais valia obtida é extraída na relação entre a pequena empresa e os seus trabalhadores. Numa estratégia para diminuir os custos da empresa maior são transferidos os gastos para a pequena, que passa a arcar com a disponibilidade de estoques, instalações (energia elétrica, água, telefone), gastos com obrigações sociais dos empregados, caso seja este o regime de trabalho formalizado pelas empresas facionadas (Entrevista com o Diretor do Depto. de Produção da Fábrica Rota do Mar, em 23/08/2005). O custo da produção é barateado, tendo em vista a utilização de uma

---

postos de trabalho precários termina repercutindo sobre o comportamento da produtividade do trabalho (total e parcial) num contexto de baixo crescimento econômico. Por conta disso, diz o autor, nos anos 90 a produtividade do trabalho apresentou desempenho medíocre, com variação média anual de apenas 0,7% (Pochmann, S/D [www.eco.unicamp.br](http://www.eco.unicamp.br)). Mas, é a eficiência produtiva dos trabalhos precários que estamos considerando como alta.

<sup>158</sup> A articulação é feita através da comunicação, que já era sublinhada por Marshall, aliando-as as vantagens das externalidades. A tendência dos mercados, escolhas e especializações de atuação das empresas do setor formal ou informal se realizam através desta integração. Nas feiras, discutem-se as últimas tendências da moda ou nas reuniões da ASCAP. Em reuniões concorridas, na Escola SENAI, pode-se discutir, por exemplo, as últimas investidas do governo para cobrar o imposto daquela atividade. A influência do ambiente de produção e venda é capaz de produzir externalidades favoráveis à análise de mercado ou à organização contra os do exterior.

mão-de-obra de baixo valor constituída por trabalhadores da periferia das cidades do interior ou mesmo da zona rural.

A condição de proximidade do espaço produtivo permite a divisão do trabalho, intensifica a eficiência e gera redução dos custos, constituindo-se como exemplos de externalidades propostas por Marshall (1982). A vantagem de estar perto e de existir um contexto de relação face a face, advinda pela questão de participarem de um território de uma mesma região, faz com que os contratos valham mais pela confiança entre as pessoas, como salienta Storper.<sup>160</sup>

Esta é uma característica que chega a dar alento à informalidade do ambiente da aglomeração produtiva, influenciando, inclusive, na compra e venda da mercadoria trabalho, embora, em cada região a relação face a face assumam especificidades próprias. Em alguns casos, ocorre um processo de formalização mesmo no contexto do trabalho informalizado. Por exemplo, a maior empresa do pátio de produção tem seu processo de trabalho integrado por 12 facções<sup>161</sup>. As facções desta empresa se localizam em municípios menores, geralmente na zona rural a uma pequena distância do município sede da matriz. As pequenas produtoras da indústria-mãe tornam-se prestadoras de serviço, através de contrato formalizado, estando controladas pela matriz, inclusive através de auditoria.

Nesta relação, geralmente a facção está no setor informal da economia, no que diz respeito aos contratos trabalhistas e, por outro lado, promulgam contratos formais de comodato para o uso de máquinas da empresa-mãe até cessar o acordo entre as partes. O controle de qualidade é feito pela fábrica-mãe que inspeciona diversos itens do processo, como tamanhos errados (medidas), costura reta, composição dos tecidos na etiqueta, tudo acordado formalmente. Mesmo assim, nem sempre os acordos são cumpridos no controle de qualidade, pois a padronização de medidas é a grande fenda da produção das pequenas e microunidades de Santa Cruz do Capibaribe. A história da produção é cheia de episódios como este, onde a transferência da produção industrial para o Interior é simplesmente uma questão de adequar a competência da mão-de-obra de acordo com as exigências de qualidade da produção, como pressupõe o próprio Marshall (1982).

---

<sup>159</sup> A propósito, veja-se o trabalho de Suzigan et al. (2003), citado por Fernandes e Lima (2004).

<sup>160</sup> Storper demonstra muito entusiasmo com a relação face a face para a estabilidade dos *Clusters* (1977).

<sup>161</sup> As facções estão assim distribuídas no território na proximidade da firma matriz: 2 (duas) em Santa Cruz do Capibaribe; 1 (uma) em Alcantil (PB), localizada na zona rural (município de 5.317 habitantes, 1.671 população urbana); 1 (uma) em Santa Maria do Cambucá, na zona rural; 1 (uma) em Caruaru; 2 (duas) em Brejo da Madre de Deus; 1 (uma) em Cupira (22.564 habitantes) e as outras no entorno do prédio.

Observa-se aqui certa autonomia nos vários processos de produção e comercialização entre micro, pequenas e médias empresas. Lembra Storper que a autonomia é reconhecidamente uma característica das aglomerações produtivas, tornando-se importante para a sobrevivência da produção (Storper 1997).

A condição de consenso entre as empresas da aglomeração não pode ser rompida. A regra de consenso social nos distritos industriais comprova que onde o contexto territorial é fundamental para a realização do valor, parece ser comum “a ausência de conflito interno, pois, permite o uso adequado de uma estrutura social de recompensa e promoção de uma considerável flexibilidade do mercado de trabalho (com forte difusão em tempo parcial e em domicílio)” (Garofoli, 1994). Embora prevaleça o consenso social por interesses comuns entre os diversos micros, pequenos e médios empresários, existem diferenças enormes nas relações de trabalho dos distritos industriais italianos, expostas acima e na aglomeração de Santa Cruz do Capibaribe.

Nesta aglomeração são reproduzidas versões mais parecidas com as do início do capitalismo, isto é, uma intensa divisão do trabalho realizado em domicílios, calçadas, garagens e em outros lugares onde se possa organizar o processo de trabalho da confecção. A jornada de trabalho costuma durar o tempo que for necessário para a realização da tarefa contratada à família ou enquanto houver tecido para costurar. As tensões são diminuídas pelo lucro para a sobrevivência e pela perspectiva de que cada um tem de se tornar um novo empresário bem estruturado e formalizado.<sup>162</sup>

Neste pátio de produção, o empresário mais avançado encontrou outros pontos de equilíbrio para manter o consenso social e, ao mesmo tempo, aumentar a produtividade do trabalho. Através do serviço de relações humanas promovem a integração dos membros da fábrica, compreendendo que o lazer dá idéia de bem-estar e dissolvendo qualquer contexto de conflito. Na relação capital-trabalho desaparecem os conflitos, são todos parceiros e co-gerentes<sup>163</sup> da empresa.<sup>164</sup> As novas formas de organização do trabalho induzem o aumento da

---

<sup>162</sup> Existe a ideologia de louvação ao pequeno produtor: “Muitos dos pequenos empresários são antigos empregados que trabalharam duro durante 3 anos até comprar sua primeira máquina e assim se tornaram donos do seu negócio” (Entrevista com o presidente da ASCAP, 16 de agosto de 2005).

<sup>163</sup> Segundo Gonçalves (1997), os novos modelos de gerência depois de Taylor e Ford não estando mais orientados para o controle foram substituídos por uma abordagem que conduz ao envolvimento do trabalhador, que deve ser intrinsecamente motivado, com capacidade de autogestão, autocontrole e de oferecer idéias importantes de como executar o trabalho.

<sup>164</sup> Nesta fábrica pode-se destinar ônibus para lazer de fim de semana ou usufruir recompensa salarial pela produtividade do empregado padrão do mês. São tantas as formas de dirimir conflitos nestas empresas e a mais nova é promover possibilidade de competir com fábricas de outras localidades (Entrevista em 23 de agosto de 2005).

produtividade e da competição entre outros mercados, estimulando as condições para a inovação.

#### **4.5 A INOVAÇÃO EM SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE**

A produção em Santa Cruz do Capibaribe tem no preço o maior fator de competitividade. Esse fato não invalida a argumentação que defende a existência na localidade de uma configuração singular de inovação. A inovação encontrada naquele espaço, porém, é de baixo valor tecnológico; algumas vezes diz respeito à implementação de novos métodos de trabalho e outras a reorganização das disposições de máquinas. A maior expressão das inovações encontradas em Santa Cruz do Capibaribe, entretanto, são aquelas que estão baseadas na capacidade de criação da sociedade.

Como se sabe, os avanços tecnológicos estão centralizados nos países desenvolvidos. A reestruturação processada no Brasil com a abertura comercial, no início da década de 90, atingiu toda a cadeia produtiva da confecção, inclusive em relação à produção de máquinas e outros implementos tecnológicos (Braga Jr, 1999). Desta forma, os avanços tecnológicos do parque de confecção no país dizem respeito mais ao uso do que à criação de máquinas e equipamentos.

Em Santa Cruz do Capibaribe os elementos da experiência cotidiana fazem parte das inovações. Para a compreensão do assunto numa região deprimida, fomos buscar argumentação nos próprios estudos de Schumpeter, onde existem passagens indicando que a inovação extrapola os limites da tecnologia e se refere a processos que induzem às mudanças “de condições de valorização dos capitais” (Galvão, 2003:39). Nas leituras atuais, existem reflexões mostrando que, nas mudanças ocorridas no capitalismo, os elementos materiais e imateriais são considerados relevantes como forma de valorizar o capital (Negri, 2005). Nesse sentido, para Schumpeter o elemento inovador surge como função importante dos empresários através da sua integração à prática do mercado voltada, em última instância, para a concorrência. A invenção (tecnológica) não pode se tornar uma mercadoria, não pode ser colocada no mercado (Galvão, 1998).

Na prática da comercialização em Santa Cruz do Capibaribe, observa-se inúmeros episódios de invenções e inovações simples e espontâneas, de reduzidos custos de investimento que propiciam baixos retornos. Modificações do layout das barracas das feiras, uso de luz fluorescente para melhorar a comercialização à noite e adaptação de armário

térmico em bicicletas para a venda de lanches e almoços aos feirantes e sacoleiras são exemplos dessas inovações. Em conseqüência, asseguram vantagens competitivas com a melhor disposição das barracas, com a criação de novos mercados de serviços e diminuição dos custos das despesas dos feirantes. Por conseguinte, observa-se melhoria no desempenho interno da aglomeração frente à competição externa, considerando as condições de produção que lhe são específicas. Na verdade, o que está em questão são as possibilidades de gerar competitividade em relação a outros mercados. O *cluster* sempre mantém como base a competição externa e a manutenção da integração entre os empresários no espaço produtivo (Marshall, 1982; 1; Becattini, 1994; Scott e outros).

Em todos os espaços da cidade são encontradas dinâmicas econômicas que visam à permanência do empresário no mercado competidor para garantir a sobrevivência. O fato de um pequeno empresário se esquivar de contribuir para o fisco, pode se tornar um meio de evitar o aumento de despesas e, ao mesmo tempo, se manter no mercado. Considerando-se que qualquer acréscimo nos gastos desses microempresários pode inviabilizar o negócio, cuja margem de lucro é pequena.

A experiência do cotidiano, na aglomeração de Santa Cruz do Capibaribe, é pródiga em soluções simples para manter a competitividade. O aproveitamento dos restos de tecidos <sup>165</sup> muitas vezes, se torna uma fonte de sobrevivência, garante uma relação de cooperação e alimenta a competição com outros mercados. Assim, o emprego dos restos de tecidos garante a confecção de novos artigos infantis, lançando-se outros modelos. Estes retalhos também se transformam em matéria-prima para buchas usadas em oficinas mecânicas. O mercado existe, o preço é competitivo e a inovação requer poucos recursos tecnológicos.

No exemplo acima, observa-se que na aglomeração ocorreu uma mudança econômica, com a abertura de novos mercados e a utilização de novas fontes de matéria-prima, como previa o próprio Schumpeter, <sup>166</sup> que aumentou a possibilidade de concorrência. Para a

---

<sup>165</sup> Existem empresas pequenas de moda íntima para mulheres, por exemplo, com uma média de 68 empregados e produção diária entre 4.800 e 5.000 peças. Embora cheguem a utilizar máquinas de alta tecnologia como a do sistema CAD, têm dificuldades com a sobra de tecido. Em média produzem por mês três mil quilos de sobras de tecidos de lycra. Esta sobra, adquirida por preço muito baixo ou ofertado, se torna matéria-prima para os micros empresários ou mesmo os autônomos produzirem peças menores ainda, às vezes com modelos contendo emendas para crianças ou adultos. A atividade mantém a cooperação entre os empresários da aglomeração ao mesmo tempo da própria dinâmica daquele espaço, observa-se a capacidade de inovar.

<sup>166</sup> “... é o produtor que via de regra inicia a mudança econômica (...) Produzir significa combinar materiais e forças que estão ao nosso alcance (...) produzir outras coisas ou as mesmas coisas com métodos diferentes, significa combinar diferentemente esses materiais e forças. Na medida em que esses materiais em que ‘as novas combinações’ podem com o tempo originar-se das antigas por ajuste contínuo mediante pequenas etapas, há certamente mudança, possivelmente há crescimento, mas nem é um fenômeno novo desenvolvido em nosso sentido” (Schumpeter 1952, 1982, citação de Galvão 1998:390).

execução da criação de novos artigos utilizou-se uma forma de adaptação que é também um modo de inovar. Nesta passagem em Santa Cruz do Capibaribe, não se valeu de novos recursos tecnológicos ou financeiros, houve apenas o trabalho de criação. O retorno de capital é pequeno, mas o investimento também.

No pátio da aglomeração produtiva se encontram inúmeros exemplos de inovação, cuja dinâmica econômica está baseada na inovação em produtos, processos e nas formas de organização da produção.<sup>167</sup> Nesta concepção, foram resumidos no quadro 3, os diversos tipos de ocorrências de inovações na aglomeração de Santa Cruz do Capibaribe, a partir do seu sentido prático.

Pode-se dizer que no produto a inovação dos microempreendedores basicamente, se refere a do tipo incremental, pelo uso da cópia modificada. Os seguidores copiam os modelos, acompanham as tendências da moda exibidas nas vitrines das lojas de marcas conhecidas da aglomeração ou embarcam nas tendências expostas na mídia (Entrevista com o Diretor de Produção da Fábrica Rota do Mar, em 12 de agosto de 2005). Os modelos das coleções ou de apresentações em desfiles são copiados, adaptados e transformados em novos produtos prontos para o mercado, às vezes, destinados a um estrato de classe social ainda mais baixo. A inovação, portanto, é possibilitada pelo intenso poder de comunicação<sup>168</sup> entre os agentes que promovem também a difusão do conhecimento prático fabril.<sup>169</sup>

A atividade da moda se constitui em um mercado especial em constante modificação de modelos. As transformações levam a um novo design<sup>170</sup>, que influencia na manutenção das condições de concorrência, por isso promove inovação. Por outro lado, muitos deles são design sem qualidade na criação em relação aos produzidos em empresas dos centros mais desenvolvidos da moda e, em inúmeros casos, há dificuldades da aglomeração em competir senão pelo preço.

---

<sup>167</sup> Os evolucionistas classificam as inovações em produtos, processos e nas formas de organização da produção (Tigre, 1998:98).

<sup>168</sup> Storper (1970), na interpretação de Fernandes e Lima (2005: 7), infere que apesar dos “progressos das tecnologias de informação e comunicação, a proximidade continua sendo crucial para as dimensões comunicativas, interpretativas, reflexivas e de coordenação das transações”.

<sup>169</sup> Nos últimos anos, têm sido valorizadas as externalidades “baseadas em informações ou no sentido de que o ambiente através das instituições promove novos conhecimentos cruciais para os indivíduos e são capazes de gerar condições de competitividade” (Cassiolo et al., 2003). Continuando, aponta-se que as “inovações estão baseadas na ciência ou na experiência cotidiana de produção, *design*, gestão, comercialização e marketing dos produtos e até mesmo baseados na imitação” (Cassiolo et al. 2003).

<sup>170</sup> O *design* constitui a “visualização de conceitos, planos e idéias; e a representação de tais idéias (...) para fornecer as instruções de como se fazer algo que não existia antes, ou não naquela forma. (...). Até mesmo a inovação tecnológica mais radical deve estar representada em uma forma usável via o processo de *design*. Por outro lado, alguns novos produtos são *design*, mas não envolvem mudança tecnológica” (Walsh, 1996:513).

A sobrevivência do grande número de micro e pequenas empresas no mercado de confecção ocorre em grande parte como consequência da extrema diversificação da demanda e modificações em modelos, matéria-prima e acessórios. Este fato leva ao aparecimento de nichos de mercado, dificultando a existência de grandes economias de “escala e escopo” e, por conseguinte, o surgimento de grandes empresas neste mercado bastante compartimentado (BNDES/FINEP/FUJB, 2000). Em decorrência, a singularidade do mercado é a flexibilidade para o ajuste de diferentes tendências da moda. São processadas contínuas mudanças, dependendo da estação do ano, ambiente, idade, consumidor e a cada transformação se promoverá, possivelmente, uma inovação para atender às exigências do mercado competidor.

Quanto à inovação no processo de trabalho existe enorme apelo ao uso de novas máquinas ou de troca por outras mais modernas, porém usadas no pátio, cujo preço pode ser reduzido em até 40% (Quadro 8, apêndice 1). Nos recursos tecnológicos do pátio de produção são encontradas máquinas de porte semelhante ao parque nacional. Embora não sejam difundidas a partir de uma constituição homogênea para toda a aglomeração, pois, os pequenos empresários apresentam restrições de recursos para adquirir tais máquinas. Mesmo assim, as diversas fases de elaboração de qualquer peça do vestuário do mercado de Santa Cruz do Capibaribe, sejam produzidas por micro ou médio empresário, não são executadas se não for com o auxílio de, no mínimo, quatro ou cinco máquinas. Existindo casos como a fabricação de moda íntima que chega a utilizar o serviço de 12 máquinas e 12 trabalhadores respectivamente.

Sempre que o mercado lança uma máquina nova, a associação dos empresários traz um exemplar para a aglomeração. Mas, isso não significa uma mudança em todo o processo de produção porque apenas alguns utilizam a nova máquina (Entrevista com o Presidente da ASCAP, em 16 de agosto de 2005). Os equipamentos básicos continuam sendo as máquinas de costura reta que, com outras máquinas simples e auxiliares de operações semelhantes, ajudam na montagem da confecção e exigem baixo investimento de capital como tem sido frisado (Quadro 8, apêndice 1). Este fato faz com que a indústria de confecções seja dominada por um amplo conjunto de pequenas e médias empresas (BNDES/FINEP/FUJB, 2000).

Considerando as distintas fases do processo de trabalho da confecção verifica-se que em todas ocorrem inovações, embora não sejam de forma homogênea em todas as etapas da produção e em todas as firmas. A primeira etapa começa com a modelagem, que é considerada a arte de transferir para o papel a silhueta humana com perfeição, através do risco (Entrevista com o Presidente da ASCAP, em 06 de outubro de 2006).

As exigências de maior habilidade e qualificação acontecem desde aqui, portanto, na fase anterior à costura. Não dispondo de modistas especializadas, alguns empreendedores têm encontrado soluções particulares para corrigir os maiores defeitos da chamada costura de “carregação<sup>171</sup>”. Nesta fase da confecção, o dono é, geralmente, o designer, ou seja, quem elabora o molde e corta o tecido. O processo começa com o desmanche da peça que deve ser de uma boa confecção para ter sucesso. Copiados de revistas, televisão e vitrines, os modelos são adaptados, riscados em jornais e fixados na mesa de corte manual, dando início ao processo de corte. O dono da confecção concebe o modelo, enfesta o tecido, risca e corta. (Entrevista com Assessor do SENAI, em 06 de outubro de 2005).

A promoção de inovação, nesse caso, se realiza na forma de adaptações, partindo-se da experiência. Não se trata de uma descoberta científica, trabalho de um design qualificado, nem de método de racionalização do trabalho. O resultado leva, porém, ao aumento de produção, à diminuição do trabalho pela supressão do risco manual do molde e ao crescimento das vendas pela melhoria de qualidade do produto.

Nas maiores empresas do pátio de confecção, o CAD (Computer Aided), realiza inovações no processo de produção, na fase de modelagem. A máquina é responsável pela realização do desenho assistido por computador, que se encarrega de elaborar o molde com perfeição, nos diversos tamanhos e modelos designados pelo técnico. Este sistema de máquinas está acoplado ao PLOTTER, que funciona como uma copiadora dos moldes elaborados anteriormente. A precisão da silhueta pode ser garantida e a diminuição de tempo de trabalho também (a máquina precisa de 15 minutos para fazer o molde, enquanto o trabalhador qualificado necessita de 8 horas de trabalho), além da diminuição de desperdício de tecido. Como se tem frisado, esta máquina não está disponível para a implementação de inovação por microempreendedores por ser muito dispendiosa<sup>172</sup> (Quadro 8, apêndice B).

Mesmo assim, não é certo que apenas a máquina garanta a qualidade máxima do produto. A prática do parque demonstra, por exemplo, que no setor de moda íntima, onde muitos adotam o sistema CAD, existem percalços em relação à elaboração da modelagem adequada, pela falta de qualificação do trabalho vivo, anterior ao da máquina neste processo de trabalho<sup>173</sup> (Entrevista com Assessor do SENAI, em 06 de outubro de 2005).

---

<sup>171</sup> Denominação de costuras mal feita.

<sup>172</sup> A situação é diferente nos países desenvolvidos. Na Itália, 23% das empresas usam o sistema CAD/CAM, na França 67% e na Alemanha 85% (Wanda A. M. Hoffmann).

<sup>173</sup> Como se pode inferir da compreensão de Antunes, as máquinas por mais perfeitas que pareçam não dispensam a atividade constante de criação do trabalhador. “No mundo do trabalho contemporâneo, o saber científico e o saber laborativo mesclam-se ainda mais diretamente. As máquinas inteligentes podem substituir em

Tauile pensa ao contrário, defende que as tecnologias modernas não induzem à qualificação do trabalho. Ocorre que a “parte das funções antes realizadas pelo operário numa MFU (Máquina Ferramenta Universal), que faziam parte de suas qualificações, são agregadas no momento da elaboração do programa (*software*) que iniciará o funcionamento da máquina”. O operador da máquina lê, “a interpretação” do desenho elaborado pelo programa, que incorpora também a “velocidade de risco”, “fluxo de seqüência” e outras informações necessárias para a realização da tarefa, deixando reduzida margem para as decisões do operador (Tauile, 1983:800, citando Gomes, 2005). Os evolucionistas entendem que mesmo nestes casos existem as rotinas dinâmicas. Não são apenas repetições das práticas, as máquinas permitem incorporar ao processo de trabalho novos conhecimentos e inovações (Tigre 1998).

Pode-se dizer que no pátio de confecção, mesmo nas fábricas onde existem sistemas automatizados, a desqualificação na habilidade de modelar é motivo de intenso trabalho nas subseqüentes seções de controle de qualidade. A sugestão é que a inovação poderia começar a ocorrer através do aperfeiçoamento no processo de trabalho, com a qualificação da mão-de-obra (Entrevista com a Diretora da Escola SENAI, em 12 de agosto de 2005).

A principal etapa do processo produtivo ainda é a fase da costura, intensiva em mão-de-obra na maioria dos parques de confecção no país. Mesmo assim, na montagem da confecção é possível detectar avanços tecnológicos e inovação no país e no parque de Santa Cruz do Capibaribe. Em número reduzido, 2 ou 3 exemplares, é possível encontrar centrais de costura automatizada que dispensam o uso de algumas máquinas antigas e diminuem a proporção de trabalho vivo no processo. Em conseqüência garante a diminuição no tempo de trabalho, melhoria na qualidade do produto e flexibilidade na diversificação dos modelos demandados pelo mercado (Entrevista com Assessor do SENAI, em 06 de outubro).<sup>174</sup>

---

grande quantidade, mas não podem extinguir e eliminar definitivamente o trabalho vivo. Ao contrário, a sua introdução utiliza-se do trabalho intelectual dos trabalhadores/as que, ao atuarem junto à máquina informatizada, transferem parte dos seus novos atributos intelectuais à nova máquina, que resulta deste processo dando novas conformações à teoria do valor. Estabelece-se um complexo processo interativo entre trabalho e ciência produtiva, que não leva à extinção do trabalho, como imaginou Habermas, mas ao processo de retroalimentação. Esse necessita cada vez mais uma força de trabalho ainda mais complexa, multifuncional, que deve ser explorada de maneira mais intensa e sofisticada, ao menos nos ramos produtivos dotados de maior incremento tecnológico”. Antunes (2005), grifos no original.

<sup>174</sup> Como foi observada por Dickens (1999), a introdução de novas tecnologias na cadeia têxtil e de confecção nos países avançados é resultado de três elementos: “em primeiro lugar, a necessidade de reduzir custos para competir com os custos de mão-de-obra mais baixos dos países em desenvolvimento; em segundo lugar, o uso de tecnologias de base microeletrônica encurta o ciclo de produção, permitindo uma redução dos custos de capital. Finalmente, o aumento na rapidez e na flexibilidade da produção permite uma resposta mais rápida das empresas às flutuações na demanda, o que é importante, principalmente nos casos onde os varejistas evitam manter

De modo geral, na fase de montagem e acabamento<sup>175</sup> do produto as inovações são mais difíceis de acontecer, visto que essa etapa é intensiva em trabalho, o que ocasiona uma forte dependência das empresas de confecções com a qualidade da mão-de-obra (Entrevista com Assessor do SENAI, em 06 de outubro de 2005). Nas microempresas, na fase de montagem da confecção, a costura é realizada por toda a família, com auxílio do trabalho de algumas costureiras avulsas. O acabamento e o controle de qualidade se houver, é feito pelo dono, que também executa a venda e se encarrega da compra de aviamentos e matéria-prima. Neste processo de trabalho muito simples, a todo o momento estão sendo criadas novas condições para a competição, seja através das modificações de acessórios e aviamentos (Entrevista com pequenos produtores informais da confecção, em 14 de julho de 2005).

A desqualificação começa a influir no poder de concorrência dos microempresários. Além de manterem os preços baixos, muitos deles chegam a adotar a estratégia de diminuir<sup>176</sup> a produção<sup>177</sup> para alcançar melhor qualidade do produto e obter maior poder de competição nas feiras. Esse fato também demonstra que está ocorrendo uma demanda do mercado por produto de qualidade diferenciada e que outros estratos sociais têm procurado a Feira da Sulanca (Entrevistas com Assessor do SENAI, em 06 de outubro e 14 de julho).

Na verdade, a expansão da produção no pátio de Santa Cruz do Capibaribe é intensa. O número de produtores aumenta a partir do momento em que o trabalhador consegue comprar uma ou duas máquinas. Por sua vez, a qualificação para o trabalho através da experiência transmitida do ambiente<sup>178</sup> de informações sobre o trabalho não acompanha o ritmo de crescimento da atividade. Sem contar que o ensino profissionalizante institucional não se estende indistintamente a todos, pela falta de escolas e mesmo pela ausência de incentivo educacional a partir do meio cultural.<sup>179</sup>

---

estoques elevados e, portanto, fazem pedidos constantes de pequenos lotes de produtos diversificados” (BNDES/FINEP/FUJB,2000). (SIC)

<sup>175</sup> Na fase de acabamento do produto não são utilizadas máquinas. “É a fase que se retira as pontas de linhas, limpa-se o produto e passa-se ferro. É nessa fase que se coloca etiquetas do produto e a embalagem com plástico ou caixas. O toque pessoal e subjetivo do trabalhador transparece no produto através de sua qualificação ou desqualificação para o trabalho” (Entrevista com assessor do SENAI ,em 06 de outubro de 2005).

<sup>176</sup> Apenas, desta forma, passam a obter melhor aspecto na costura reta, no fechamento dos tamanhos com uniformidade (Entrevistas em 06 de outubro e 14 de julho).

<sup>177</sup> A partir da interpretação Schumpeteriana, entende-se que a (...) “inovação pode ser considerada como fator intrínseco à concorrência intercapitalista e, portanto, responsável pelo constante desequilíbrio que impulsiona os agentes econômicos” (Fernandes e Lima, 2005:7).

<sup>178</sup> (...) “a circulação de informação e da capacidade de aprendizagem como condição para agrupamento vem atraindo a atenção de analistas (...), a partir da análise da dimensão sistêmica e territorial do processo de inovação e do entendimento deste como função endógena do desenvolvimento econômico” (Freeman 1986; Dosi 1988; Lundvall, 1992; Nelson, 1996 in Fernandes e Lima, 2005:7).

<sup>179</sup> Os municípios da aglomeração produtiva vivem para o negócio da confecção. O menino ao completar 13 anos ou mais um pouco, logo descobre que pode montar seu próprio negócio e não é preciso estudar para isso. Por

Quando se analisa com mais atenção os dados sobre os anos de estudo da população, verifica-se de onde vêm as dificuldades da qualificação para o trabalho. O maior número de pessoas sem instrução ou com até um ano de instrução, em 2000, encontravam-se nos municípios da aglomeração, que até pouco tempo se dedicavam exclusivamente às atividades de agricultura de subsistência. Em Casinhas, 36,1% do total de pessoas foram consideradas sem instrução ou com menos de um ano de instrução;<sup>180</sup> Frei Miguelinho 31,4%; Santa Maria de Cambucá 33,3%; Vertentes 33,7% e Santa Cruz do Capibaribe 28,27%, enquanto Caruaru obteve o menor índice do grupo atingindo, aproximadamente, 22% (Gráfico 12). Esse fato pode ser explicado por se tratar de uma economia mais diversificada, com maiores exigências educacionais. Pode-se notar que entre os que têm maior expansão da produção urbana a média de estudo é maior, ficando entre um e três anos de estudo: Santa Cruz do Capibaribe (37,6%), Toritama (34,2%) e Caruaru (33,5%) (Gráfico 13). Observa-se, entretanto, que para o mesmo conjunto de municípios o índice de pessoas alfabetizadas é alto (Tabela 19, apêndice 1). Caruaru obtém o índice de 78,5% de pessoas alfabetizadas, Toritama 67% e Santa Cruz do Capibaribe 75,7%. Consideramos que se trata de uma localidade onde as operações básicas de linguagem são essenciais para a negociação, e a educação torna mais eficiente a prática dos negócios.

Caruaru mantém a maioria dos que estudam entre 8 e 10 anos, atingindo, portanto, o nível universitário que representa 12,74% das ocorrências de anos de estudo no município (Gráfico 14). O município possui algumas faculdades agregadas, que formam um incipiente campus universitário na localidade, daí a sua superioridade em relação a este item. Caruaru é também o município da região que apresenta a ocorrência de maior número de pessoas com 15 anos ou mais de instrução, embora esta condição esteja restrita a cerca de 3% das pessoas que estudam.

Desde o ano 2000, algumas instituições oferecem suporte para a melhoria de desempenho do parque fabril de Santa Cruz do Capibaribe, como SENAI e SEBRAE, em termos de promover inovações. Estas entidades vêm atuando com assessoria e financiamento<sup>181</sup> de ações, visando à redefinição do layout<sup>182</sup> das máquinas e da organização

---

parte das instituições locais não existe incentivo ao estudo e sim, para o trabalho (Entrevista em 06 de outubro de 2005).

<sup>180</sup> O Censo Demográfico de 2000 considerou sem instrução a pessoa que nunca frequentou escola ou, embora tenha frequentado, não concluiu pelo menos a 1ª. série do ensino fundamental, 1º. Grau ou elementar (Cf Notas Metodológico-Censo Demográfico de 2000. FIBGE/IBGE, 2000).

<sup>181</sup> A consultoria realizada geralmente pelo SENAI é subsidiada pelo SEBRAETEC, que arca com 70% do custo. O empresário assume 30% referentes a remuneração da consultoria de R\$ 35,00/hora. Atualmente existem 30 empresas que estão processando mudanças através de assistência técnica do SENAI/SEBRAETEC.

do trabalho. O resultado que se observa é o aumento da produção, pelo equilíbrio das etapas de produção ou seqüência operacional do processo de trabalho. As máquinas são posicionadas para seguir a linha de montagem da confecção e, em geral, obtém aumento entre 10% e 20% da produção (Entrevista com Assessor do SENAI, em 06 de outubro de 2005). Em Santa Cruz do Capibaribe, o processo de trabalho na maioria das firmas de confecção ainda está numa fase preliminar de organização. Neste caso, a implantação da divisão técnica do trabalho é um método eficiente para garantir produtividade e inovação ao processo.

Para a implantação de estudos de organização de processos de trabalho e modificação de layout das firmas, a assistência técnica da Escola SENAI de Santa Cruz do Capibaribe atinge vários municípios da aglomeração produtiva, como Surubim, Vertentes, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama<sup>183</sup>. Algumas das empresas apresentam maior nível de tecnologia e qualificação e estão introduzindo nas suas gestões a concepção de produzir com inovação (Entrevista, com Assessor do SENAI, em 06 de outubro de 2005). O trabalho de assessoria às empresas é recente, mas segundo o técnico, “a partir do momento que se introduz o novo método de trabalho parece acontecer uma verdadeira revolução na produtividade e na capacidade de competir em mercados distantes da região” (Entrevista com Assessor do SENAI, em 06 de outubro de 2006).

Somente a partir de 2003, com a entrada do SENAI, SEBRAE e a instalação de uma faculdade particular, o parque fabril tem recebido orientação direcionada para as questões de produtividade do trabalho, design e inovação. A ênfase maior está sendo dada aos “métodos e tempos” inspirados em Taylor, através de ensinamentos mais modernos com pressupostos de lições de just-in-time (JIT)<sup>184</sup> e adaptações metodológicas do SENAI para a reorganização do processo de trabalho.

A transformação do produto tem sido realizada de forma muito aleatória, como mostramos em alguns episódios. Por sua vez, tem sido pequeno o incentivo institucional em favor da inovação no produto em si, a não ser por intervenção da Prefeitura de Santa Cruz do Capibaribe, que visa solucionar a falta de identificação do produto nas microempresas e pequenas produções informais do conjunto da aglomeração, através da implementação de

---

<sup>182</sup> Modificação no *layout* (esquema, plano) de disposição das máquinas e outros componentes do ambiente de produção.

<sup>183</sup> Em Surubim e Vertentes estão sendo prestadas assessorias a 12 empresas. Além destas, estão sendo atendidas 15 fábricas de Santa Cruz do Capibaribe, 3 em Toritama e 15 pelo SENAI de Caruaru a empresas desta cidade.

<sup>184</sup> Resumindo, o sentido dos métodos de Just-in-time (JIT), Silva alerta que esta é uma forma de produzir o necessário, com redução de estoques, melhoria da qualidade, aumento da produtividade e diminuição dos custos. Valorizando a delegação de responsabilidades individuais ou através de células, no modo mais moderno de conceber o método (Silva, 2002).

etiquetas. A etiqueta promove melhoria na aparência do produto e vantagens na competição frente às empresas de outros lugares, que não dispõem de etiquetas em seus produtos. Ainda não existe um centro de estudo de moda que permita a utilização mais elaborada de conhecimento na produção. O sistema de inovação da localidade foi criado apenas recentemente, através da instalação das instituições de apoio, cursos profissionalizantes, a Prefeitura Municipal e a implantação de uma faculdade de moda.

Observa-se, que existe um trabalho interativo entre as instituições e os empresários em Santa Cruz do Capibaribe na realização da aprendizagem e qualificação, mas existe também interdependência entre os participantes que formam a aglomeração produtiva no que se refere ao gerenciamento dos negócios. Por sua vez, contribuem para o incremento da capacidade produtiva e da inovação, tanto a ação dos diversos atores em cooperação no pátio da produção, como a criatividade singular do empreendedor.

Na percepção das instituições, como o SEBRAE, o empreendedor é um agente de mudanças e de inovação (<http://www.sebrae.com>). A habilidade em buscar adaptações para a sobrevivência no mercado parece ser a maior característica do empresariado de Santa Cruz do Capibaribe. O empreendedor Schumpeteriano caboclo é o pequeno negociante capaz de tocar uma produção, baseada no menor preço e inúmeras formas de inovação quase sempre realizadas através da informalidade dos seus conhecimentos.

Concluiu-se que as dificuldades relacionadas à qualificação técnica do trabalho, no pátio de confecção, existem já na fase da modelagem, antes da montagem da costura, especialmente quando é elaborada manualmente. A falta de conhecimentos em educação formal e profissional (dificuldades de usar medidas e transferir modelos para o risco, por exemplo) é conhecida por muitos parques fabris de confecção que utilizam a mão-de-obra intensiva, como em Santa Cruz do Capibaribe. As empresas maiores conseguem ter confecção de melhor qualidade através do treinamento dos trabalhadores e do controle de qualidade dos produtos. A grande maioria, no entanto, tem por base a experiência do cotidiano, difundida por todo o pátio, e que é a vantagem específica da condição de aglomeração daquele espaço produtivo. Existem, portanto, dificuldades em se difundir qualidade de trabalho no pátio. Aqui nas vantagens que normalmente são usufruídas pelo conjunto de empresas aglomeradas, transparecem as condições precárias da falta de qualificação para o trabalho de uma região periférica.

**Quadro 2: Externalidades em Santa Cruz do Capibaribe**

Externalidades	Instituição Parceira	Periodicidade	Forma de ação
Informações	SENAI	Contínua	Palestras, folderes, cursos, assistência técnica às empresas.
	SEBRAE	Contínua	Palestras, assistência para a elaboração de contabilidade e de organização das empresas. Discussão sobre competitividade e viabilidade de expandir mercados e manter os atuais. Regras de comportamento cooperativo.
	ASCAP		Promoção de visita de empresários às feiras de modas e outras empresas no Sul do País, folder palestra com especialistas em moda e contratação de estilista ( <i>design</i> ).
Qualificação de mão-de-obra	SENAI/SEBRAE/ASCAPEP/ Parque de Produção		Além das escolas institucionalmente constituídas, as empresas fornecem treinamentos aos funcionários de suas confecções, em horários de laser ou não, incrementando a qualificação em suas oficinas como em todo o parque, pelo ambiente favorável à transmissão de experiências.
Externalidade Pecuniária	Frete de transporte para uso conjunto. Comercialização e distribuição de matéria-prima para a maioria das empresas da aglomeração. Compras conjuntas de mercadoria, contato e recebimento de informação sobre mercado em <i>clusters</i> de Santa Catarina, através de viagens.	Contínua Sempre que é preciso	Compras de tecidos e aviamentos. Compra de mercadoria pela maioria das empresas, com uso de transporte mais em conta. Transporte e comunicação conjunta.

**Quadro 3: inovação em Santa Cruz do Capibaribe**

Inovação	Tipo	Forma de Executar a Ação	Processo Produtivo	Produto	Tipo de Empresa
Tecnologia	Máquinas Métodos de organização do trabalho  Layout das máquinas  Novas máquinas ou métodos novos para controle de estoques	Troca de máquinas novas no mercado Troca de máquinas usadas Uso de cronômetro, contagem e premiação. Reorganização da distribuição espacial das máquinas no processo de produção  Controle de estoques	Máquinas usadas com menor desgaste de uso  Organização com fluxos de distribuição  Máquinas eletrônicas e digitais	Uso de Etiquetas  Modelagem Organização do processo de trabalho	Micro Pequena Média
Nova fonte de matéria-prima	Restos de retalhos	Aquisição de restos das confecções	Fabricação de buchas	Buchas para oficinas	Autônomos e Micro
Adaptações de modelos ao uso e costume local	Processo de trabalho	Elaboração de novo <i>design</i>	Diminuição do tamanho da peça confeccionada, através de novos modelos, utilizando-se o mesmo número de manequim.	Biquíni fio dental	Micro
Mudança na comercialização	Vendas em outras feiras da aglomeração Vendas em outros estados e países	Utilização da figura do representante Criação de <i>Home Page</i>		Expansão do mercado	Micro Pequenas

Os diversos analistas das indústrias de confecção do país têm apontado para a qualificação em larga escala, como um elemento importante na consecução da inovação, mas nos programas de apoio as aglomerações são destinadas maior atenção às empresas de maior porte. Parece contraditório com a concepção de aglomerações a implementação de um sistema de inovações que se volte, principalmente, para o treinamento dos trabalhadores em algumas unidades empresariais, uma vez que essa política favoreceria apenas a capacidade de competição das empresas maiores. Os empreendedores e gestores de vários municípios mantêm, no relacionamento cotidiano necessário para a realização de suas atividades na aglomeração produtiva de Santa Cruz do Capibaribe, envolvimento social e político, mas faltam as condições de representatividade do local para a aquisição dos benefícios para a maioria, falta a integração para a promoção de incentivos institucionais das várias instâncias de poder para assegurar o crescimento da confecção no contexto de vantagens de um *cluster*.

## **CAPÍTULO 5: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A DINÂMICA DE URBANIZAÇÃO NA AGLOMERAÇÃO PRODUTIVA DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE.**

Neste capítulo são discutidos os resultados do estudo de caso empreendido sobre a caracterização da urbanização da localidade onde está implantada a aglomeração produtiva e a análise da expansão da mancha urbana em Santa Cruz do Capibaribe. Para a elaboração do estudo de caso, utilizou-se os dados entre as décadas de 60 e 80, encontrados em alguns trabalhos sobre a expansão da cidade,<sup>185</sup> além de mapas da mesma época, disponíveis na prefeitura e em órgão de planejamento do Estado.<sup>186</sup> A elaboração de novos mapas da cidade foi o único recurso técnico encontrado para estimar-se a expansão da mancha urbana em Santa Cruz do Capibaribe e mostrar a contigüidade dos espaços entre os municípios. Pretende-se mostrar que a “urbanização” dos espaços rurais apresentou como conseqüência uma tendência à formação de uma conurbação incipiente entre os municípios da aglomeração produtiva. Os dados socioeconômicos, que foram empregados para caracterizar a urbanização que se processava naquela localidade, estão disponíveis nas bibliotecas do IBGE, SUDENE e CONDEPE.

No primeiro item, foram analisadas informações sobre as condições da infra-estrutura que esteve em funcionamento durante a expansão das atividades urbanas dos diversos municípios da aglomeração produtiva. As indicações são que, em alguns casos, se realizou uma urbanização deletéria caracterizada pela precariedade da infra-estrutura sócio-econômica. Também, registrou-se novas modificações na base produtiva da região e a expansão urbana dos pequenos municípios da aglomeração produtiva de Santa Cruz do Capibaribe. Descreveu-se ainda a expansão da mancha urbana de Santa Cruz do Capibaribe no período entre 1960 e 2000. Por sua vez, o estudo de caso realizado demonstrou que a urbanização se processa pela incorporação de áreas rurais à cidade. Observou-se, ainda, a ocorrência de transformação morfológica do uso do solo intra-urbano em Santa Cruz do Capibaribe.

---

<sup>185</sup> Estamos nos referindo, especialmente, ao trabalho de dissertação de mestrado de Campello, 1983.

<sup>186</sup> CONDEPE: Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco.

<sup>186</sup> FIDEM, Fundação do Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife.

## 5.1 CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DOS MUNICÍPIOS DA AGLOMERAÇÃO PRODUTIVA DE CONFECÇÃO.

Neste item, analisou-se a classificação dos municípios que formam a aglomeração de Santa Cruz do Capibaribe em função das seguintes variáveis: tamanho da população, densidade demográfica e área do município. A análise do item teve por base o trabalho de Veiga (2002), que classificou os municípios a partir da população e densidade demográfica. Além disso, levou-se em conta as observações feitas por Kageyama (2003) sobre o referido trabalho. Após a classificação dos municípios, examinou-se as principais características da urbanização desta microrregião, tomando-se por base as variáveis demográficas e referência geográfica dos municípios, apresentadas na tabela adiante e no transcorrer desta exposição. Com esta abordagem do assunto procurou-se explicar as singularidades da urbanização dos municípios da aglomeração.

A aglomeração produtiva de Santa Cruz do Capibaribe é integrada por municípios da microrregião do Alto do Capibaribe (Santa Cruz do Capibaribe, Toritama, Taquaritinga do Norte, Santa Maria do Cambucá, Casinhas, Frei Miguelinho, Vertentes, Vertente do Lério), e da microrregião do Vale do Ipojuca (Caruaru, Brejo da Madre de Deus e Jataúba). Atualmente, fazem parte deste espaço produtivo, outros municípios como Belo Jardim na microrregião do Vale do Ipojuca e Alcântil na Paraíba.<sup>187</sup>

A maior parte dos municípios da aglomeração produtiva de Santa Cruz do Capibaribe está localizada na microrregião do Alto do Capibaribe, que tem uma área de 1.608 Km<sup>2</sup> equivalente a 1,63% do território de Pernambuco. A morfologia da microrregião do Alto do Capibaribe apresenta municípios localizados no maciço da Borborema, com altitudes médias em torno de 400m a 700m. Santa Cruz do Capibaribe, o município mais importante da microrregião, tem uma altitude média de 494 metros e apresenta morfologia bastante degradada pela erosão, destacando-se neste espaço dois conjuntos montanhosos constituídos pela Serra do Pará (com altitude média de 749m) e Serra de Exu, (592 m).

As microrregiões do Alto do Capibaribe e do Vale do Ipojuca estão situadas em largos espaços Semi-Áridos, embora apresentem pequenas manchas de brejos, como em Taquaritinga do Norte (Melo, 1980; Andrade, 1988). A atividade agropecuária sempre foi a mais adaptada às condições climáticas da localidade, como se enfatizou. Atualmente, depois

---

<sup>187</sup> Os referidos municípios não fazem parte da exposição em mapas desta tese, por terem sido integrados recentemente, depois da elaboração cartográfica deste trabalho.

de intensas mudanças na estrutura produtiva, a agricultura de subsistência sobressai no campo principalmente no Alto do Capibaribe.

Não se trata, entretanto, de microrregiões de população predominantemente rural. De acordo com os dados do IBGE de 2000, a microrregião do Alto do Capibaribe apresenta uma população total de 212.491 pessoas, com aproximadamente 61,1% da população localizada na zona urbana e cerca de 38,9% na zona rural. A microrregião do Vale do Ipojuca, que está integrada à aglomeração produtiva de Santa Cruz do Capibaribe através da produção de roupas em alguns municípios circunvizinhos, é considerada ainda mais urbanizada com uma população de 720.099 pessoas, com cerca de 72 % vivendo nas cidades. As duas microrregiões fazem parte de um espaço geográfico contíguo com características físicas semelhantes (Lâmina 1, Mapa 1).

A classificação dos municípios quanto ao tamanho e à densidade demográfica servirá para caracterizar a urbanização da aglomeração produtiva. Os critérios que foram tomados como referência sobre a classificação dos municípios foram discutidos e postos em prática num estudo realizado pelas instituições (IBGE/UNICAMP), segundo proposta de Veiga (2002). Nesta classificação, os municípios de pequeno porte seriam aqueles que têm menos de 50 mil habitantes e uma densidade demográfica abaixo de 80 hab/ km<sup>2</sup>. Os de médio porte teriam entre 50 e 100 mil habitantes e uma densidade demográfica superior a 80 hab/km<sup>2</sup>. Por essa classificação, os municípios da microrregião do Alto do Capibaribe seriam considerados entre os pequenos e médios (tabela 3).

Veiga estava preocupado, em última instância, em definir o grau de urbanização através da classificação do tamanho dos municípios. Segundo ele, o grau de urbanização no Brasil é anacrônico, pois vem desde a época em que se iniciou a industrialização e não resulta de nenhuma necessidade do que é denominado desenvolvimento territorial, apenas são readaptações do IBGE (Veiga, 2002).

**Tabela 3: Classificação dos Municípios e Centros Regionais**

Município Indicadores	Microrregião	População Em mil habitantes	Área Total (Km <sup>2</sup> )	Densidade Demográfica (Hab./Km <sup>2</sup> )	Classificação
Caruaru	Vale do Ipojuca	253.634	928,1	272,9	Centro Regional
Brejo da Madre de Deus	Vale do Ipojuca	38.109	779,3	48,57	Município pequeno
Jataúba	Vale do Ipojuca	14.653	712,7	20,54	Município pequeno
Santa Cruz do Capibaribe	Alto do Capibaribe	59.048	368	160,36	Município de médio porte
Toritama	Alto do Capibaribe	21.800	34,6	629,58	Município pequeno
Surubim	Alto do Capibaribe	50.331	258,8	198,1	Município de médio porte
Taquaritinga do Norte	Alto do Capibaribe	19.757	448,8	43,94	Município pequeno
Vertentes	Alto do Capibaribe	14.957	170,0	86,94	Município pequeno
Casinhas	Alto do Capibaribe	13.345	108,7	122,69	Município Pequeno
Frei Miguelinho	Alto do Capibaribe	12.978	214,9	60,40	Município pequeno
Santa Maria do Cambucá	Alto do Capibaribe	11.739	94,1	124,83	Município pequeno
Vertente do Lério	Alto do Capibaribe	8.536	80,8	105,72	Município muito pequeno

Fonte: dados do Censo Demográfico 2000 – IBGE/FIBGE).

A realidade de uma região de desenvolvimento tardio é diferente, não podendo ser definida no contexto de um processo de urbanização em que o seu avanço seja igual ao das cidades mais industrializadas. Nesses municípios o desenvolvimento territorial é tímido, embora apresente características de lugares urbanos pela modificação no uso do solo. Mesmo nos municípios menores<sup>188</sup>, o espaço urbano e o rural estão interligados no contexto da produção.

Segundo os dados do Censo Demográfico de 2000, dos municípios que compõem a aglomeração produtiva da confecção, apenas Caruaru apresenta população acima de 200 mil habitantes (253.634 hab). Seguindo o município de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Surubim são os mais populosos, estando na faixa entre 50 e 60 mil habitantes, Brejo da Madre de Deus, Toritama e Taquaritinga do Norte, entre 20 e 40 mil habitantes.

<sup>188</sup> O estudo foi realizado pelas instituições (IBGE/IPEA/UNICAMP/SP), em 1999, citado por José Eli da Veiga (2002). Para Veiga, os municípios muito pequenos (menos de 20.000 habitantes) não deveriam ser considerados urbanos. Segundo Kageyama esse é um critério muito simples, mas tem a desvantagem de abarcar municípios com altas densidades demográficas, pertencentes às regiões metropolitanas. (Kageyama, 2003).

Na maioria dos municípios do entorno de Santa Cruz do Capibaribe a população situa-se na faixa entre 12 e 15 mil habitantes: o município de Vertente do Lério é o menos populoso, com 8.536 habitantes, como mostra a Tabela 3 (Mapa 2, apêndice B). O Mapa 2 visualiza a classificação dos municípios em relação ao tamanho da população e a área.

Os dados apontam que as maiores taxas de densidade demográfica e população dos municípios se encontram em Caruaru. Desde a década de 70, Caruaru é considerado como centro regional de serviços, de acordo com estudo realizado sobre o nível de desempenho dos setores básicos de 20 cidades e capitais do Nordeste, com metodologia baseada na teoria das localidades centrais, desenvolvida por Cristaller<sup>189</sup>. Esta classificação é reconhecida como de nível 2 em importância polarizadora, considerada também com reduzidos equipamentos urbanos, frente à classificação de nível 1 para as capitais e municípios de maior abrangência urbana (Mora, UFPE/SUDENE S/D).

O mais significativo é que 58% dos municípios que compõem a aglomeração produtiva em torno de Santa Cruz do Capibaribe têm menos que 20 mil habitantes e 75% têm uma densidade demográfica superior a 80 hab/km<sup>2</sup> (Tabela 3). Apenas, cerca de 33% atendem aos dois critérios propostos por Veiga. Na nossa leitura, os municípios, mesmo apresentando altas taxas de densidade demográfica, são de população pequena e assim devem ser considerados (Tabela 3).

As altas taxas de densidade demográfica que aparecem nos municípios de Casinhas (122,69%), Vertentes (86,94%), Santa Maria do Cambucá (124,83) e Vertente do Lério (105,72), (Tabela 3) se justificam pelo fato de que as áreas dos municípios são pequenas devido ao desmembramento territorial na região<sup>190</sup>. Nesse caso, a relação entre a pequena área

---

<sup>189</sup> Segundo a teoria de Walter Cristaller, de forma sintética, entende-se que para hierarquizar funcionalmente as cidades teria que categorizá-las segundo o número e a natureza dos bens e serviços que cada uma delas fornecem à comunidade regional periférica. “Esta análise tem por base os postulados da teoria das localidades centrais desenvolvidas pelo autor, onde as cidades teriam como função a oferta de serviços ao seu meio circundante, além de servirem como mercado de trocas para os bens produzidos nas áreas circunvizinhas”. (Mora, SUDENE/UFPE/1979).

<sup>190</sup> A pequena área dos municípios é resultado de intensa divisão territorial. No final dos anos 50 e início de 60, foram criados três novos municípios na região: Jataúba (1958), Frei Miguelinho (1963) e Santa Maria do Cambucá (1964). A criação deles resultou do desmembramento de outros municípios, ocasionando uma diminuição no espaço físico dos municípios, representando, às vezes, uma redução de cerca de 50% de sua área, como foi o caso de Brejo da Madre de Deus, que ficou com 779,3Km<sup>2</sup> e Jataúba com 719km<sup>2</sup> (Mapa 2, anexo 2). Frei Miguelinho e Santa Maria do Cambucá são municípios desmembrados de Vertentes e Taquaritinga do Norte, respectivamente. O município de Taquaritinga do Norte deu origem a Santa Cruz do Capibaribe, Vertentes e Toritama. Por sua vez, Taquaritinga do Norte é resultado do desmembramento do município de Limoeiro. Surubim é resultado do desmembramento de Bom Jardim e Brejo da Madre de Deus é resultado de repartição territorial em Flores. De Surubim tiveram origem Vertente do Lério (1991) e Casinhas (1995) A contigüidade dos espaços dos pequenos municípios pode ser visualizada no anexo 2, Mapa 1, onde pode perceber a aglomeração produtiva de Santa Cruz do Capibaribe no contexto estadual.

e o número de habitantes sempre apresentará um resultado expressivamente alto para a densidade demográfica.

Segundo leitura de alguns autores, este é um fenômeno encontrado em todo o território nacional e faz parte do processo de descentralização instalado no país, desde 1984, com a crise da administração do Estado, embora seja também um reflexo das aspirações dos grupos locais para garantir seus interesses. A defesa do desmembramento dos municípios passa, portanto, pelo aval da política das oligarquias locais e de seu papel em função da modificação da estrutura produtiva. O que se traduz em vantagens políticas, uma vez que os novos municípios adquirem status e recursos financeiros garantidos pelo Fundo de Participação dos Municípios - FPM ao serem criados (Gomes e Mac Dowell, 2000).

Acredita-se, entretanto, que os desmembramentos dos municípios têm dificultado as administrações locais, que não conseguem receitas suficientes para sua gestão. A falta de autonomia financeira pela exigüidade da arrecadação dificulta a implementação de uma infraestrutura condizente com as necessidades de uma urbanização para a industrialização, não apenas nos municípios menores. As barreiras administrativas começam com a desarticulação política entre o gestor local e as instâncias de maior poder de decisão.

Alguns dados referentes às variáveis, abastecimento de água, energia elétrica, ligações de água à rede de abastecimento e coleta de lixo podem fornecer uma idéia sobre as condições básicas de infraestrutura dos municípios da aglomeração produtiva. Os dados são significativos dentro de todo um contexto histórico de crescimento da atividade produtiva e da urbanização da região. Caruaru, que desde o início da expansão econômica da confecção foi o suporte de serviços financeiros e de comércio, apresentava igualmente deficiência em sua infraestrutura básica. Em 1970, dos 30.003 domicílios registrados pelo Censo ali realizado 37,8% não tinham qualquer instalação sanitária, embora 72% dos domicílios estivessem em áreas consideradas urbanas. As ligações à rede de abastecimento de água chegavam a 45% dos domicílios registrados e a energia elétrica a 49% (Prefeitura Municipal de Caruaru).

Não existiam medidores instalados para estimar o consumo de água. O abastecimento na cidade, até início da década de 70, era muito precário, muitas vezes, realizado através de carros-pipa vindos da cidade de Garanhuns. Posteriormente, foram construídas barragens para auxiliarem na expansão da demanda, ocasião em que a Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA) iniciou a distribuição na cidade em fins do ano de 1974. Naquele momento, não estava implantado em Caruaru qualquer processo de tratamento de lixo que, em grande parte, era despejado nos terrenos baldios, em depósitos a céu aberto. Os terrenos baldios nem sempre se situavam apropriadamente, sendo boa parte deles localizado perto do

Rio Ipojuca. Em geral, os municípios pequenos da vizinhança utilizavam o mesmo expediente (Prefeitura Municipal de Caruaru, 1976).

Em relação à distribuição de água os dados indicam que, na década de 80, apenas 36,9% dos domicílios do Vale do Ipojuca estavam ligados à rede geral de abastecimento de água, no Agreste, e 22,0%, no Agreste Meridional (CONDEPE, 1987).<sup>191</sup> Dentre os municípios das duas microrregiões, o mais alto índice de ligações à rede geral de abastecimento era de Santa Cruz do Capibaribe (62%), seguido de Caruaru (59,6%) e Toritama (56,1%) (CONDEPE<sup>192</sup>, 1987). Na mesma época, em Brejo da Madre de Deus as ligações à rede geral eram de, aproximadamente, 14,2% e, em Santa Maria do Cambucá, localidade de produção agrícola, não há registro de ligação à rede geral de abastecimento.

Os dados indicam, também, que cerca de 80% dos domicílios não dispunham de canalização externa, sendo os poços ou nascentes que supriam as necessidades de água da população. O racionamento de água era uma realidade na região e levou, inclusive, a população a se organizar para o abastecimento, utilizando caixas de água, armazenando o líquido em depósitos improvisados e levando a criação de hábitos para a convivência com essa dificuldade estrutural urbana. Em Santa Cruz do Capibaribe, observa-se o aumento de construção de cisternas e poços e, na maioria das vezes, sem o controle de qualidade da água. Ainda hoje é comum a presença de carros-pipa e de animais fazendo o abastecimento da cidade.

No que diz respeito ao consumo de energia elétrica, Caruaru consumia 76,7% da energia distribuída no Vale do Ipojuca, Santa Cruz do Capibaribe<sup>193</sup>, 34%. Os outros municípios consumiam bem menos, como Taquaritinga do Norte (0,4%), Toritama (3,3%) e Vertentes (3,4%), na década de 80 (CONDEPE 1987). Os números são condizentes com a atividade produtiva que se desenvolvia naquele momento, onde a produção agropecuária ainda dominava o cenário da região.

Na década de 90, a demanda de água para o abastecimento das cidades aumentou sensivelmente, com o crescimento da população e das atividades econômicas do município. Pode-se dizer que, durante as últimas décadas em que se processava o crescimento, a água não

---

<sup>191</sup> Em 1980, na divisão das microrregiões de Pernambuco, no Vale do Ipojuca estavam incluídos Caruaru, Brejo da Madre de Deus, Jataíba e Santa Cruz do Capibaribe. Os municípios de Frei Miguelinho, Santa Maria de Cambucá, Taquaritinga do Norte, Toritama e Vertentes eram separados e incluídos no Agreste Setentrional. (Dados in CONDEPE, 1987)

<sup>192</sup> Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco (CONDEPE)

<sup>193</sup> Na década de 80, Santa Cruz do Capibaribe estava incluída nesta microrregião.

foi suficiente para suprir à necessidade do desenvolvimento urbano dos municípios do espaço da confecção.

A dificuldade no abastecimento de água é semelhante para toda a região do Agreste pernambucano. Em Santa Cruz do Capibaribe, houve também expansão da rede quando entrou em operação o açude de Poço Fundo, com capacidade para 27.630,000 m<sup>3</sup> 17 vezes maior que a barragem anterior de Machados (Silva, 1997). As duas barragens nunca foram suficientes para o abastecimento da cidade e para atender de forma satisfatória às exigências de um desenvolvimento urbano. Ocorrem perdas na bacia do açude, devido ao assoreamento e à falta de capacidade de processamento de toda a quantidade de água na estação de tratamento (Silva, 1997).

Em 2000, os dados apontam que houve expansão da rede de distribuição de água em alguns municípios. Na microrregião do Vale de Ipojuca 68,6% dos domicílios próprios estão ligados à rede de distribuição de água, enquanto na microrregião do Alto do Capibaribe apenas 46,79%. Na mesma época, os domicílios ligados à rede geral de água apresentavam percentuais variados: Caruaru 81,2%, Toritama 75%, Santa Cruz do Capibaribe 69%, Brejo da Madre de Deus 63%, Surubim 62%. Já os municípios de Jataúba (24%) Taquaritinga do Norte (23%), Vertentes (21%) e Santa Maria do Cambucá (9,7%) apresentavam menor participação de domicílios ligados à rede de abastecimento de água, enquanto o município Frei Miguelinho tinha o registro insignificante de sete domicílios ligados à rede geral do total de 3.621 casas (FIBGE/IBGE, Censo Demográfico de 2.000, Resultados do Universo).

As maiores dificuldades no abastecimento de água ainda são os racionamentos, com interrupção no fornecimento entre cinco a oito dias ou mais, dependendo da declividade do terreno, mesmo em Caruaru onde a oferta de água triplicou no último ano ([www.mi.gov.br](http://www.mi.gov.br)). Algumas soluções têm surgido, mas de qualquer forma não se pode dizer que esta é uma região com infra-estrutura hídrica favorável ao desenvolvimento urbano.

A partir de 2004, a situação passou a ser equacionada através da expansão da captação com a execução de novas barragens <sup>194</sup>, a exemplo de Jucazinho. Com isso, a oferta no município de Caruaru passou de 150 litros por segundo para 500 litros por segundo. Está ocorrendo uma expansão recente na distribuição de água que, inicialmente, beneficia os municípios de Caruaru e Surubim (Ministério da Integração, [www.mi.gov.br](http://www.mi.gov.br))

---

<sup>194</sup> Veja-se notações sobre as barragens que abastecem Caruaru: Barragem de Jucazinho - 327 milhões de m<sup>3</sup>, Barragem do Prata - 42 milhões, Tabocas - 14 milhões de m<sup>3</sup>, Barragem de Taquara - 1.347 milhão de m<sup>3</sup>, Barragem de Serra dos Cavalos - 2.742 milhões m<sup>3</sup>, Barragem de Brejo do Buraco - 1.147 milhão de m<sup>3</sup>,

As melhores condições de infra-estrutura básica para um desenvolvimento urbano dizem respeito ao fornecimento de energia elétrica. Em Caruaru, em 2000, os domicílios ligados à energia elétrica eram de, aproximadamente, 99,2%. Os outros municípios não apresentam dados muito diferentes, uma vez que Pernambuco é considerado um dos estados do país com maior número de unidades eletrificadas. Os municípios com menor índice de eletrificação atingem a 80% do total das unidades eletrificadas (CONDEPE /Banco de Dados 2005/ CELPE, 2004). Em Caruaru, 88% das unidades de consumo de energia elétrica são de residências na zona urbana, 0,7% são industriais, 8,2 % comerciais e 1,7 % são unidades instaladas no meio rural. Em Santa Cruz do Capibaribe a proporção é semelhante: 85% são unidades residenciais, 2,3% industriais, 10% comerciais e 0,4% do total das unidades são rurais. Por ser uma região de baixo consumo industrial, em Pernambuco o maior índice de unidades eletrificadas é residencial.

Na questão da coleta do lixo, a tendência é a mesma nas duas microrregiões. No Vale do Ipojuca 64% dos domicílios permanentes têm serviço de coleta e na microrregião do Alto do Capibaribe cerca de 60 %. (FIBG/IBGE, Censo Demográfico, Resultados do Universo). Em Caruaru, a coleta de lixo era observada em 78,6% dos domicílios do município em 2000, Santa Cruz do Capibaribe 80,5%, Toritama 93,19%, Brejo da Madre de Deus 43%. Nos municípios pequenos a situação de coleta do lixo é deficiente e torna-se mais precária à medida que o município é menos urbanizado: em Casinhas a taxa de residências com lixo recolhido é 9,11%, Santa Maria do Cambucá de 17,6%, Vertente do Lério 16,3% e Frei Miguelinho 23,4% (IBGE/FIBGE, Censo demográfico de 2000).

A questão do lixo é de difícil equacionamento para as cidades do Interior. Segundo o documento da Agenda 21 Pernambuco, é diferente os impactos ambientais<sup>195</sup> da destinação final do lixo. Nos municípios pequenos e médios, geralmente, os depósitos são a céu aberto e a incineração não tem qualquer preocupação sanitária. Caruaru já tem aterro controlado e Santa Cruz do Capibaribe acaba de transferir o lixão do centro da cidade para a zona rural onde pretende realizar a edificação de uma estação de tratamento. (Entrevista com o Prefeito de Santa Cruz do Capibaribe, em 14 de julho de 2005).

---

Barragem Guilherme de Azevedo – 856.314 m<sup>3</sup>, Barragem Drayton Nejaim – 560 mil m<sup>3</sup>, Barragem do Cipó – 26.702 m<sup>3</sup>.

<sup>195</sup> “Em termos de impactos ambientais observa-se que, os municípios que possuem grandes” áreas e baixa densidade populacional o potencial de impacto em geral é baixo, pois as áreas de destinação final localizam-se distantes da zona urbana e longe de cursos d’água. Enquanto, os municípios que possuem áreas menores e densidade populacional elevada, apresentam potencial de impacto médio ou alto” (Agenda 21 Pernambuco, Fórum estadual da Agenda Pernambuco, 2002).

Nas cidades do Interior, onde a gestão urbana tem dificuldades de recursos financeiros, os depósitos de lixo são os rios e os córregos. Técnicos do planejamento do Governo de Pernambuco coordenaram em 2000 um estudo sobre diretrizes de uma política de resíduos sólidos para Pernambuco, institucionalizada pela Lei Estadual nº 12.008 de 1º de junho de 2001. Nesta política ambiental, o aporte financeiro para a implantação de novos aterros sanitários e a recuperação dos lixões existentes, viria pela utilização de parte dos recursos do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) (Agenda 21 Pernambuco, 2002). Ainda não se tem resultado dessa política estadual. O que se tem no presente é a deterioração ambiental na vida dos municípios do Interior, fazendo disso uma característica deletéria de suas urbanizações.

## **5.2 AS MODIFICAÇÕES NA BASE PRODUTIVA E A EXPANSÃO URBANA NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS DA AGLOMERAÇÃO**

Neste item procurou-se analisar a inserção dos municípios menores na atividade da confecção e a correspondente expansão urbana da população.<sup>196</sup> Estes são municípios que fazem parte do processo de trabalho da aglomeração produtiva, têm baixo índice de urbanização, agricultura destinada à subsistência e até bem pouco tempo a única opção de emprego na cidade estava na administração pública.

A taxa de urbanização é baixa, chegando a 10%, em Casinhas, 18% em Frei Miguelinho e 17% em Vertente do Lério, enquanto Santa Maria do Cambucá apresenta índice de urbanização maior de 20,14%. (FIBGE/IBGE, 2000). A pecuária se destaca, embora em pequena quantidade: no ano de 2000 foi registrada a presença de 3.000 cabeças de bovino, em Santa Maria do Cambucá. Na região, a agricultura de subsistência ainda é a base de sustentação no campo, sendo representada, principalmente, pela plantação de batata doce, feijão, fava e mandioca. (IBGE [cidades@censo](#)). Parte da produção pecuária se destina ao consumo para a subsistência e a parte menor, vai para as feiras da localidade (Entrevista com o prefeito de Santa Cruz do Capibaribe, em 14 de julho de 2005).

São antigas áreas pecuaristas e algodozeiras, com baixo índice de tecnologia no campo. A situação de trabalho nos municípios não tem mudado e o campo pouco tem a oferecer para

---

<sup>196</sup> Dos municípios menores expostos na tabela 3, destacou-se: Vertente do Lério, Casinhas, Santa Maria do Cambucá, Vertentes, Frei Miguelinho e Jataúba.

sobrevivência. Por exemplo, em 2000, em Santa Maria do Cambucá a participação setorial do PIB em serviços era de 83%, na atividade agropecuária 10% e na indústria 7%. A situação é semelhante para outros municípios: Casinhas registra 11% do PIB na agropecuária, 15% na indústria e 74% em serviços; Frei Miguelinho, tem 9% na agropecuária, 7% na indústria e 83% em serviços (FIBGE/CONDEPE/FIDEM. 2005).

A compreensão da composição do PIB municipal é interessante tendo em vista uma avaliação mais qualitativa das informações. Este é o caso do crescimento do PIB do município de Santa Maria do Cambucá, entre 1980 e 1985, que apresenta expressivo índice de crescimento do PIB - 209%, Vertente do Lério, entre 1990 e 1996, 381% e Vertente, também nessa mesma época, com crescimento do PIB municipal de 145%. O aumento do PIB verificado está relacionado com o crescimento do serviço público e aumento da participação de renda do FPM na localidade.

Na leitura de alguns, este fato mostra um redirecionamento das atividades produtivas neste espaço. Segundo Lima (2005), em várias localidades do Nordeste está ocorrendo uma reestruturação da atividade econômica nas últimas décadas, ocasionando uma diminuição do PIB agropecuário e um aumento no de serviços. Atualmente, o PIB em Serviços chega a representar quase 2/3 do PIB total do Nordeste (Lima, 2005).

A presença significativa da mão-de-obra na realização de serviços nos municípios pequenos se justifica pela ampliação de postos de trabalho na administração pública. Segundo os dados, cerca de 90% do trabalho formal dos municípios do Interior são de funcionários do serviço público (CONDEPE/FIDEM, Banco de Dados, 2004/2003). Esse fato é lembrado na literatura que discute a política de desenvolvimento local, incluindo os benefícios sociais de aposentadorias e o próprio FPM (Fundo de Participação dos Municípios), como sendo recursos mantenedores de municípios muito pequenos. França (1999<sup>197</sup> in Silva et al., 2002), reconheceu que a transferência dos recursos do FPM e o pagamento de benefícios de INSS se constituem num montante ainda maior e, muitas vezes, são as únicas fontes de renda da localidade. Esses recursos levam ao aumento de atividades nas cidades, fazendo crescer os serviços bancários e de correio na localidade (Entrevista com populares das cidades pequenas, em agosto de 2005).

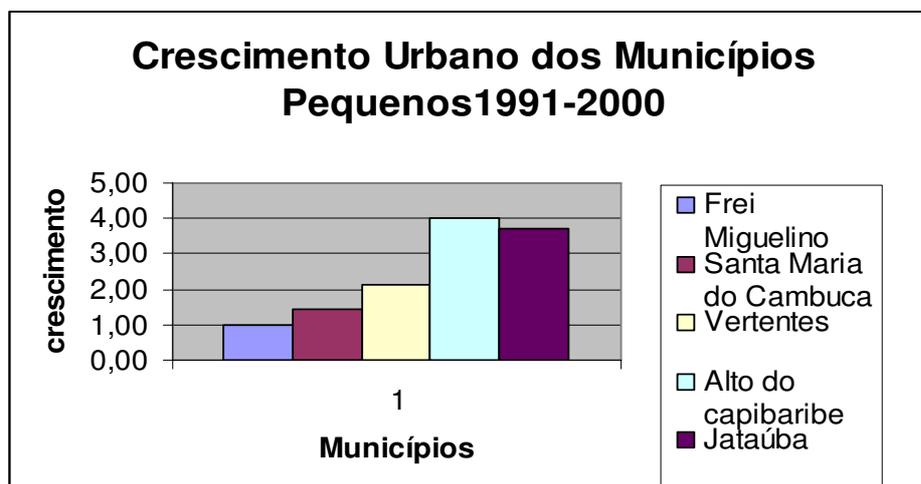
Por sua vez, constatou-se que a grande maioria da população dos municípios pequenos, em 2000, residia na zona rural, como Casinha com cerca de 89,3%, Frei Miguelinho 81%, Vertente do Lério 82%, Santa Maria de Cambucá 80 %, e Jataúba 54%

(Tabela 20, apêndice A). Entre 1960 e 2000, observou-se um deslocamento da população rural para zonas urbanas nos diversos municípios, como aparece no Gráfico 1 e 2.

No período considerado entre 1980-1991, a diminuição de população no meio rural foi superior à média da microrregião do Alto do Capibaribe. Entre eles, apenas Santa Maria de Cambucá apresentou ligeiro crescimento de população no meio rural, (0,46%), enquanto Frei Miguelinho (0,66%), Vertentes (2,64%), Jataúba (1,49%), apresentaram decréscimo (Tabela, 7 em apêndice A).

Entre 1980 e 1991, os municípios experimentaram uma relativa expansão da população urbana anual, como em Frei Miguelinho 8,14%, Santa Maria do Cambucá 2,66%, Vertentes 17,63%, Jataúba 7,63% (Tabela 7, apêndice A). Na maioria desses pequenos municípios, as populações urbanas obtiveram maior índice de crescimento médio anual que a média de crescimento da população urbana do Alto do Capibaribe que foi de 4,43% a.a. Nos dados referentes ao período entre 1991-2000, percebeu-se um deslocamento semelhante desta população, quando a média de seu crescimento atingiu 4,4% a.a., no meio urbano, onde reside a maior parte da população dos municípios considerados, como aparece no gráfico 4 (Tabela 8, apêndice A).

**Gráfico 4: Crescimento da População Urbana dos Municípios Pequenos da Rota da Confeção – 1991/2000**



As altas taxas de crescimento da população no espaço urbano e diminuição no rural são consideradas como sendo um deslocamento da população do espaço rural para o urbano

<sup>197</sup> Citação de Silva et al, 2002.

característico dos ciclos migratórios, confirmando a tese dos que entendem ser a sede do município, o primeiro lugar do percurso da migração (Baeninger, 2002). Na verdade, em algumas localidades existem indícios fortes de ocorrência de migrações. Este fenômeno fica mais evidente quando se verifica que as taxas anuais de crescimento demográfico são negativas, como as apresentadas em Frei Miguelinho (-0,9%) e Vertente do Lério (-0,05), por exemplo, entre 1991 e 2000. Nos outros municípios vem ocorrendo crescimento demográfico positivo, como em Jataúba (0,16%), Santa Maria do Cambucá (0,31), Vertentes (0,53%) (CONDEPE/Fidem, Banco de dados, 2004/2005). Mesmo assim é considerado um crescimento demográfico baixo, mostrando indicio de migração, segundo as análises do IBGE.<sup>198</sup>

Nos referidos municípios há registro do aumento da confecção, como nova opção de vida econômica, chegando inclusive nos seus espaços rurais. Considerando-se que as migrações desta localidade para regiões mais desenvolvidas do país diminuíram, a busca por trabalho e emprego tem levado à atividade de confecção (Entrevista com o assessor do SENAI, em 05 de outubro de 2005). Ainda são opções recentes de uma atividade que se destina principalmente para atender o consumo das populações mais pobres no âmbito da região e está fincada em baixo teor de capitalização. Existe, entretanto um aumento da economia no espaço urbano destas localidades.

Os dados indicam que entre 1991 e 2000, a PO (População Ocupada) no setor secundário em Frei Miguelinho cresceu em 132,29%, em Vertentes 146,13% e em Jataúba 71% (Tabela 18, apêndice A). O crescimento de atividades no setor secundário, sempre indica uma expansão urbana, embora nem sempre isto signifique que estas atividades promovam a sobrevivência da localidade da produção. Como foi dito anteriormente nestas cidades sempre ficam agregados que se sustentam do serviço público. Ultimamente, têm sido implantadas fábricas de firmas de Santa Cruz do Capibaribe, nos municípios pequenos (Entrevista, em 23 de agosto de 2005), sendo registrado informações sobre a implantação de pequenos fabricos e empresas familiares nas cidades de Frei Miguelinho e Vertente do Lério. Em Vertentes e Santa Maria do Cambucá foram implantadas recentemente empresas formais que absorvem em média 20 trabalhadores (Entrevista em 06 de outubro de 2005). Pode-se dizer que começa a surgir certa expansão intra-urbana, nesses pequenos municípios.

---

<sup>198</sup> O IBGE em publicação recente "Tendências Demográficas" traz informações detalhadas sobre crescimento e perda populacional dos municípios brasileiros entre 1991 e 2000. Considera que os municípios que tiveram crescimento de 0% a 1,5% ao ano e revelador de perdas relativas de população por emigração.

Na área rural dos pequenos municípios residem pessoas ocupadas em atividades agrícolas e não agrícolas com maior peso destas últimas, principalmente, em municípios mais urbanizados. Por isso, é muito fácil encontrar pequena confecção de roupas em minifúndios localizados perto das cidades da aglomeração produtiva. O que pode ser comprovado seguindo-se a estrada entre Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe, entre a BR 104 e PE 160 - a estrada da Sulanca, onde se encontram sítios com criação de pequenos animais (galinhas, porcos, bodes, etc) e, às vezes, uma ou outra cabeça de gado. Dentro das casas é comum encontrar-se máquinas de costura e pessoas confeccionando roupas. No caminho entre Santa Cruz do Capibaribe e Jataúba, a prática é a mesma. A expansão da costura está determinando modificação na atividade do campo (Visita a zona rural do município em 2001 e 2005).

A integração da produção nestes municípios é tanta que, apenas a análise mais cautelosa aponta suas diferenças, no espaço urbano e rural. A confecção se espraia pelos sítios, muitas vezes através da terceirização do trabalho, havendo, neste caso, uma exigência na padronização do *design* e na qualidade do produto. A maioria das vezes, o trabalho é realizado por toda família que se divide entre os afazeres domésticos, a produção de uma mercadoria e a atividade agrícola para a sobrevivência. Apesar de um regime trabalho intensivo, o lucro destes trabalhadores é pequeno.

Analisando-se os rendimentos auferidos pela população dos municípios pequenos, verificou-se que as regiões menos urbanizadas apresentam resultados menos vantajosos para o trabalhador. Nestas condições, do total dos municípios da aglomeração produtiva, os que apresentam maior índice de pessoas ocupadas por domicílio, sem remuneração, em 2000, são: Vertente do Lério 61,12%, Santa Maria do Cambucá 59,58%, Casinhas 53,74%, Frei Miguelinho 51,78% e Vertentes 47,36% (Tabela 14, apêndice A).

Os municípios pequenos menos urbanizados apresentam maior ocorrência nos índices de extrema pobreza da aglomeração. Naquela região do Agreste pernambucano, o percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza (0,5 salário mínimo per capita), é considerado alto pelos organismos internacionais (PNUD/IPEA)

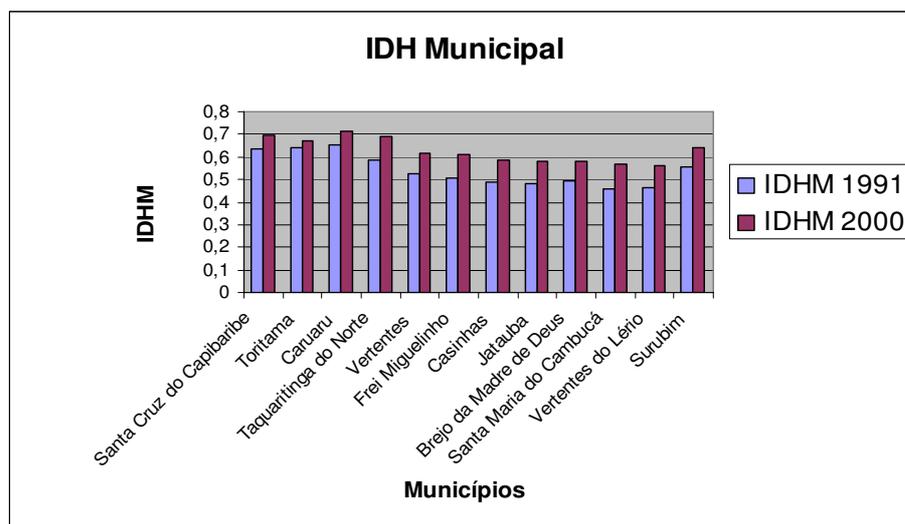
Observe-se que nos municípios onde as atividades agrícolas são fracas e a atividade urbana está apenas se consolidando, o nível de rendimento é menor<sup>199</sup>. Mesmo assim, a atividade da confecção proporcionou o crescimento do índice de desenvolvimento humano,

---

<sup>199</sup> Del Grossi (1999), “analisando a evolução dos rendimentos do trabalho rural com base nos dados das PNADs (Pesquisa Nacional de Amostragem domiciliar), no período entre 1981 e 1995, mostrou que as rendas das atividades não-agrícolas tenderam a ser 50% maiores que das atividades agrícolas”(interpretação de Campanhola e Silva, 2000).

em especial para os municípios que têm uma produção mais intensa. Por exemplo, em Santa Cruz do Capibaribe, o IDHM<sup>200</sup> em 1991 era de 0,635, e em 2000 passou para 0,699. O componente renda do índice de desenvolvimento humano, em 1991 era de 0,629 e passou em 2000 para 0,664, o que mostra crescimento médio da renda naquela localidade produtora de confecção (Dados do PNUD 2003). Em geral, houve crescimento do IDH nos municípios da aglomeração. Os que atingiram índices mais elevados são os de maior desempenho na atividade de confecção como, Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru (Gráfico 5). Este fato deve ser visto com as devidas ponderações, uma vez que, por exemplo, Caruaru é um centro regional de estrutura produtiva diversificada, e isto concorre para aumentar seus índices em geral.

**Gráfico 5: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).**



A população dos municípios pequenos da aglomeração produtiva, procura a costura como meio de sobrevivência pela estagnação da atividade agropecuária e pela falta de outros meios de sobrevivência. O desenvolvimento da atividade da confecção não se expandiu para outras atividades. O campo, por sua vez, não oferece opções de produção e mercado. A

<sup>200</sup> IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Médio) foi criado originalmente para medir o nível de desenvolvimento humano dos países. Atualmente faz-se os mesmos cálculos para as diversas regiões a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). O índice varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; os países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; países ou região com IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil-2003-PNUD/IPEA/Fundação João Pinheiro. (2003)

maioria das pessoas que vivem nestas cidades sempre esteve no espaço urbano sem necessariamente participar da vida produtiva.

A situação na região começou a mudar com o crescimento desta atividade urbana que é reflexo da expansão da atividade da confecção de Santa Cruz do Capibaribe. Esta cidade foi capaz de impulsionar uma forma de urbanização que, pela contigüidade dos espaços, fomenta a atividade produtiva (Lâmina 1, Mapa 1, apêndice B). Por sua vez, a urbanização desta localidade é a expressão da condição de produção dessa região cujo PIB de seus maiores municípios como Caruaru, participa com 2,5% da produção do Estado, Santa Cruz do Capibaribe com 0,4% e Toritama 0,1 % desse total. A economia que surge para garantir a sobrevivência imediata de uma região em crise, passou a influenciar na localização da população no espaço urbano e a restringir as suas atividades a produção de confecção.

### **5.3 A EXPANSÃO URBANA EM SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE E A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO PARA A MERCADORIA**

Ao longo das três últimas décadas, Santa Cruz do Capibaribe baseou-se nas normas de gestão do uso do solo elaboradas por técnicos de planejamento urbano do Estado. A situação tem mudado nos últimos anos. O planejamento tem ficado a cargo dos técnicos do município, embora na maioria das vezes, sejam observadas as normas de zoneamento urbano anteriormente estabelecidas na década de 80 (Mapa 5, apêndice B). Iniciou-se, também, o uso dos dispositivos constantes do Estatuto da Cidade, a Lei Federal nº 10257/2001. Neste documento estão explicitados os princípios e diretrizes nacionais que, devem ser aplicados nos municípios com parâmetros definidos localmente e oficializados no Plano Diretor Municipal. Em municípios pequenos e médios do interior de Pernambuco, as regras de uso e ocupação do solo<sup>201</sup> que são responsáveis pela configuração e estrutura urbana ainda não foram instituídas em planos diretores. As informações, instruções práticas e mapas encontram-se nas mãos de alguns técnicos responsáveis pelo planejamento da cidade.

A exposição cartográfica foi utilizada para evidenciar a expansão do espaço urbano. Aproveitou-se o registro de plantas da cidade das décadas de 60 e 80 e as informações

---

<sup>201</sup> A expressão uso do solo diz respeito à finalidade para qual o edifício é construído no terreno: a habitação, comércio, indústria, etc. A expressão ocupação do solo é usada para mostrar a maneira ou intensidade como a construção é edificada. A ocupação diz respeito ao percentual do solo ocupado pela edificação. .

contidas nos mapas construídos na década de 80 por técnicos do CONDEPE/FIDEM<sup>202</sup> que se encontram expostos na dissertação de Campello (1983).

Mesmo antes da introdução da confecção houve mudança no uso do solo, na época da expansão do algodão, quando a cidade se tornou lugar da comercialização do produto e de outros pequenos negócios do cotidiano urbano. No espaço rural também aconteciam modificações, na década de 60 com a crise do algodão, já ocorria substituição de plantio agrícola por pastagem de gado (Melo, 1980). O declínio da agricultura, intensificado com a seca, levou a população aos Programas das Frentes de Emergência para a construção de barragens, açudes, passagens de pedestres e a mudar-se para a cidade, ocasionando novas modificações no uso do solo (Campello 1983). A partir da década de 70, a confecção começou a crescer e o uso do solo urbano passou a se modificar constantemente.

O perímetro urbano de Santa Cruz do Capibaribe se estendeu de forma considerável. No Mapa do Município (Mapa 3, apêndice B) é possível visualizar<sup>203</sup> o aumento da mancha urbana, comparando-se o registro dos mapas da década de 60 com a descrição dos dias atuais. O crescimento da cidade é o resultado do espraiamento da mancha urbana, ocasionada pelo parcelamento do solo.

Em 1960, a cidade correspondia a uma ou duas ruas de casas, onde se erguia a matriz, como se vê em fotografia da época (Foto n° 4). A cidade cresceu às margens do Rio Capibaribe, que lhe serve de limite ao Sul. O núcleo inicial era limitado pelo Rio Capibaribe, as Avenidas José Morais da Silva e Padre Arruda, como mostra o mapa 4. A ordenação das edificações foi espontânea e as suas transformações se verificavam pela necessidade do funcionamento da cidade em servir de base de apoio de atividades agropecuárias e de agricultura de subsistência. Por exemplo, o cemitério da cidade, construído quando ela ainda era uma vila, foi transferido para um local periférico. No local original, foram erguidas, posteriormente, edificações a exemplo da sede da CELPE Correios e outras locações (Mapa 4, apêndice B).

Os espaços construídos sofreram modificação ao longo da expansão da atividade de confecção e em benefício desta. A praça que foi construída para lazer da população, passou a servir, também, de abrigo para a venda de mercadoria. O rio, antes local de beber dos animais, lavagem de roupas e de outros usos semelhantes, passou a servir de depósito de detritos da produção. Muitas outras transformações ocorreram, em consequência das novas necessidades

---

<sup>202</sup> CONDEPE: Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco.

<sup>203</sup> FIDEM, Fundação do Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife.

de utilização do espaço para a produção de mercadoria. A partir deste período, o crescimento urbano começou a se acelerar. Segundo registro dos antigos moradores, novos terrenos rurais foram incorporados à cidade, surgiram várias casas, lojas de comércio, o prédio da Prefeitura e outros imóveis. A segunda expansão, considerada no registro dos mapas, corresponde ao período entre 1960 e 1970. A zona de expansão estende o limite do núcleo central até a Rua 29 de dezembro, parte do loteamento São Cristóvão, indo até os terrenos vazios junto ao rio (Mapa 4, apêndice B).

No período posterior, entre 1970 e 1980, correspondente ao que se considerou a terceira expansão, o crescimento é maior ainda. Surgiram os loteamentos de Bairro Novo, Nova Santa Cruz em 1975, e se concretizou, neste momento, a expansão do bairro São Cristóvão. A necessidade de habitação era, e ainda é, grande e a cidade conseguiu trazer para o seu espaço um conjunto residencial de 30 casas da COHAB,<sup>204</sup> numa atitude de vanguarda, pois a política habitacional para as classes populares naquela época estava destinada, primordialmente, para médias e grandes cidades (Entrevista com antigos moradores da cidade em 2002).

Nesta expansão, em 1979 foi realizada a pavimentação da PE 160, chamada a rodovia da Sulanca, que liga Santa Cruz do Capibaribe à estrada principal da região (BR 104). Esta passa por Caruaru e faz a interligação rodoviária com Campina Grande, na Paraíba, e tem a função fundamental de escoar as mercadorias aos lugares mais distantes. (Mapa 4, apêndice B).

Na década 70-80, o espraiamento da mancha urbana foi muito expressivo, como pode ser visto pela expansão do perímetro urbano da cidade que em 1970 correspondia à, aproximadamente, 30% da área de 1983 (Campello, 1983). Neste período, também foram utilizadas para edificação as glebas destinadas anteriormente a áreas verdes da cidade e outras terras públicas sob a guarda da Prefeitura. Grande parte do espaço do bairro denominado de Nova Santa Cruz, loteado naquela época, era de área pública da cidade destinada a jardins, praças e equipamentos comunitários. A necessidade de abrigar a população e a confecção fez os diversos gestores do município doarem os terrenos (Entrevista, com o Secretário de Obras de Santa Cruz do Capibaribe, em 2003), numa ação clientelista. As áreas públicas se tornaram

---

<sup>203</sup> Observar o espaço chilreado de vermelho.

<sup>204</sup> COHAB (Companhia de Habitação) Empresa mista sob o controle acionário dos governos estaduais que associavam a execução de programas setoriais de habitação e sua comercialização (IBMEC, 1974:14). Obtinha-se financiamento do BNH (Banco Nacional de Habitação) para a construção de moradias para as classes populares, de acordo com as necessidades do Estado que, em geral, visavam corrigir as expansões de favelas nos grandes centros e minorar as mazelas das migrações urbanas para cidades grandes e médias.

privadas, numa clara demonstração da modificação do uso do solo tendo em vista as necessidades da produção. Nessa ocasião, as normas urbanas ainda eram pouco divulgadas.

A partir da década de 80, teve início a aprovação de loteamentos maiores e mais periféricos aos núcleos urbanos. De início, não eram seguidas as normas sistematizadas em lei sobre o uso do solo e a forma de proceder ao parcelamento. Foi sancionada, em 1982, a Lei Nº 751/82, elaborada pela Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco (FIAM), órgão de planejamento do Governo do Estado de Pernambuco, com base na Lei Federal nº 6769 de 1979, que determinou instruções para o parcelamento do solo em Santa Cruz do Capibaribe. A Lei Municipal de Zoneamento Urbano de Santa Cruz do Capibaribe exposta no mapa 5 (apêndice B), é usada até hoje com as mesmas especificações normativas para utilização do espaço e conteúdo cartográfico. A referida lei tem o objetivo de disciplinar o crescimento urbano e o parcelamento do solo, e também de assegurar a reserva de espaços públicos necessários, em localização adequada, destinados ao desempenho das diferentes atividades públicas urbanas.

Como ainda não foi elaborado o Plano Diretor do Município, recorre-se a esta lei para a resolução de todas as questões relativas ao espaço. Com a expansão do parcelamento do solo, pouca área foi destinada às praças e jardins públicos (Entrevista realizada com o Secretário de Obras do Município em 2001). Atualmente, existem na cidade algumas avenidas arborizadas, um parque e nove praças.<sup>205</sup> No mapa 5 (apêndice B) que data da década de 80, visualiza-se poucos espaços verdes em torno do rio. Em geral, as praças e parques são espaços pouco arborizados e sem equipamentos sociais. As técnicas de paisagismo, ainda são pouco divulgadas no Interior.

Na quarta expansão do espaço urbano, que corresponde ao período entre 1980 e 1990, surgiram os loteamentos São Jorge (1981) e Malaquias Cardoso, em direção à parte Leste da cidade, e Bela Vista (1982) e Cruz Alta, em direção à Noroeste (Mapa 4, apêndice B). Este último foi instalado numa área nobre da cidade, com escolas, estrutura de pavimentação em algumas ruas e rede de esgoto e água. Existe certa separação entre as habitações de alta qualidade, induzindo a processos diferenciados de valorização<sup>206</sup> da terra urbana.

---

<sup>205</sup> Segundo registro da Prefeitura, as praças e avenidas, arborizadas têm a mesma denominação, de: Praça da Bandeira, Alírio Tibúrcio, Raimundo Castanha, Edna Maria Bezerra, Manuel Teodósio Aragão, Monumento Bíblico, Padre Zuzinha, James Dean Lopes, Gov. Etelvino Lins. Registra-se também, o Parque Fernando Silvestre da Silva.

<sup>206</sup> Atualmente têm sido encontradas na cidade empresas imobiliárias filias de outros centros mais adiantados, comercializando loteamentos, o que começa a gerar uma certa tendência de aumento de preços diferenciados em diversos espaços da cidade. Segundo define Melo et al. (2001), o deslocamento na cidade pela busca de melhor localização é alimentado pela “especulação imobiliária, (e sempre) significou um permanente e diferenciado

Neste período, ainda foram implantados os loteamentos da COHAB, Dona Lica, Dona Dom, Palestina (1980), Oscarzão (1985) e Manuel Monteiro (1986). Os atuais bairros de Palestina e Oscarzão foram construídos a partir de loteamentos não legalizados.

O bairro Palestina está localizado na parte alta da serra, não dispondo de infraestrutura básica recebe apenas energia elétrica em suas casas. Anos atrás, a prefeitura construiu um grande reservatório para armazenar a água trazida dos açudes da localidade através de carros-pipa e distribuí-la em latas no chafariz daquele espaço comunitário. É um bairro periférico e abriga os trabalhadores que migram<sup>207</sup> para Santa Cruz do Capibaribe, com uma população de 2.548 pessoas, contabilizada pelo Censo (IBGE/FIBGE/CONDEPE, dados do Censo Demográfico de 2000), que chega a duplicar quando a população aumenta (Entrevista com o prefeito de Santa Cruz do Capibaribe, em 14 de junho de 2005).

O Oscarzão (Mapa 4, apêndice B) é um loteamento clandestino que está localizado ao longo da avenida formada pela PE 160, na entrada da cidade. Neste espaço, a cada dia surge uma nova moradia para abrigar trabalhadores da confecção. Segundo informações obtidas, os moradores deste local são, geralmente, os operários desqualificados da confecção, que trabalham tirando pontas de linha com lamparinas ou catando restos de retalhos pela cidade. O último recenseamento constatou que havia 706 pessoas, residentes num conjunto de 175 casas (IBGE/FBGE, Censo Demográfico de 2.000).

A implantação de um loteamento clandestino em Santa Cruz do Capibaribe ocorre por acordo informal entre o dono do terreno e o invasor. Nesta condição, a gleba é repartida em lotes de 360 m<sup>2</sup>, divididos entre duas pessoas, que deverão construir suas casas de alvenaria nas pontas do terreno. Na parte central do lote, é construída uma terceira casas conjugadas, aproveitando o espaço aberto e as paredes das casas vizinhas. Na negociação, a casa do meio é destinada ao proprietário do terreno e será construída pelos dois invasores. O dono do terreno ganha um a cada três imóveis construídos, isento de despesas de construção civil, infraestrutura, taxas de legalização de imóveis e IPTU.

Existe também uma favela com construção de casas de taipa no espaço de Santa Cruz do Capibaribe, ao lado da Rua Padre Arruda, no centro da cidade (Mapa 4, apêndice B). A infraestrutura nos loteamentos clandestinos e na favela é precária. Não existem ruas calçadas,

---

processo de valorização e desvalorização da terra urbana e do estoque de edificações para gerar novas centralidades”.

<sup>207</sup> A propósito as explicações de Melo et al. (2001) sobre o papel dos bairros de população migrante num outro contexto histórico de cidades metropolitanas, esclarecem sobre passagens que se repetem em cidades médias e industriais, como em Santa Cruz do Capibaribe.

saneamento, água, escolas, postos de saúde. A energia elétrica é o único benefício da população.

O Loteamento Dona Dom foi implantado, com lotes de área de 360m<sup>2</sup> destinados à construção de casas para a classe alta e média. Neste local, em 1985, foi construído o único hospital particular da cidade, denominado de Souza Aragão (atualmente, Santa Izabel). O Loteamento de Santo Agostinho (1980) deu origem a um bairro pobre que acopla uma localidade chamada Acauã e outra Nossa Senhora da Conceição (Mapa 4, apêndice B). Esta localidade reúne em torno de 598 habitantes, conforme dados do setor censitário (0038), exposto no mapa 6 (apêndice B). As condições de infra-estrutura são dificultadas pela falta de pavimentação, distribuição de água da rede geral e iluminação pública.

Entre 1990 e 2000, na quinta expansão, foram agregadas novas glebas rurais à cidade que formam loteamentos em fase de ocupação. Em alguns casos, 90% da área já se encontra habitada, como no loteamento de São José, Santa Filomena, Santa Tereza, São Miguel 1 e São Miguel 2, como mostra o mapa 4 (apêndice B). A partir de 2000, uma nova expansão teve início, com o Loteamento Pedra Branca, em uma área de reserva para a ampliação urbana. São, portanto, terrenos vazios da cidade agregados numa expansão intra-urbana. A utilização de glebas vazias também está proporcionando a expansão do bairro Bela Vista, onde estão sendo instalados loteamentos recentemente aprovados pela Câmara, denominados de Nova Morada (habitado), Jordão Arruda e Nezinho Arruda (em planejamento). Além disso, estão sendo ocupadas outras áreas, através dos Loteamentos Armando Aleixo e Neco Aragão, que ultrapassam a linha do perímetro urbano definida para o Censo de 2000 (Mapa 4, apêndice B). A implantação constante de novos loteamentos tem levado a agregações de novas glebas rurais à cidade.

É visível a expansão da cidade direcionada para o Sudeste onde faz limite com o município de Jataúba, local onde existe um espaço para Feira de Animais, Hipódromo Municipal e o Matadouro que, até bem pouco tempo se encontravam em área afastada da cidade. Neste local, está em fase de acabamento a construção do centro de compras Santa Cruz Moda Center, com 42 hectares, cuja área corresponde ao espaço de expansão previsto na delimitação do perímetro<sup>208</sup> urbano do Censo Demográfico de 2000 (Mapa 4, apêndice B). O Pátio das Feiras fica a 800 metros da cidade, numa área onde estão localizadas as maiores fábricas e a Escola de Aprendizagem do SENAI.

A expansão urbana em Santa Cruz do Capibaribe se reflete através de mancha urbana que se estende pela cidade com alguns espaços vazios. Estes terrenos vazios podem servir como pressão para elevar o preço do solo,<sup>209</sup> dependendo da intensidade da expansão das atividades econômicas da confecção.

A expansão vem ocorrendo de forma horizontal, tendo em vista o baixo custo da construção e a finalidade de servir, a um só tempo, à residência, a oficina e a escolha cultural da região pela edificação térrea. Segundo os dados, do total de 14 406 imóveis residenciais registrados 95 % são casas térreas e, cerca de 2% são apartamentos (Cadastro Imobiliário do Município de Santa Cruz do Capibaribe, 2005). Essa característica da estrutura produtiva levou o parque industrial a se espalhar por toda a cidade, de forma que a residência e as oficinas dos pequenos produtores estão sempre juntas. Na área central da cidade se encontra instalada a administração pública, a Câmara de Vereadores, a Igreja Matriz e as casas residenciais mais antigas que faziam parte do primeiro núcleo da cidade.<sup>210</sup> Os setores de serviço e comércio ficam concentrados no centro comercial, onde estão também: agências bancárias, agência da receita estadual, mercado público, alguns supermercados, prédio da previdência, fórum, correios, inúmeras casas de tecidos e aviamentos. (Mapa 4, apêndice B).

Na área central da cidade está abrigada a Feira da Sulanca, onde se comercializa a confecção produzida na localidade. A feira se espalha por 26 ruas da cidade, é composta por nove mil bancas e acontece durante três dias por semana. Para formar uma idéia da sua dimensão e do desgaste residual no ambiente, basta dizer que, semanalmente, após o evento são retiradas 70 toneladas de lixo. (Entrevista com o prefeito de Santa Cruz do Capibaribe, em 14 de julho de 2005). Nos bairros encontram-se poucas atividades terciárias, diversos supermercados e lojas menores de aviamentos e tecidos. A Lei de Zoneamento e Uso do Solo (Lei, Nº. 751/82) prevê a diversificação no uso dos espaços nas diversas zonas, sejam elas, residenciais<sup>211</sup>, comerciais, industriais, de atividades múltiplas e de interesse urbano (área em

---

<sup>208</sup> A lei de Delimitação do Perímetro Urbano está transcrita no anexo 1. Trata-se de um documento pouco referenciado do ponto de vista geográfico, mas que mostra a imagem do planejamento elaborado no Interior.

<sup>209</sup> Significativa a citação a seguir para explicar o processo de valorização da terra urbana. “Na mancha urbana resultante, ficaram inúmeros vazios e áreas sub-ocupadas. São áreas deixadas como reserva de valor, esperando a elevação do preço do solo para serem lançadas no mercado. Capitalizaram os excedentes de valor por meio dos gastos públicos em infra-estrutura e serviços urbanos necessários para atender as novas áreas ocupadas. Em geral, os tentáculos seguiram os eixos viários, onde existia uma pequena oferta de infra-estruturas básicas e serviços urbanos”. (Melo et al., 2001)

<sup>210</sup> Santa Cruz do Capibaribe acompanha o modelo de urbanização do qual fala Lacerda et al. (2000), “baseado na existência de um centro e uma periferia definindo uma forma específica de apropriação social, econômica e política do território”.

<sup>211</sup> Observe-se o mapa 5 (anexo B) mostrando o zoneamento da cidade que embora date de 82, como se disse, ainda determina as normas de urbanização. Neste mapa observa-se a concentração na zona de comércio e

expansão). No anexo A, encontram-se algumas leis da legislação urbana usadas até os dias atuais.

Santa Cruz do Capibaribe se expande em direção aos espaços intermunicipais de Taquaritinga do Norte e Toritama, formando uma expressiva contigüidade desses espaços. Assim, a sua expansão urbana não pode ser vista de modo isolado, pois a cidade tem uma forma de funcionamento intrinsecamente agregada aos municípios que lhes fazem limite. A cidade encontra-se próxima às sedes municipais de Taquaritinga do Norte e Toritama. Faz limite ao Sul com Brejo da Madre de Deus, ao Sudeste, com Jataúba, ao Norte e ao Oeste, com o Estado da Paraíba, e a Leste com Taquaritinga do Norte. A separação entre Brejo da Madre de Deus e Santa Cruz do Capibaribe é feita através de uma ponte de passagem sobre o Rio Capibaribe.

Santa Cruz do Capibaribe está ligada aos municípios circunvizinhos através da PE 160, que vindo de Jataúba atravessa o município e chega a Pão de Açúcar (Distrito de Taquaritinga do Norte), onde se encontra com a BR 104, estrada com destino a Caruaru e que passa por Toritama. Ao longo destas estradas (BR 104 e PE 160), observa-se intensas mudanças no uso do solo, através da junção de população ao longo da estrada e a visível expansão da produção de confecção. Assim, a antiga Rodovia da Sulanca (PE 160), vai se tornando uma verdadeira avenida, abrigando populações dos arredores da cidade até se encontrar com a BR 104. Entre Pão de Açúcar em Taquaritinga do Norte e Santa Cruz do Capibaribe existe uma distância de 6 km de estrada onde está ocorrendo expansão da urbanização na confluência entre os municípios. Sem contar que, ao longo da BR 104, entre Caruaru, Toritama e Taquaritinga do Norte, a população se espalha nos pequenos sítios e arruados produzindo confecção e promovendo a junção entre o espaço rural e urbano (Mapa 1, apêndice B).

Na zona rural são encontrados resquícios de matas de vegetação, constituídas em grande parte por caatinga, cuja área era de, aproximadamente, 2.162 hectares (Censo Agropecuário de 1995/1996). Alguns riachos foram também registrados no espaço rural, como Riacho Doce e Tapera, que vem de Taquaritinga do Norte e se junta ao Rio Capibaribe no espaço do centro da cidade de Santa Cruz do Capibaribe, servindo de marco para definição do perímetro urbano (Decreto nº 007/99) (Mapa 3, apêndice B).

Os pequenos sítios existentes servem muito mais de residência distante para os pobres, do que local de produção a partir do uso da terra. O espaço é composto por 123 imóveis de

---

serviço, no centro da cidade, designada ZCS. As residências e indústrias (RI) e residência e comércio (RC), encontram-se registradas nas diversas zonas do mapa 5(anexo B).

minifúndios de até 10 hectares, que representam a ocupação de 3,6% da área de todos os imóveis rurais do município. Aqui se produz confecção e planta-se batata, feijão e mandioca para o consumo alimentar (FIBGE/Censo Agropecuário, 1995/1996). Embora, seja considerado um espaço rural, a influência da vida na cidade e da produção da mercadoria é sentida em cada lugar. Ao redor dos distritos de Pará e Poço Fundo, inúmeras pessoas trabalham com confecção de roupas e com venda em mercearias, os espaços dedicados a produção de mercadoria no meio rural está marcado no mapa do município (Mapa 3, apêndice B).

Na área rural de Santa Cruz do Capibaribe têm ocorrido constantes mudanças no uso do solo, também em épocas recentes, com a diminuição do uso na produção pecuária. Em 1985, 23.202 hectares eram destinados à pecuária, que representava 86% da área ocupada por estabelecimentos agropecuários. Atualmente, muitos destes empreendimentos deixaram de existir e passaram a ser loteamentos urbanos (Entrevista com assessor da prefeitura em 14 de junho), fato este que ainda não foi registrado nos censos agropecuários. As últimas estatísticas do Censo Agropecuário de 95/96 indicam a existência de 183 estabelecimentos pecuários ocupando uma área de 67,8% da área rural, correspondente a 15.193,9ha dos imóveis considerados.

A presença de algumas fazendas de grande porte ainda é uma realidade. Registrou-se a existência total de efetivo bovino que gira em torno de 6.300 cabeças e cerca de metade de caprinos 3.080 (IBGE, [cidades@censo](#) 2000). São propriedades com poucos empregados, que cuidam do gado e garantem a valorização do terreno para futuros loteamentos urbanos (Entrevista com assessor da Prefeitura de Santa Cruz do Capibaribe em, 14 de junho de 2005). Aqui, não se produz confecção, mas o dono, geralmente, é proprietário de uma fábrica na cidade, numa prova incontestável de que os capitais do mundo rural e da atividade urbana se completam.

## **CAPÍTULO 6: CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No intuito de cumprir os objetivos da tese em caracterizar as transformações socioeconômicas decorrentes das modificações na estrutura produtiva de Santa Cruz do Capibaribe, questionamos a formação de uma economia urbana no meio rural de uma região de capitalismo tardio. Nestas condições, a questão central da tese passou a ser a articulação entre a organização das atividades produtivas e o espaço.

Alguns elementos se destacaram na análise empreendida sobre a produção de confecção em Santa Cruz do Capibaribe, como a especificidade da inovação processada nas empresas da região e a materialização dessa realidade diferenciada da aglomeração no espaço. Ressaltamos que o processo de urbanização não foi comandado pela indústria, e, sim, pela força impulsora das populações do campo, na dinâmica econômica de re-estruturação da produção, a partir da década de 60. Isto porque, a aglomeração produtiva foi-se organizando através da integração econômica dos vários municípios da região. A análise teórica da relação campo-cidade, baseada, em Lefebvre (1972), entre outros, conseguiu determinar este processo de integração dos espaços. A pesquisa constatou que a produção do espaço corresponde ao lugar onde as relações de produção reproduzem e manifestam as mudanças, conflitos e contradições.

Percebemos que mesmo naquela sociedade, onde o uso da tecnologia avançada não é o caso da grande maioria das empresas de confecção, a inovação faz parte intrínseca da produção. A visão dominante ressalta que este tipo aglomeração produtiva não inova, pois utiliza tecnologia pouco avançada e grande quantidade de mão-de-obra desqualificada. O conceito de inovação aqui adotado não se restringiu apenas ao que está embutido na máquina. Trata-se de uma perspectiva de inovação mais geral que agrega também elementos imateriais. São inovações adequadas à realidade da produção industrial do Agreste de Pernambuco. Mais precisamente, de uma realidade peculiar a uma economia de capitalismo tardio.

É comum afirmar que a inovação nos setores tradicionais é baixa. Mas, ao contrário da compreensão dominante, principalmente da concepção neoclássica de que a inovação é um elemento exógeno, aqui se parte da compreensão de que a inovação se verifica no âmbito do processo produtivo. A inovação teve a sua origem na aglomeração e está baseada na

capacidade criativa e cultural do confeccionista. A pesquisa questionou as interpretações que determinam a nulidade desse tipo de conhecimento criativo.

Na aglomeração de Santa Cruz do Capibaribe, a inovação é o resultado da criatividade e da invenção na forma de adaptação. A inovação que flui da cultura da população está, em geral, agregada a uma forma de solidariedade da comunidade, dando origem, por exemplo, a um novo produto fabricado com sobras da produção das empresas maiores ou sendo representada em instrumento de comunicação e propaganda, visando a expansão das vendas nas feiras dos diversos municípios produtores. A motivação para a criação e adaptação encontra-se em todos os espaços e induz ao aumento de produtividade e de competitividade frente a outros lugares de produção de confecção.<sup>212</sup>

No pátio industrial de Santa Cruz do Capibaribe, o confeccionista promove o crescimento da produção a partir da introdução proporcional de uma máquina e de um trabalhador no processo industrial. Apesar de existirem máquinas de última geração, a capacidade produtiva da grande maioria está baseada em máquinas de costura simples.

Para a expansão do parque seria necessário o apoio governamental para que ocorressem transformações nas condições de progresso das forças produtivas, possibilitando uma infra-estrutura básica (financiamento da infra-estrutura para a industrialização, por exemplo). Segundo os empresários, o mercado não tem se apresentado capaz de gerar as condições para o crescimento da atividade. De acordo com Melo, existe a compreensão de que, “nem todos os investimentos podem ser induzidos pela procura preexistente, é preciso que alguns antecipem a demanda, especialmente, em relação aos investimentos de base, o que exige a presença ativa do Estado”, uma vez que não se pode confiar apenas nas possibilidades advindas do empresariado (Mello, SD: 2).

Atualmente, nos países latino-americanos, existe um pressuposto de que o mercado deve chegar a uma alocação eficiente dos recursos (Rovere, 2006). No mundo contemporâneo de exacerbação do papel social do indivíduo, a intervenção do Estado só é justificada em caso de colapso do mercado. No Brasil, a incipiente política industrial propõe a forma horizontal de funcionamento para atender a diversos tipos de empresas. O questionamento sobre a sua atuação constatou que as diretrizes políticas não seriam as mesmas para as diversas faixas de tamanho de empresas. Percebemos na prática que, num mesmo parque de produção, as firmas obtinham benefícios consideravelmente diversos, diferindo em relação às condições de

---

<sup>212</sup> A OCDE em 1995, constatou que “as empresas pequenas induz a maior motivação para desenvolver a produtividade e a competitividade através da inovação”.(Rovere, 2006)

capitalização de tecnologias e de inserção no mercado de oportunidades de exportação (Erber e Cassiolato, 1997).

No parque de Santa Cruz do Capibaribe existem as empresas que possuem melhores possibilidades de importação de máquinas e compras de matérias-primas, e as que possuem maiores dificuldades em participar do mercado de concorrência. Entretanto, na qualidade de unidade familiar ou de firma aglomerada, a utilização das externalidades marshallianas é uma das condições para sobrevivência.

No Brasil, como nos países desenvolvidos, existem dificuldades em relação à formulação de políticas industriais voltadas para o crédito das pequenas empresas. Embora existam diversas linhas de financiamento nos bancos oficiais do país para as pequenas empresas, na maioria das vezes a utilização do crédito esbarra nas exigências das obrigações fiscais, pois, se trata de uma economia localizada em grande proporção no setor informal (Rovere, 2006).

Em decorrência, o espaço destinado à inovação tecnológica das pequenas empresas nem sempre tem o respaldo de uma política industrial eficiente, mesmo em regiões de maior desenvolvimento (Coutinho, 2003:6). Neste contexto, as estratégias de inovação no âmbito das regiões deprimidas apresentam uma lógica que rompe com as concepções simplificadoras a partir do uso exclusivo de tecnologia, se estendendo à capacidade de invenção dos trabalhadores, fomentada pelo ambiente favorável à organização e divulgação das idéias sobre produção.<sup>213</sup>

A inovação em Santa Cruz do Capibaribe, não diz respeito apenas às empresas maiores e formalizadas. As empresas familiares, autônomas, pequenos e micro empresários formam suas próprias competências, na relação de integração no espaço da aglomeração. A introdução do progresso técnico ou de novos métodos de produção no espaço da aglomeração ocorre com base numa integração constante entre os diversos participantes daquela produção. Esta é uma característica encontrada nas diversas formas de *clusters* (Becattini, 1994:50).

A convivência é o principal caminho para a introdução de novas idéias sobre a produção e o produto, bem como para a introdução de tecnologia e de outras formas de aumentar a produção. Existe a necessidade da aglomeração em melhorar a produção e as diversas alternativas são apreciadas na convivência entre os empresários, trabalhadores e instituições. Entre os trabalhadores nas feiras, na rua ou na atividade diária do processo de

---

<sup>213</sup> Alguns países começam a perceber a importância da dimensão organizacional na concepção da inovação, como é o caso das Políticas de Desenvolvimento Regional da EU (Galvão, 2003).

trabalho, são constantes os momentos onde se discutem os “segredos da profissão”, como falava Marshall (1984). A experiência vivenciada na localidade busca opções e apresenta uma inovação que não é imposta de fora para dentro. A inovação é criada no próprio pátio de produção a todo o momento, através do uso de novas técnicas de produção, de utilização de equipamentos ou de outras maneiras que envolvem os produtores.

E, embora seja próprio do capitalismo “a tendência a homogeneização da reprodução do capital” (Oliveira, 1977), de um lado, observa-se que as formas de elaborar o produto assumem características culturais e, de outro, contraditoriamente, busca-se uma padronização para atender aos anseios do mercado. Assim, além da relação face a face, os meios de comunicação ligados a Internet e a televisão são os grandes responsáveis por mudanças e adoção de novo design ou criação de novo produto. Os modelos refletem uma certa aparência cultural<sup>214</sup> específica da região que se faz notar através de tamanho, cores e detalhes dos enfeites.

Existe um acervo de conhecimentos e experiências práticas na aglomeração que pode ser estimulado no cotidiano de forma institucional numa perspectiva de incentivo ao crescimento econômico. O ambiente criado ao longo dos anos foi moldado, adaptado e nele foram reunidas as condições de produção daquela localidade. Como característica, delineou-se uma trajetória de aprendizagem que se constitui um legado importante para os avanços sócio-econômicos da região.

Outra característica marcante da localidade é a integração entre os espaços, e este fato foi analisado nos capítulos iniciais da tese. Na detalhada revisão bibliográfica do capítulo 1, vimos que para a compreensão das diferenças entre o rural e o urbano, tornava-se preferível começar pela identificação das complementaridades e integrações. Para tanto, argumentamos que numa região periférica, conduzida por uma “evolução truncada”, dialeticamente se combinam formas atrasadas e modernas de reprodução. Nesse momento da exposição, tomamos como base a percepção de Oliveira, quando este explica que no Brasil, em diversos espaços, ainda não ocorreu a destruição completa das relações de produção não-capitalistas, e já sobressaem as formas mais avançadas e contemporâneas. Na acumulação primitiva de capital, o fundo de acumulação proveniente da agricultura de subsistência e a renda do trabalhador urbano se complementaram.

---

<sup>214</sup> “A cultura como uma variável essencial, mas exterior à sociedade; ela imprime traços que se impõem por razões físicas (através dos gêneros de vida) ou pela transmissão de traços herdados do comportamento (as tradições próprias de cada um dos componentes étnicos da população)” (Claval, Paul 1999:9).

A observação da realidade da Região mostrou que ainda existem casos de relações de produção pré-capitalistas no campo baseadas na figura do morador dos sítios e na apropriação do sobretrabalho, efetuada através da meia ou de formas contratuais capitalistas daqueles que prestam serviço terceirizado à confecção da cidade, trabalhando em suas casas no meio rural. Esta relação de trabalho na confecção que se apresenta como uma nova forma de contrato de trabalho precário, onde o trabalhador recebe o salário ou a remuneração por peça produzida, é própria do capitalismo atual e está se consolidando no mesmo espaço em que vivem moradores de fazendas de gado ou sitiantes.

A região também apresenta serviços financeiros e de comunicação de alta complexidade que complementam a produção da aglomeração industrial. A mistura “esdrúxula” (denominada por Oliveira como semelhante a um ornitorrinco) mostra as formas mais avançadas, que indicam à ocorrência da produção do capitalismo recente, e as mais atrasadas do subdesenvolvimento.

No capítulo 2, estudamos os diversos autores que discutem o conceito de *cluster*, distritos industriais e inovações. Os referidos autores, recuperando as idéias de Schumpeter e Marshall, buscaram compreender a nova forma de organização territorial, considerando a localização da produção no espaço como responsável por externalidades e crescimento econômico. Nestes espaços aglomerados, normalmente, a pequena empresa se estabelece, beneficiando-se através de nichos de mercado e, em alguns casos, constituindo-se numa opção de desenvolvimento, como na Terceira Itália, talvez o exemplo de maior sucesso.

Em Marshall, a visão dos distritos industriais não apresentava articulação com o processo histórico. A perspectiva otimista do desempenho progressista da pequena empresa e dos distritos industriais de Marshall se justificava pelo contexto histórico da época em que se desenvolveu o capitalismo na segunda metade do século XIX, quando houve um prodigioso avanço na tecnologia acompanhado de expressivo êxito dos negócios, e que justificou, portanto, o otimismo da visão neoclássica.

Na época atual, as pequenas empresas continuam agraciadas com a opinião favorável de diversos autores (Becattini, 1994; Bagnasco e Pini em 1981; Cassiolato e Szapiro, 2003, dentre outros). Alguns entendem que a adoção de pequenas empresas seria uma saída para a crise, apesar de conhecerem as dificuldades existentes e tendo em vista que as transformações do capitalismo contemporâneo não se apresentam favoráveis a uma descentralização do capital. Os adeptos da pequena empresa e outros, com uma visão mais concreta das possibilidades de domínio do grande capital no desenvolvimento do capitalismo, discutem saídas para a crise através do espaço local.

Alguns, como Veltz (1994), têm uma visão mais real da limitação das estratégias para a saída da crise quando questiona a validade dos cenários que enfatizam as possibilidades das soluções locais, pois, apenas, ocasionalmente, o local consegue estabelecer soluções de sucesso. Mesmo refletindo que o capitalismo esteja passando por um processo de reestruturação, esta circunstância apresenta uma diminuição do número de agentes na produção, implicando em centralização de capital (Veltz, 1994).

Nessas condições, observa-se o crescimento da centralização e da concentração de capital. De onde se conclui que as grandes somas de capitais concentram-se, provavelmente, nas grandes metrópoles (*Ibidem*). Além do mais, existe um reconhecimento geral de que os “processos inovativos e os fluxos originados desses tendem a se concentrar no locus de decisão em alguns países mais desenvolvidos” (Lastres et al., 2000). Podemos dizer que permanecem ainda onde sempre estiveram, concentrados em lugares especializados na produção de conhecimento para a grande empresa (Sassen, 1998:17).

De outra feita, os distritos industriais em todo o mundo são responsáveis por parte muito pequena da acumulação de capital. Mesmo assim, a implantação de estratégias de desenvolvimento através das aglomerações produtivas, de alguma forma, descentralizou o espaço físico da produção das grandes metrópoles para cidades médias e, às vezes, para cidades pequenas. Até certo ponto, podemos dizer que se apresenta um indício de interiorização da produção sem que se apresente um indício da descentralização do capital.

Numa região de intensas disparidades, as dificuldades do processo de desenvolvimento local são maiores ainda, daí ser tão importante considerar na análise da argumentação o caráter de desigualdade regional. Aqui, faltam os investimentos de base para promover o crescimento da industrialização. Estes investimentos necessitam da presença ativa do Estado, no momento mesmo em que assistimos, ao contrário, a diminuição de sua participação, seja através do planejamento regional e dos incentivos fiscais ou de outras formas de financiamento para a formação de capital necessário à expansão da atividade.

A importância das políticas macroeconômicas para a adoção das estratégias de desenvolvimento, não pode ser negada. Mesmo assim, parece uma recomendação sensata evitar “uma visão idealizada” e harmoniosa de um Estado-Nação auto-suficiente, capaz de “assegurar plena realização dos respectivos circuitos de valorização do capital”(Galvão, s/d). Não existe uma unanimidade no tratamento das estratégias de desenvolvimento nas diversas regiões. Enquanto o país se movimenta em direção à integração com o capital globalizado, algumas regiões estão distanciadas desta integração e chegam a constituir um embaraço à realização de políticas e alianças predeterminadas, seguidas pelo Estado-Nação.

No capítulo 3, o estudo do processo de constituição do espaço urbano se deu numa perspectiva histórica que buscou os determinantes do processo de desenvolvimento econômico e de urbanização. Constatamos a falta de registro histórico do processo de urbanização e, com isto, privilegamos, a narração da história pelos antigos habitantes da cidade,<sup>215</sup> como método de observação. Neste capítulo vimos também que, a partir da década de 60, iniciou-se uma pluriatividade em Santa Cruz do Capibaribe através da produção urbana.

As modificações na estrutura produtiva, responsáveis pela expansão da agropecuária repercutiram numa diminuição de trabalhadores nas atividades do campo. Essa conjuntura, aliada aos constantes regimes de seca, provocou a busca de outros meios de trabalho na localidade. Uma opção foi seguida em Santa Cruz do Capibaribe, apesar desta localidade dispor de poucos recursos e de uma infra-estrutura básica precária.

As estradas começaram a se expandir somente a partir dos anos de 1970, quando foram priorizados esforços pelo Governo Federal para expansão do mercado nacional e de infra-estrutura urbana, interiorizando os benefícios. Um dos fatores determinantes para o processo de instalação dessa economia urbana foi a existência de uma poupança de capital em máquinas e instrumentos rudimentares de trabalho, além da habilidade adquirida pela prática da costura, o que aumentou a produtividade do trabalho e potencializou a produção.

A partir da década de 80, houve uma diminuição das migrações internas no país, ocorrendo uma busca maior pela sobrevivência na região. Iniciou-se, então, a expansão das atividades produtivas em Santa Cruz do Capibaribe, através da integração entre diversos municípios vizinhos formando uma aglomeração produtiva, com intensa divisão do trabalho, usufruindo-se das vantagens dos agrupamentos territoriais destinados à produção.

Nos anos 90, os esforços para a integração das regiões diminuíram e os desequilíbrios aumentaram com a ausência do planejamento regional. A situação do campo foi equacionada pela re-estruturação da atividade. Houve uma diminuição da atividade agropecuária e a mão-de-obra liberada foi alocada no setor terciário e na confecção. Em alguns casos, as pessoas permaneceram sobrevivendo do serviço público ou de aposentadorias rurais.

No capítulo 4, vimos que, nos anos recentes, algumas políticas pontuais foram implantadas no intuito de resolver a questão do desemprego advindo da rápida abertura da economia de taxa de câmbio sobrevalorizada e da flexibilidade das regulamentações dos

---

<sup>215</sup> Como diz Blume, o método pode ser baseado em “ um relato da experiência individual que revele as ações do indivíduo como agente humano e como um participante da vida social”(BLUME, Hebert,1939, in

fluxos financeiros. Mesmo assim, diminuíram as políticas públicas e, ao mesmo tempo em que se processava uma reforma administrativa no país, reduzia-se a presença do Estado e aumentava-se o poder local.

No que diz respeito às políticas industriais, a estratégia de maior virtuosidade era o estímulo à produção para a inserção no mercado internacional. A contradição é que, “a própria abertura comercial radical e a sobrevalorização cambial, praticamente, eliminaram os espaços para manobras” (Vidal, 2002).

No impasse entre adesão à ordem neoliberal e a pressão por empregos, principalmente nos grandes centros, o Governo instituiu uma política de empreendedorismo. O empreendedorismo surgiu no país num período de vigorosa influência das doutrinas neoliberais no Governo Federal. A política de empreendimento se ajustou à de desenvolvimento local estando marcada pela difusão de soluções individuais e pela pressuposição de um papel social relevante no equacionamento de solução do desemprego e no desenvolvimento. O caráter de desenvolvimento de uma política empreendedora não traz em seu bojo a preocupação com a melhoria de vida e de padrão de consumo para a população. A teoria econômica no contexto neoliberal não entende serem estes os pressupostos do crescimento, pois, trata-se de uma escolha individual do consumidor, independente da forma de produção.

O papel do governo empreendedor é incentivar a alocação de mão-de-obra desempregada em trabalhos por conta própria, procurando diminuir os problemas sociais, principalmente, nos grandes centros. Os parceiros seriam os pequenos e médios empresários organizados em suas instituições classistas e os governos locais e estaduais.

A política empreendedora foi fomentada no país, em grande parte pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Microempresas), com a implementação de consultorias, cursos de qualificação e organização de feiras e eventos. Existem, entretanto, restrições às mudanças propostas pelo programa no que se refere à interferência nos negócios, que continuam sendo assumidos diretamente pelos empresários.

Essa política faz parte dos pressupostos da acumulação flexível do capitalismo contemporâneo e que, mesmo nos países desenvolvidos, a questão do emprego tornou-se um problema decorrente do intenso processo de reestruturação, marcadamente depois da crise do modelo fordista / keynesiano e do estabelecimento do novo padrão flexível de acumulação (Harvey, 1998). Nestas condições, a produção não estaria mais baseada na grande escala. No

regime flexível a menor quantidade de produtos e variedade de modelos levaria à diminuição de estoques, possibilitada pelos avanços de novas tecnologias de comunicação.

A reestruturação produtiva diminuiu o impulso de geração de empregos formais e as opções que surgiram estão longe de uma estabilidade. Entre 1990 e 1999, o percentual de trabalhadores de tempo parcial passou de 14% para 16% nos países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE e de 10% para 12% na União Européia. Cresceu o trabalho ocasional e os trabalhos sem contrato aumentaram em todo o mundo. O emprego por conta própria já equivale a 12% da população economicamente ativa (PEA) mundial. Essa nova condição de trabalho carrega em seu bojo resultados que demonstram o aumento dos trabalhadores clandestinos, desqualificados e ocasionais (OIT / 2001). São condições de uma especialização flexível que se disseminam nos diversos países, sejam eles desenvolvidos ou subdesenvolvidos, estando presente com maior incidência nas regiões mais atrasadas, a exemplo de Santa Cruz do Capibaribe, onde 90 % da produção é realizada com trabalho precário e informal.

As condições de trabalho menos virtuosas praticadas no início da industrialização capitalista, foram revividas<sup>216</sup> na fase atual do capitalismo como elemento intrínseco da exploração do trabalho e extração da mais-valia absoluta. O ressurgimento do trabalho em domicílio vem ocasionando o aumento efetivo das jornadas de trabalho para o tempo que for necessário à realização da tarefa e o uso temporário da mão-de-obra, utilizando-se do amparo na flexibilidade das normas trabalhistas. Esse regime de trabalho flexibilizado está disseminado em todo o sistema e encontra repercussão efetiva nas estratégias de sobrevivência em regiões economicamente deprimidas, como em Santa Cruz do Capibaribe.

A política empreendedora implantada no Brasil<sup>217</sup> induziu à idéia de que a única responsabilidade do emprego ou da criação do negócio é do empreendedor. A partir dos anos 90, as novas diretrizes das políticas do Estado brasileiro, abordavam o problema do desemprego, avaliando uma extensa escala de possibilidades para engajar o “indivíduo econômico”, ou seja, o autônomo, o homem que vive por conta própria, chegando a inúmeras

---

<sup>216</sup> A subcontratação organizada e o surgimento do pequeno negócio acarretaram à volta de antigos trabalhos em domicílio, pagos por peças; “agora, como elemento central e não apêndice do sistema” (Harvey, 1998).

<sup>217</sup> A divulgação da política de empreendedorismo disseminou-se para outras áreas, levando consigo a idéia do indivíduo agente de criação do seu próprio negócio, dispensando a interferência do Estado nas regulamentações empreendidas, segundo estratégias próprias do mercado. O empreendedorismo chega a ser uma diretriz de ensino e de negócio. Com frequência, alguns departamentos de universidades têm promovido cursos, palestras, seminários, sobre o assunto e incentivado os alunos para a nova forma de pôr em prática os conhecimentos. Estima-se que cerca de 23 mil estudantes estejam engajados nos movimentos favoráveis ao empreendedorismo

opções de subempregos, chamados de patrão de si mesmo no mundo da precariedade e informalidade. E encontrou ecos, pois, o apelo à geração de emprego conseguiu adesão da sociedade e dos gestores públicos, tendo em vista o momento de desalento vivido pela ausência de opções de trabalho na sociedade capitalista.

Assim, as condições de competição do indivíduo social estavam dadas através da sua atuação na sociedade e a inviabilidade ou sucesso do negócio é de responsabilidade da própria capacidade pessoal. Individualismo presente nos conteúdos da doutrina neoliberal. O mais crítico é saber que nem estes empreendedores e nem os gestores locais dos municípios pequenos reúnem as condições necessárias para propiciar um processo de desenvolvimento sem a participação das várias instâncias governamentais.

Na maioria das vezes, as dificuldades no desempenho da aglomeração de Santa Cruz do Capibaribe, surgem da forma de organização do seu processo de trabalho e que está distante dos pressupostos técnicos exigidos para um aumento da produtividade.<sup>218</sup> O trabalho em algumas oficinas não tem por base o método adequado à divisão técnica do processo. Não se trata simplesmente da questão de uso da tecnologia. Marx valeu-se de semelhante situação para esclarecer a passagem entre os períodos a que se referiu como Cooperação e Manufatura, baseada na mudança da organização do trabalho e não na evolução dos equipamentos.

Em geral, no Brasil, existe maior esforço para melhoria das atividades processuais do trabalho, registrando-se uma taxa de inovação no produto em torno 16,8% e 24,7% na melhoria dos processos de trabalho (Inovação, UNICAMP, 2004). Em Santa Cruz do Capibaribe, seguindo esta tendência, observamos um aumento da organização do trabalho e da produtividade, através de modificações no layout das fábricas e da aplicação de métodos de racionalização do trabalho, na maioria das confecções formalizadas.

Os programas das políticas empreendedoras atuam nesta área para melhorar o desempenho e a competitividade. Embora, as inovações nesta localidade estejam baseadas, na maioria das vezes, na capacidade informal do empreendedor de criar e disseminar seus inventos e adaptações, fundamentados em técnicas elementares, promovendo condições de

---

nas empresas Júnior, representando 3% do total dos universitários. (Jornal da Unicamp, Campinas <http://www.unicamp.br>, Jornal de 26 de abril a 2 de maio de 2004.

<sup>218</sup> “Em todos os casos, a produtividade específica da jornada de trabalho coletivo é a força produtiva social do trabalho ou a força produtiva do trabalho social. Ela tem sua origem na cooperação. Ao cooperar uns com os outros de acordo com um plano, desfaz-se o trabalhador dos limites de sua individualidade e desenvolve a capacidade de sua espécie”(Marx, 1975: 378). Modernamente as linhas de montagem obedecem a um plano de organização do trabalho, tendo no método e no tempo a possibilidade de alcançar a produtividade.

concorrência. Na busca de conceituar a inovação daquela região produtora de confecção fizemos referência à capacidade de criação e de aprendizagem. Lastres, ressalta esse elemento, entendendo a inovação como “definida através dos meios técnicos disponíveis e da capacidade de usá-los” (Lastres, 2004). A preocupação com a aprendizagem e a qualificação passou a completar as definições atuais de inovação ressaltando-se “a importância da capacidade de aprender e inovar” (Lastres 2004) em várias áreas de conhecimento.

A leitura que se faz é de que existe habilidade para a criação de novos modelos de confecção em todos os recantos da aglomeração. Ao mesmo tempo, percebemos que as exigências de qualidade do produto têm se modificado. Assim, têm sido agregadas novas fatias de mercado mais exigente em relação a uma produção mais variada de design, a qualidade de fabricação e a comercialização. Mesmo que a maioria dos produtos fabricados em Santa Cruz do Capibaribe sejam destinados a um tipo de nicho onde o preço é determinante, a qualidade do produto tem sido uma exigência na manutenção da concorrência para a ampliação do mercado. A capacidade criativa e informal do confeccionista e a aprendizagem convivem harmoniosamente e são difundidas como melhorias no âmbito da aglomeração. A qualidade do produto não depende necessariamente do aumento de tecnologia ou de capital intensivo nas fabricas e diz respeito muito mais a qualificação da mão-de-obra.

No Capítulo 5, mostramos que a produção de confecção espalha-se em todo o território indistintamente, tornando difícil dizer qual é o espaço rural e qual é o urbano. Podemos concluir que muitos dos trabalhadores continuam no campo numa atividade urbana, ou seja, nesta localidade foi se constituindo um trabalho urbano no meio rural. A constante agregação de terreno rural no ambiente urbano denota uma integração considerável dos espaços. O capital é tão integrado que os donos de fazendas de caprinos e bovinos são também os empresários que produzem em suas fábricas na cidade e os seus moradores são também trabalhadores da confecção que produzem nos sítios ou na cidade.

Além da integração entre os espaços rurais e urbanos, outra característica da localidade em discussão é a de reunir municípios de população pequena, 58% deles têm menos de 20 mil habitantes e 25% reúnem mais de 50 mil habitantes. A área de alguns destes municípios encontra-se bastante reduzida por contínuos desmembramentos ocorridos, principalmente, para obter os repasses federais a exemplo do FPM (Fundo de Participação dos Municípios). Muitas vezes, além da confecção, esta é a única fonte de recursos destes

---

De acordo com as observações de João Manuel, “a industrialização capitalista deve ser entendida como um processo de constituição das forças produtivas, consideradas mais precisamente, como o processo de passagem

municípios pequenos, o que torna esta receita a responsável pela movimentação do mercado local, juntamente com a confecção. A aglomeração da confecção nesta região consegue promover a integração territorial apesar dos desmembramentos.

Observamos, no capítulo 5, a expansão da mancha urbana no município de Santa Cruz do Capibaribe e analisamos as alterações ocorridas recentemente no uso do solo rural e urbano da cidade, como fruto do avanço da urbanização em curso. Verificamos também que, de uma forma ou de outra, os municípios vizinhos vêm se expandindo em seu espaço urbano. Esta é uma região cujas raízes históricas estão intimamente ligadas à plantação de algodão e à agropecuária e que, nos dias atuais, com a implementação da confecção, vem sofrendo intensa expansão urbana através da constante agregação de novas glebas levando ao espraiamento da mancha urbana.

A modificação da morfologia da cidade é visível, através da construção de shoppings, galerias de comércio e serviços, bancos e novos prédios para abrigar as oficinas e residências, entre outras formas de edificações necessárias ao desenvolvimento da indústria de confecção. Construíram também pousadas, hotéis e restaurantes destinados a atender a uma população flutuante em torno de 20 mil pessoas, entre sacoleiros e turistas de negócios, que semanalmente se dirigem à feira da cidade de Santa Cruz do Capibaribe, para comprar as mercadorias e revendê-las nas cidades da região Nordeste e até mesmo em lugares mais distantes, a exemplo da região Norte do país, chegando até a Cuba. Através do uso da sacoleira como elemento divulgador e agente comercial daquela produção, realiza-se um mercado de confecção destinado ao consumo das classes menos favorecidas.

O mercado de confecção nas diversas regiões do país sofreu modificações significativas em relação à pequena e à grande empresa. A abertura econômica da globalização provocou um forte impacto no mercado de confecção do país, cuja intensidade foi sentida conforme o porte e a atualização tecnológica das empresas. As grandes empresas, expostas a competição internacional, vinham desenvolvendo programas de redução de custos, modernização tecnológica e gerencial e arcaram com menores dificuldades de adaptação as novas normas do mercado (Albuquerque, 2003). Nesta época, houve diminuição do número de trabalhadores nas grandes empresas, aumento do número de equipamentos na automação

de processos, crescimento do número de importações<sup>219</sup> de confecção e expansão das pequenas empresas (Albuquerque, 2003).

A expansão da pequena empresa na década de 90 ocorreu em consequência da terceirização do trabalho dos setores tradicionais das grandes confecções em processo de modificação dos equipamentos tecnológicos. Entretanto, o crescimento da oferta de tecidos e aviamentos, através da expansão das importações, provocou diversificação e preços competitivos de matérias - prima e aviamentos, tornando também competitivo o preço final das confecções. Nestas condições, observou-se um aumento na taxa da produção de vestiário no país, entre 1990 e 1999, em média de 7% a.a., promovendo um crescimento acumulado de 84%, no período. Por sua vez, houve aumento do consumo de roupas no país, passando de 8,27Kg/habitante para 9,50Kg/habitante (Albuquerque, 2003). Neste contexto, a produção de confecção no Nordeste também obteve crescimento, entre 1995 e 1999, passando de 5% para 11% em relação à produção nacional, o que mostra pequena desconcentração da produção em relação ao Sudeste que observou uma diminuição na produção física que varia de 64% para 58% (Albuquerque, 2003, Gorini, 1999).

Além desta perspectiva favorável a este crescimento, as informações contextuais mostram que em Santa Cruz do Capibaribe, na década de 90, houve uma expansão dado a busca deste nicho de mercado de confecção, provocada pela diminuição da renda salarial do trabalhador, que passou a utilizar produtos de qualidade inferior para compor o seu vestuário (Governo do Estado de Pernambuco, 1995).

O mercado da confecção em Santa Cruz do Capibaribe, baseado em micros (73%) e pequenas empresas (26,4%), acompanhou o comportamento das pequenas empresas no País, considerando que o desempenho das pequenas e médias empresas em relação as grandes é diferente (SEBRAE/PE/DCA/UFPE, 1993). Observamos, na praticidade do parque industrial de Santa Cruz do Capibaribe que as pequenas e médias empresas são consideradas pelos consultores, particularmente mais ágeis na geração de emprego, na distribuição de renda e nas mudanças na estrutura produtiva, visando a criação de opções de demanda. Como em outros mercados, estas empresas dependem de um fluxo dinâmico que impulse investimentos e agregue valores e seu crescimento depende da massa de salários disponíveis na sociedade.

---

<sup>219</sup> A partir de 1993 as importações no setor de confecção passaram de US\$ 47 milhões para 351 milhões em 1995, representando um aumento de 647% decorrente da abertura comercial no país. Em decorrência, registrou-se a demissão de 500 mil trabalhadores e uma mobilização, durante 1995, em favor de suspensão das importações para a Ásia.

Na aglomeração produtiva de Santa Cruz do Capibaribe, o funcionamento e a complementaridade<sup>220</sup> entre pequenas e médias empresas (em sua maioria familiar) advêm das vantagens da organização econômica e territorial da produção, como já frisava Marshall<sup>221</sup>. A dinâmica do mercado, mesmo em relação a produtos do setor tradicional (têxtil, confecção e móveis), se organiza a partir da atividade mercadológica, onde a competição de compradores comerciais não é apenas regional (Canuto, 2000).

A escala internacional tem influência na competição do mercado nacional numa economia aberta. Neste sentido, o papel desempenhado por empresas locais pode ser substituído por empresas internacionais concorrentes desde que apresentem vantagens lucrativas (Canuto, 2000). Na questão da moda, o elemento criativo e cultural do design tem dificultado o engajamento em experiências estrangeiras como as de Taiwan, como pode ser observado no parque de Santa Cruz do Capibaribe. Mesmo assim, não existem elementos impeditivos para a ocorrência de uma convergência de capitais maiores destinados a parques industriais de médias e pequenas empresas (Canuto, 2000).

O mercado das classes menos favorecidas desperta o interesse de investidores, uma vez que se encontra em expansão.<sup>222</sup> Opiniões desfavoráveis contestam as visões mais otimistas do IBGE, mostrando o crescimento médio de 0,7 dos trabalhadores sem contrato formal e de 1,5% para aqueles com carteiras assinadas, em comparação com os dados de 2005. Estas opiniões estão baseadas em dados do IBGE, em 2003, que revelam que de cada cinco brasileiros, quatro não têm poder de compra e 65% deles sequer têm conta em banco. A atividade econômica de Santa Cruz do Capibaribe é destinada a atender, especialmente, a

---

<sup>220</sup> Em redes de empresas entre grandes e pequenas, a dinâmica dos investimentos, da formação de preço, da apropriação de fatias de valor agregado etc, depende assimetricamente das decisões tomadas pelas grandes empresas (Canuto, 2000)

<sup>221</sup> O mecanismo de complementaridade entre as empresas nos Distrito Industriais, já havia sido frisado por Marshall como vantagens da aglomeração de empresas em um território. Ele dividiu as economias derivadas de um aumento da escala de produção em duas categorias: as que dependem do desenvolvimento geral da indústria, as economias externas e as que dependem dos recursos das empresas que elas se dedicam individualmente das organizações e eficiência administrativas de suas unidades produtivas, que é denominada de economias internas. O aproveitamento das economias externas acabaria por proporcionar ganhos de escala às empresas tomadas individualmente, ou melhor dizendo, existiriam benefícios de economias internas proporcionando rendimentos crescentes (Marshall, 1984).

<sup>222</sup> Segundo análise do PPA (Plano Plurianual) entre 2004 e 2007, ocorreria uma incorporação progressiva de famílias de trabalhadores no mercado consumidor. Fato que levou a conclusão de muitos, sobre as novas perspectivas de nicho de mercado dos trabalhadores de baixa renda. O Plano Plurianual é o instrumento pelo qual o Governo do Estado irá orientar o planejamento e a gestão da administração pública para os próximos 04 anos. No Plano Plurianual estão definidas as metas físicas e financeiras para fins do detalhamento dos orçamentos anuais (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão).

demanda dos que têm menor poder de consumo, sendo, geralmente, realizada num mercado onde o uso do dinheiro corrente é o único meio de compra permitida aos que não dispõem de endereço bancário.

O empobrecimento das classes trabalhadoras levou ao fortalecimento de um nicho de mercado no setor informal que passou a garantir a sobrevivência de trabalhadores do Agreste pernambucano, depois da diminuição das migrações para São Paulo, no momento de crise do capitalismo, nas últimas décadas dos anos 20. O mercado se expandiu no momento de crise da oferta de trabalho e diminuição da renda do trabalhador.

As pequenas empresas familiares de Santa Cruz do Capibaribe, durante as quatro décadas de existência, participaram e concorreram no mercado através de suas próprias condições como economia de uma produção aglomerada, sem usufruir benefícios do Estado. Um projeto alternativo de desenvolvimento regional que reclamasse a redução das desigualdades e agregassem diversas instâncias de governo entre outras determinações, levaria a institucionalização dos benefícios de uma política industrial, distinta dos anos 60, para o interior do Estado, favorecendo a expansão das atividades do mercado interno com perspectivas de inclusão às economias mundiais e a ampliação de camadas menos favorecidos na vida econômica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Do setor ao território:** funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. In Inter-relações entre as transformações demográficas e a agenda social. IPEA Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas, São Paulo: IPEA, 1999.

ALBUQUERQUE, Marina Victor Medeiros Leão. **A industrialização no Brasil e o desenvolvimento da moda:** um ensaio. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) Faculdade de Ciências Gerenciais, Sete Lagoas.

ALTENBURG, T. & J. MEYER-STAMER. **How to promote clusters:** experiences from Latin America. World Development 27 (9) 1999.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o homem no Nordeste.** 3ª. Edição. São Paulo: Brasiliense, 1973.

\_\_\_\_\_. **Geografia de Pernambuco.** Manuscrito. Recife: CONDEPE, 1974.

\_\_\_\_\_. **Área do sistema canavieiro.** Série Estudos Regionais nº 18, Recife: SUDENE, 1988.

\_\_\_\_\_. **Formação territorial e econômica do Brasil.** Recife: Massangana, 2003.

ANTUNES, Ricardo. **Algumas teses sobre o presente (e o futuro) do trabalho:** perenidade e superfluidez do trabalho. São Paulo: UNICAMP/MIMEO, 2005.

ARAGÃO, Joaquim. In **Provisão e financiamento de infra-estruturas:** uma abordagem econômica. Rede de Estudos de Engenharia e Socioeconômicos de Transporte - Recife: RESET, MIMEO /MDU/ S/D, 2002.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Os desequilíbrios regionais no Brasil: o caso do Nordeste.** SEMINÁRIO OS DESEQUILÍBRIOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, MÃO-DE-OBRA E MIGRAÇÕES INTERNAS NO BRASIL. (MIMEO). UFPE: Recife, 1979.

\_\_\_\_\_. **O Nordeste brasileiro face à globalização: impactos iniciais, vantagens e desvantagens competitivas.** São Paulo: Centro de estudos Konrad Adenauer-Stiftung, PESQUISAS, nº 8, 1997.

\_\_\_\_\_. **Dinâmica regional brasileira e integração competitiva.** SEMINÁRIO INTERNACIONAL: DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA, POBREZA E CRESCIMENTO ECONÔMICO. ANAIS 7º Recife: AMPUR, 1997; NEAD-World Bank, 1998.

\_\_\_\_\_. **Por uma política nacional de desenvolvimento regional.** Revista econômica do Nordeste, São Paulo: Banco do Nordeste, nº 2, edição de abril/junho de 1999.

\_\_\_\_\_. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências.** Rio de Janeiro: REVAN, 2000.

ARRETCHE, Marta. **Federalismo e políticas sociais no Brasil - problemas de coordenação e autonomia,** São Paulo: Revista São Paulo em Perspectiva 18 (2), 2004.

AUDRETSCH, D. B. **Agglomeration and the location of innovative activity.** Oxford Review of Economic Policy 14 (2) SUMMER.

ALVARES, Regina e OLIVEIRA Eliane. **Um mutirão em favor dos micros empresários.** Reportagem. Associação Brasileira dos Contribuintes (ABRAPI). Disponível em <http://www.abrapi.org.br>.

BAENINGER, Rosana. Expansão, redefinição ou consolidação dos espaços da migração em São Paulo a partir dos primeiros resultados do Censo de 2000. **XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS,** Ouro Preto: 2002.

BATSCHAUER, Janine e CAMPOS, Renato Ramos. **Cooperação em sistemas produtivos e inovativos: o papel das organizações e reflexos sobre o capital social.** VIII ENCONTRO DA

REGIÃO SUL - ANPEC/SUL, Porto Alegre: 2005. Disponível em <http://www.ppge.ufrgs/anpecsul>.

BECATTINI, Giacomo. El distrito Marshalliano: una noción socioeconômica. In **Las regions que ganan**: distritos y redes, os nuevos paradigmas de la geografia económica. Org. Alain Lipietz e George Benko. Edicions Alfons El Magnànim, Valencia: 1994.

BELLUZZO, L. G. de Melo. **O Declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados**. Campinas: Economia e Sociedade nº 4, 1995.

BEZZI, Meri Lourdes. Região: desafios e embates contemporâneos. In **Região uma (re) visão historiográfica - da gênese aos novos paradigmas**. 1996. Tese. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

BNDES/FINEP/UFRJ. Industrialização descentralizada: sistemas industriais locais - Estudo do setor têxtil e de confecção. Coordenador Eduardo Cassiolato. **Relatório de Execução de Pesquisa**. Rio de Janeiro: Nota Técnica 37 IE/UFRJ, 2000.

BORJA, J. Políticas para la ciudad europea de hoy. In DE FORN, M. e BORJA, J. **Barcelona y el sistema urbano europeo**. Barcelona: Ayuntamiento de Barcelona, 1990.

\_\_\_\_\_. **Um modelo de transformação urbana**. (org.) Programa de Gestión Urbana Quito: Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 1995.

\_\_\_\_\_. **As cidades e o planejamento estratégico. Uma reflexão europeia e latino-americana**. In FISCHER, T. (org.) Gestão Contemporânea. Cidades estratégicas e organizações locais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BOSCHI, Renato Raul. **Governança, participação e eficiência das políticas públicas**: exame de experiências municipais do Brasil. In Reforma do Estado. Org. Marcus André Melo. Fundação Joaquim Nabuco, Recife: Massangana, 1999.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **A dimensão espacial do subdesenvolvimento: uma agenda para os estudos urbanos e regionais**. 2003. Tese (Livre-Docência). UNICAMP, Campinas.

BRAGA, João Nestor Pinho. **O empreendedorismo como instrumento de desenvolvimento**. Programa de IES/ SOFTEX. Dissertação (Mestrado em Administração) da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII**. Volume 1. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BOUEDIEU, Pierre e PASSERON, Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: F. Alves Editora, 1975.

BUILDERS, Image. **Panorama da cadeia têxtil do setor de confecções nacional e estadual (1996-200)**. Fortaleza, 2001.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **Globalização e processo de informalidade**. Revista Economia e Sociedade. UNICAMP, Campinas: disponível em <http://www.eco.unicamp.br>, acessado em 27/07/2005.

CAMPELLO, Glauce Maria da Costa. **A atividade de confecção e a produção do espaço em Santa Cruz do Capibaribe**. 1983. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFPE, Recife.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Tese. UNICAMP, Campinas, 1975.

CANO, Wilson, et alli. O processo de interiorização do desenvolvimento e da urbanização no estado de São Paulo (1920-1980). In **A interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado (1920-1980)**. São Paulo: SEADE, 1988.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração de renda no Brasil 1830-1970**. *Apud* in ARAÚJO, Tânia. ANAIS 7º Encontro Nacional, Volume 2. Recife: ANPUR, 1997.

CANUTO, Otaviano. O lugar das pequenas – micro empresas faz parte da rede de proteção social. In **Conjuntura Econômica e Economia de Empresas. Jornal o Estado de São Paulo**, São Paulo: edição de 26 de dezembro, 2003.

CARNEIRO, Maria José. **A questão urbana: dicotomia versus continuum**. Projeto Rurbano, Campinas: UNICAMP, 1996.

CARPINTÉRO, José Newton Cabral e BASIC, Miguel Juan. **Empreendedorismo e desenvolvimento**. UNICAMP. Campinas. Disponível em [jnewton@eco.unicamp.br](mailto:jnewton@eco.unicamp.br).

CASSIOLATO, José e EZAPIRO. **Uma característica de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas**. In Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local. Org. Cassiolato, J.E. e Maciel, M.L. Rio de Janeiro: Relume Editora, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. **A era da informação: economia, sociedade e cultura: o poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel e BORJA, Jordi. **As cidades como atores políticos**. Novos Estudos n° 45, São Paulo: CEBRAPE, 1996.

CAMPANHOLA, Clayton, e SILVA JR, Graziano da. **Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local**. Projeto Rurbano. PRONEX-FINEP, FAPESP, Campinas: UNICAMP, 2000.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1998.

CLEMENTINO, Maria do Livramento. **Economia e urbanização, o Rio Grande do Norte nos anos 70**. 1990. Tese. IE/UNICAMP. ED RGN/UFRN/CCHL, Natal (1999).

CLEVAL, Paul. **Reflexões sobre a geografia cultural no Brasil**. Revista espaço e cultura, n° 3, edição de dezembro de 1996. Rio de Janeiro, 1996.

COMPASSO, Héber Rodrigues. **Cartografia dos brejos de altitude**. Disponível em <http://www.mma.gov.br> e em <http://www.cepan.org.br>.

CONDEPE (Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco). **Formulação de política urbana**. Volume 3 Microrregião do Agreste. Secretaria de Planejamento. Recife, 1987.

CONDEPE/FIDEM. Banco de dados, informações 2004/2005. Recife: CONDEPE, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4ª edição, 3ª impressão. São Paulo: Ática, 2002.

COTRIM, Ivan. **A negatividade do valor**. UNICAMP, Mimeo. Disponível em [www.unicamp.org.br](http://www.unicamp.org.br).

COUTINHO, Carlos Nelson. **Fontes do pensamento político de Gramsci**. Porto Alegre: L&P Editores, 1981.

COUTINHO, Luciano. Sem medo de escrever, em lições contemporâneas, **Folha de São Paulo**, edição de 30 de novembro. São Paulo, 2003.

COUTINHO, Luciano e FERRAZ, João Carlos. **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. 3ª edição. Campinas: PAPIRUS, 1995.

DUARTE, André. Emancipação política não livra municípios de dificuldades de infraestrutura. **Diário de Pernambuco**. Publicado em 02 de agosto de 2005.

DUPAS, Gilberto. **Tensões Contemporâneas entre Público e Privado**. Caderno de Pesquisa, v 35, no. 124 jan/abril 2005.

FERNANDES, Ana Cristina. **Desenvolvimento econômico, divisão do trabalho e mudanças na rede urbana brasileira: do desenvolvimentismo ao Plano Real (GEOFORUM 32(2001)415-435)**. Recife: Mimeo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Aliança e Competição entre Cidades**. São Paulo, Espaço e Debate.Revista de Estudos Regionais e Urbanos, no. 41,p 27-45, 2001.

FERNANDES, Ana Cristina e LIMA, Policarpo R. **Clusters de Serviços: Contribuição a partir de evidências do pólo médico do Recife**. Recife: UFPE, MIMEO, 2004.

FREEMAN, Chris A. **Shumpeterian Renaissance?** The Freeman Center, University of Sussex, UK. <http://www.sussex.ac.uk/spru>.2004.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO INTERIOR DE PERNAMBUCO. **Perfil do Município do Interior de Pernambuco**, (3 volumes). Recife: FIAM, 1994.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICO (IBGE). ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. **Censo Demográfico de Pernambuco; Censo Demográfico do Brasil; Censo Agropecuário de Pernambuco; Censo Industrial Do Brasil 1960-2000**.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICO (IBGE). **Notas Metodológicas -Censo Demográfico de 2000**. FIBGE/IBGE, 2000.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICO (IBGE). **Notas Metodológicas - Censo de 2000. FUNDAMENTO LEGAL E O SIGILOSO DAS INFORMAÇÕES**.ENCARTE, IBGEFIBGE, 2000.

FUNDAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE PERNAMBUCO (FIDEPE), Série Monografias Municipais. Título: Santa Cruz do Capibaribe, 1982.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE.SITES CIDADES, 2004.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS -FGV- **Manual de Orientação para o Crescimento da Receita Própria dos Municípios**. Brasília: FGV/BNDES, 2000.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 11ª. Edição revista. São Paulo, Editora Nacional, 1972.

GALVÃO, Antônio Carlos Figueira. **Políticas de desenvolvimento regional e inovação: lições para o Brasil da experiência européia**. 2003. Tese. UNICAMP, Campinas.

\_\_\_\_\_. **Política de Desenvolvimento Regional no Mundo Globalizado: Uma reflexão para o Brasil**. In Emprego e Desenvolvimento Tecnológico: Experiências Sindicais, Setoriais e Regionais, Org pelo DIEESE. CESIT/UNICAMP e DIEESE Campinas, 2004 (no prelo).

GAROFOLI, G. **Los Sistemas de Pequeñas empresas: un caso paradigmático de desarrollo endógeno**. In LAS REGIONES QUE GANAN: Distritos y redes, Los nuevos paradigmas de la geografía económica. Orgs Alain Lipietz e George Benko. Valencia: Edicions Alfons El Magnànim, 1994.

GOMES, Gustavo Maia e MAC DOWELL, Maria Cristina. **Descentralização política, federalismo fiscal e criação de municípios. O que é bom para o econômico nem sempre é bom para o social**. Texto para Discussão, no. 706. IPEA: Brasília, 2000. <http://www.ipea.gov.br>.

GONÇALVES, José. **Os Novos Desafios da Empresa do Futuro**. São Paulo: Revista de Administração de Empresas, v 37, no. 3, (10-19), setembro 1997.

GORI, Ana Paula. **Panorama do setor têxtil no Brasil e no mundo: reestruturação e perspectiva**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Trajetória econômica de uma região periférica. textos especiais. **Revista Observanordeste** Recife, Abril de 2002, FUNDAJ.

\_\_\_\_\_. Desigualdades regionais. In **Federalismo no Brasil: desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: UNESP, 1995.

GUSMÃO, Paulo Pereira. **Sistemas Municipais de Governo e Desenvolvimento Sustentável na região do Semi-Árido Brasileiro**. Revista de Planejamento e Políticas Públicas, no. 14 Rio de Janeiro, 1996 disponível em <http://www.ipea.gov.br>.

GOMES, José Farias Filho. **Segmentação do Mercado de Trabalho e Reestruturação Produtiva: Reflexos sobre o Setor Industrial. Novo Paradigma Produtivo e Implicações para o Processo e a Organização do Trabalho**. Capítulo 2. Tese (Mestrado em Economia) pelo PIMES/UFPE. Recife. Disponível em <http://www.fecap.br/adm>.

GOMES, Paulo César da Costa. **A conduta urbana. Ensaio de Geopolítica da Cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GOTTDIENER, Marx. **A Produção Social do Espaço**. São Paulo: EDUSP, 2000.

GORZ, André. **Metamorfoses do Trabalho**. Anna Blume: São Paulo, 2003.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO / SECRETARIA DE PLANEJAMENTO / FIDEPE - Fundação de Informações para o Desenvolvimento de Pernambuco. Série Monografia, Recife, 1982.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO / SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO, WORKSHOP, Relatório: A crise do Pólo da Sulanca no Estado de Pernambuco, julho de 1995.

HARVEY, David. **Los Límites Del Capitalismo y la Teoría marxista**. México: Fondo de Cultura, ed 1982 e ed 1990.

\_\_\_\_\_. **A Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 7ª edição, (edição em inglês original Brasil Blackwell LTDA, 1989) São Paulo: Edições Loyola, 1998.

\_\_\_\_\_. **Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio**. São Paulo: Revista Espaço e Debate, no. 39, 1996.

Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) / Sistema Financeiro de Habitação / BNH. (Banco Nacional de Habitação), Rio de Janeiro: IBMEC, 1974:14.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KAGEYAMA, Ângela. Pluriatividade e ruralidade. Aspectos metodológicos. In **Revista de Economia Aplicada**. Recife: FIPE/FEA/USP, v.2 no. 3. julho/ setembro de 1998.

KAGEYAMA, Ângela. **Os rurais e os Agrícolas de São Paulo no Censo de 2000**. Texto para discussão no. 112, Campinas: IE/UNICAMP, 2003, disponível em <http://www.eco.unicamp.br/publicações/textos>.

KERSTENETZKY Jaques. **Organização Empresarial em Alfred Marshall**. <http://www.abphe.org.br/congresso2003>.

KRUGMAN, P.R. **What's New about the New Economic Geography?** Oxford Review of Economic Policy 14, (2, summer), 1998.

\_\_\_\_\_. **Geography and trade**. Cambridge, Massachusetts: Leuven University Press and the MIT Press, 1991.

LASTRES, Helena M.M.; VARGAS, Marco Antonio e LEMOS, Cristina. **Novas Políticas na Economia do Conhecimento e do Aprendizado**. Disponível em <http://www.sinal.redesist.ie.ufrj.br>.

LEAL Suely Maria Ribeiro. Cidades democráticas x cidades capital. Para onde caminha a prática da gestão local. **Anais da ANPUR**, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **La Producción Urbana**. Madrid: Alianza, 1972.

LIMA, João R Policarpo. Traços gerais do desenvolvimento recente da economia do nordeste. In **Análise de Conjuntura** 1a. ed. março/abril de 2002, Recife: UFPE, 2002.

\_\_\_\_\_. **Economia do Nordeste: tendências e áreas dinâmicas.** Análise econômica, COD 945, ano 12, Março/ setembro de 1994. Disponível em [www.decon.ufpe.br/pimes](http://www.decon.ufpe.br/pimes).

LIPIETZ, Alain. **Le Capital et son espace.** Paris: François Maspéron, 1985.

MARICATO, E. **Brasil, cidades, alternativas para a crise urbana.** São Paulo: Ed. Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In ARANTES *at.all.* **A Cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** São Paulo: Vozes, 2000.

MARICATO, Ermínia. Auto-construção, a arquitetura possível. In **A produção capitalista da casa e da cidade no Brasil industrial.** MARICATO, Ermínia (Org.). São Paulo: Ed Alfa –Omega Ltda, 1979.

MARSHALL Alfred. **Princípios de Economia.** Volume I. Tradução revista de Rômulo Almeida e Ottolmy Strauch. São Paulo: Victor Civita, 1982.

MATTOSO, Jorge Eduardo Levi. Emprego e concorrência desregulada: incertezas e desafios. In **Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?** Org: OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de e MATTOSO, Jorge Eduardo Levi. 2ª edição. São Paulo: Edições Sociais Ltda, 1997.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos.** São Paulo: 6ª Editora, 1998.

MARX, Karl. **O Capital (crítica da economia política):** O processo de produção do capital. 3ª edição - Livro I. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1975.

MARX. Karl. **Ideologia Alemã (1846).** Página 118. In Formações Econômicas Pré-capitalistas, Introdução de Eric Hobsbawm. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

MARX. Karl. **Manifesto do Partido Comunista.** In Textos 3, Rio de Janeiro: Editora Edições Sociais, 1977.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo Tardio. (Contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira)**. 1975. Tese. IFCH, Campinas.

\_\_\_\_\_. **O Capitalismo Tardio: Notas de Aula de Desenvolvimento Sócio-Econômico**. Campinas, S/D, disponível em <http://www.nudes.ufu.br>

MELO, Marcus André. **Crise federativa, guerra fiscal e hobbesianismo municipal: efeitos perversos da descentralização**. Fundação SEADE, v.10, n.3, 1996.

MELO, Mario Lacerda de. **Os agrestes, estudos dos espaços nordestinos do sistema gado-picultura de uso de recursos**. Recife: SUDENE, 1980.

\_\_\_\_\_. **Pernambuco: traços de sua geografia humana**. Recife: Gráfica do Jornal do Comercio, 1940.

MELO, Norma Lacerda et all. **Planejamento metropolitano: uma proposta de conservação urbana e territorial**. Recife: MIMEO, 2001.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL. **Oferta de água triplica com a adutora de Jucazinho**. Reportagem em 24 de Junho de 2004. Disponível em [www.mi.gov.Br](http://www.mi.gov.Br).

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL / SECRETARIA DE POLITICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - SECRETARIAS DE POLÍTICAS REGIONAL, Brasília, 2003.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – SECRETARIA DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (GTI) – GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA RECRIAÇÃO DA SUDENE, (MINTER/SUDENE), Junho, 2003.

MIRANDA, Zoraide Amarante Itapura de. **A incorporação de áreas rurais às cidades: um estudo de caso sobre Campinas**. Tese (Doutorado em Urbanismo). UNICAMP, Campinas, 2002.

MONTESSORO, Cláudia Cristina Lopes. **Comércio informal e centralidade urbana: uma abordagem teórica.** Publicado em 2004. Disponível em: [www.igeo.uerj.br/2004/eixo1](http://www.igeo.uerj.br/2004/eixo1).

MORA, Luís de la. **Estudos da base econômica e social incluídas no programa das capitais e cidades de porte médio do nordeste.** Recife: SUDENE/UFPE, 1979.

MOURA Hélio e outros. **Nordeste: migrações intra e inter regionais 1960-70.** SUDENE/BNB, 1975. In ANDRADE, Manuel Correia. Recife: SUDENE, 1988.

MOURA Suzana. **Modelos de descentralização política na gestão local: os novos formatos na década de 90.** In Relação público-privado do local ao global. Orgs. Melo Norma Lacerda e Leal, Suely Ribeiro. Recife, UFPE, 1996.

MORGAN, Kevin. **The Exaggerated Death of Geography: Learning, Proximity and Territorial Systems.** Publicado em 2004. Disponível <http://www.virtus.ufpe.br>.

NESUR/IE. **Dinâmica urbana e perfil municipal no nordeste brasileiro.** In Características e tendências da rede urbana no Brasil. Campinas: UNICAMP, 2000.

NEVES, André Lemoine. **Estudos morfológicos do agreste pernambucano.** Recife: MDU/Mimeo, 2002.

NILO, Luiz Francisco de Andrade Lacerda. **Evasão de população em áreas do agreste pernambucano: uma análise de suas causas determinantes.** Dissertação. MDU: Recife 1979.

NOGUEIRA, Oracy. **Pesquisa social, introdução as suas técnicas.** 2ª edição. São Paulo:ED. Companhia Editora Nacional, 1977.

NOVAIS, Fernando. **Estrutura e dinâmica do sistema colonial.** Coleção Livros. Lisboa: Horizonte, 1975.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. **A economia brasileira: crítica à razão dualista.** São Paulo: Seleção CEBRAPE 1, 1976.

\_\_\_\_\_. **Acumulação monopolista, Estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes.** In O banquete e o sonho. Ensaio sobre economia Brasileira. Cadernos Debates 3, São Paulo: Brasiliense, 1976.

\_\_\_\_\_. **O Estado e o urbano no Brasil.** In Espaço e Debates, vol. 6: 36-54. São Paulo: Brasiliense, 1982.

\_\_\_\_\_. **O Ornitórrinco,** escrito após a participação na Banca de tese de Eduardo Fernandes da Silveira (2001) Campinas: UNICAMP/MIMEO, 2002.

OLIVEN, Ruben George. **Marx e as Cidades.** In Por que Marx? Orgs. Eurico de Lima Figueiredo, G. Cerqueira Filho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Edições Grall, 1983.

OSBORNE, David e GAEBLER, Ted. **Reinventando o Governo, como o espírito empreendedor está transformando o setor público.** 3ª edição. Brasília: MH Comunicação, 1994.

PACHECO, Carlos Américo. Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional. In **Revista Economia e Sociedade.** UNICAMP, Campinas, no 6, p113-149, jun. 1996. *apud* in ARAÚJO, Tânia. ANAIS 7º. Encontro Nacional. Recife: ANPUR, 26 a 30 de maio de 1997, Volume 2.

PACHECO, Regina Silva. Reformando a administração pública no Brasil: eficiência e accountability. In **Reforma do estado e mudança institucionais no Brasil,** MELO, Marcus André (Org.) Recife: FUNDAJ, 1999.

PIORE M e SABEL C. **The second industrial divide:** Possibilities for prosperity. Nova York: Basic Books, 1984.

PIRES, Élson Luciano Silva. **Metamorfoses e regulação:** o mercado de trabalho do Brasil nos anos 80. Tese (Doutorado em Sociologia). FFLCH-USP, São Paulo, 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE CARUARU. **Plano diretor de organização do espaço físico e urbano de Caruaru.** Diagnóstico e Prognóstico. Caruaru, 1976.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do desenvolvimento médio no Brasil.** PNUD/IPEA/ Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte. Disponível em [www.sepa.gov.br](http://www.sepa.gov.br), acessado em 16 de setembro de 2005.

PORTER, Michael E, A. **Vantagem Competitiva das Nações.** Rio de Janeiro: Campus, 1993.

POTCHMANN, M. Artigo In **IE / UNICAMP**, Campinas. Disponível em <http://www.eco.unicamp.br>.

\_\_\_\_\_. **Os Efeitos da internacionalização do capital no mundo do trabalho no Brasil.** Campinas, 2002. Disponível em <http://www.eco.unicamp.br>

PROCHNIK, Victor. Cadeias produtivas e complexos industriais. Seção do livro: Formas Industriais e Mercado, in REIS (filho), N. G. **Imagens de cidades e vilas do Brasil colonial.** São Paulo: EDUSP, 2000.

PUTMAN, Robert D. **Comunidade e democracia, a experiência da Itália moderna.** (1993) Rio de Janeiro: FGV, 1996.

ROVERE, Renata Lebre la. **As Perspectivas das micro, pequenas e médias empresas no Brasil.** Rio, 2006. [www.ie.ufrj.br/revista/pdfs/perspectiva](http://www.ie.ufrj.br/revista/pdfs/perspectiva)

SANTOS, Milton. Há mesmo um espaço virtual? 2002 **Internet.**

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia nova.** São Paulo: Hucitec, 1978.

\_\_\_\_\_. **A urbanização desigual:** a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. Tradução Antonia Déa Erdens e Maria Auxiliadora da Silva. *apud* In SANTOS, Maria do Socorro. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Urbanização Brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Espaço e sociedade.** 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Maria do Socorro. A produção social do espaço: do campo a cidade da cidade ao campo. **Revista de Humanidades**, 2001. UFRN/CERES. Disponível em: <http://www.seol.com.br/mneme/>.

SCHMITZ, H. and KHALID, Nadvi. **Clustering and industrialization:** introduction. Institute of Development Studies, University of Sussex: UK, 1999.

SCHMITZ, H. **Collective efficiency and increasing returns.** IDS Working Paper no. 50. Institute of Development Studies, University of Sussex, Brighton, March, 1997.

SHUMPETER Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico:** uma investigação sobre lucros, capital crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Ed.Abril Cultural, 1982.

SCOTT, J. Allen. La economía metropolitana: organización industrial y crecimiento urbano. In **Las regiones que ganan:** distritos y redes, los nuevos paradigmas de la geografía económica. Org por Lipietz, Alain e BENKO Georges. València: Alfons El Magnànim, 1994.

SEBRAE/FADE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Estudo de caracterização econômica do pólo de confecção do Agreste Pernambucano. **Relatório Final.** FADE/UFPE/SEBRAE, Recife, maio de 2003.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Perfil das micro e pequenas empresas de confecção de Pernambuco, **Relatório**. SEBRAE-PE/DCA/UFPE. Recife, 1993.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Site: <http://www.sebrae.com>

SILVA, Ana Maria de Oliveira. **Gestão estratégica de pessoas nas organizações do conhecimento**. 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SILVA, José Graziano da. O Novo Rural Brasileiro. **Serie Pesquisa** nº 1. Campinas: UNICAMP, 1999.

\_\_\_\_\_. O novo mundo rural brasileiro. **Revista Nova Economia**. Belo Horizonte (1), maio de 1997.

SILVA, Marlene Maria da Silva. **A linha da subordinação**: trabalho da mulher e sobrevivência da pequena produção agrícola no agreste pernambucano. 1994. Tese (Doutorado em Geografia) USP, São Paulo.

SILVA, Leonardo Melo e; RUFINO, Sandra; SANCHES, Ana Maria. **Nas trilhas de uma sociabilidade privada**: experiência de células de produção em São Paulo. Disponível em <http://www.race.nuca.ie.ufrj>.

SILVA, M. J. da e GAUTHIER, F. Á. O. **A função do empreendedorismo nas teorias econômicas clássicas e neoclássicas**. Santa Catarina, disponível em: <http://www.eps.ufsc.br>, 2002.

SILVA, Osvaldo Girão da. **Os serviços de abastecimentos de água no espaço urbano de Santa Cruz do Capibaribe - PE**. 1997. Dissertação (Mestrado de Geografia). UFPE, Recife.

SINGER, Paul e outros. O uso do solo urbano na economia capitalista. In **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 9ª edição. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1983.

SOUZA, Celina. Relações intergovernamentais e a reforma da administração pública. In **Reforma do Estado e mudanças institucionais no Brasil**. Org MELO, Marcus André de. FUNDAJ - Fundação Joaquim Nabuco. Recife: Ed. Massangana, 1999.

SPOSITO, Maria da Encarnação B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Ed. Contexto, 2000.

SOROKIN, P.A.; ZIMMERMAN, C.C. e GALPIN, C.J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, J.S. **Introdução crítica à sociologia rural**. cap. 8, p.198-224. São Paulo: Hucitec, 1986.

SOUZA, Avanísia *et all*. **Um pólo de alta tecnologia em confecções**: aspectos históricos, econômicos, políticos e sócio-culturais. Caruaru: MIMEO, 1995.

STORPER, Michael. **The regional world**: territorial development. In A global economy Cap. 1, 2 e 5. New York: The Guilford Press, 1997.

\_\_\_\_\_. **The City Center of Economic Reflexivity** .UNCLA-Los Angels

SUZIGAN, Wilson. **Aglomerações industriais**: avaliação e sugestões de políticas. Disponível em <http://www.desenvolvimento.gov.br>

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importação ao capitalismo financeiro. Ensaios sobre economia brasileira**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

TAVARES DOS SANTOS, J.V. Michel Foucault, um pensador das redes de poder e das lutas sociais. **Revista Educação, Subjetividade e Poder**. Porto Alegre: Ed. Unijui n.º 3, jan./jun de 1966, p.7-16. Nespe/ PPG - Educação da UFRGS.

TAYLOR, Frederick. **Princípios de Administração Científica**. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 1982

TAUILE, José Ricardo. Máquinas Ferramenta com Controle Numérico (MFCN) e seus efeitos sobre a organização da produção: o caso brasileiro. **Anais do XI Encontro Nacional de Economia**. Belém, 1983.

TENDLER, Judith. Pequenas empresas, o setor informal e o “pacto com o diabo”. Massachusetts Institute of Technology – MIT, EUA. Publicação in **Revista de Ciências Sociais**. João Pessoa, número 19, setembro de 2003

TEIXEIRA, José Soares. **Terceirização: os terceiros serão os últimos**. Fortaleza: Ed. SINE/CE, 1993.

TIGRE Paulo Bastos. Inovação e teorias da firma em três paradigmas  
. **Revista de Economia Contemporânea**. 3 jan-jun de 1998. <http://www.ie.ufrj.br/revista>.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Jornal da UNICAMP, 26 de abril a 2 de maio de 2004 <http://www.unicamp.br>]

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS / DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO. Encarte, Empreendedorismo. Autor: Cristiano Becke. **Rede Mineira de Incubação**, Belo Horizonte, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Convênio SUDENE/UFPE./MDU (Coordenação do Mestrado de Desenvolvimento Urbano), Centro de Arte Arquitetura e Urbanismo. Recife, PE. Luís de la Mora (Coord). **Estudos de base econômica e social das cidades incluídas no programa das capitais e cidades de porte médio do Nordeste**. S/D.

VAINER, B Carlos. **Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano**. IPUR- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro: UFRJ/ED da Reitoria – IPUR, 2001.

VEIGA, José Eli. Desenvolvimento territorial do Brasil: do entulho Varguista ao zoneamento ecológico-econômico. In **Anais da ANPEC**: Salvador, 2001.

\_\_\_\_\_. **Cidades imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002. 304 p.

VELTZ, Pierre. Jerarquías y redes en la organización de la producción y del territorio. In: **Las regions que ganan: distritos y redes, los nuevos paradigmas de la geografía económica**. Org LIPIETZ, Alain e BENKO Georges. València: Alfons El Magnànim, 1994.

VIDAL, Francisco Carlos Baqueiro Vidal. **Nordeste do Brasil- atualidade de uma velha questão**: vicissitudes da teoria do subdesenvolvimento regional no contexto do capitalismo contemporâneo. 2001. Dissertação (Mestrado em Administração) apresentada ao Núcleo de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia. MIMEO / UFBA, Salvador.

WALSH, Vivien. *Design*, innovation and the boundaries of the firm. **Research Policy** 25, 1996.

XAVIER, M. G. P. **A formação profissional da classe operária no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) apresentada ao IFCH (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) da UNICAMP, Campinas/SP, 1986.

YOGUEL, Gabriel e LÓPEZ, Mariel. Sistemas locales de innovación y el desarrollo de la capacidad innovativa de las firmas: las evidencias del cuasi distrito industrial de Rafaela. In **Clusters e sistemas locais de inovação**: estudos de casos e avaliação da região de Campinas, MIMEO / UNICAMP, Campinas.

### **ROTEIRO DE ENTREVISTAS REALIZADAS**

1. Entrevista com representante da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Capibaribe, Sr Carlos Lisboa e com Secretário de Obras, Sr Jordão Félix. Local: Prefeitura de Santa Cruz do Capibaribe. Resultado: Obtenção de mapas, histórico da cidade e fotos (dezembro de 2001).
2. Entrevista com alguns dos primeiros moradores da cidade de Santa Cruz do Capibaribe, entre eles, o Sr José Romildo Bezerra. Local: Residência e oficina de confecção do Sr José Romildo na Rua Coronel Luís Alves e a Associação Comercial de Santa Cruz do Capibaribe (Setembro de 2001).
3. Entrevista com barraqueiros e proprietários de oficinas de confecção. Resultados: Preço do trabalho, exame de parte do processo de trabalho, custo de algumas mercadorias vendidas na Feira da Sulanca (Dezembro 2001).
4. Entrevista com a Secretária de Educação (Sra Leila Garayeb), com o Secretário de Obras do Município (Sr Alvenir José de Lima) e o Secretário de Desenvolvimento Social (Sr Severino Manuel de França). Resultados: Discussão sobre a produção e conseqüências sociais provocadas pela mudança de vida, com efeito, no aumento das drogas, prostituição, mudança de tipo de lazer e na função do espaço físico (2002).
5. Entrevista com o Diretor do Departamento de Tributação, Sr José Souto Barros: Despesas e Receitas da Prefeitura: Resultado. Análise do Código Tributário do Município (2003).
6. Entrevista sobre as mudanças na organização do espaço para venda da mercadoria - a criação dos centros de compras, (2003). Contato: Assessor da Prefeitura, Sr Carlos Lisboa.
7. Entrevista com Assistente do Secretário de Obras, Patrícia Souto. Resultado: Aquisição de mapas do município em expansão (inacabado); estudo dos conjuntos residenciais criados, invasões e da segregação dos espaços (2003/2004 em duas viagens).
8. Entrevista com técnico do SEBRAE/Caruaru, Sr Laudemiro Júnior, sobre as modificações no mercado e na forma de produzir a mercadoria (proposta de inovação, vendas para o exterior através de terceiros ou do intermediário), novembro de 2004, em Recife.
9. Entrevista realizada com a Secretária de Obras da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Capibaribe, Patrícia Souto, 22 junho de 2005.
10. Entrevista e realização de trabalho em mapas de Santa Cruz do Capibaribe com o Prof. Deoclécio Carlos Rocha em 22 de junho de 2005.

11. Entrevista com o Prefeito de Santa Cruz do Capibaribe, José Augusto Maia, em 14 de julho de 2005.
12. Entrevista com o assessor da Secretaria de Obras, Sr Pedro Silva, sobre a produção rural de Santa Cruz do Capibaribe em 14 de junho de 2005.
13. Entrevista com pequenos produtores informais de confecção, em 14 de julho de 2005.
14. Entrevista com empresa de fornecimento de produtos intermediários para a confecção, em 14 de julho de 2005.
15. Entrevista com a Sra. Cristina Barbosa, Diretora da Escola SENAI – Santa Cruz do Capibaribe, em 12 de agosto de 2005.
16. Visita a fábrica de confecções Michelle Lingerie, em Santa Cruz do Capibaribe, em 07 de julho e 12 de agosto de 2005 e Entrevista com a Sra Fernanda Lira, Gerente de Produção da empresa.
17. Visita a fábrica Rota do Mar, 07 de julho de 2005 (Santa Cruz do Capibaribe).
18. Entrevista com o Sr. José Souto Barros, Coordenadoria de Receita Imobiliária, em 16 de agosto de 2005.
19. Entrevista com pequenos empresários de Brejo da Madre de Deus, em 18 de agosto de 2005.
20. Entrevista com o Sr. José Climério Neto, presidente da Associação dos Confeccionistas de Santa Cruz do Capibaribe (ASCAP), em 16 de agosto de 2005.
21. Entrevista com o Diretor do Departamento de Produção da Empresa Rota do Mar, Sr Ronaldo Lima, em 23 de agosto de 2005.
22. Entrevista com o Sr Antônio Mello Mendes, Assessor da Escola SENAI de Santa Cruz do Capibaribe, em 06 de outubro de 2005.

## APÊNDICE A - TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS.

**Tabela 4: Produção Agrícola do Agreste de Pernambuco**

Produtos Agrícolas	Produção				Variação %		
	1949	1959	1970	1980	1949/1959	1959/1970	1970/1980
Culturas Alimentares tradicionais <sup>(1)</sup>	501.919	604.394	541.049	451.602	20,00	-10,50	-16,53
Culturas Comerciais – cana-de-açúcar	93.270	170.422	436.384	994.762	82,70	156,06	127,96
Culturas Comerciais (outras) <sup>(2)</sup>	47.399	62.154	28.784	14.471	31,12	-53,69	-49,73
Forrageiras (palma)	203.791		929.606	842.934			-9,32
Forrageiras (capim)			154.562	106.131			-31,33
Horticultura			16.257	47.035			189,32
Fruticultura (banana)	6365	4.393	6.135	14.962	-30,98	39,65	143,88
Fruticultura (tomate e uva)	32.013	27.532	53.643	41.647	-14,00	94,84	-22,36
Fruticultura (outros)	200.596	192.494	359.585	284.417	-4,04	86,80	-20,90

(1) incluem as culturas de: milho, feijão, mandioca, fava e batata-doce; (2) Nessa categoria estão: algodão, café, fumo e mamona.  
Fontes: IBGE, Censos Agrícolas – Pernambuco, 1950 e 1960; IBGE, Censos Agropecuários – Pernambuco, 1970 e 1980.

**Tabela 5: Crescimento das Populações Rural e Urbana em Localidades de Produção de Confeção em Pernambuco (1960-1970)**

Municípios	População Rural			População Urbana		
	População inicial	População final	Taxa de Cresc. (% aa)	População inicial	População final	Taxa de Cresc. (% aa)
Santa Cruz do Capibaribe	2.429	2.868	1,68	5.162	8.817	5,50
Toritama	1.370	1.669	1,99	3.578	4.713	2,79
Taquaritinga	11.181	10.929	-0,23	2.266	3.563	4,63
Surubim	36.992	38.833	0,49	7.803	13.442	5,59
Frei Miguelinho	*	13.154		*	798	
Santa Maria do Cambucá	*	8.717		*	1.007	
Vertentes	29.568	10.031	-10,25	4.016	3.254	-2,08
Casinhas	*	*		*	*	
Vertente do Lério	*	*		*	*	
Alto do Capibaribe	81.540	86.201	0,56	22.825	35.594	4,54
Caruaru	41.200	41.122	-0,02	65.031	101.531	4,56
Brejo da Madre de Deus	29.920	21.716	-3,15	4.821	3.966	-1,93
Jataúba	0	12.784			1.822	

\* Municípios não existentes na época; Fonte: IBGE, 1960 e 1970 (dados dos censos demográficos); Cresc. = Crescimento

**Tabela 6: Crescimento das Populações Rural e Urbana em Localidade de Produção de Confeção em Pernambuco (1970-1980)**

Municípios	População Rural			População Urbana		
	População inicial	População final	Taxa de Cresc. (% aa)	População inicial	População final	Taxa de Cresc. (% aa)
Santa Cruz do Capibaribe	2.868	2.677	-0,69	8.817	18.435	7,65
Toritama	1.669	1.578	-0,56	4.713	7.038	4,09
Taquaritinga	10.929	8.966	-1,96	3.563	5.933	5,23
Surubim	38.833	39.829	0,25	13.442	21.201	4,66
Frei Miguelinho	13.154	12.832	-0,25	798	917	1,40
Santa Maria do Cambucá	8.717	8.964	0,28	1.007	1.489	3,99
Vertentes	10.031	12.124	1,91	3.254	4.441	3,16
Casinhas	*	*		*	*	
Vertente do Lério	*	*		*	*	
Alto do Capibaribe	86.201	86.970	0,09	35.594	59.454	5,26
Caruaru	41.122	34.282	-1,80	101.531	138.250	3,14
Brejo da Madre de Deus	21.716	19.860	-0,89	3.966	4.908	2,15
Jataúba	12.784	11.422	-1,12	1.822	2.125	1,55

• Municípios não existentes na época; Fonte: IBGE, 1970 e 1980 (dados dos censos demográficos); Cresc. = Crescimento

**Tabela 7: Crescimento das Populações Rural e Urbana em Localidade de Produção de Confeção em Pernambuco (1980-1991)**

Municípios	População Rural			População Urbana		
	População inicial	População final	Taxa de Cresc. (% aa)	População inicial	População final	Taxa de Cresc. (% aa)
Santa Cruz do Capibaribe	2.677	3.302	1,93	18.435	34.968	5,99
Toritama	1.578	1.156	-2,79	7.038	13.751	6,28
Taquaritinga	8.966	8.448	-0,54	5.933	8.645	3,48
Surubim	39.829	38.532	-0,30	21.201	29.040	2,90
Frei Miguelinho	12.832	11.931	-0,66	917	2.168	8,14
Santa Maria do Cambucá	8.964	9.427	0,46	1.489	1.988	2,66
Vertentes	12.124	9.032	-2,64	4.441	5.224	1,49
Casinhas	*	*		*	*	
Vertente do Lério	*	*		*	*	
Alto do Capibaribe	86.970	81.828	-0,55	59.454	95.784	4,43
Caruaru	34.282	31.685	-0,71	138.250	182.012	2,53
Brejo da Madre de Deus	19.860	13.186	-3,65	4.908	18.020	12,55
Jataúba	11.422	9.679	-1,49	2.125	4.771	7,63

\* Municípios não existentes na época; Fonte: IBGE, 1980 e 1991 (dados dos censos demográficos); Cresc. = Crescimento

**Tabela 8: Crescimento das Populações Rural e Urbana em Localidade de Produção de Confeção em Pernambuco (1991-2000)**

Municípios	População Rural			População Urbana		
	População inicial	População final	Taxa de Cresc. (% aa)	População inicial	População final	Taxa de Cresc. (% aa)
Santa Cruz do Capibaribe	3.302	1.822	-6,39	34.968	57.226	5,63
Toritama	1.156	1.673	4,19	13.751	20.127	4,32
Taquaritinga	8.448	7.735	-0,97	8.645	12.022	3,73
Surubim	38.532	17.186	-8,58	29.040	33.145	1,48
Frei Miguelinho	11.931	10.614	-1,29	2.168	2.364	0,97
Santa Maria do Cambucá	9.427	9.478	0,06	1.988	2.261	1,44
Vertentes	9.032	8.654	-0,47	5.224	6.303	2,11
Casinhas	*	11.920		*	1.425	
Vertente do Lério	*	7.028		*	1.508	
Alto do Capibaribe	81.828	76.110	-0,80	95.784	136.381	4,00
Caruaru	31.685	36.227	1,50	182.012	217.407	1,99
Brejo da Madre de Deus	13.186	13.396	0,18	18.020	24.713	3,57
Jataúba	9.679	8.025	-2,06	4.771	6.628	3,72

\* Municípios não existentes na época; Fonte: IBGE, 1991 e 2000 (dados dos censos demográficos); Cresc. = Crescimento

**Tabela 9: População Economicamente Ativa (PEA) dos Municípios da Rota da Confeção (1960)**

Municípios	PEA	PEA Primária	% Primária	PEA Secundária	% Secundária	PEA Terciária	% Terciária
Santa Cruz do Capibaribe	2.259	1.062	47,01	185	8,19	1.012	44,80
Toritama	1.888	1001	53,02	512	27,12	375	19,86
Taquaritinga do Norte	3.732	3.300	88,42	75	2,01	357	9,57
Surubim	15.365	13.308	86,61	315	2,05	1.742	11,34
Frei Miguelinho	*						
Santa Maria do Cambucá	*						
Vertentes	12.814	11.702	91,32	224	1,75	888	6,93
Casinhas	*						
Vertente do Lério	*						
Alto do Capibaribe	36.058	30.373	84,23	1.311	3,64	4.374	12,13
Caruaru	32.784	15.950	48,65	4.103	12,52	12.731	38,83
Brejo da Madre de Deus	12.415	10.479	84,41	805	6,48	1.131	9,11
Jataúba	*						

\* Municípios não existentes na época; Fonte: IBGE, 1960 (dados do censo demográfico); % = Percentual.

**Tabela 10: População Economicamente Ativa (PEA) dos Municípios da Rota da Confeção (1970)**

Municípios	PEA	PEA Primária	% Primária	PEA Secundária	% Secundária	PEA Terciária	% Terciária
Santa Cruz do Capibaribe	2.950	1.148	38,92	433	14,68	1.369	46,41
Toritama	1.731	768	44,37	449	25,94	514	29,69
Taquaritinga do Norte	4.273	3.242	75,87	192	4,49	839	19,63
Surubim	19.045	14.775	77,58	1.217	6,39	3.053	16,03
Frei Miguelinho	5.505	4.890	88,83	92	1,67	523	9,50
Santa Maria do Cambucá	3.181	2.918	91,73	64	2,01	199	6,26
Vertentes	5.062	4.047	79,95	211	4,17	804	15,88
Casinhas	*						
Vertente do Lério	*						
Alto do Capibaribe	41.747	31.788	76,14	2.658	6,37	7.301	17,49
Caruaru	43.069	13.076	30,36	7.319	16,99	22.674	52,65
Brejo da Madre de Deus	7.426	6.648	89,52	224	3,02	554	7,46
Jataúba	4.414	3.663	82,99	263	5,96	488	11,06

\* Municípios não existentes na época; Fonte: IBGE, 1970 (dados do censo demográfico); % = Percentual

**Tabela 11: População Economicamente Ativa (PEA) dos Municípios da Rota da Confeção (1980)**

Municípios	PEA	PEA Primária	% Primária	PEA Secundária	% Secundária	PEA Terciária	% Terciária
Santa Cruz do Capibaribe	9.099	1.575	17,31	3.205	35,22	4.319	47,47
Toritama	3.034	488	16,08	1.452	47,86	1.094	36,06
Taquaritinga do Norte	5.440	3.086	56,73	828	15,22	1.526	28,05
Surubim	19.032	11.513	60,49	2.526	13,27	4.993	26,23
Frei Miguelinho	3.315	2.469	74,48	185	5,58	661	19,94
Santa Maria do Cambucá	3.376	2.234	66,17	451	13,36	691	20,47
Vertentes	4.699	2.952	62,82	512	10,90	1.235	26,28
Casinhas	*						
Vertente do Lério	*						
Alto do Capibaribe	47.995	24.317	50,67	9.159	19,08	14.519	30,25
Caruaru	63.904	13.305	20,82	13.769	21,55	35.260	55,18
Brejo da Madre de Deus	9.565	6.499	67,95	996	10,41%	2.070	21,64
Jataúba	7.154	3.615	50,53	2.630	36,76	909	12,71

\* Municípios não existentes na época; Fonte: IBGE, 1980 (dados do censo demográfico); % = Percentual

**Tabela 12: População Ocupada (PO) dos Municípios da Rota da Confeção do Agreste de Pernambuco (1991)**

Municípios	PO	PO Primária	% Primária	PO Secund.	% Secund.	PO Terciária	% Terciária
Santa Cruz do Capibaribe	16.764	1.446	8,63	5.303	31,63	10.015	59,74
Toritama	6.939	458	6,60	2.877	41,46	3.604	51,94
Taquaritinga do Norte	6.499	2.388	36,74	1.190	18,31	2.921	44,95
Surubim	20.361	8.200	40,27	3.691	18,13	8.470	41,60
Frei Miguelinho	4.452	2.662	59,79	331	7,43	1.459	32,77
Santa Maria do Cambucá	3.234	1.872	57,88	414	12,80	948	29,31
Vertentes	4.574	2.091	45,71	672	14,69	1.811	39,59
Casinhas	*						
Vertente do Lério	*						
Alto do Capibaribe	62.823	19.117	30,43	14.478	23,05	29.228	46,52
Caruaru	81.506	9.227	11,32	16.983	20,84	55.296	67,84
Brejo da Madre de Deus	11.876	4.955	41,72	2.538	21,37	4.383	36,91
Jataúba	7.091	3.654	51,53	1.991	28,08	1.446	20,39

\* Municípios não existentes na época; Fonte: IBGE, 1991 (dados do censo demográfico); PO = Pessoas Ocupadas por setor de atividade; Secund. = Secundária

**Tabela 13: População Ocupada (PO) dos Municípios da Rota da Confeção do Agreste de Pernambuco (2000)**

Municípios	PO	PO Primária	% Primária	PO Secund.	% Secund.	PO Terciária	% Terciária
Santa Cruz do Capibaribe	30.989	2.001	6,46	17.751	57,28	11.237	36,26
Toritama	10.298	639	6,21	6.511	63,23	3.148	30,57
Taquaritinga do Norte	7.688	2.131	27,72	2.886	37,54	2.671	34,74
Surubim	18.713	6.202	33,14	3.846	20,55	8.665	46,30
Frei Miguelinho	4.114	2.195	53,35	706	17,16	1.213	29,48
Santa Maria do Cambucá	4.820	3.449	71,56	393	8,15	978	20,29
Vertentes	4.985	1.775	35,61	1.654	33,18	1.556	31,21
Casinhas	4.812	3.299	68,56	615	12,78	898	18,66
Vertente do Lério	2.952	2.048	69,38	370	12,53	534	18,09
Alto do Capibaribe	89.371	23.739	26,56	34732	38,86	30.900	34,57
Caruaru	99.033	8.052	8,13	29.042	29,33	61.940	62,54
Brejo da Madre de Deus	14.295	4.451	31,14	5.507	38,52	4.336	30,33
Jataúba	6.879	3.598	52,30	2.156	31,34	1.124	16,34

Fonte: IBGE, 2000 (dados do censo demográfico); PO = Pessoas Ocupadas por setor de atividade; Secund. = Secundária

**Tabela 14: Renda da População Ocupada e Residente em Domicílios Próprios nos Municípios da Aglomeração Produtiva de Santa Cruz do Capibaribe (2000). (Intervalo: sem rendimento até 3 salários mínimos)**

Municípios	Total	S/rend.	%	Até 1	%	Entre 1 e 2	%	Entre 2 e 3	%
Santa Cruz do Capibaribe	46.403	14.012	30,20	11.228	24,20	13.042	28,11	3.073	6,62
Toritama	16.794	5.253	31,28	3.378	20,11	4.559	27,15	1.495	8,90
Taquaritinga do Norte	15.554	5.797	37,27	4.907	31,55	3.022	19,43	883	5,68
Surubim	40.471	19.529	48,25	11.892	29,38	5.002	12,36	1.362	3,37
Frei Miguelinho	10.678	5.529	51,78	3.732	34,95	925	8,66	209	1,96
Santa Maria do Cambucá	9.057	5.396	59,58	2.785	30,75	549	6,06	134	1,48
Vertentes	11.996	5.681	47,36	3.771	31,44	1.743	14,53	376	3,13
Casinhas	10.284	5.527	53,74	3.283	31,92	941	9,15	297	2,89
Vertente do Lério	6.608	4.039	61,12	1.915	28,98	481	7,28	94	1,42
Alto do Capibaribe	167.845	70.763	42,16	46.891	27,94	30.264	18,03	7.923	4,72
Caruaru	204.112	83.763	41,04	42.681	20,91	39.742	19,47	12.182	5,97
Brejo da Madre de Deus	29.010	11.848	40,84	10.015	34,52	5.105	17,60	916	3,16
Jataúba	11.102	4.455	40,13	5.094	45,88	1.012	9,12	266	2,40

Fonte: IBGE, 2000 (dados do censo demográfico); S/rend. = Sem rendimentos

**Tabela 15: Renda da População Ocupada e Residente em Domicílios Próprios nos Municípios da Aglomeração Produtiva de Santa Cruz do Capibaribe (2000) (Intervalo: Entre 3 e 5,5 e 10, até mais 20 salários mínimos)**

Municípios	Total	Entre 3 e 5	%	Entre 5 e 10	%	Entre 10 e 20	%	Mais de 20	%
Santa Cruz do Capibaribe	46.403	2.321	5,00	1.840	3,97	559	1,20	327	0,70
Toritama	16.794	1.146	6,82	671	4,00	186	1,11	107	0,64
Taquaritinga do Norte	15.554	383	2,46	414	2,66	101	0,65	47	0,30
Surubim	40.471	1.423	3,52	887	2,19	200	0,49	176	0,43
Frei Miguelinho	10.678	156	1,46	90	0,84	27	0,25	10	0,09
Santa Maria do Cambucá	9.057	108	1,19	49	0,54	9	0,10	27	0,30
Vertentes	11.996	205	1,71	173	1,44	27	0,23	21	0,18
Casinhas	10.284	145	1,41	49	0,48	23	0,22	19	0,18
Vertente do Lério	6.608	43	0,65	21	0,32	15	0,23	0	0,00
Alto do Capibaribe	167.845	5.930	3,53	4.194	2,50	1.147	0,68	734	0,44
Caruaru	204.112	11.481	5,62	9.362	4,59	3.414	1,67	1.487	0,73
Brejo da Madre de Deus	29.010	683	2,35	252	0,87	115	0,40	76	0,26
Jataúba	11.102	179	1,61	79	0,71	8	0,07	9	0,08

Fonte: IBGE, 2000 (dados do censo demográfico)

**Tabela 16: Crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) nos Municípios da Rota da Confeção (1960-1970)**

Municípios	PEA			PEA Primária			PEA Secundária			PEA Terciária		
	Inicial	Final	Cresc.	Inicial	Final	Cresc.	Inicial	Final	Cresc.	Inicial	Final	Cresc.
Santa Cruz do Capibaribe	2.259	2.950	30,59	1.062	1.148	8,10	185	433	134,05	1.012	1.369	35,28
Toritama	1.888	1.731	-8,32	1001	768	-23,28	512	449	-12,30	375	514	37,07
Taquaritinga do Norte	3.732	4.273	14,50	3.300	3.242	-1,76	75	192	156,00	357	839	135,01
Surubim	15.365	19.045	23,95	13.308	14.775	11,02	315	1.217	286,35	1.742	3.053	75,26
Frei Miguelinho		5.505			4.890			92			523	
Santa Maria do Cambucá		3.181			2.918			64			199	
Vertentes	12.814	5.062	-60,50	11.702	4.047	-65,42	224	211	-5,80	888	804	-9,46
Casinhas												
Vertente do Lério												
Alto do Capibaribe	36.058	41.747	15,78	30.373	31.788	4,66	1311	2658	102,75	4.374	7.301	66,92
Caruaru	32.784	43.069	31,37	15.950	13.076	-18,02	4.103	7.319	78,38	12.731	22.674	78,10
Brejo da Madre de Deus	12.415	7.426	-40,19	10.479	6.648	-36,56	805	224	-72,17	1.131	554	-51,02
Jataúba		4.414			3.663			263			488	

Fonte: IBGE, 1960 e 1970 (dados dos censos demográficos); PEA = População Economicamente Ativa; Cresc. = Crescimento (em %)

**Tabela 17: Crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) nos Municípios da Rota da Confeção (1970-1980)**

Municípios	PEA			PEA Primária			PEA Secundária			PEA Terciária		
	Inicial	Final	Cresc.	Inicial	Final	Cresc.	Inicial	Final	Cresc.	Inicial	Final	Cresc.
Santa Cruz do Capibaribe	2.950	9.099	208,44	1.148	1.575	37,20	433	3.205	640,18	1.369	4.319	215,49
Toritama	1.731	3.034	75,27	768	488	-36,46	449	1.452	223,39	514	1.094	112,84
Taquaritinga do Norte	4.273	5.440	27,31	3.242	3.086	-4,81	192	828	331,25	839	1.526	81,88
Surubim	19.045	19.032	-0,07	14.775	11.513	-22,08	1.217	2.526	107,56	3.053	4.993	63,54
Frei Miguelinho	5.505	3.315	-40,32	4.890	2.469	-49,69	92	185	202,17	523	661	25,24
Santa Maria do Cambucá	3.181	3.376	11,18	2.918	2.234	-23,40	64	451	704,69	199	691	246,23
Vertentes	5.062	4.699	-7,17	4.047	2.952	-27,06	211	512	142,65	804	1.235	53,61
Casinhas												
Vertente do Lério												
Alto do Capibaribe	41.747	47.995	14,97	31.788	24.317	-23,50	2.658	9.159	244,58	7.301	14.519	98,86
Caruaru	43.069	63.904	48,38	13.076	13.305	1,75	7.319	13.769	88,13	22.674	35.260	55,51
Brejo da Madre de Deus	7.426	9.565	28,80	6.648	6.499	-2,24	224	996	344,64	554	2.070	273,65
Jataúba	4.414	7.154	62,05	3.663	3.615	-1,34	263	2.630	999,62	488	909	86,07

Fonte: IBGE, 1970 e 1980 (dados dos censos demográficos); PEA = População Economicamente Ativa; Cresc. = Crescimento (em %)

**Tabela 18: Crescimento da População Ocupada (PO) nos Municípios da Rota da Confeção (1991-2000)**

Municípios	População Ocupada			PO Setor Primário			PO Setor Secundário			PO Setor Terciário		
	Inicial	Final	Cresc.	Inicial	Final	Cresc.	Inicial	Final	Cresc.	Inicial	Final	Cresc.
Santa Cruz do Capibaribe	16.764	30.989	84,85	1.446	2.001	38,38	5.303	17.751	234,74	10.015	11.237	12,20
Toritama	6.939	10.298	48,41	458	639	39,52	2.877	6.511	126,31	3.604	3.148	-12,65
Taquaritinga do Norte	6.499	7.688	18,30	2.388	2.131	-10,76	1.190	2.886	142,52	2.921	2.671	-8,56
Surubim	20.361	18.713	-8,09	8.200	6.202	-24,37	3.691	3.846	4,20	8.470	8.665	2,30
Frei Miguelinho	4.452	4.114	-7,59	2.662	2.195	-17,54	331	706	113,29	1.459	1.213	-16,86
Santa Maria do Cambucá	3.234	4.820	49,04	1.872	3.449	84,24	414	393	-5,07	948	978	3,16
Vertentes	4.574	4.985	8,99	2.091	1.775	-15,11	672	1.654	146,13	1.811	1.556	-14,08
Casinhas	0	4.812		0	3.299		0	615		0	898	
Vertente do Lério	0	2.952		0	2.048		0	370		0	534	
Alto do Capibaribe	62.823	89.371	42,26	19.117	23.739	24,18	14.478	34.732	139,90	29.228	30.900	5,72
Caruaru	81.506	99.033	21,50	9.227	8.052	-12,73	16.983	29.042	71,01	55.296	61.940	12,02
Brejo da Madre de Deus	11.876	14.295	20,37	4.955	4.451	-10,17	2.538	5.507	116,98	4.383	4.336	-1,07
Jataúba	7.091	6.879	-2,99	3.654	3.598	-1,53	1.991	2.156	8,29	1.446	1.124	-22,27

Fonte: IBGE, 1991 e 2000 (dados dos censos demográficos); PO = Pessoa Ocupada por setor de atividade; Cresc. = Crescimento (em %)

**Tabela 19: Índice de População Alfabetizada nos Municípios da Rota da Confeção-2000**

Municípios	Pessoas com 10 anos ou mais	Número de Alfabetizados	Índice de Alfabetização (%)
Santa Cruz do Capibaribe	46.403	35.127	75,70
Toritama	16.794	11.270	67,11
Taquaritinga do Norte	15.554	11.580	74,45
Surubim	40.471	28.349	70,05
Frei Miguelinho	10.678	6.517	61,03
Santa Maria do Cambucá	9.057	5.219	57,62
Vertentes	11.996	7.626	63,57
Casinhas	10.284	6.283	61,09
Vertente do Lério	6.608	4.031	61,00
Alto do Capibaribe	167.845	116.002	69,11
Caruaru	204.112	160.290	78,53
Brejo da Madre de Deus	29.010	16.390	56,50
Jataúba	11.102	6.320	56,93

FORNTE: IBGE, 2000 (dados do censo demográfico)

**Tabela 20: Populações Rural e Urbana dos Municípios da Rota da Confeção - 2000**

Municípios	População rural	População urbana	Total
Santa Cruz do Capibaribe	1.822	57.226	59.048
Toritama	1.673	20.127	21.800
Taquaritinga	7.735	12.022	19.757
Surubim	17.186	33.145	50.331
Frei Miguelinho	10.614	2.364	12.978
Santa Maria do Cambucá	9.478	2.261	11.739
Vertentes	8.654	6.303	14.957
Casinhas	11.920	1.425	13.345
Vertente do Lério	7.028	1.508	8.536
Alto do Capibaribe	76.110	136.381	212.491
Caruaru	36.227	217.407	253.634
Brejo da Madre de Deus	13.396	24.713	38.109
Jataúba	8.025	6.628	14.653

FORNTE: IBGE, 2000 (dados do censo demográfico)

**Tabela 21. Crescimento (a.a) da População Rural e Urbana dos Municípios da Rota da Confeção entre 1960 e 2000**

Municípios	População Rural			População Urbana		
	População inicial (1960)	População final (2000)	Crescimento (%)	População inicial (1960)	População final (2000)	Crescimento (%)
Santa Cruz do Capibaribe	2.429	1.822	-0,72	5.162	57.226	6,20
Toritama	1.370	1.673	0,50	3.578	20.127	4,41
Taquaritinga	11.181	7.735	-0,92	2.266	12.022	4,26
Surubim	36.992	17.186	-1,90	7.803	33.145	3,68
Frei Miguelinho	-	10.614	-	-	2.364	-
Santa Maria do Cambucá	-	9.478	-	-	2.261	-
Vertentes	29.568	8.654	-3,02	4.016	6.303	1,13
Casinhas	-	11.920	-	-	1.425	-
Vertente do Lério	-	7.028	-	-	1.508	-
Alto do Capibaribe	81.540	76.110	-0,17	22.825	136.381	4,57
Caruaru	41.200	36.227	-0,32	65.031	217.407	3,06
Brejo da Madre de Deus	29.920	13.396	-1,99	4.821	24.713	4,17
Jataúba	-	8.025	-	-	6.628	-

Fonte: IBGE, 1960 e 2000 (dados dos censos demográficos).

**Quadro 4: Legislação Urbanística de Santa Cruz do Capibaribe**

<b>Legislação Urbanística e Municipal Existente</b>	<b>Data da Aprovação</b>	<b>Atualização</b>
Lei do Plano Diretor	Em fase de aprovação em agosto de 2005	Em fase de planejamento
Lei do Perímetro Urbano - Decreto nº 00/99	Sancionada em 06 de abril de 1999	Atualizado sempre de modo informal
Lei do Perímetro da Zona de Expansão Urbana	Não existe	
Lei de Zoneamento, de Uso e Ocupação do Solo - Lei nº 751/83	Lei Municipal de zoneamento urbano de Santa Cruz do Capibaribe – aprovada em abril de 1983	Não atualizada por legislação
Lei de Parcelamento do Solo Urbano	Lei de parcelamento do solo urbano de Santa Cruz do Capibaribe (Lei de 3 de março de 1982)	Usado sem atualização por lei
Código Tributário	Existe	Decreto nº 924/90
Código de Posturas - Lei nº 750/83	Lei de 1983	
Cadastro Imobiliário	Existe	Elaborado e gerenciado por consultores

**FONTE: Secretaria de Infra-estrutura de Santa Cruz do Capibaribe**

### Quadro 5: Comparação Analítica entre os Momentos Diferenciados da Gestão Municipal

Gestão de Política Assistencial (até os anos de 1980)	Indicativos mínimos de Gestão de Governança no Município (depois dos anos de 1990).
<p>1. GESTÃO (Estado Intervencionista)</p> <p><u>No plano geral</u>: centralização das políticas públicas; clientelismo e instabilidade na implementação das ações; distanciamento entre produtores e executores do planejamento; assistencialismo na concepção de ações de emprego e renda; tecnicismo nas decisões; descontinuidade entre os diversos níveis de comando e o público alvo dos programas.</p> <p>Clientelismo no usufruto dos benefícios no nível municipal. Inexistência de planejamento urbano no município, dependência da assessoria do governo estadual na elaboração de planejamento urbano.</p> <p>2) MECANISMO DE CONTROLE SOCIAL</p> <p><u>No plano geral</u>, frágil participação de movimentos sociais nos canais de influência da gestão de políticas públicas. Ausência de mecanismo de controle e avaliação das ações de políticas públicas.</p> <p><u>No plano municipal</u>, forte presença de cabo eleitoral e cooptação dos grupos sociais para ação da política municipal. Gestão mais voltada para o atendimento dos negócios do campo.</p> <p>3) FORMAS DE REGULAÇÃO</p> <p><u>No Plano Nacional</u>, regulação do emprego, salários e fiscalização das condições e da situação de trabalho no espaço urbano. A Consolidação das Leis Trabalhistas</p>	<p>1. <u>Gestão de Governança</u> (nas teorias políticas); Conceito baseado em pressupostos de eficiência e eficácia e na possibilidade de inovação administrativa.</p> <p><u>No município</u>: na administração continuam a existir as mesmas dificuldades com a falta de qualificação dos funcionários; presença do consultor; gestão compartilhada com o empresariado;</p> <p>Incipiente adesão ao estatuto da cidade nas concepções sobre urbanismo.</p> <p>Coordenação dos interesses da sociedade pela valorização da atividade de mercado (não apresenta grandes mudanças na relação público/privada); competitividade e cooperação do espaço econômico entre os municípios; complementação das atividades produtivas; organização de eventos de turismo de negócios; incapacidade dos municípios implementar infraestrutura básica de expansão da produção.</p> <p><u>Descentralização das atividades do Governo do Estado</u>: o município passou a promover a recuperação de estrada rural de escoamento da Produção da Sulanca ; coordenação de cursos profissionalizantes, entre outras ações em favor da promoção da atividade econômica.</p> <p>A Prefeitura exerce relativo papel de coligação de forças (trabalhadores e empresários) em prol do desenvolvimento da atividade de confecção na cidade. Essa coligação serve tanto a proposta para recuperação do Rio Capibaribe, como à implementação do Santa Cruz Moda Center (espaço para vender moda e confecção).</p> <p><u>Centralização/descentralização</u> das ações (menor presença de instituições do Estado no município, apenas o acompanhamento de representantes de órgãos do Estado em fóruns e em planejamento).</p> <p><u>No município</u>, o poder do gestor é limitado pela ação de liderança exercida pelos empresários.</p> <p>2) MECANISMO DE CONTROLE SOCIAL</p> <p>Fragilidade no controle social (no contexto do município). Implantações dos conselhos municipais que, desvirtuados de suas finalidades institucionais, atuam próximos aos órgãos executivos.</p> <p>*Forte presença da política de cabos eleitorais e da influência clientelista para o atendimento das demandas sociais, que incluem ações favoráveis ao trabalho (banco de feira, normatização de espaço de venda etc.).</p> <p>*Segregação dos espaços, intensificada pelo crescimento das atividades de confecção (marcada com o surgimento de favela e loteamento clandestino). Aumento de prostituição, assaltos e homicídios na cidade.</p> <p>3) FORMAS DE REGULAÇÃO</p> <p>*Ausência de fiscalização da legislação trabalhista (flexibilizada). Apresenta forte relação de produção baseada no trabalho não assalariado (90% sem carteira assinada,</p>

<p>(CLT), estava em pleno vigor.</p> <p><u>No município</u>: rendimentos abaixo do mínimo, jornada de trabalho é intensiva (mais de 8 ½ por dia), uso predominante de mão-de-obra de mulheres e crianças e de membros da família; ausência de fiscalização trabalhista no interior e de ação sindical.</p> <p><u>REGULAÇÃO DO ESPAÇO</u> (no município): Legislação municipal; Código de Postura 1982 (determina normas de controle administrativo em termos de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e industriais, ordem pública do uso do espaço, institui multas, etc.). (Legislação elaborada em conjunto com técnicos da FIAM). Normas instituídas sem observação do devido cumprimento da legislação.</p>	<p>contrato de trabalho por peça com processo de produção realizado em domicílio do trabalhador).</p> <p>CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO 1991 (estabelece normas de propriedade territorial e predial); observa-se constante flexibilização na aplicação dessas normas de recolhimento de taxas e impostos. O código foi, várias vezes, modificado para atender às necessidades do município. Existe resistência à aplicação de normas na cidade, na questão de uso do solo. A cidade apresenta inúmeras edificações sem regulamentação da prefeitura e alguns loteamentos clandestinos.</p>
<p>4) RELAÇÃO ENTRE NÍVEIS DE GOVERNO</p> <p>A política pública em sua implementação apresentava excesso de centralidade, fragmentação institucional impedindo a continuidade das ações; tecnicismo e autoritarismo nas metas e diretrizes dos planos.</p> <p><u>No Plano Nacional</u>, política de emprego e renda frágil, sem autonomia na execução de desenvolvimento econômico; promoveu diversas ações pulverizadas para a alocação de mão-de-obra nas principais cidades do país. Na época, era-se favorável à implementação de política de massa urbana para corrigir distorções do capitalismo. A política social do Estado brasileiro tinha ação difusa, apresentava-se de forma clientelista, assistencial e centralizadora em relação aos Estados da Federação e ao município.</p> <p>5) RELAÇÃO CONTRATUAL ENTRE PÚBLICO E PRIVADO</p> <p>Estreita ligação entre o público e o privado como forma cultural de gestão, participação e atribuição de poder das camadas altas da sociedade.</p> <p>6) MECANISMO DE FINANCIAMENTO</p> <p>Em geral, os gastos sociais eram apoiados em fundos sociais e previdenciários.</p> <p>Os gastos sociais com emprego e renda e alocação de mão-de-obra estão no orçamento da União, centralizados no Ministério do Trabalho em ações sociais, transferidos para as Secretarias de Estado. Outras vezes, tratava-se de recursos a fundo perdido a cargo de bancos e/ou organismos internacionais.</p> <p>7) POLÍTICAS PÚBLICAS PARA SETOR:</p> <p>Política Social Urbana (Estado de Bem-Estar Social (meritório), para corrigir distorções geradas pelo Mercado).</p> <p>Criação da infra-estrutura de base produtiva centralizada no Centro-Sul.</p>	<p>4) RELAÇÃO ENTRE NÍVEIS DE GOVERNO</p> <p>Descentralização de poder na implementação de políticas públicas. Observando-se, a falta de recursos das prefeituras para arcarem com a maioria das ações de políticas públicas. Diminuição da presença de órgãos do Estado na administração do município.</p> <p>Políticas sociais do Governo Federal e estadual em número reduzido. Ações parciais, não integradas e sem processo de continuidade. Baixo impacto compensatório.</p> <p>5) RELAÇÃO CONTRATUAL ENTRE PÚBLICO E PRIVADO</p> <p>Parceria entre o público e o privado para o financiamento de ações necessárias às atividades econômicas (financiamento de guarda municipal para proteção na feira, creches, etc). Não há expressiva mudança ética sobre a questão de política entre o público e o privado.</p> <p>6) MECANISMO DE FINANCIAMENTO:</p> <p>Sempre houve uma participação ativa, através de influência política dos grupos dominantes na forma de alocar recursos.</p> <p>Recursos municipais escassos para infra-estrutura de base. Os recursos através de empréstimos bancários, financiam ações entre a prefeitura e os empresários, para a implementação de infra-estrutura de comercialização da mercadoria.</p> <p>7) POLÍTICAS PÚBLICAS PARA SETOR</p> <p><u>No Plano Nacional</u>:</p> <p>Diminuição da assistência social e política pública pulverizada. Política urbana sem estímulo ou viabilidade financeira.</p>

**FONTE: Quadro Elaborado para a Tese (o quadro é um recurso heurístico que utilizou como exemplo empírico o município de Santa Cruz do Capibaribe).**

**Quadro 6: Instituições de Apoio à Aglomeração Produtiva de Santa Cruz do Capibaribe**

Instituições	Sistematicidade das Ações	Definição da Instituição
Prefeitura municipal	Presença política constante; apoio às pequenas empresas, empresas familiares e ao autônomo; organização de trabalho em mutirão; falta de condições para promover a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento local.	Governamental
ASCAP (Associação dos Confeccionistas de Pernambuco)	Palestras, viagens e cursos.	Não-governamental
Bancos	Ações insuficientes em favor do micro e pequeno empresário	Particulares e Oficiais
Escolas de 1º grau do Estado	Ensino para a população do município. Não adequado à necessidade do pólo industrial	Governamental
Escolas/SENAI	Início de assessoria para organização do processo de trabalho, visando à inovação.	Autarquia Privada de Direito Público
Universidade	<i>Design</i> sem adequação à atividade; ações esporádicas.	Governamental (UFRPE/UFPE)
SEBRAE	Responsável por programas de assistência às APL, que visam à implementação de elementos de inovação.	Autarquia Privada de Direito Público
Faculdade de Desenvolvimento e Integração Regional (FADIRE)	Cursos: Administração de empresas, Ciências Contábeis e <i>Design</i> de modas.	Particular
Associação comercial	Constante	Órgão representativo dos comerciantes/ ações de organização da classe patronal
ITEP (Instituto Tecnológico de Pernambuco)	Ocasional	Assistência técnica para elaboração de etiquetas dentre outras
SINDIVEST (Sindicato do Vestuário de Pernambuco)	Constante	Ações de representação de classe patronal

**FONTE:** pesquisa empírica realizada na localidade, em 2005.

\* As instituições passaram a atuar na Aglomeração Produtiva entre o final dos anos 90 e início de 2000.

A FADIRE foi inaugurada em 2000.

**Quadro 7: Resumo das Inovações Tecnológicas da Produção de Confeções de um Parque Avançado em Tecnologia**

Etapas Produtivas	Equipamentos	Avanço nas Funções
Criação	<i>Computer Aid Design</i> (CAD)	Permite que se faça o desenho de moda com grande facilidade para o desenvolvimento de coleções, possuindo caneta sensível que dá ao estilista total liberdade.
Modelagem	<i>Computer Aid Design</i> (CAD)	Permite o desenvolvimento de modelagem, ampliação e risco, com sistema de simulação em três dimensões. Sistema acoplado ao anterior.
Enfesto	Enfesteira com controle digital	Permite que se façam enfeitos de alta qualidade com velocidade, possui detectores automáticos de defeitos, programação total com diversas velocidades, enfesta diferentes tipos de tecidos sem tensão alguma., reduz ao mínimo o desperdício.
Corte	<i>Computer Aid Manufacture</i> (CAM)	Sistema de corte computadorizado que pode funcionar integrado com o CAD. Possui sistema especializado para <i>jeans</i> , grande volume de malharia e tecidos planos, confecções finas e pequenos lotes.
Montagem	Máquina de costura eletrônica (1)	Costura reta eletrônica com lançadeira grande. Permite cortar o fio inferior e superior, possui levantador de calcador e posicionador de agulha, painel digital com múltiplas funções. Aumenta significativamente a produtividade do trabalho e melhora a qualidade do produto.
	Máquina de costura eletrônica (2)	Ponto fixo com duas agulhas eletrônicas. Lubrifica automaticamente, tem posicionador de agulha e calcador automático, corte de fio inferior e superior, painel digital com múltiplas funções. Maior velocidade nas operações e melhor padronização dos produtos.
	Máquina de costura eletrônica (3)	Efetua transporte triplo 1 com agulha eletrônica. Lubrificação automática. Corte de fio inferior e superior. Painel digital com múltiplas funções, posicionador de agulha e calcador. Maior velocidade nas operações e melhor padronização dos produtos.
	Máquina de costura eletrônica (4)	Coloca cós ponto fixo. Efetua corte automático no início e fim da operação, desligamento programado no início e no fim, fotocélula para sensor de camada, lubrificação automática, painel digital para programação.
	Máquina de costura eletrônica (5)	Coloca frente em camisas. Possui alimentador e fusor de viés, corta automaticamente o fio anterior e posterior, empilha automaticamente. Painel digital para controle de funções.
	Outras: refiladeira eletrônica, máquina de barra e ponto fixo automático	Permitem maior velocidade nas operações e melhor qualidade do produto.
Acabamento	Bordadeira Eletrônica	Faz a integração da ação mecânica com o computador controlado eletronicamente, permite rápida e eficiente troca de cor durante o bordado. Assegura pontos precisos e o operador pode trabalhar com doze cores e corte de fios automáticos. Permite a um editor comandar múltiplas máquinas de bordado com desenhos diferentes ou iguais. Maior flexibilidade e melhor qualidade dos bordados
Passadoria	Equipamentos a vapor e a vácuo	Permitem passar as peças sem rugas, alcançando melhor resultado.
Gerenciamento	Computador e <i>software</i> específico para confecção	<i>Software</i> efetua controle de vendas, compras, cotações, clientes, estoque, expedição, produção, representantes, custos, fichas técnicas, explosão de materiais, faturamento, contas a pagar e a receber, fluxo de caixa, formação de preços, contabilidade gerencial, produtividade, balanceamento, células, lojas varejo, comunicação bancária, comissionamento, expedição em código de barras, controle de <i>royalties</i> .

FONTE: (Fonte: Melo, 2000: 12), BNDES/FINEP/UFRJ.

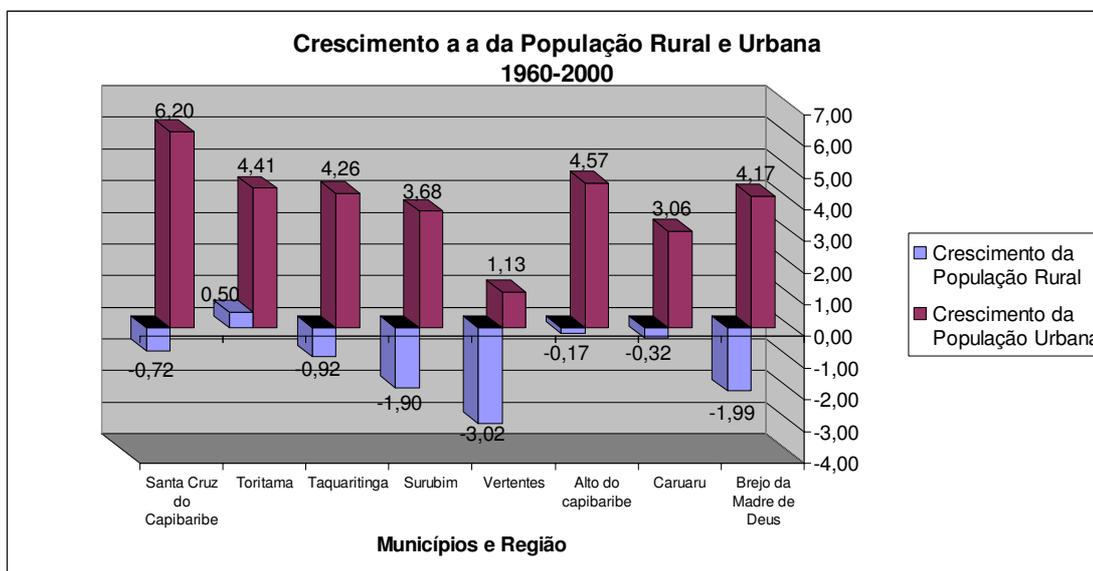
**Quadro 8: Resumo das Inovações Tecnológicas da Produção de Confeccção em Santa Cruz do Capibaribe**

Etapa produtiva	Equipamentos	Avanços nas Funções	Custo médio em R\$
Criação e modelagem	<i>Computer aid design</i> (cad) ( <i>plotter</i> )	Permite que se risque o desenho para ser cortado. Desenho assistido por computador. Amplia o risco (sistema acoplado).	Entre 20.000,00 e 40.000,00
Enfesteadeira	Mecânica ou elétrica	É responsável pela junção de tecidos.	3.500,00
Corte	Corte mecânico		1.100,00 e 1.500,00
Montagem	Máquina reta	Máquina reta de costura convencional.	1.000,00 a 1.500,00
	Máquina reta eletrônica	Realiza várias funções, conta pontos, corta linha e faz acabamento.	4.000,00
	<i>Overlock</i>	Convencional, efetua acabamento em malha.	2.000,00
	<i>Interlock</i>	Efetua o fechamento e dá acabamento na ponta do tecido plano.	2.000,00
	Fechadeira de base plana	Para uso de pesponto lateral.	3.500,00
	Fechadeira de braço	Prepara a parte de trás de calças e camisas.	3.000,00
	Máquina 2 agulhas ponto fix (máquina de costura eletrônica)	Máquina eletrônica. Elabora costura reta. Corta fio inferior e superior. Pannel digital com múltiplas funções, posicionador de agulhas e calcador; lubrificador automático.	3.500,00 a 5.000,00
	Botoneira	Máquina de pregar botão, existe no pátio o modelo eletrônico e o modelo mecânico convencional.	4.000,00
	Elastiqueira	Máquina de colocar elástico.	3.000,00 e 5.000,00
	Máquina de cós	Coloca cós ponto fixo. Efetua corte automático ou não, dependendo do nível de automação.	3.000,00 e 5.000,00
	Máquina zigzag três pontinhos	Máquina apropriada para empresas de moda íntima.	3.000,00 e 7.000,00
	Traveti	Convencional; acabamento.	7.000,00 a 9.000,00
	Traveti	Automática	12.000,00
	Zhermack	Máquina convencional ( <i>overlock</i> ) de colocar elástico.	2.400,00
	Máquina de bordado	Máquina de fazer bordado computadorizado.	R\$ 12.000,00 (com 01 cabeçote), 150.000,00 (com 24 cabeçotes)
		Máquina zig-zag 21	Convencional
	Máquina de costurar viés	Convencional	4.000,00 (nova) 2.000,00 (usada)
Acabamento	Máquina de tirar pêlos	Faz acabamento retirando os pêlos do tecido.	2.500,00

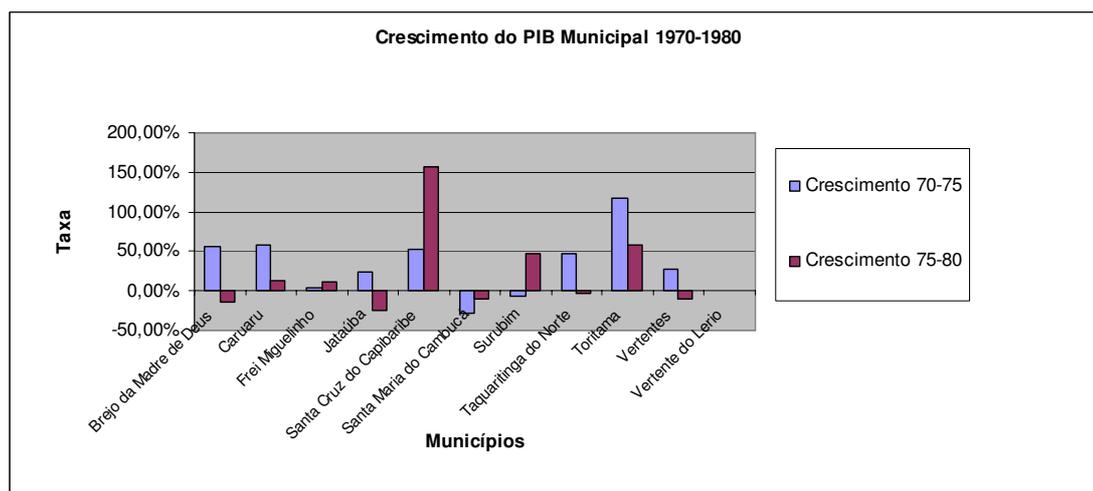
FONTE: Escola do SENAI de Santa Cruz do Capibaribe.

Elaborado para a tese, em agosto de 2005.

**Gráfico 6 : Crescimento da População dos Municípios da Rota da Confeção do Agreste de Pernambuco**

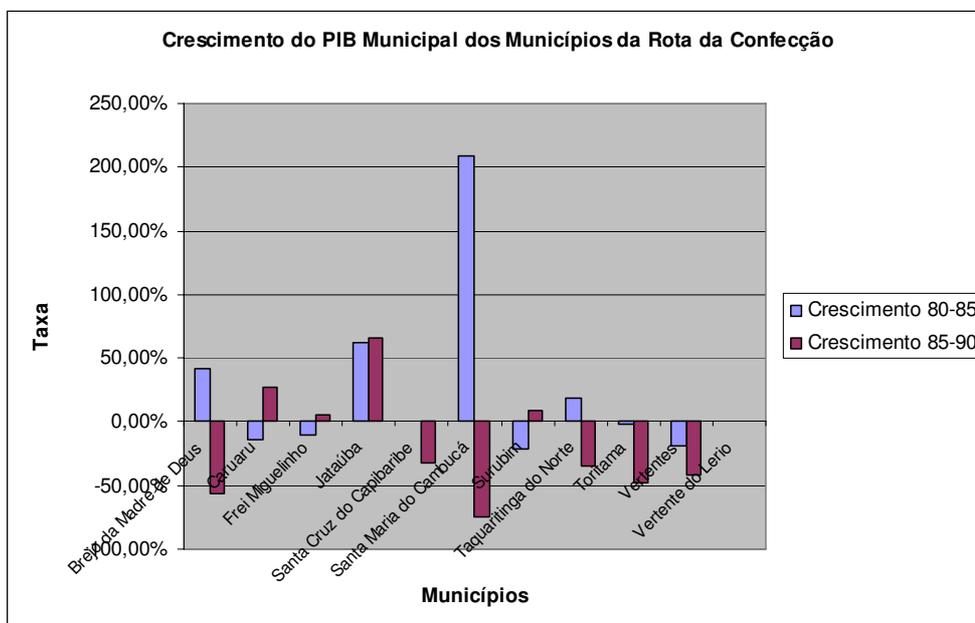


**Gráfico 7 : Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios da Rota da Confeção do Agreste de Pernambuco ( entre os anos ,70-75 e 75-80)**



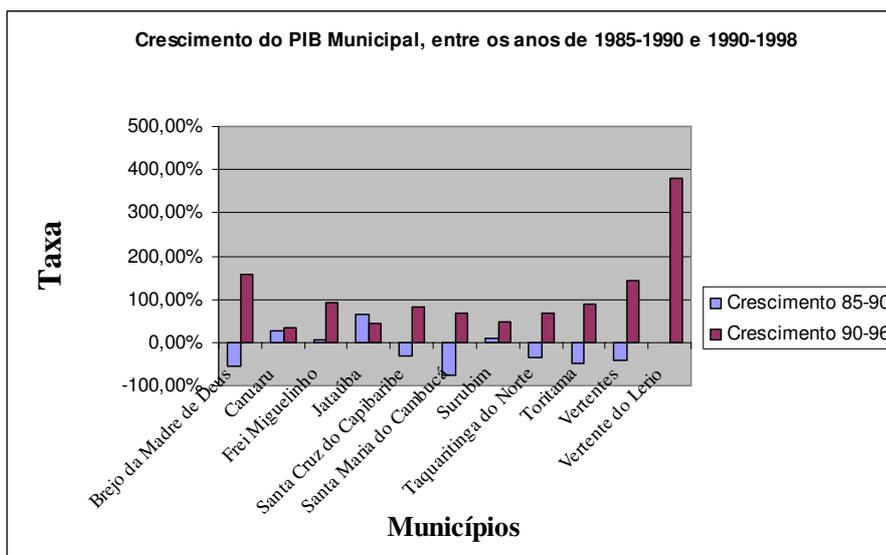
Fonte : IBGE, Censo Demográfico

**Gráfico 8: Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios da Rota da Confeção do Agreste de Pernambuco ( entre os anos, 80-85 e 85-90)**



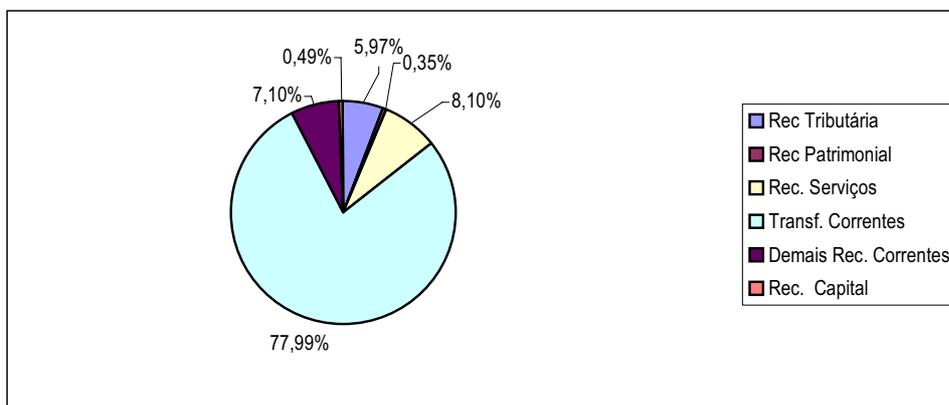
Fonte: IBGE/ IPEA

**Gráfico 9: Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios da Rota da Confeção do Agreste de Pernambuco (anos 85-90 e 90-96)**



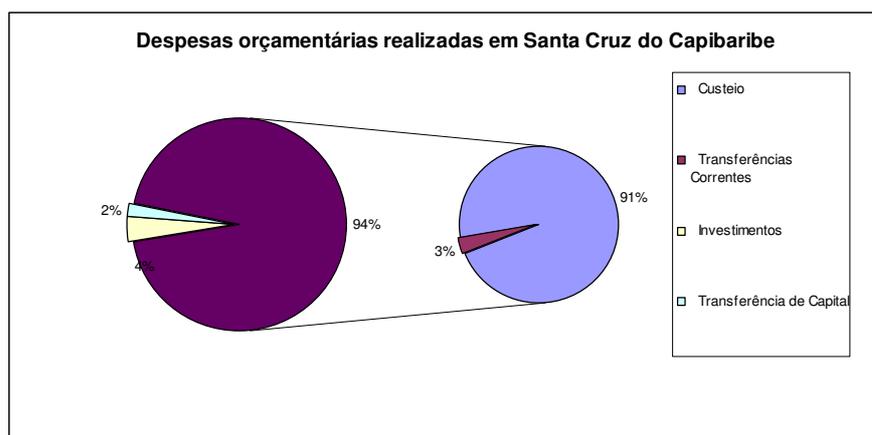
Fonte: IBGE/IPEA

**Gráfico 10. Discriminação das Receitas do Município de Santa Cruz do Capibaribe**



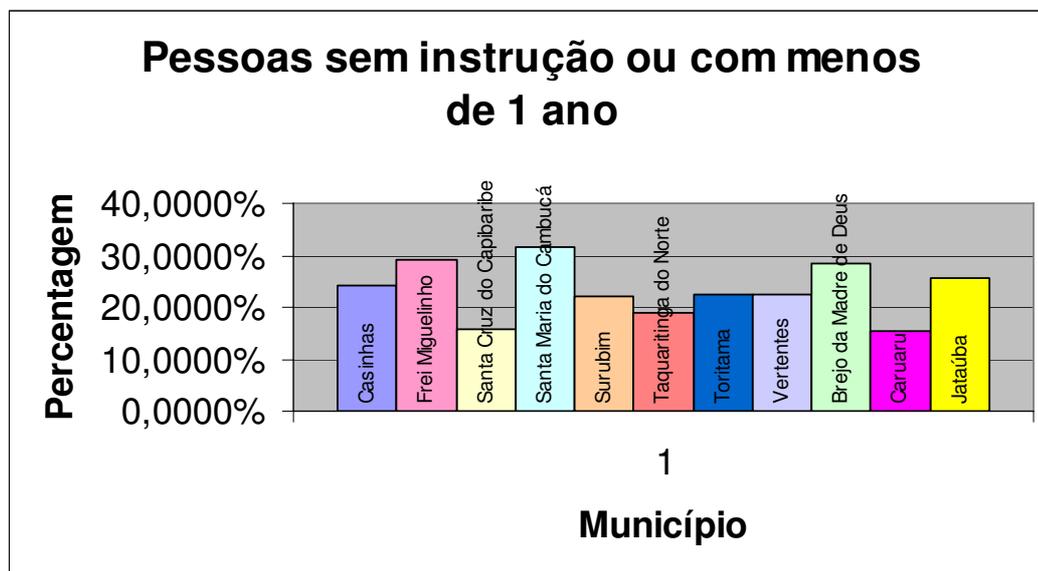
Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Capibaribe, dados de 2000.

**Gráfico 11. Discriminação de Despesas do Município de Santa Cruz do Capibaribe**



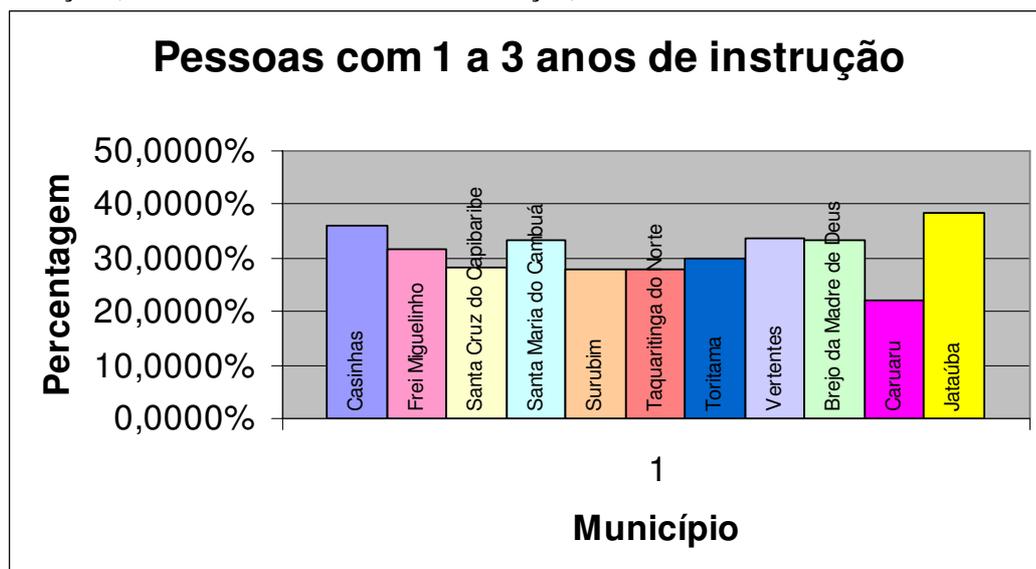
Fonte: Ministério da Fazenda, 2000

**Gráfico 12. Índice de Anos de Estudo da População dos Municípios da Rota da Confeção (Pessoas sem Instrução ou com Menos de 1 ano de Instrução)**



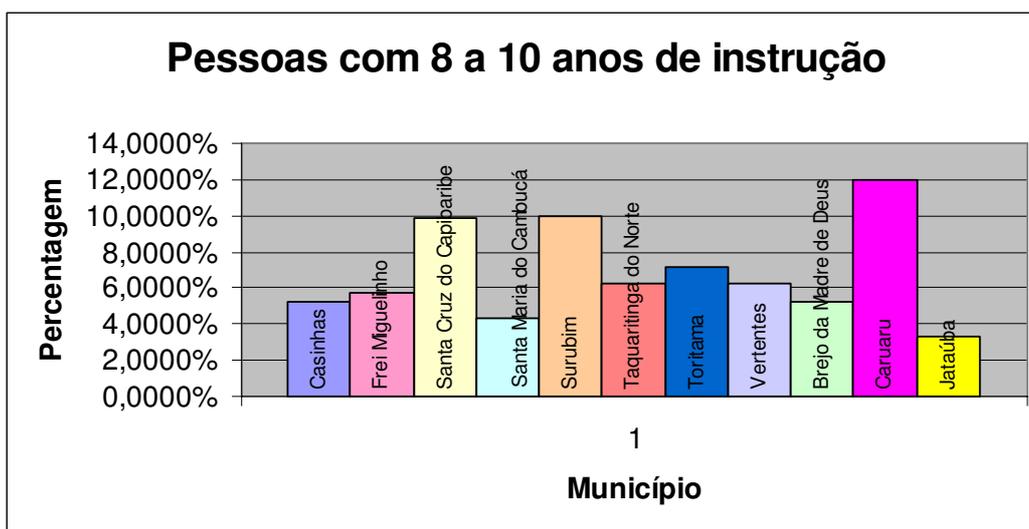
Fonte Censo Demográfico de 2000/ FIBGE/ IBGE

**Gráfico 13. Índice de Anos de Estudo da População dos Municípios da Rota da Confeção (Pessoas com 1 a 3 anos de Instrução)**

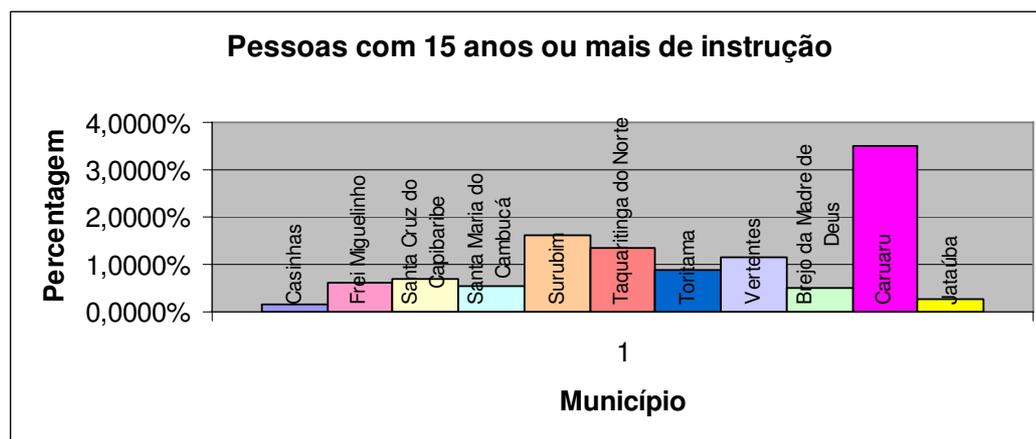


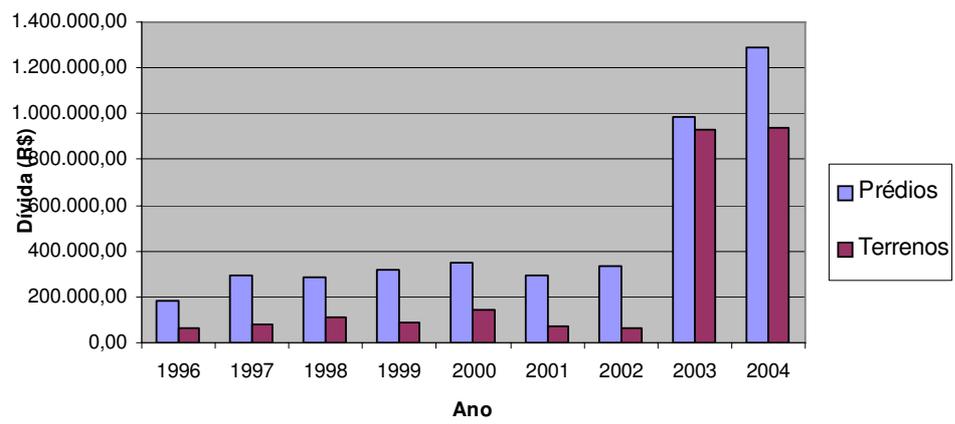
Fonte Censo Demográfico de 2000/ FIBGE/ IBGE

**Gráfico 14. Índice de Anos de Estudo da População dos Municípios da Rota da Confeção (Pessoas com 8 a 10 anos de Instrução)**

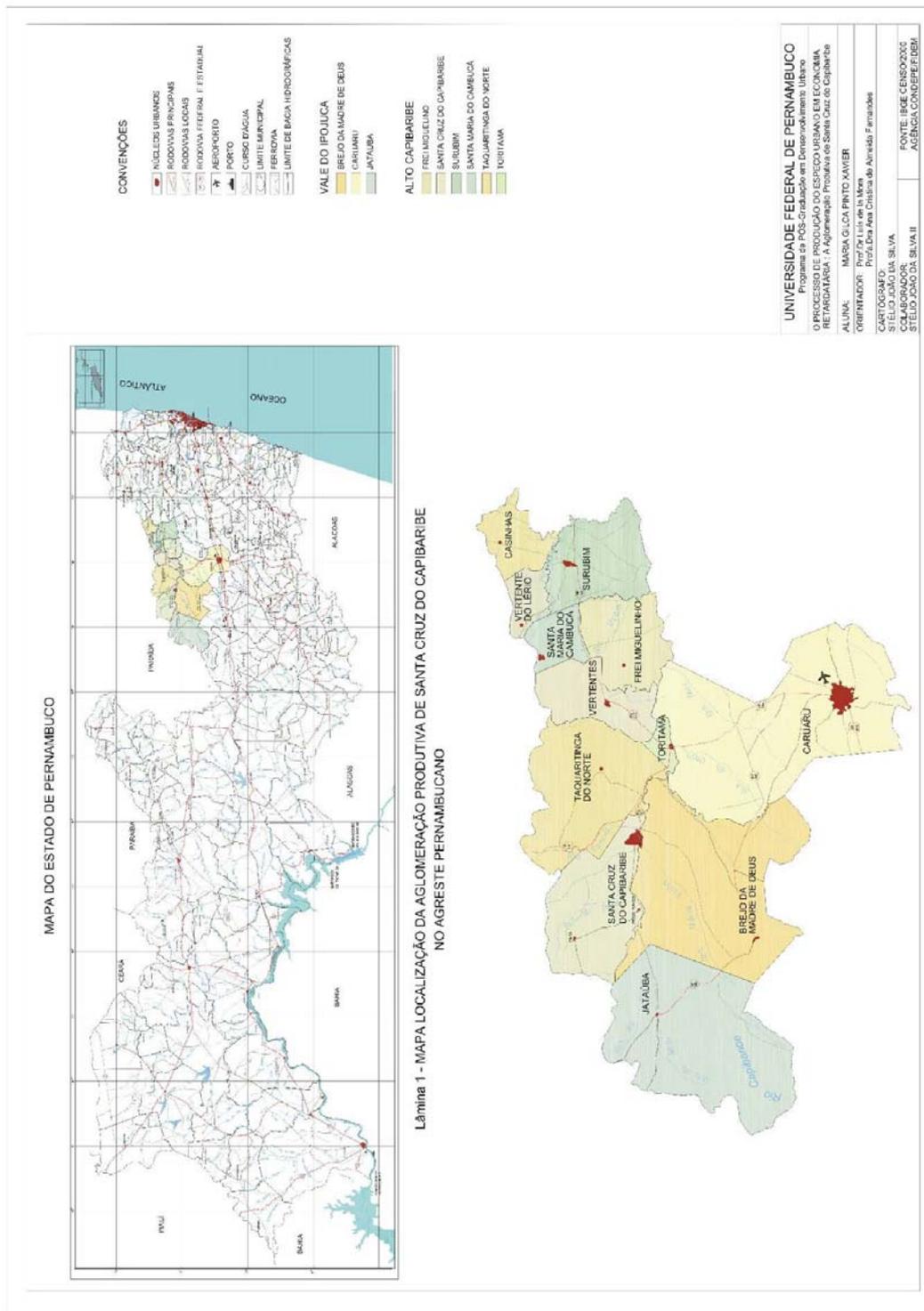


**Gráfico 15. Índice de Anos de Estudo da População dos Municípios da Rota da Confeção (Pessoas mais de 15 anos de instrução)**

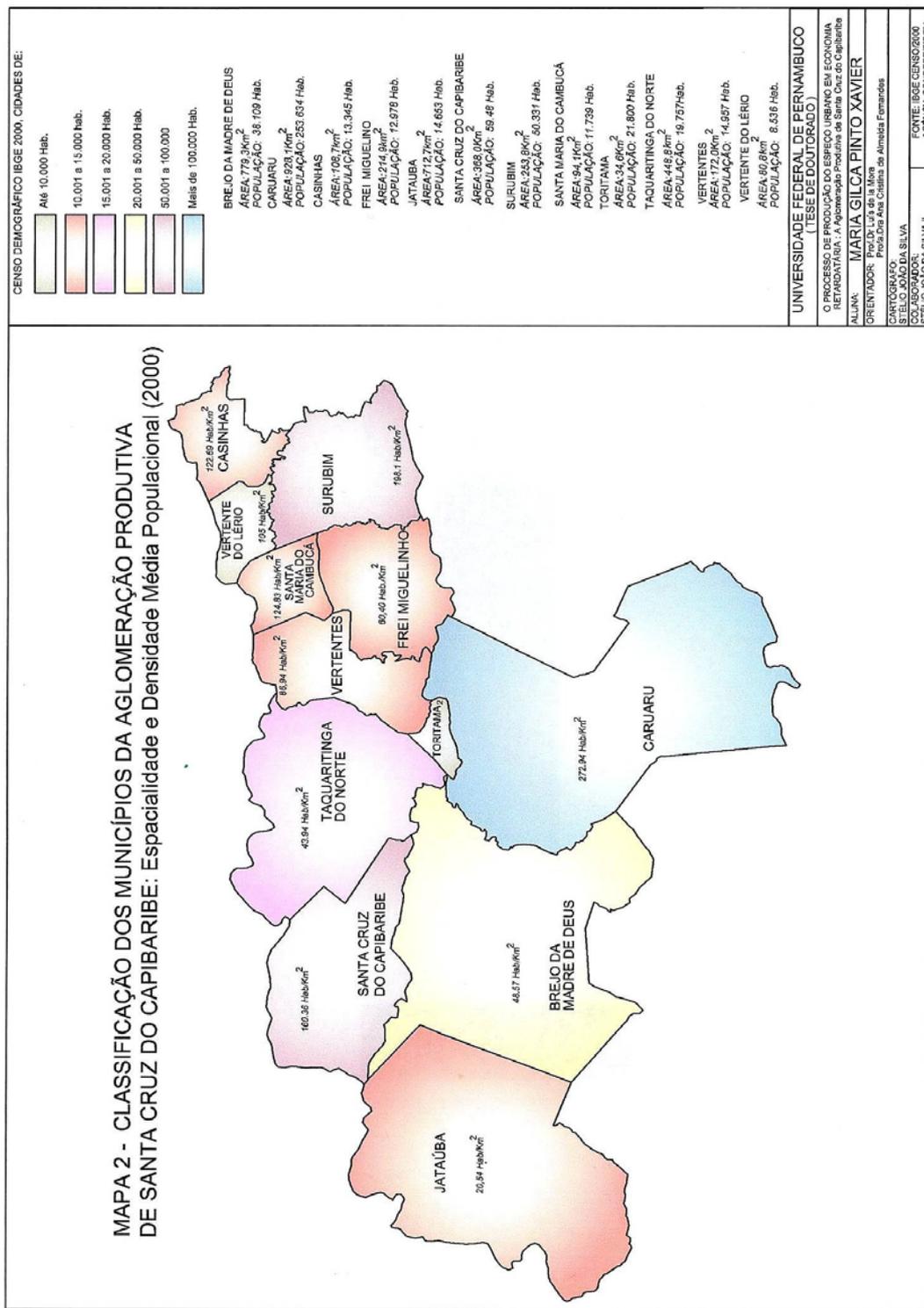


**Gráfico 16. Dívida de origem tributária de IPTU de Santa Cruz do Capibaribe**

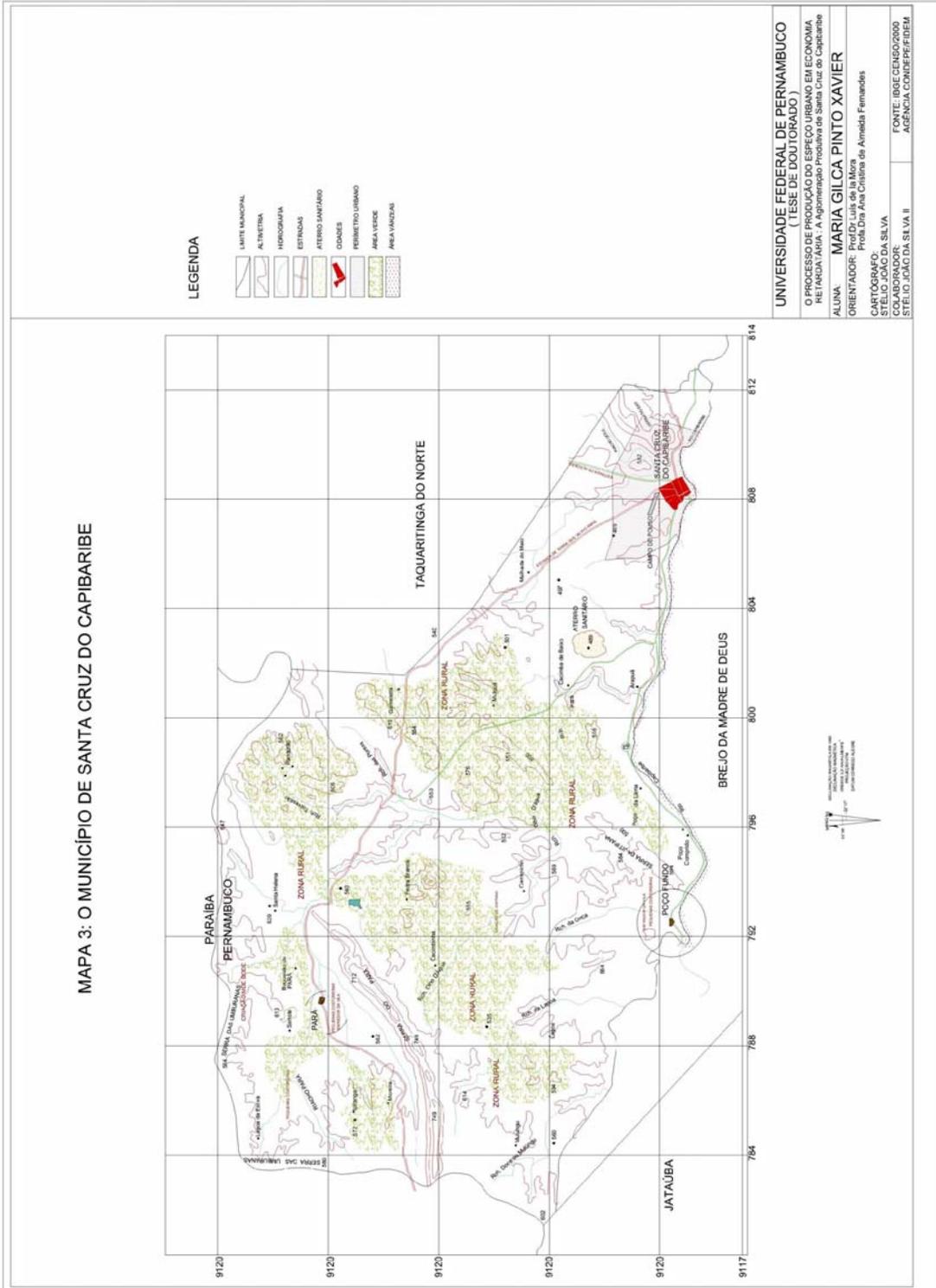
APÊNDICE B: LÂMINAS COM MAPAS



Lamina 1  
 Mapa 1. Localização da Aglomeração Produtiva de Santa Cruz do Capibaribe.  
 Mapa 2. Mapa do Estado de Pernambuco.

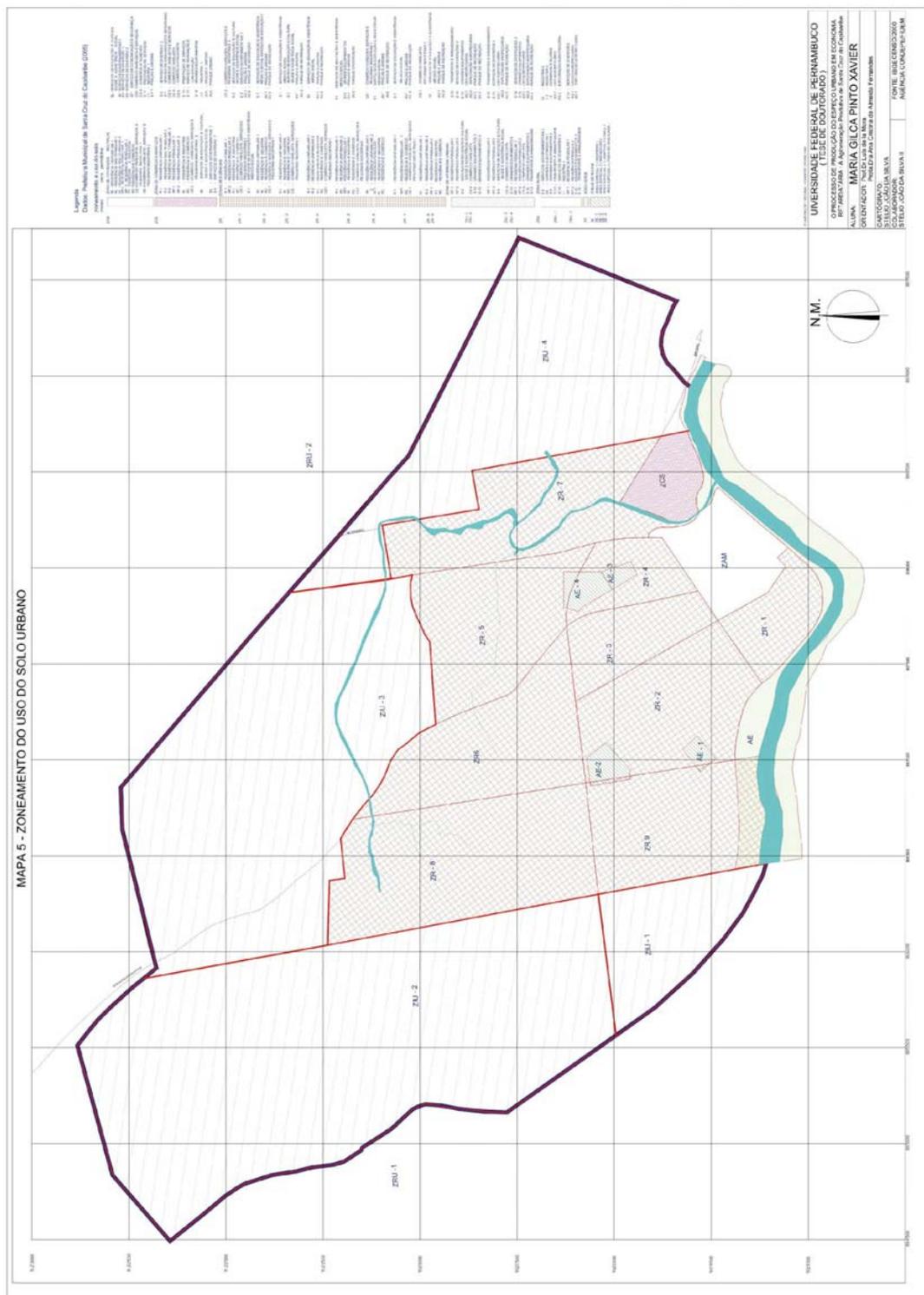


Lamina 2  
 Mapa 2. Aglomeração produtiva de Santa Cruz do Capibaribe.



**Lamina 3**  
**Mapa 3. O Município de Santa Cruz do Capibaribe.**





**Lamina 5**  
**Mapa 5. Zoneamento do uso do solo urbano de Santa Cruz do Capibaribe.**

## ANEXO - LEIS, DECRETOS E NORMAS

### DECRETO LEI Nº 007/99 (LEI DE PERÍMETRO URBANO)

EMENTA: Expande os limites da zona urbana e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO  
CAPIBARIBE, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o dispositivo no. ART 2º.  
da Lei no. 686 de 01 de novembro de 1977,

DECRETA:

Art 1º. A nova delimitação do perímetro urbano tem a seguinte demarcação:

MARCO 1: localizado na foz do Riacho Brinquinho com o Rio Capibaribe, também limite intermunicipal com Taquaritinga do Norte, daí seguiu o curso do referido rio na direção Leste Oeste até o MARCO 2, na foz do Riacho de José Monteiro, local do MARCO 3, seguindo desta linha reta o MARCO 4, localizado na fazenda de Severino Monteiro da Paixão (inclusive), na estrada que vai para a Vila do Pará, desta seguindo em linha reta na direção Norte, passando pela fazenda de Inácio Paca (exclusive), até o MARCO 5, localizado na estrada de Taquaritinga do Norte, na propriedade de Raimundo Lins, também limite intermunicipal de Taquaritinga do Norte deste em linha reta para a nascente do Riacho Brinquinho passando pela Serra do Exu, local do MARCO 6, também limite intermunicipal de Taquaritinga do Norte seguindo o curso do referido Riacho até sua foz no Rio Capibaribe local do MARCO 1.

Art. 2º: O perímetro urbano fica dividido nos seguintes bairros:

- Bairro CENTRO

Ponto inicial e final: encontro da Avenida Cesário Aragão com a PE 160 ou Avenida Bela Vista.

Descrição: PE 160 ou Avenida Bela Vista até a Rua Vereador Rodolfo Francelino Aragão - Rua Maria Eulália Barbosa Lima sem denominação - Riacho Tapera - Rio Capibaribe (limite intermunicipal com Brejo da Madre de Deus) até o Canal da Rua Rita Nunes de Araújo - Avenida Cesário Aragão - Rua Lázaro David Monteiro - Rua São Cristóvão - Avenida Cezário Aragão até o ponto inicial..

- Bairro SÃO CRISTOVÃO:

Ponto inicial e final: encontro do Riacho d'água dos Patos com a Rua São Paulo.

Descrição: Rua São Paulo - Rua São Cristóvão - Rua Lázaro Davi Monteiro - Rua Rita Nunes de Araújo - Canal - Rio Capibaribe (limite intermunicipal com Brejo da Madre de Deus) - Riacho dos Patos até o ponto inicial.

- Bairro SANTA TEREZA:

Ponto inicial e final: Cruzamento do Riacho José Monteiro (limite urbano) na PE - 160.

Descrição: PE - 160 - Avenida Cezário Aragão- Rua São Paulo - Riacho Lagoa dos Patos - Rio Capibaribe (limite intermunicipal com Brejo da Madre de Deus- Riacho José Monteiro (limite urbano) até o ponto inicial.

- Bairro NOVA SANTA CRUZ

Ponto inicial e final: Marco 4(localizado na fazenda de Severino Monteiro da Paixão) (inclusive) na margem da estrada da Vila do Pará.

Descrição: Estrada da Vila do Pará - Rua Duque de Caxias- Avenida Papa João XXIII - rua João de Oliveira Ramos - Avenida Bela Vista - PE - 160- Riacho de José Monteiro - Marco 3(localizado na propriedade de José Monteiro (inclusive), daí seguindo em linha reta até o Marco 4, na fazenda de Severino Monteiro da Paixão, daí seguindo até o ponto inicial.

- Bairro DONA DOM

Ponto inicial e final: cruzamento da Estrada da Vila do Pará com o riacho da Manhosa.

Descrição: Riacho da Manhosa, passando pelo Açude da Manhosa – Riacho da COHAB- Rua Biu de Deda-Rua Maria Eulália Barbosa de Lira – Rua João de Oliveira Ramos – Avenida Papa João XXIII - Rua Duque de Caxias – Estrada da Vila do Pará até o ponto inicial.

- Bairro SÃO JORGE:

Ponto inicial e final: encontro da Rua Biu de Deda no Riacho da COHAB.

Descrição: Riacho da COHAB - Riacho da Manhosa (riacho sem denominação) Rua Biu de Deda até o ponto inicial.

- Bairro SANTO AGOSTINHO:

Ponto inicial e final: reta partindo do Marco 4, localizado na fazenda de Severino Monteiro Paixão (inclusive), para o Marco 5, localizado na fazenda de Raimundo Lins (inclusive)

Descrição: do Marco 5 segue em linha reta pela divisa intermunicipal com Taquaritinga do Norte até a entrada para Taquaritinga (Via Maracajá) - segue em linha reta para o pontilhão na estrada para Algodões, no Riacho Manhosa, seguindo o mesmo passando pelo Açude da Manhosa até a Estrada da Vila do Pará, seguindo por esta até o Marco 4 e daí até o ponto inicial.

- Bairro MALAQUIAS CARDOSO

Ponto inicial e final: Pontilhão do Riacho da Manhosa, na estrada para Algodões.

Descrição: do pontilhão, segue em linha reta pela Estrada de Taquaritinga do Norte (via Maracajá), seguindo por estrada até a Travessa Manuel Teodoro Aragão- Avenida Prefeito Braz de Lira ou PE 160 , passando em linha reta pela serra que vem do Cruzeiro na Serra Manuel Major até o Rio Capibaribe (limite municipal com Brejo da Madre de Deus) - Riacho Manhosa até o ponto inicial.

- Bairro PALESTINA:

Ponto inicial e final: Encontro da Estrada para Taquaritinga do Norte (Via Maracajá), na reta que segue para a PE - 160, passando pelo Cruzeiro na Serra Manuel Major.

Descrição: PE - 160 - Avenida Prefeito Braz de Lira - Travessa Manuel Teodoro Aragão – Estrada para Taquaritinga do Norte (Via Maracajá), até o ponto inicial.

- Bairro OSCARZÃO:

Ponto inicial e final: cruzamento da Estrada para Taquaritinga do Norte (via Maracajá) no limite urbano que é limite intermunicipal com Taquaritinga do Norte.

Descrição: do ponto em linha reta para o Marco 6 (nascente do riacho Brinquinho) passando pela Serra do Exu - Riacho Brinquinho - Rio Capibaribe no Marco 1 (limite intermunicipal com Brejo da Madre de Deus) - reta para a Travessa Manoel Teodoro Aragão, passando pelo Cruzeiro da Serra Manuel Major – Estrada para Taquaritinga do Norte (via Maracajá) até o ponto inicial.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 06 de abril de 1999.

---

Fernando Silvestre da Silva

Palácio Municipal Prefeito Braz de Lira

Av.: Padre Zuzinha, 178- Fones 731 1479, Santa Cruz do Capibaribe- PE, CEP: 55.190.000

**LEI N° 751 DE 05 DE ABRIL DE 1983**

Ementa: Dispõe sobre o zoneamento urbano, uso e padrões técnicos de ocupação do solo do distrito-sede do município de Santa Cruz do Capibaribe.

**CAPÍTULO I****OBJETIVOS**

Art. 1º- Fica instituído o Zoneamento Urbano do distrito-sede de Santa Cruz do Capibaribe com a finalidade de ordenar e disciplinar o uso do solo, consubstanciando-se nos objetivos e dispositivos desta Lei.

Art. 2º - São os seguintes os objetivos desta Lei:

I – Orientar, disciplinar e estimular o desenvolvimento urbano para o pleno desempenho das funções internas exercidas no espaço físico da sede do município e para o desenvolvimento de suas funções no espaço social do estado.

II – Ordenar o espaço urbano de forma a otimizar as condições de intercâmbio entre as diferentes atividades e abrigar o contingente populacional futuro.

III – Assegurar a reserva de áreas verdes através da implantação de parques urbanos.

IV – Estabelecer o controle de uso e aproveitamento do solo urbano que permitem atingir densidades demográficas desejadas no intuito de otimizar os níveis de infra-estrutura dos equipamentos e serviços comunais existentes.

V – Conter o crescimento urbano nos limites das áreas consideradas de interesse ou expansão urbana.

VI – Classificar, hierarquizar e estabelecer as condições funcionais e dimensionais das vias do sistema viário urbano.

VII – Criar condições de acompanhamento, avaliação e ajuste do processo de desenvolvimento urbano.

**CAPÍTULO II****ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL**

Art. 3º - Para aplicação desta Lei fica o território do distrito-sede do município de Santa Cruz do Capibaribe dividido em:

I – Área Urbana

II – Área Rural

Art. 4º - A área urbana do distrito-sede é aquela definida pelo decreto nº 26/79 de 14 de dezembro de 1979 e mapeada de forma aproximada na planta de Zoneamento Urbano, prancha 01 – anexo II.

Art. 5º - Para efeito desta Lei, fica a área urbana subdividida em:

1 – Zona de Atividades Múltiplas (ZAM)

2 – Zona de Comércio e Serviços (ZCS)

3 – Zona Verde (ZV)

4 – Zona de Interesse Urbano (ZIU)

4.1 – Zona de Interesse Urbano 1 (ZIU-1)

4.2 – Zona de Interesse Urbano 2 (ZIU-2)

4.3 – Zona de Interesse Urbano 3 (ZIU-3)

4.4 – Zona de Interesse Urbano 4 (ZIU-4)

5 – Zonas Residenciais (ZR)

5.1 – Zona Residencial 1 (ZR-1)

5.2 – Zona Residencial 2 (ZR-2)

5.3 – Zona Residencial 3 (ZR-3)

5.4 – Zona Residencial 4 (ZR-4)

5.5 – Zona Residencial 5 (ZR-5)

5.6 – Zona Residencial 6 (ZR-6)

5.7 – Zona Residencial 7 (ZR-7)

5.8 – Zona Residencial 8 (ZR-8)

5.9 – Zona Residencial 9 (ZR-9)

§ 1º - Os perímetros desta divisão territorial se acham definidos na prancha 01 – Zoneamento, do anexo II.

§ 2º - Objetivando induzir o crescimento urbano, no sentido de atingir a máxima utilização dos serviços e equipamentos de infra-estrutura urbana e social existente, o prefeito poderá decretar incentivos ou restrições como estímulo à ocupação das zonas previstas neste artigo.

§ 3º - Para efeito desta lei, entende-se como “Área Especial” aquelas de interesse urbano, cujos usos existentes são considerados tolerados, tendo os seguintes usos genéricos:

AE 1 – cemitério

AE 2 – matadouro

AE3 – campo de football

Áreas situadas fora do perímetro urbano e dentro dos limites municipais, são subdivididas em Zonas Rurais (ZRU) a seguir:

1 – Zona Rural 1 (ZRU 1)

2 – Zona Rural 2 (ZRU 2)

Art. 7º - As zonas de interesse urbano (ZIU) prevista no art. 5º desta lei, identifica-se com reserva de área para expansão urbana futura.

### **CAPÍTULO III**

#### **USO E OCUPAÇÃO DO SOLO**

Art. 8º - Fica adotada a classificação de usos do solo constantes do quadro 01 do Anexo III, válida para os terrenos, lotes, quadras e glebas, dentro do perímetro urbano.

Art. 9º - Para cada uma das divisões e subdivisões o território urbano do distrito-sede, ficam estabelecidos os usos permitidos e tolerados, taxa de ocupação, coeficiente de utilização, afastamentos mínimos e dimensões mínimas dos lotes, constantes dos Quadros 02 e 03 do Anexo III desta Lei.

Art. 10º - Entende-se como uso permitido ou uso conforme, aquele que seja de acordo com as características estabelecidas para essa zona e seja nela permitido e incentivadas.

Art. 11º - Entende-se como uso tolerado e não conforme aquele que não esteja de acordo com às características para essa zona e cuja localização e existência regular, anteriores a data de publicação desta lei, sejam comprovadas.

§ 1º - O uso tolerado ou não conforme deverá adequar-se aos níveis de ruídos e poluição ambiental exigíveis para a zona em que esteja localizado, bem como obedecerá aos horários de funcionamento disciplinados pela legislação pertinente.

§ 2º - Nas edificações de uso tolerado ou não conforme, não serão admitidas quaisquer ampliações, admitindo-se apenas reformas essenciais à segurança e à higiene das edificações, instalações e equipamentos.

§ 3º - Nas áreas (ou edificações) de uso tolerado, serão permitidas as mudanças deste uso, desde que atenda as restrições estabelecidas para a zona em que está inserido.

### **CAPÍTULO IV**

#### **SISTEMA URBANO VIÁRIO**

E projetadas inseridas nas áreas urbanas, representadas e indicadas na prancha 02 – sistema viário do anexo II.

Art. 13 – Para efeito desta lei, ficam as vias classificadas e simbolizadas de acordo com as funções a desempenhar na estrutura física da área Urbana:

VP – Via Primária

VM – Via Marginal

VS – Via secundária

VC – Via Coletora

VL – Via Local

§ 1º - As características funcionais dimensionais e de relacionamento das vias encontram-se discriminadas no quadro 04 do Anexo IV desta Lei.

## **CAPÍTULO V**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 14 – Para proceder ao controle e acompanhamento na implantação dos dispositivos da presente lei, o prefeito determinará aos órgãos competentes do município as seguintes atribuições:

I – Proceder a análise permanente das tendências de crescimento e ocupação do solo da área urbana, em atendimento aos dispositivos desta Lei.

II – Formular com base em estudos e análise da implantação dos dispositivos desta Lei, propostas de alterações do zoneamento urbano atendendo à possíveis distorções do uso do solo urbano.

III – Consultar, sempre que necessário entidades públicas ou privadas interessadas sobre as possíveis alterações do uso do solo previstas no zoneamento urbano.

IV – Elaborar projetos específicos para a implantação das seguintes zonas:

Zona Verde – ZV (Parque Urbano)

Art. 15 – Os casos omissos na presente lei, serão resolvidos pelo prefeito, de acordo com os pareceres dos órgãos técnicos competentes.

Art. 16 – O chefe do executivo poderá expedir decretos regulamentares.

Art. 17 – Os projetos e solicitações de licença em tramitação na prefeitura até a data de vigência desta lei serão aprovados de acordo com a legislação anteriormente em vigor.

Art. 18 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Santa Cruz do Capibaribe, \_05\_ de \_abril\_\_\_\_\_ de 1983.

**Xavier, Maria Gilca Pinto**

**O processo de produção do espaço urbano em economia retardatária : A aglomeração produtiva de Santa Cruz do Capibaribe(1960-2000) / Maria Gilca Pinto Xavier. – Recife : O Autor, 2006.**

**254 folhas : il., tab., mapas, fotos, gráf., quadros.**

**Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Desenvolvimento Urbano, 2006.**

**Inclui bibliografia, apêndices e anexo.**

**1. Desenvolvimento urbano – Espaço urbano – Aglomerações produtivas (clusters) – Santa Cruz do Capibaribe, Pernambuco. 2. Expansão econômica – Atividade de costura – Especificidade da cultura local – Produção industrial. 3. Integração econômica dos municípios – Divisão do trabalho – Economia retardatária. I. Título.**

<b>711.4</b>	<b>CDU (2.ed.)</b>	<b>UFPE</b>
<b>711.552</b>	<b>CDD (22.ed.)</b>	<b>BC2006-357</b>